



Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme

(Organizador)

Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
l62	Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-267-8 DOI 10.22533/at.ed.678191604 1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os artigos reunidos retratam o objetivo proposto na organização deste livro que é demonstrar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica nas áreas da Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente a educação, a administração e o direito.

O livro “Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” está organizado em 03 volumes. Este 1º volume reúne um total de 24 artigos, sendo na 1ª parte, 10 artigos voltados especificamente para as Ciências Humanas, com destaque especial à história da educação, educação especial, literatura, Libras, estudos de casos, história e sociologia.

E na 2ª parte, voltada às Ciências Sociais Aplicadas, temos 10 artigos que irão discutir temas como o marketing empresarial, propostas de inovação de processos, gestão social, contabilidade e gastronomia, seguidos por mais 04 artigos que apresentam debates e resultados dentro do contexto jurídico com temas, por exemplo, sobre a imigração no Brasil e militarização das políticas públicas.

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas federais e estaduais, distribuídas entre 14 estados, com destaque ao Estado do Ceará, que mais contribuiu neste 1º volume.

Assim fechamos este 1º volume do livro “Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, socializando resultados de pesquisas e inovações e dando continuidade a disseminação do conhecimento.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1 1

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM AUTISMO

Roger Freitas da Costa

Denize de Melo Silva

Marcos Antônio Martins Lima

DOI 10.22533/at.ed.6781916041

CAPÍTULO 2 6

A LENDA DO DRAGÃO CÍCERO: PROJETO DE LIVRO INFANTIL

Hélio Parente de Vasconcelos Neto

Thaís Urano de Carvalho Ferreira

Ranielder Fábio de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.6781916042

CAPÍTULO 3 13

ENTRE LEMBRANÇAS E RUÍNAS: A CASA-DEGRADAÇÃO NO LIVRO DOIS IRMÃOS, DE MILTON HATUUM

José Airton Nascimento Diógenes Baquit

Karla Patrícia Martins Ferreira

Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

Rochelle de Arruda Moura

Sylvia Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.6781916043

CAPÍTULO 4 20

WORKSHOP DE LIBRAS: PERCEPÇÃO DO ALUNO PARTICIPANTE COM A MEDIAÇÃO DO MONITOR

Ana Rebeca Medeiros Nunes de Oliveira

Deborah Eduardo Saraiva

João Carlos Memória Machado

Willer Cysne Prado e Vasconcelos

Chrystiane Maria Veras Porto

Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.6781916044

CAPÍTULO 5 27

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: ANÁLISE DA QUEIXA DE CRIANÇAS DO 3º ANO DE ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO VELHO-RO E ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE SUPORTE

Ana Paula de Souza Medeiros

Fátima Queiroga

DOI 10.22533/at.ed.6781916045

CAPÍTULO 6 40

CAMADAS DE MEMÓRIA ENTRELAÇADA DA ESCOLA DE MÚSICA E DO AUTOMÓVEL CLUBE DO BRASIL

Romulo Augusto Pinto Guina

Patricia Luana Costa Araujo

Bianca Cristine Faro Rodrigues

Karolyne Linhares Longchamps Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.6781916046

CAPÍTULO 7 56

O ENSINO DA CULTURA ATRAVÉS DO VIDEOGAME – ESTUDO DE CASO DO JOGO NEVER ALONE

Hélio Parente de Vasconcelos Neto

Maria Aurileide Ferreira Alves

DOI 10.22533/at.ed.6781916047

CAPÍTULO 8 66

O GTDN E A PROPOSTA DE DESINTEGRAÇÃO DO CAMPESINATO COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE

Francisco Antonio da Silva

Alba Maria Pinho de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.6781916048

CAPÍTULO 9 85

DESCORTINANDO UM BAIRRO: NARRATIVAS HISTÓRICAS, CARACTERÍSTICAS GERAIS E REFERÊNCIAS SIMBÓLICAS DO BAIRRO BENFICA, FORTALEZA-CE

Suiany Silva de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.6781916049

CAPÍTULO 10 99

ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES DOS CORPOS DOS MORADORES DE RUA EM CUIABÁ: CORPO CARACOL, CORPO SUPORTE E CORPO DISSOLVENTE

Juliano Batista dos Santos

Alyne Ramos de Campos dos Santos

José Serafim Bertoloto

DOI 10.22533/at.ed.67819160410

PARTE II - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CAPÍTULO 11 113

A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO DE JUIZ DE FORA SOB A PERSPECTIVA DA TRIPLE HÉLICE

Nayara Gonçalves Lauriano

Cássia Viviani Silva Santiago

DOI 10.22533/at.ed.67819160411

CAPÍTULO 12 129

**CONTRIBUIÇÕES AO EXPOSURE DRAFT ED/2013/9 – IFRS FOR SMES:
PROPOSTAS DE MUDANÇAS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

Marco Túlio José de Barros Ribeiro

Aline Rúbia Ferraz de Freitas

Luiz Carlos Marques dos Anjos

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia

DOI 10.22533/at.ed.67819160412

CAPÍTULO 13 149

**MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS NO
AGRONEGÓCIO DO CENTRO SUL CEARENSE**

Ednael Macedo Felix

João José Anselmo dos Santos

Hudson Josino Viana

DOI 10.22533/at.ed.67819160413

CAPÍTULO 14 166

**INOVAÇÃO POR DIFERENCIAÇÃO: UMA ESTRATÉGIA DE MARKETING PARA AS
ACADEMIAS DO RIO DE JANEIRO**

Fabício Pereira Privat

DOI 10.22533/at.ed.67819160414

CAPÍTULO 15 181

**ELEMENTOS QUE FRAGILIZAM O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
E EMPREENDEDOR – CASOS DA INCUBADORA PIEBT DE BELÉM (UFPA) E DA
ARCA MULTINCUBADORA DE CUIABÁ (UFMT)**

Ivana Aparecida Ferrer Silva

Patricia Cristiane de Souza

Iara Neves Oliveira

Thairiny Alves Valadão

DOI 10.22533/at.ed.67819160415

CAPÍTULO 16 197

**GESTÃO SOCIAL: PRÁTICAS ADOTADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAUÍ NO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO**

Antevânia Queiroz de Abreu

Dayvid Diego Aragão de Brito

Francisco Aurílio Vieira

Mara Águida Porfírio Moura

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

DOI 10.22533/at.ed.67819160416

CAPÍTULO 17 206

RESPONSABILIDADE SOCIAL VIA PROJETO REVIVER DO CARIRI

Amanda Rávilla Valério Xavier

Marcus Vinicius de Oliveira Brasil

Raiane de Alencar Alves

Tiago Esmeraldo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.67819160417

CAPÍTULO 18	213
PERICIA CONTÁBIL: ESTUDO DA TABELA PRICE E A COBRANÇA DE JUROS SOBRE JUROS	
<i>Fernanda Regina Manoel</i>	
<i>João Vitor Dos Santos Ramos</i>	
<i>Thiago Gonçalves de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.67819160418	
CAPÍTULO 19	225
GASTRONOMIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SENSORIAL DE PÃES PRODUZIDOS NO CURSO DE PANIFICAÇÃO	
<i>Barbara Cassetari Sugizaki</i>	
<i>Ilana das Neves Barbosa</i>	
<i>Eveline de Alencar Costa</i>	
<i>Aline Kessia Ferreira Marques</i>	
<i>Eduardo Torres Ferreira</i>	
<i>Vanessa Noronha Freire</i>	
<i>Rafael Queiroz Gurgel do Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.67819160419	
CAPÍTULO 20	231
CONCEPÇÃO CONCEITUAL DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E PREPARO DE REFEIÇÕES PARA CAVALOS MECÂNICOS	
<i>Eros S. R. Rocha</i>	
<i>Mikael Lopes</i>	
<i>Marcelo G. Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.67819160420	
CAPÍTULO 21	242
A IMPORTÂNCIA DA IMIGRAÇÃO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Eduardo da Costa Kerber</i>	
<i>Renato Duro Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.67819160421	
CAPÍTULO 22	254
POR QUE NÃO FAZER DIFERENTE? A PERSISTÊNCIA DA MILITARIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO	
<i>Walter José Moreira Dias Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.67819160422	
CAPÍTULO 23	264
PROIBIÇÃO DAS DECISÕES SURPRESA À LUZ DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO INTERSUBJETIVA	
<i>Rafaela Soares Ramos Falcão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.67819160423	

CAPÍTULO 24	273
PROJETO DITADURA NUNCA MAIS: 50 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	
<i>Sarah Antunes Dorcino</i>	
DOI 10.22533/at.ed.67819160424	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	277

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM AUTISMO

Roger Freitas da Costa

Especialista em Psicopedagogia pela
Universidade Cândido Mendes.

Fortaleza - Ceará.

Denize de Melo Silva

Doutoranda em Educação Brasileira pela
Universidade Federal do Ceará. Fortaleza -
Ceará.

Marcos Antônio Martins Lima

Pós-Doutor em Gestão pela Universidade Federal
do Rio Grande do Norte. Doutorado em Educação
pela Universidade Federal do Ceará. Fortaleza -
Ceará

RESUMO: Devido à globalização, se relacionar e conviver com as diferenças tornou-se uma realidade cada vez mais evidente, ou seja, isso implica não discriminar o outro por suas diferenças, sejam elas físicas, étnicas e/ou culturais. Um dos marcos mais relevantes para a educação na perspectiva inclusiva ocorreu em 1990 com a declaração Mundial sobre Educação para todos, pois mobilizou um novo olhar para as deficiências, bem como suscitou o comprometimento na aprendizagem dos alunos com deficiência. Surge então, com o intuito de asseverar tais ações, a declaração de Salamanca (UNESCO,1994), a qual visa a inclusão e o atendimento de todos os alunos e suas necessidades educacionais especiais.

Em complemento, segundo a (ONU, 2006) e (MEC, 2008), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, também trouxeram ao Brasil uma nova concepção para o sistema educacional brasileiro, pois estabeleceram que a educação deve ser inclusiva em todos os níveis educacionais possibilitando seus alunos o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. No decorrer dos anos, percebeu-se um maior número de alunos com deficiência dentro do sistema regular de ensino. Entretanto, apesar dos ganhos, ainda há diversos preconceitos que circundam a temática, bem como há certa resistência da escola em acolher os alunos que possuem alguma deficiência. Além disso, ressalta-se que a escola se torna um lugar de grande importância no desenvolvimento dos sujeitos com Transtornos Globais do Desenvolvimento devido à troca com o social e com os demais, a qual ocorre dentro da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo, Escola, Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT: Due to globalization, relating to and coexisting with differences has become an increasingly evident reality, that is, it means not discriminating the other for their differences, be they physical, ethnic and / or cultural. One of the

relevant educational milestones in the included perspective occurred in 1990 with the World Declaration on Education for All, as it mobilized a new look at the deficiencies as well as the commitment to the learning of disabled students. The declaration of Salamanca (UNESCO, 1994), which aims at the inclusion and attendance of all students and their special educational needs, emerges in order to assert such actions. In addition, according to (UN, 2006) and (MEC, 2008), the Convention on the Rights of Persons with Disabilities and the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education have also brought to Brazil a new concept for the system educational, because they established that education should be inclusive at all levels of education, enabling its students to fully develop their potential. Over the years, it has been noticed a larger number of students with disabilities within the regular system of education. However, despite the gains, there are still several prejudices that surround the theme, as well as there is some resistance of the school to welcome the students who have some deficiency. It is emphasized that the school becomes a place of great importance in the development of the subjects with Developmental Disorders due to the exchange with the social with the others that occurs within the institution

KEYWORDS: Autism, School, Child development.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva relacionar por meio da realidade objetiva dos discentes, a importância da escola para a promoção da socialização e apreensão dos saberes, considerando, o contexto e os marcos relevantes para que a inclusão seja observada como elemento primordial nas práticas realizadas na escola.

Segundo aponta o DSM-IV-TR (2002), os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são um agrupamento composto pelo transtorno Autista ou Autismo, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Síndrome de Asperger e pelo Transtorno Global do Desenvolvimento sem outras especificações, os quais são manifestados antes dos 3 (três) anos de idade. Vale ressaltar que o termo transtorno foi incorporado ao CID-10 como “forma de evitar problemas ainda maiores inerentes ao uso de termos tais como ‘doença’ ou ‘enfermidade” (D’ANTINO, 2008 apud. CID-10, p.5).

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são caracterizados por alterações nas áreas da socialização, no comportamento e comunicação, seja ela verbal ou não verbal, ou seja, “o Transtorno Global do Desenvolvimento não diz respeito apenas ao autismo. Sob essa classificação se descrevem diferentes transtornos que tem em comum as funções do desenvolvimento afetadas qualitativamente.” (BELISÁRIO FILHO, 2008, p. 15).

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, a qual é [...] realizada a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, documentos impressos, livros, artigos, teses, [...]” (SEVERINO, 2007, p.122), bem como foi fundamentada nos arcabouços teóricos de Belisário Júnior (2010), Brasil (2013), Bosa

(2010) e D'antino (2008) a fim de compreender a temática em discussão. Para tanto, a metodologia inicialmente adotada objetivou nortear as discussões tratadas no trabalho com o intuito de ampliação dos saberes relacionados à inclusão escolar e a importância desta no desenvolvimento de alunos com transtorno do espectro autista.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Bleuler para denominar sujeitos que possuíam perdas do contato social, realidade e impossibilidade de comunicação. “Esse termo na verdade, deriva do grego (autos = si mesmo + ismo = disposição/orientação) e foi tomado emprestado de Bleuler (o qual, por sua vez, subtraiu o “eros” da expressão autoerotismus, cunhada por Ellis, para descrever os sintomas fundamentais da esquizofrenia” (BOSA, 2002, p.26).

Posteriormente, em 1943, Leo Kanner, médico austríaco radicalizado americano, relatou em seu artigo “Os transtornos autistas do contato afetivo” que uma das características principais do sujeito com essa deficiência era a sua incapacidade de relação com os outros e o meio em que vive. Vale ressaltar que, segundo (Kanner, 1943 *apud* Belisário Filho, 2010, p. 11), “o contato físico direto e os movimentos ou ruídos que ameaçam a romper a solidão são tratados como se não estivessem ali, ou não bastasse isso, são sentidos dolorosamente como uma interferência penosa”.

No que se refere à comunicação e a linguagem dos sujeitos autistas, Leo Kanner verificou que é característico a ausência de linguagem ou, em alguns casos, emissões irrelevantes e a aparência de surdez. Foi verificado também a sua grande capacidade de memorizar uma vasta quantidade de material sem sentido ou efeito prático (BELISÁRIO FILHO, 2010).

Poucos meses depois, o médico Hans Asperger iniciou seus estudos com sujeitos com autismo. Contudo, este não conhecia as descobertas de Kanner, logo sua pesquisa foi independente às informações publicitadas, bem como propalou em 1944 suas observações sobre o tema, que foi chamado de “A psicopatia autista na infância”. Publicada em alemão, sua obra não fora traduzida para outras línguas, o que contribuiu para prolongar o desconhecimento sobre suas pesquisas até o ano de 1980. Vale ressaltar que, diferente de Kanner, Asperger ao realizar suas observações, preocupava-se com os aspectos educacionais dos sujeitos pesquisados.

Hans Asperger em seus estudos destaca como maior característica da deficiência a limitação do indivíduo com o contato social, fator que determina a personalidade do sujeito. O sujeito, no que tange a comunicação, possui anomalias prosódicas, as quais estão relacionadas à entonação e o ritmo da fala, assim como é característico no sujeito uma comunicação restrita.

Com os estudos de Wing e Gould, em 1979, deram origem ao conceito espectro autista. São caracterizadas assim “crianças afetadas por dificuldades na reciprocidade

social, na comunicação e por um padrão restrito de conduta, sem que sejam autistas, propriamente ditas, o que permitiu atenção e ajuda a um número maior de crianças” (BELISÁRIO FILHO, 2010, p. 19).

Estudos contemporâneos apontam que a limitação com o contato social característico da criança com transtorno do espectro autista, pode se dar pelo mau funcionamento da função executiva do cérebro, o qual é responsável pela ausência de flexibilidade do sujeito com as ações decorrentes do meio. Ao fazer um comparativo entre uma pessoa com Autismo e Transtorno de Asperger, ambos apresentaram inflexibilidade, contudo, nos testes referentes à Teoria da Mente, os resultados foram distintos. Como apontam Premack & Woodruff (1987 apud. BELISÁRIO FILHO, 2010, p. 22), “a Teoria da Mente significa a capacidade de atribuir estados mentais a outras pessoas e prever o seu comportamento em função destas atribuições”.

Do ponto de vista educacional, a escola torna-se um lugar propício para desenvolver as potencialidades de uma criança autista, pois nela a criança poderá vivenciar situações reais que contribuirão no seu desenvolvimento. Contudo vale salientar que

[...] é importante, na tentativa de acolhimento àquela criança, não proporcionar a ela vivências que não farão parte da sua rotina no futuro. A inflexibilidade e o apego a rotinas poderão levar a criança a estabelecer rotinas inadequadas no interior da escola, que causaram dificuldades posteriores para os profissionais e para a própria criança quando forem reformuladas. (BELISÁRIO FILHO, 2010, p. 25)

Devido a grande tendência da criança com TGD de assimilar rotinas, é importante que seja trabalhado a antecipação dos eventos escolares com esta, visando que ela possa familiarizar-se com as atividades escolares. Contudo, como a função de antecipação encontra-se prejudicada, o professor deve tornar-se um facilitador deste processo. Dentro da escola, a criança com TGD, se estimulada de forma efetiva, pode superar as condições iniciais da deficiência. Por ser um lugar sistemático caracterizado pela troca com o meio, a escola possibilita que as crianças se desenvolvam tanto afetivamente quanto socialmente (BELISÁRIO FILHO, 2010).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das conquistas já alcançadas, a inclusão de alunos com alguma deficiência ainda não ocorre de maneira efetiva em nosso país, devido aos preconceitos e a falta de informação dos pais e profissionais da educação. A escola, por ser um espaço de troca social, possibilita que a criança com Transtorno Global do Desenvolvimento possa desenvolver as suas habilidades ao se relacionar com o coletivo, suscitando benefícios para além do âmbito escolar. Entretanto, para que de fato haja esse desenvolvimento e a inclusão destes alunos, faz-se necessário o comprometimento da escola, em possibilitar um lugar que propicie a esses alunos um ambiente favorável para

o desenvolvimento de suas habilidades. O trabalho do professor neste processo é de suma importância, pois esse deve mediar o aluno neste processo de desenvolvimento das potencialidades do aluno, bem como possibilitar que este se adapte as rotinas estabelecidas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV-TR-TM** – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed; 2002.

BRASIL, **Lei nº 12.796/2013**, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 abr. 2013, p. 1.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BELISÁRIO JÚNIOR, José Ferreira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens. Psicol. Reflex. Crit. V. 13 n. 1. Porto Alegre, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000100017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 10 de jul. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007 (p. 99 - 126).

D'ANTINO, M. E. F.. Interdisciplinaridade e Transtornos Globais do Desenvolvimento: uma perspectiva de análise. Cadernos de Pós Graduação em Letras (Online), v. 8, p. 56-69, 2008. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/PosGraduacao/Docs/Cadernos/Caderno_vol_8/7_INTERDISCIPLINARIDADE_E_TRANSTORNOS_GLOBAIS_DO_DESENVOLVIMENTO_UMA_PERSPECTIVA_DE_ANALISE.pdf. Acesso em 12 de jun. 2016

CAPÍTULO 2

A LENDA DO DRAGÃO CÍCERO: PROJETO DE LIVRO INFANTIL

Hélio Parente de Vasconcelos Neto

Centro Universitário UniFanor Wyden

Fortaleza – Ceará

Thaís Urano de Carvalho Ferreira

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza – Ceará

Ranielder Fábio de Freitas

Centro Universitário UniFanor Wyden

Fortaleza – Ceará

RESUMO: O objetivo do estudo foi a criação de um livro ilustrado infantil para crianças de cinco a oito anos intitulado de “A Lenda do Dragão Cícero”. Para este fim, foi realizado um processo de design em torno da problematização sobre o *bullying* e como o personagem principal poderia lidar com tal situação para superar as adversidades. O processo foi composto de *briefing*, mapas mentais, geração de alternativas e execução com coleta de *feedback* durante as etapas de produção. Participaram pais de crianças, acadêmicos do curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal do Ceará, além de funcionários de diversas livrarias para que o produto pudesse ter características que despertassem interesse nas crianças e para que o mesmo pudesse concorrer no cenário mercadológico atual. Por fim, concluiu-se que era necessário um livro interativo, neste caso com

a presença de Pop-ups e outros mecanismos, que pudessem despertar o interesse da leitura na criança, além de ser necessário a presença de cores e um enredo que pudesse passar algum ensinamento às crianças, para que fosse possível introduzir o livro no mercado atual.

PALAVRAS-CHAVE: Livro infantil. Design Gráfico. Interação. *Bullying*

ABSTRACT: The objective of this study was the creation of an illustrated children’s book to children from five to eight years old entitled “A Lenda do Dragão Cicero”. To this end, we have conducted a design process regarding the subject: bullying and how the main character could deal with a situation involving this subject to overcome adversities. We have conducted the process using methods such as briefing, mental maps, alternatives generation and execution with feedback gathering during the stages of production. Children’s parents, Language course academic students from the Federal and State University of Ceará and staffs from several bookshops have participated in the research for this project so that it could have the necessary characteristics that could awaken the interest of the children and be able to be a solid product in today’s market. In the end, we have concluded that an interactive book was needed, in this case with the presence of pop-ups and other mechanisms that could awaken

the interest of reading in children, besides, the presence of colours and a story that could teach something to the kids was necessary so that it could be a solid product.

KEYWORDS: Children's Book. Graphic Design. Interaction. Bullying.

INTRODUÇÃO

Na educação lúdica infantil, é perceptível a criação de enredos que busquem aproximação com as crianças, seja no incentivo a transpor barreiras, aprender costumes ou demonstrar como por meio dos valores culturais elas possam lidar com situações que poderão ser um entrave no seu desenvolvimento sociocultural. Nesse contexto, o interesse pela educação infantil através de projetos ilustrados ganhou fôlego e inspirou as gerações atuais de pesquisadores (SILVA, 2014).

Nesse cenário foi escolhida a temática do *bullying* como agente separador, tema atual e presente especialmente em ambientes escolares. Entende-se assim que o *bullying* é um grande contribuinte para o isolamento social de pessoas com características diferentes das consideradas usuais em seu contexto social, seja isso expresso por diferenças étnicas, comportamentais, culturais ou religiosas. Para esse aspecto ser abordado no estudo, foi produzido um enredo em torno de um dragão chamado Cícero, que é isolado de seu contexto social por outros dragões devido a ele cuspir um bafo gelado, em contrapartida ao tradicional bafo de chamas dos dragões na cultura pop e europeia.

METODOLOGIA

Na etapa de problematização preconizada por Lupton (2011), foi realizada uma observação *in loco* em livrarias do município de Fortaleza para que o conteúdo do livro fosse determinado. Observou-se que grande parte das obras literárias voltadas para o público infantil apresentavam personagens animais que são criaturas fantasiosas como por exemplo, dragões, dando a estas personagens características humanas, se utilizando de antropomorfismo. Assim, foi decidido apropriar-se desse fato para desenvolvimento do enredo, para tirar proveito de algo já familiar no imaginário infantil. Fazendo uma analogia ao típico gênero literário que se utiliza desse fenômeno, a fábula, concluiu-se que o livro deveria passar uma mensagem, uma lição de moral, assim poderia ser atribuído a obra não só a características de entretenimento, mas também, um caráter educativo. A quantidade de palavras foi definida entre 500 e 800, segundo recomendação da *The Lighthouse – Children's Literacy Consultancy*, especialista em consultoria literária infantil, para crianças de cinco a oito anos de idade.

Inicialmente foi utilizado a técnica de mapas mentais para se chegar as ideias principais que envolveriam os personagens do enredo.



Figura 01 – Mapa mental dos personagens do enredo.

Fonte: Acervo dos autores

Foi utilizada a técnica de *line art* para desenvolvimento dos personagens, colorização, sombreamento e forma.

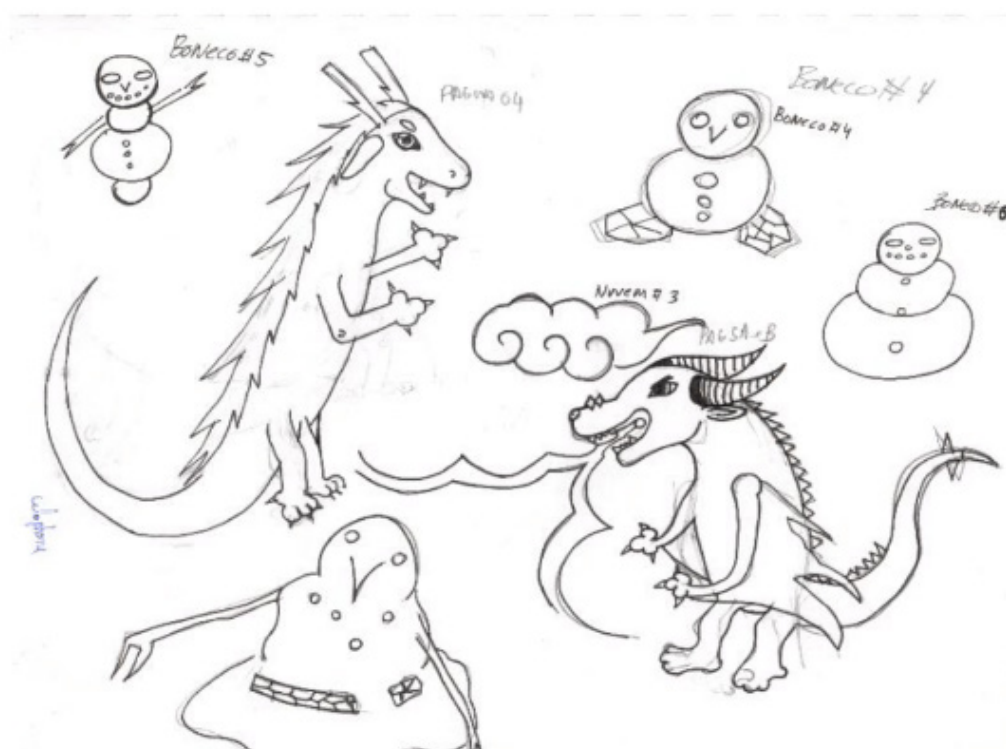


Figura 02 – Esboço dos personagens.

Fonte: Acervo dos autores

Após isso, as páginas foram diagramadas de forma irregular, para oportunizar um melhor diálogo visual entre os personagens e o cenário, valorizando também o conteúdo textual.



Figura 03 – Relação de diálogo entre personagem e cenário.

Fonte: Acervo dos autores

Acerca da tipografia, utilizou-se *lettering* para o título presente na capa e para o resto da mancha textual do projeto foi utilizada a fonte *Arial Rounded MT Bold*. A escolha da fonte deu-se por sua legibilidade e representatividade na maioria dos estilos textuais.

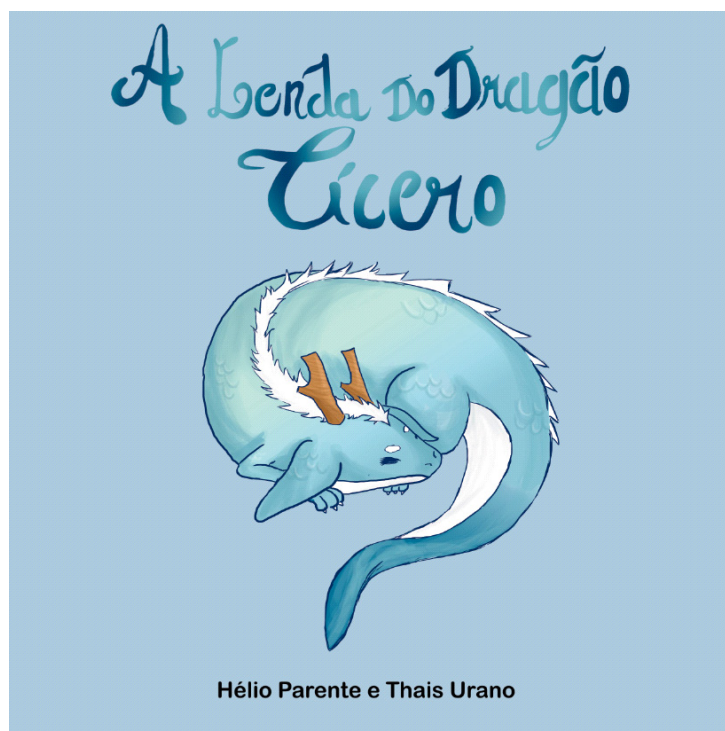


Figura 04 – Capa do livro.

Fonte: Acervo dos autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A finalização do desenvolvimento dos personagens principais. Partiu-se de que tipo de representação lúdica com que o *bullying* poderia ter com o dragão Cícero. Dessa forma, optou-se por três contrastes que representaria o entorno do protagonista no contexto social.

O primeiro seria o contraste seria corporal, Cícero, o protagonista, teria uma forma serpentina, inspirada nos dragões de culturas orientais, enquanto outros personagens teriam a forma inspirada nos dragões de culturas europeias.

O segundo contraste seria um contraste visual, pois a paleta de cores associadas ao personagem principal é uma paleta consistente em cores frias e pasteis enquanto a de outros personagens apresenta cores mais quentes.

Por fim, o terceiro contraste seria o contraste simbólico-social, visto que a personagem principal sofre *bullying* e isolamento social por cuspir um bafo de gelo, algo inadmissível para o contexto do enredo, em contraste ao bafo de fogo das outras personagens.

Após isso iniciou-se o processo de *design* de personagens, especialmente das três personagens principais, chamadas de Cícero, Rodolfo e Turquesa. Cícero, a personagem principal, foi inspirado, nos mitos de dragões orientais, pois em muitas dessas lendas o dragão na verdade é visto como algo justo, leal e bondoso por natureza, especialmente em lendas japonesas, chinesas e coreanas, onde por vezes o dragão também é o símbolo da realeza, adquirindo um caráter popular.



Figura 05 – Cícero.

Fonte: Acervo dos autores.

Rodolfo, o antagonista, teve o design inspirado nos dragões ocidentais, cujo papel nas lendas e mitos é o de inimigo, de ser maligno, algo que representa a destruição e por vezes é confrontado por um herói, na mitologia grega, ou santo na mitologia europeia.

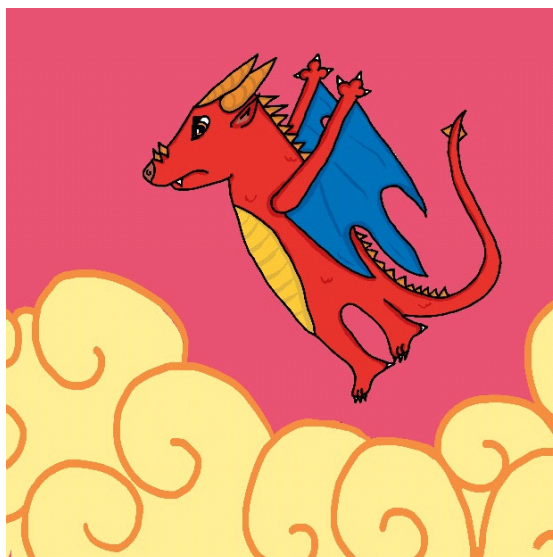


Figura 06 – Rodolfo
Fonte: Acervo dos autores

Turquesa, é uma das únicas personagens humanas da história, onde tais características buscavam o quesito de familiaridade e empatia com as crianças.

Através de observações *in loco* percebeu-se que há uma constante e crescente preocupação em demonstrar representatividade social nos textos e ilustrações dedicadas ao público infantil, portanto, decidiu-se abraçar este ideal e por isso, criou-se a personagem como uma mulher mulçumana, visto que o empoderamento feminino é uma pauta extremamente atual e optou-se por escolher que a personagem fosse membra de uma minoria étnica.



Figura 07 – Turquesa.
Fonte: Acervo dos autores

CONCLUSÃO

A experiência de produzir uma peça gráfica dessa extensão e dessa riqueza em detalhes é, sem dúvidas, uma enorme ajuda no crescimento do conhecimento da área. Ao mesclar conhecimentos de várias áreas presentes no *Design Gráfico* pudemos mesclar e experimentar com nossos conhecimentos das áreas de tipografia, comunicação visual, estudo de cores, design editorial e ainda na área do uso de softwares como o *Adobe Indesign* e o *adobe Photoshop*.

Assim, concluímos que a peça gráfica foi de suma importância no nosso crescimento como designers e que os conhecimentos adquiridos com essa produção nos guiaram nos desafios que estão por vir na nossa profissão.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, C. **O Papel do Design Gráfico na Construção de um Livro Infantil**. Ijuí, 2012.

LUPTON, E. **Intuição, Ação, Criação: Graphic Design Thinking**. São Paulo: GG, 2011.

SILVA, P. A. R. **Infância e educação infantil**. Universidade Federal de Uberlândia. Tese de doutorado não publicada. 2014.

WORNICOV, R. **Criança, leitura, livro**. São Paulo: Nobel, 1986.

ENTRE LEMBRANÇAS E RUÍNAS: A CASA-DEGRADAÇÃO NO LIVRO DOIS IRMÃOS, DE MILTON HATOUM

José Airton Nascimento Diógenes Baquit

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Fortaleza – Ceará

Karla Patrícia Martins Ferreira

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Fortaleza – Ceará

Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Fortaleza – Ceará

Rochelle de Arruda Moura

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Fortaleza – Ceará

Sylvia Cavalcante

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

Fortaleza – Ceará

RESUMO: A casa tende a ser percebida como um local romantizado, lugar de afetos e subjetividades. No entanto, apesar dessa percepção idealista, a casa também poder ser um lugar de conflitos e degradações. O objetivo deste artigo é perceber como essa casa-degradação aparece no livro *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum. O romance retrata o conflito entre os gêmeos Yaqub e Omar, porém esse conflito não permanece apenas entre os irmãos, pois se estende para todas as esferas – econômica, social, moral, política e familiar. Nessa teia de conflitos, a casa aparece enquanto elemento central da narrativa, sendo

ao mesmo tempo protagonista e observadora de tudo que acontece no interior da própria residência. A casa observa e sente cada degradação, em uma simbiose entre contexto, personagens e moradia. Acompanhando e sentindo uma série de esfacelamento e ruína, a casa aparece como mais um elemento que, além de testemunha, é também vítima de um tempo eivado de incertezas e inconstâncias.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Casa. Degradação. Dois Irmãos. Milton Hatoum.

ABSTRACT: The house tends to be perceived as a romanticized place, place of affections and subjectivities. However, in spite of this idealistic perception, the house can also be a place of conflicts and degradations. The purpose of this article is to understand how this house-degradation appears in Milton Hatoum book *Dois Irmãos*. The novel portrays the conflict between the twin Yaqub and Omar, but this conflict does not only remain between the brothers, because it extends to all spheres - economic, social, moral, political and family. In this web of conflicts, the house appears as a central element of the narrative, being at the same time protagonist and observer of everything that happens inside the house itself. The house observes and feels each degradation, in a symbiosis between context, characters and dwelling. Accompanying and feeling a series of ruin and ruin, the house

appears as another element that, besides being a witness, is also the victim of a time fraught with uncertainties and inconstancy.

KEYWORDS: Literature. House. Degradation. Two brothers. Milton Hatoum.

1 | INTRODUÇÃO

Milton Hatoum nasceu em Manaus em 1952. Estudou Arquitetura na Universidade de São Paulo e estreou na ficção com *Relato de um certo Oriente*, publicado em 1989 e vencedor do prêmio Jabuti de melhor romance do ano. Seu segundo romance, *Dois Irmãos*, de 2000, mereceu outro Jabuti e foi traduzido para doze idiomas. Desde então, a obra de Milton Hatoum tem conquistado um vasto público leitor não somente no Brasil, mas na Europa e em alguns países do Mundo Árabe, de acordo com as inúmeras traduções realizadas. Posteriormente foram lançados *Cinzas do Norte* (2005), *A cidade ilhada* (2006), *Órfãos do Eldorado* (2008), *Um solitário à espreita* (2013) e *A noite da espera* (2017).

O romance *Dois Irmãos*, objeto de nossa análise, retrata a rivalidade dos gêmeos Yaqub e Omar sob a perspectiva de Nael, o narrador. Nael é filho de Domingas, que trabalha desde jovem para Zana e Halim, sendo oriunda de um orfanato comandado pelas Irmãzinhas de Jesus. Apesar de permitir ampla possibilidade de reflexão, *Dois Irmãos* centraliza a narrativa na disputa entre Yaqub e Omar. O filho mais novo, o Caçula, como é conhecido Omar, é completamente diferente de Yaqub. Omar é baderneiro, cheio de vontades, assíduo frequentador das boêmias e das noites manauaras. Esse seu jeito de *bon vivant* incomoda bastante Halim, o patriarca da família, mas a autoridade materna se sobressai, pois Zana acoberta todos os desejos do filho. Já Yaqub é o oposto do irmão, desde cedo tendo que se virar sozinho no mundo, não recebendo os mesmos privilégios do Caçula. *Dois Irmãos* apresenta, dessa forma, uma teia significativa de rivalidades, centrada na disputa entre Yaqub e Omar, mas que também se alastra para todas as dimensões do romance, gerando um contexto de declínio e degradação, onde a própria casa é observadora e personagem da história da família.

É justamente a casa enquanto lugar de conflito e degradação que abordamos neste artigo. Torna-se necessário enfatizar que a casa enquanto ‘testemunha de conflitos’ aparece de forma recorrente no livro *Dois Irmãos*, numa espécie de degradação contínua entre os personagens e uma casa que, tal qual a família, é construída e reconstruída constantemente, tudo isso em meio a uma memória fragmentada e um ambiente repleto de ruínas.

2 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos uma revisão bibliográfica,

modalidade de cunho qualitativo. Também adotamos o método de análise do conteúdo, de acordo com os pressupostos de Bardin (1977), método este que nos proporcionou analisar em quais categorias está inserida a casa descrita por Milton Hatoum, no livro *Dois Irmãos*. Depois do levantamento inicial das categorias, priorizamos por desenvolver a categoria intitulada de casa-degradação, que condensa outras categorias relativas às lembranças e degradações sobre a própria moradia. Ilustramos como se deu o processo de categorização do item casa-degradação. (Tabela 1).

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42). Quanto à especificidade técnica da análise de conteúdo, ela se constitui de três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento do resultado e interpretação. A primeira etapa é percebida como o momento de organizar os dados, que podem ser inicialmente visualizados através dos seguintes recursos: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e formação de indicadores para a interpretação. A segunda etapa serve para codificar os dados a partir de algumas unidades identificadas. A terceira e última etapa aparece como o momento de categorizar os elementos encontrados.

Dessa forma, após a seleção do material – o critério de seleção se deu a partir da palavra casa dentro de um parágrafo/contexto, no livro *Dois Irmãos* – e a leitura flutuante dos dados, verificamos que a palavra casa aparecia de maneira bastante contundente na obra em questão, o que nos motivou a escolher a palavra casa como unidade de análise. Após a seleção da palavra casa, sempre levando em consideração o parágrafo, houve novamente a releitura do livro, com a finalidade de que pudéssemos captar as primeiras impressões e registros categoriais. Essas primeiras aproximações com a unidade casa gerou uma série de categorias iniciais, que posteriormente foram condensadas para melhor desenvolvimento da análise.

Categoria Inicial	Conceito Norteador	Categoria Final
1. Casa-Ocular	Aponta uma casa enquanto observadora de todos os aspectos familiares, registrando os momentos e períodos do ambiente familiar.	Casa-Degradação
2. Casa-Conflito.	Indica uma casa que está para além de uma referência unânime de felicidade, pois apresenta a tessitura conflituosa dos seus moradores.	
3. Ausência, ruína.	Apresenta uma casa que se desfaz paralelamente à trajetória dos seus habitantes.	
4. Desconfiança	Indicia uma casa que esconde seus mistérios; suas possíveis traições.	

5. Diferenças, injustiças e desigualdades.	Explicita uma casa com seus desníveis sociais, econômicos e culturais; tal desnível é percebido pela estrutura da própria casa e pelo local de cada personagem na trama.	
--	--	--

Tabela 1: Processo de formação da categoria Casa-Degradação

Fonte: elaborado pelos pesquisadores

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Parece comum idealizarmos a casa através de um ponto de vista romântico, muitas vezes identificada como um pedaço de nossa constituição e subjetividade. Ou seja, a casa percebida enquanto portadora de voz e alma, conjunção de nossos gostos, prioridades e desejos (BACHELARD, 1993; FELIPPE, 2010; GONÇALVES, 2014).

No entanto, essa mesma casa idealizada também é território amplo de contradições, indiferenças e conflitos. É nessa perspectiva que Costi (2002) elenca alguns fatores – barreiras arquitetônicas, de transporte ou de comunicação – que vão na contramão dessa casa ideal, surgindo, portanto, casas que matam. Tal percepção, segundo Francisco (2008), desestabiliza o formato arquetípico de uma casa caracterizada como centro integrador de afetos, pois a casa contemporânea é apresentada enquanto local de ambivalências e negatividades. Dessa forma, a casa contemporânea diz aquilo que a casa “ideal” jamais irá sequer sussurrar: ela diz não. “Não à suposta evidência dos seus espaços, não a uma certa “topofilia”, uma certa adesão incontestada do sujeito aos espaços concebidos como sinônimo de fixidez e de imutabilidade funcional” (FRANCISCO, 2008, p. 29-30).

A tendência a uma casa que se desfaz pode ser indiciada logo na própria epígrafe do livro *Dois Irmãos*, com o poema *Liquidação*, de Carlos Drummond de Andrade. Aqui é mostrada uma pequena síntese do que será a casa de Zana e Halim: uma casa que se desfaz com o tempo, posteriormente vendida com todas suas lembranças e pecados cometidos. A teia conflituosa pode ser verificada através de vários exemplos, como a disputa entre os irmãos; os ciúmes do pai por causa da proximidade exagerada entre Zana e Omar; as dúvidas de Nael sobre quem seria seu pai; as estratégias de Zana para afastar as mulheres do Caçula; e as diversas mágoas e ressentimentos de Yaqub por ser o escolhido para viver dias difíceis no Líbano. Essa rede de conflitos é sempre apresentada com um fio condutor, que é a disputa constante entre os dois irmãos, iniciada lá na casa dos Reinoso, quando Yaqub e Omar disputavam a mesma mulher. É a partir daí que o conflito se intensifica, sendo materializado no rosto de Yaqub através de uma cicatriz.

Em artigo intitulado *Topografias da ficção em Milton Hatoum*, Maria Zilda Cury (2009) aborda que assistimos a degradação progressiva da casa em *Dois Irmãos*, visto que a voz do narrador vai identificando as passagens relacionadas ao processo

de decadência familiar. Tal decadência faz alusão ao peso da própria família, que pode ser percebida como um fardo que se transporta durante toda uma vida. O exemplo de família enquanto estrutura complexa e portadora de uma carga propícia à degradação é narrada por ninguém menos do que Nael, que é fruto do desnível familiar, pois observa e escreve a partir do quarto de empregada, onde vivia com sua mãe. Portanto, o conceito de ruína vai além de um local centralizador de escombros, já que degradação da casa atinge quase todos os locais e personagens daquele ambiente, restando apenas pouquíssimos espaços de resistência.

Um desses espaços de resistência é o quarto de empregada descrito por Hatoum, pois é um quarto percebido como símbolo político (resiste às ruínas do tempo), mas, também, como local de desigualdade social, ficando à margem da estrutura da casa de Zana e Halim. Aqui também pode ser identificada uma possível metáfora com o processo de modernização da cidade de Manaus, que possui seus pontos de resistência em meio a transformações aceleradas e permanentes. O quarto, neste sentido, é o lugar onde Domingas pode descansar um pouco, retirar suas “máscaras” e lembrar do seu passado, numa tentativa de não deixar morrer tudo aquilo que constitui sua identidade. É através do lugar de Domingas e Nael que a trama hatouniana destaca fatores relevantes sobre o espaço ocupado por cada indivíduo.

Outro ponto de degradação importante no romance é a própria memória, vinculada ao narrador, Nael. Para Allison Leão (2009), doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Nael busca recontar a história através de arquivos orais advindos de narradores indiretos. Não há, dessa forma, garantia nenhuma sobre os relatos que chegam até seus ouvidos. O que lhe interessa é contar e recontar histórias, num constante processo de ressignificação, onde as fronteiras do eu e do outro ficam borradas e confusas. É neste sentido que podemos falar em uma memória sem encaixes, sem formato pré-definido, assumindo características de uma memória que também escorre, ou seja, que também é líquida.

Leão (2009) destaca ainda que o narrador de *Dois Irmãos* acompanha o esfacelamento tanto da família quanto da própria cidade, pois ambos se desfazem com o passar do tempo. Quanto à degradação de Manaus, essa liquidez é pontuada através do olhar de Halim, que percorre inúmeros lugares com seus passeios de espírito andorlho, mostrando, por exemplo, o soterramento da Cidade Flutuante, uma forma de espacialização subalterna. É através de suas andanças que percebemos uma cidade que escorrega; que se desfaz; que naufraga em nome da modernização. A figura de Halim é, portanto, uma figura que sintetiza a história espacial da cidade (LEÃO, 2009). Contudo, o personagem não fica restrito somente às transformações de Manaus, pois a trajetória de Halim também evidencia a degradação de seu próprio espaço familiar, em um entrelaçamento sutil e voraz. O elo entre Halim, sua casa e a cidade é mais nítido após sua morte, quando ocorre uma intensificação do declínio de todas as estruturas que ainda sustentavam um fio quase perdido.

As transformações e ruínas após a morte de Halim continuaram a ser relatadas

por Omar, que herdou o costume do patriarca de andar pela cidade. Omar talvez seja o personagem que mais sente a degradação no próprio corpo, e leva essa transformação para dentro de casa, tanto através da fala quanto do esfacelamento de sua própria condição humana. Ele será, assim como Nael, espectador e protagonista do declínio e destruição da residência. É interessante destacar que, apesar da situação caótica na qual se encontra a família, depois da partida de Halim, Zana ainda possui forças para sustentar o vínculo exacerbado com o Caçula, porém esse vínculo já demonstra possível oxidação, não apresentando a força vital de outros tempos, quando a casa parecia eterna. Zana é mais uma “vítima” do tempo, pois a sua corrosão também é presenciada ao longo da narrativa. O Caçula, diante desse contexto, é percebido como ator principal da ruína estabelecida, sendo elemento central de uma casa que escorre por todos os lados.

Ainda destacamos mais alguns pontos vinculados à degradação da casa no livro *Dois Irmãos*: a possível relação incestuosa entre Omar e Zana; o ciúme exagerado de Zana com todas as pretendentes do Caçula; o desejo de Nael por Rânia; o caso de Domingas com um dos gêmeos; e a eterna desconfiança de Halim sobre a casa em que morou até o dia de sua morte. Torna-se importante destacar que essa desconfiança de Halim é pré-estabelecida antes mesmo da chegada dos seus descendentes, pois ele afirmava que um casal apaixonado pode resistir aos obstáculos da vida, desde que não tenha filhos. Para Halim, a ideia de não procriar estava bastante associada ao desejo de viver como integrante de um eterno casal enamorado, sem preocupações rotineiras, o que demonstra uma possível disputa entre pai e filhos. Essa disputa perpassa toda a narrativa, bem como as demais teias de conflito elencadas acima, porém a disputa central é focada em Omar e Yaqub, os dois irmãos.

O ápice da casa que tudo vê e tudo sente está coligada à atmosfera degradante da família de Halim. A imagem da casa é tomada por um declínio moral, social, econômico e político, assolando todos os indivíduos que estão sob o seu teto. Isso gera um processo de ruptura no âmago da família, que passa por um permanente estágio de tensão, seja por conflitos pessoais ou por desejos e paixões de alguns personagens. A degradação da família, portanto, é refletida na própria degradação da casa. Sendo assim, a casa sofre consequências dos conflitos e dissidências estabelecidas naquele ambiente, pois existe uma força material - e uma força que está para além dessa matéria inanimada -, ambas sentindo as fissuras estabelecidas no decorrer da trama.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura do livro *Dois Irmãos* é possível identificar a casa como testemunha de conflitos de todos os momentos vivenciados pela família de Zana e Halim. Esses momentos incluem tanto os períodos afetivos quanto os momentos de degradações existentes. A casa-conflito é inclusive indiciada em diversas passagens

do romance, com cenas significativas sobre uma casa que se desfaz juntamente com os personagens da história. Esse processo da casa associada ao testemunho conta com a função fundamental de Nael, o narrador, pois é Nael quem vai narrar a degradação da casa através da escuta de vários narradores indiretos; uma espécie de memória que também é escorregadia, líquida. Entrelaçando períodos de várias degradações – da cidade de Manaus, da economia, das relações familiares –, a casa, em *Dois Irmãos*, surge como personagem e testemunha da própria moradia enquanto protagonista e observadora do tempo e do espaço.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COSTI, M. Casas que matam, onde? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E INTERSECÇÕES - Arquitetura: “luz e metáfora: um olhar sobre espaços”, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 2002, p. 1-7.

CURY, M. Z. F. Topografias da ficção de Milton Hatoum. In: G. Ravetti., M. Z. Cury (Orgs.), **Topografias da cultura**: representação, espaço e memória. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FELIPPE, M. L. Casa: Uma poética da terceira pele. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, 2010.

FRANCISCO, D. L. Casa escritas. **Moara**, v.1, n. 29, p. 25-40, 2008.

GONÇALVES, T. M. Habitar: A casa como contingência da condição humana. **Revista INVI**, v. 29, n. 80, p. 83-108, 2014.

HATOUM, M. **Dois irmãos**. Editora Companhia das Letras, 2006.

LEÃO, A. Memória e arquivo na narrativa poética de Dois Irmãos. **Fólio-Revista de Letras**, v. 1, n. 1, p. 28-39, 2009.

WORKSHOP DE LIBRAS: PERCEPÇÃO DO ALUNO PARTICIPANTE COM A MEDIAÇÃO DO MONITOR

Ana Rebeca Medeiros Nunes de Oliveira

Unifor Fortaleza- Ceará

Deborah Eduardo Saraiva

Unifor Fortaleza- Ceará

João Carlos Memória Machado

Unifor Fortaleza- Ceará

Willer Cysne Prado e Vasconcelos

Unifor Fortaleza- Ceará

Chrystiane Maria Veras Porto

Unifor Fortaleza- Ceará

Marilene Calderaro Munguba

Universidade Federal do Ceará - UFC

RESUMO: A Língua Brasileira de Sinais – Libras, a partir de 2002, é a segunda língua oficial do Brasil. Em 2005 definiu-se por meio de Decreto, que a disciplina Libras no Ensino Superior tem caráter obrigatório para as Licenciaturas e o curso de Fonoaudiologia, e para os demais cursos é optativa. Com isso, vem ganhando espaço e diferencial único na população brasileira. Na Universidade de Fortaleza - Unifor a disciplina foi implantada em 2009 e é ofertada em dez turmas, utilizando metodologias ativas na mediação da aprendizagem. Uma das técnicas pedagógicas utilizadas é o *workshop*, realizado no último dia de aula do semestre. O objetivo se concentrou em analisar a percepção dos alunos da disciplina Libras sobre o uso da estratégia *workshop* na mediação da sua aprendizagem.

Trata-se de estudo descritivo e qualitativo, elaborado em junho de 2016, na Unifor. Houve a participação de 13 alunos matriculados na disciplina Libras; ao final de cada *workshop* foi realizado a coleta de depoimentos que foram gravados e transcritos pelos monitores. Adotou-se a análise temática. Como resultado, os alunos de forma geral, afirmaram que o *workshop* é um método eficiente e indispensável para o fechamento da disciplina Libras; além de incentivar os alunos a procurar mais conhecimento sobre o tema proposto nas aulas oferecidas, facilitou a melhor compreensão da cultura surda e da Línguas de Sinais a partir do **workshop** como uma ferramenta dinâmica e divertida de aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Libras. Estratégias. Mediação. Aluno.

ABSTRACT: The Brazilian Language of Signals - Libras, as of 2002, is the second official language of Brazil. In 2005, it was defined by means of a Decree that the Libras discipline in Higher Education has a compulsory character for the Degree courses and the Speech-Language Pathology course, and for the other courses it is optional. With this, it has been gaining space and unique differential in the Brazilian population. At the University of Fortaleza - Unifor the discipline was implemented in 2009 and is offered in ten classes, using active methodologies in the

mediation of learning. One of the pedagogical techniques used is the workshop, held on the last day of the semester. The objective was to analyze the perception of students of the Libras discipline on the use of the workshop strategy in the mediation of their learning. This is a descriptive and qualitative study, prepared in June 2016, at Unifor. There were 13 students enrolled in the Pounds discipline; at the end of each workshop, the testimonies were collected and recorded and transcribed by the monitors. Thematic analysis was adopted. As a result, students generally stated that the workshop is an efficient and indispensable method for the closing of the Pound discipline; in addition to encouraging students to seek more knowledge about the theme proposed in the classes offered, facilitated a better understanding of deaf culture and Sign Language from the workshop as a dynamic and fun learning tool.

KEYWORDS: College education. Pounds. Strategies. Mediation. Student.

1 | INTRODUÇÃO

Na sociedade, um dos maiores problemas em relacionamentos sociais e profissionais é a comunicação, esta, por sua vez, se dá através dos canais oral-auditivo (língua oral oficial) e visual-manual (Língua de Sinais) e independente de qual se use, deve-se usar adequando as limitações de cada indivíduo, como por exemplo utilizar-se da Libras (Língua Brasileira de Sinais) para comunicar-se com uma pessoa surda.

O ensino da Libras no Brasil é recente, visto que seu reconhecimento como língua da comunidade surda foi dado em 2002, por meio da lei federal número 10.436 (BRASIL, 2002, p.80). Em 2005 se deu uma conquista histórica do povo surdo brasileiro mediante a regulamentação da lei de Libras, por meio do Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005,

Tratando dos aspectos relativos à inclusão de Libras nos cursos superiores, à formação de professores para o ensino de Libras, à formação de tradutores e intérpretes de Libras, à atuação do Serviço Único de Saúde – SUS, à capacitação de servidores públicos para o uso da Libras ou sua interpretação e à dotação orçamentária [...] (www.unifenas.br/extensao/cartilha/CartilhaLibras.pdf, 2013, p.7).

A lei foi criada com resultado do movimento político surdo por algo que regulamentasse o direito dos surdos de comunicarem-se na língua materna, a Libras. A inserção da disciplina Libras na matriz curricular no Ensino Superior ocorreu devido ao referido decreto.

A aprendizagem de uma língua tem relação direta com a motivação e o contato com a pessoa nativa da língua. Munguba (2008, p.5), enfatiza que para Vigotski “o papel do meio na formulação do conhecimento, apontando a aprendizagem mediada pela cultura, linguagem, comunicação, instrumentos, signos e símbolos, e a imitação”. Assim, o mediador desempenha um papel ativo no processo de educação: modelar, cortar, dividir, e entalhar os elementos do meio para que estes alcancem o objetivo

buscado (VIGOTSKI, 2003).

O aprendizado de uma língua se dá mediante experiências de vida ao compartilhar o uso da língua no dia-a-dia, e as situações que ocorrem no cotidiano essas que fazem construir conhecimento da língua e desenvolver vínculos com os nativos daquela língua. Amorin (2004) ressalta que para o surdo brasileiro, a Libras a sua língua materna e o Português, por ser a segunda língua, deve ser adotado e ensinado como língua estrangeira (LE).

Como ferramenta de ensino-aprendizagem, foi utilizado o *workshop* ou oficina temática, que tem ênfase na troca de ideias, demonstrações práticas e aplicação de técnicas, habilidades, entre outros. Marcondes (2008) aborda os conhecimentos de forma inter-relacionada e contextualizada, envolvendo os estudantes em um processo ativo na construção de seu próprio conhecimento.

A Monitoria Acadêmica está prevista na Lei nº 5540/68 que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, a qual determina, em seu Art. 41, que as universidades deverão criar funções de monitor para alunos do curso de graduação. Por lei deve ser oferecido o cargo de monitor para disciplina que necessitar. (JUSBRASIL, 1968)

É previsto por lei, a presença do monitor no processo ensino-aprendizagem como parte da mediação aluno-professor, estes por sua vez sentem-se mais libertos a falar e dirigir-se ao mediador, pois convivem e mantêm um relacionamento com alguém que entende e participa de um dia-a-dia em comum. O monitor está presente tanto em sala quanto desenvolvendo atividades para ajudar o professor, na organização da frequência diária, e o aluno com grupos de estudo e mini oficinas.

O presente estudo tem o objetivo de analisar a percepção dos alunos da disciplina Libras sobre o uso da estratégia *workshop* na mediação da sua aprendizagem.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado mediante um estudo descritivo e qualitativo (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2015), durante o primeiro semestre de 2015, nas atividades da monitoria voluntária da disciplina Libras da Universidade de Fortaleza - Unifor.

Participaram 13 alunos regularmente matriculados na disciplina, provenientes dos cinco centros de ciências da universidade: Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências Tecnológicas (CCT) e Centro de ciências, Centro de Ciências da Comunicação e Gestão (CCG) e Centro de Ciências Humanas (CCH). Adotou-se o critério de exclusão aos alunos que não quiseram depor.

O trabalho foi estruturado a partir da gravação de depoimentos gravados relacionados à participação do *workshop* de expressões não-manuais, organizado a fim de trabalhar as expressões faciais e corporais existentes na Libras e necessárias

para a construção de um sinal da língua. Os depoimentos foram gravados, logo após a realização do *workshop*, e depois transcritos a fim de se ter um material de análise contextual. Os mesmos seriam a partir da experiência vivida pelos alunos no *workshop*, a contribuição deste para o aprendizado da Libras, e a relação importância e interesse que ele possa ter para o bom desempenho na disciplina e no aprendizado da língua.

Utilizou-se de critério de exclusão, aqueles alunos que não quiseram depor, não estavam presentes no dia da realização do *workshop* ou saíram do local antes da gravação dos depoimentos.

Adotou-se análise temática que organizada e estruturada no conteúdo da questão aberta seguindo as fases sequenciais propostas por Deslandes, Gomes e Minayo (2015), por compreender um problema a partir das perspectivas dos sujeitos que o vivenciam: satisfação, surpresas, desapontamentos, sentimentos e desejos, ou seja, atenta-se ao contexto social no qual o evento ocorre.

Observou-se os princípios éticos preconizados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2015). O estudo é parte do Projeto de Pesquisa “Avaliação do currículo dos cursos de graduação em Saúde e sua influência na formação dos profissionais que atuarão no Sistema Único de Saúde”, com Parecer N. 148.662 em 12/12/2012 emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Fortaleza. O referido projeto é vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação nas Profissões da Saúde.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as duas primeiras aulas da disciplina Libras, os alunos são organizados em duas subturmas denominadas de A e B, em que são abordados conteúdos teóricos e práticos, seguindo assim até o final do semestre, tendo dois momentos em que se reúnem como uma única turma, sendo um destes o *workshop*. Nesta perspectiva, o processamento das informações obtidas mediante depoimentos dos acadêmicos possibilitou a identificação dos núcleos temáticos: 1- *workshop*: estratégia no ensino da Libras e 2- *workshop*: resgate da cultura surda.

Workshop: a estratégia no ensino da Libras

Como fechamento das atividades da disciplina Libras no primeiro semestre de 2015, foi ministrado um *workshop* sobre expressões não manuais. Neste evento, os professores incentivaram os alunos a se colocarem como pessoas surdas para se aproximarem da forma como os surdos percebem o mundo e utilizam a sua língua. No decorrer do *workshop* foi proposto que os alunos imitassem imagens em uma apresentação de slides que retratavam, ora imagens individuais, ora grupais. Essas imagens relatavam situações do cotidiano, por exemplo: pessoas em momento de reabilitação física; grupos de amigos dançando forró; pessoas expressando emoções

variadas.

A ênfase é dada às situações de sala de aula, onde os alunos são instruídos, ensinados pelo professor. Os conteúdos e as informações têm que ser adquiridos e os modelos, imitados (MASETTO, 1997,42).

A partir dos depoimentos coletados pelos alunos da disciplina, foi possível observar que o método utilizado pelos professores obteve sucesso. Nos depoimentos os alunos afirmavam que fazer as atividades propostas pelos professores foram bastante acessíveis, apesar de alguns demonstrarem timidez no início do *workshop*. Estes ainda falaram que não seria difícil a realização da atividade, pois essa era uma oportunidade de revisar o conteúdo teóricos e práticos ministrados em sala de aula pelos professores.

Uma das formas de tornar o aprendizado da LIBRAS mais efetivo é promovendo situações de uso da língua, nas quais os alunos possam aprender a expressar seus pensamentos de forma natural e descontraída. Essas situações levam os alunos ao contato com aspectos mais amplos da língua – seu uso e aspectos gramaticais próprios – fomentando seu conhecimento linguístico. As situações interativas sempre exigem um contexto comunicativo e são nesses momentos que os alunos têm que usar a língua em um contexto próprio que pede mais que o léxico (NEVES, 2011, 29).

Workshop: resgate da cultura surda

Seis alunos em seus depoimentos asseguraram que um dos pontos positivos do workshop seria o tom de humor e a descontração da turma. E ainda afirmaram que a aula se consistiu interativa, divertida e animada; além de ser uma entrada para desenvolver novas habilidades e sensibilidades em relação aos modos de comunicação. Segundo o aluno A1 “Foi uma das aulas mais animadas que já participei, na minha opinião poderia ter um *workshop* toda semana. Percebemos bem a diferença que as expressões faciais podem realizar, e como é difícil fazer como o professor faz. ”

Durante o *workshop* o professor surdo contou uma história cômica, utilizando a língua de sinais e a mímica, sem o auxílio de interpretação, em que o protagonista é surdo. Os professores desafiaram a turma a interpretar tal história, e o resultado foi excepcional nas dez turmas; de fato os alunos fizeram a interpretação com detalhes da história.

Com base nos depoimentos, a aprendizagem da Cultura Surda foi bastante remetida. Considera-se cultura surda o conceito preconizado por Strobel (2018, p.29) que afirma ser “[...] o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modifica-lo a fim de torna-lo acessível e habitável, ajudando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas”.

Sete alunos afirmaram que a Libras pode ser entendida como obstáculo para muitas pessoas que não possuem o conhecimento, porém a disciplina em geral

possibilita e é uma facilitadora da quebra desse paradigma; isso é bastante gratificante para os alunos e professores, pois além de produzir conhecimento, propicia o aluno a descobrir e desenvolver novas capacidades e habilidades. Fernandes (2003, p.27) ressalta que,

Segundo Piaget, os indivíduos nascem apenas com uma potencialidade: a de aprender. Assim, todo o conhecimento e todo o desenvolvimento do indivíduo, desde criança, dependem de exposições ao meio e dos estímulos advindos deste.

O aluno A2 compartilhou seu depoimento com a turma durante o *workshop*, afirmando: “Foi um momento rico profissionalmente, pois trabalho com pessoas que precisam de ajuda na comunicação. Precisamos de comunicação total no dia-a-dia. Fui enriquecido como pessoa e assim posso contribuir com a comunidade surda e com a comunidade ouvinte. A maior dificuldade são as expressões faciais e foi ultrapassada com esse *workshop*”. A partir dos depoimentos colhidos, foi possível perceber como o *workshop* teve um grande significado para os alunos, e contribuiu com o aprendizado e desenvolvimento dos mesmos.

4 | CONCLUSÃO

O *workshop*, na percepção dos alunos, foi fundamental para o seu aprendizado, sendo um método divertido, dinâmico e de conteúdo interessantíssimo, onde se desperta a vontade do maior aprendizado e busca-se melhores condições de interpretação e interação. Incentivando os alunos a uma busca mais detalhada da disciplina, levando alguns a procurarem cursos mais aprofundados e um encanto e afeição sobre a Libras. Fazendo-os ter interesse maior sobre a comunicação com pessoas de diferentes culturas e integrando-os mais ainda no meio social, tornando-os profissionais diferenciados por tal aprendizado.

REFERÊNCIAS

AMORIN, M. A. C. **O processo de ensino-aprendizagem do português como segunda língua para surdos**: os elementos conectores e conjuntivos. 2004. 155 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.**

Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> >. Acesso em: 20 ago. 2015.

CARVALHO, O. L. **Quando o português não é a primeira língua**. Entrevista concedida a Heloísa Alvarenga, publicada em 8 / 11 / 2005. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br:8081/Ceale/menu_abas/noticias/entrevistas>. Acesso em: 17 ago. 2015.

DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

JUSBRASIL, Presidência da República. **Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68> >. Acesso em: 30 ago. 2015.

MARCONDES, M. E. R. Proposições metodológicas para o ensino de química: oficinas temáticas para a aprendizagem da ciência e o desenvolvimento da cidadania. **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 7, p. 67-77, 2008.

MASETTO, M. T. **Didática**: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.

MUNGUBA, M. C. **Terapia ocupacional em ação interdisciplinar**: jogos educativo-nutricionais na prevenção da obesidade infantil. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

NEVES, S. L. G. **Um estudo dos recursos didáticos nas aulas de língua Brasileira de sinais para ouvintes**. 2011. 28f. – Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. 1 reimp. Florianópolis: UFSC, 2018.

STRONG, M. A bilingual approach to the education of young deaf children: ASL and English. In: STRONG, M. (ed.) **Language learning and deafness**. Cambridge [Cambridgeshire], New York: Cambridge University Press, 1988. p. 113-129.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Trad. Schilling C. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: ANÁLISE DA QUEIXA DE CRIANÇAS DO 3º ANO DE ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO VELHO-RO E ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE SUPORTE

Ana Paula de Souza Medeiros

Fundação Universidade Federal de Rondônia-
UNIR

Fátima Queiroga

Fundação Universidade Federal de Rondônia-
UNIR

RESUMO: A presente pesquisa teve como objetivo analisar e entender individualmente as queixas referentes às dificuldades de aprendizagem em crianças que frequentavam o 3º ano em escolas públicas da cidade de Porto Velho-RO e elaborar Estratégias de Suporte. Foram utilizados na pesquisa instrumentos que forneceram de forma articulada elementos na área cognitiva, afetivo-social e pedagógica como entrevistas, técnicas projetivas, sessões lúdicas e testagens-verificações. Os resultados demonstraram que das crianças apresentavam queixas de dificuldades de aprendizagem, 100% eram do sexo masculino, tinham idade entre 09 e 11 anos e 33,3% delas apresentavam reprovação em seu histórico escolar. Dessas crianças, 33,3% moravam somente com a mãe e 66,7% moravam somente com o pai. As salas de aula tinham em média 25 alunos. Após o término da e efetivada a análise dos dados foram realizadas as devoluções individuais dos resultados. Os resultados das análises das queixas de toda a pesquisa (incluindo além do

3º ano, o 1º, 2º e 4º ano) foram generalizados e elaboradas cartilhas contendo Planos de Estratégia de Suporte e realizada Palestra para todas as famílias e equipe escolar das escolas envolvidas na pesquisa. Os resultados da pesquisa demonstraram ser relevante a atenção profissional e familiar, divulgação dos resultados pela literatura especializada e formação profissional específica. Assim como analisar e entender as dificuldades de aprendizagem numa compreensão global nos contextos social, político, econômico e pedagógico com a possibilidade de promover a prevenção, considerando-a importante para a qualidade do ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Queixa; Aprendizagem; Prevenção.

ABSTRACT: This study aims to analyze and understand individual complaints about learning difficulties attributed to 3rd year students in public schools of Porto Velho-RO and elaborate Support Strategies. We used tools that articulately provided elements in the cognitive, affective-social and pedagogical areas, such as interviews, projective techniques, playful sessions and verification-tests. The results showed that among the children presented with complaints of learning difficulties, 100% were males, aged between 9 and 11 years, and 33.3% of them failed a school year. Among these

children, 33.3% lived only with their mother and 66.7% lived only with their father. The classrooms had an average of 25 students. After completing the analysis, individual feedback on the results were delivered. The results of the analysis of the complaints of all the research (including beyond the 3rd year, the 1st, 2nd and 4th year) were generalized and elaborated into booklets containing Support Strategy Plans. A lecture for all the families and school staff in the schools involved in this study was also held. The results of this research proved to be relevant to professional and family care, dissemination of results through specialized literature and specific professional training. Similarly, this study advances the concept of analyzing and understanding learning difficulties in a global understanding that comprehends the social, political, economic and pedagogical contexts, with the possibility of promoting prevention, considering it important for the quality of teaching-learning.

KEYWORDS: Complaint; Learning; Prevention.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) 50% das crianças brasileiras que apresentam dificuldades de aprendizagem chegam ao ensino médio com sérios problemas de leitura, escrita e cálculo e muitas vezes não alfabetizadas (BUENO, 2008). Muitas vezes essas dificuldades de aprendizagem podem culminar na evasão escolar, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad/2009 e Censo 2010 presentes no relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2012) levantam que aproximadamente 3,7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros com idades entre 4 e 17 anos estão fora da escola.

Esses dados apontam uma realidade que não é nova, de acordo com dados de Boletta e colaboradores (1997) dos estudantes que ingressavam na 1ª série do Ensino Fundamental, 60% não chegam a terminar a 8ª série e 24% eram excluídos ou abandonavam a escola nas primeiras séries.

Para tanto, a pesquisa discutirá sobre dificuldade de aprendizagem baseado no conceito elaborado por Samuel Kirk há mais de 50 anos e discutido por Fonseca (2007) como “um problema que tende a provocar sérias dificuldades de adaptação à escola e, frequentemente, projeta-se ao longo da vida adulta” (p. 135). Sendo assim, as dificuldades não seriam algo incapacitante, mas sim fatores que normalmente surgem nas fases iniciais de escolarização e que se identificadas e trabalhadas de maneira preventiva tendem a ser revertidas sem maiores prejuízos, tanto para a vida escolar, quanto para as outras dimensões da vida.

Chamou a atenção de Samuel Kirk, a desordem na aprendizagem em crianças, pois já havia vivenciado situações semelhantes com alunos com déficits intelectuais na escrita e leitura. Nomeou as desordens que as crianças apresentavam utilizando o termo *learning disability*, pois acreditava que tais confusões perpassavam por

questões ambientais, familiares ou educativas e que aquelas crianças necessitavam de um atendimento diferenciado.

O esclarecimento sobre o uso terminológico é importante, pois dúvidas são comuns nesse quesito. As professoras Makishima e Zamproni (2012) apud Barbosa (2015) discutem esta questão elencando “três formas principais de nomear as dificuldades de aprendizagem ou como por elas indicados os transtornos funcionais específicos: concepção do DSM-IV (1994); concepção do CID-10 (2008); e concepção do Ministério da Educação.” (BARBOSA, 2015. p.15).

A dificuldade de aprendizagem, a não aprendizagem na escola, é uma das causas do fracasso escolar. As dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas a diversos fatores tais como orgânicos ou mesmo emocionais. Se analisarmos as tentativas de explicação para as dificuldades de aprendizagem, observamos existir um problema básico que diz respeito a fatores de ordem extrínseca ou intrínseca. É muito importante que as dificuldades de aprendizagem sejam avaliadas a fim de auxiliar o desenvolvimento do processo educativo, pois muitas vezes estão associadas à preguiça, cansaço, sono, tristeza, agitação, agressividade, desordem, dentre outros, considerados fatores que também desmotivam o aprendiz.

O aluno com dificuldade de aprendizagem sente-se rejeitado em sala de aula. Os professores podem ter um papel importante no processo de identificação e descoberta dessas dificuldades de aprendizagem, porém, em geral não possuem formação específica para fazer avaliações e se limitam muitas vezes apenas nos encaminhamentos e conversas com as famílias. Observar o aluno em sala de aula e auxiliar em seu processo de aprendizagem, não o rotulando, mas dando-lhe a oportunidade de descobrir suas potencialidades, pode possibilitar ao aluno com dificuldades de aprendizagem realizar as atividades de acordo com seu ritmo e modelo de aprendizagem.

Segundo Cubero e Moreno (1995), a criança ao receber as avaliações dos colegas de sala, seus professores e pais sobre suas habilidades, potencialidades e sucessos acadêmicos, baseia-se nelas para construir uma visão de si mesma como aluno e indivíduo. Para Rappaport (1981), na idade escolar a criança começa a experimentar situações e vivências que terão implicações na formação do seu autoconceito, no sentido de se sentir apta, produtiva, capaz e competente na realização de suas tarefas ou não. Outro autor que discorre sobre o desenvolvimento infantil, Erikson (1976) afirma ser essa etapa social a mais decisiva, pois implica num fazer coisas ao lado dos outros e com eles, desenvolvendo-se um primeiro juízo a respeito da divisão do trabalho e da oportunidade diferencial.

Dessa forma, a relevância social e científica da pesquisa está relacionada à frequente necessidade da atenção profissional e familiar na investigação, esclarecimento, entendimento e prevenção das dificuldades de aprendizagem, levando em consideração a etapa de desenvolvimento da criança e suas necessidades. A pesquisa demonstrou, através da análise dos resultados, a necessidade do estudo

continuado sobre o assunto, investigando e analisando as causas das dificuldades de aprendizagem para se elaborar estratégias de prevenção. Assim como realizar a devolução, ou seja, a comunicação verbal sobre o esclarecimento das análises das queixas relacionadas à dificuldade de aprendizagem para o próprio aluno, para a família e para a escola com o objetivo de trazer contribuições relevantes para a qualidade do ensino-aprendizagem. Segundo Weiss (2003), no caso da criança, é preciso fazer a devolução utilizando-se de uma linguagem adequada e compreensível para sua idade.

Os dados da pesquisa também demonstraram a importância da divulgação dos resultados da pesquisa pela literatura especializada e formação e capacitação profissional específica. Assim como a necessidade da existência de uma construção coletiva (família/escola), na análise, esclarecimento e entendimento das queixas referentes a dificuldades de aprendizagem propiciando uma compreensão global nos contextos social, político, econômico e pedagógico.

Sendo assim, a pesquisa teve como objetivos analisar e entender individualmente, através da aplicação de instrumentos, as queixas referentes às dificuldades de aprendizagem em crianças que frequentavam o 3º ano em escolas públicas da cidade de Porto Velho – RO. Especificar se havia relação da queixa apresentada pela escola e família com a leitura, escrita ou cálculos. Posteriormente, realizar entrevistas de devolução para as crianças, as suas famílias e equipe escolar, expondo a análise dos resultados obtidos e conclusões a que se chegou. Além de elaborar Planos de Estratégias de Suportes e orientar as famílias e as equipes escolares sobre esses planos para melhor compreensão dos processos de aprendizagem das crianças avaliadas e questões relacionadas a elas. E a partir disso proferir Palestra sobre temas relacionados a dificuldades de aprendizagem, de cunho preventivo para todos os pais e equipes escolares do 1º ao 4º ano das escolas públicas que participaram da pesquisa.

2 | METODOLOGIA

Foi adotada para o desenvolvimento da pesquisa a abordagem quantitativa e qualitativa, sendo a pesquisa quantitativa de acordo Minayo e Sanches (1993) um método de pesquisa que contempla o estudo dos dados observáveis, objetivando levantar e mensurar dados reais. Outro método de pesquisa é a pesquisa qualitativa. Nela a preocupação está voltada para os “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (GERHARDT; SILVEIRA. 2009, p. 32).

Do ponto de vista de Minayo e Sanches (1993) os autores dizem que as investigações quantitativas e qualitativas não se contradizem ou dão continuidade, são de naturezas diferentes, de forma que a primeira com dados no nível da realidade e dos sentidos e a segunda busca aprofundar os fenômenos, trabalhando hábitos,

atitudes e opiniões.

Sendo assim, a pesquisa foi executada a partir das seguintes etapas:

2.1 Participantes

Os alunos participantes da pesquisa frequentavam o 3º ano do Ensino Fundamental em escola pública da cidade de Porto Velho–RO. Eles foram indicados pela própria escola para participarem da pesquisa e apresentavam queixas referentes às dificuldades de aprendizagem. A participação se deu mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais/responsáveis e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido pelas crianças.

Esses alunos do 3º. ano do Ensino Fundamental que participaram da pesquisa estudavam em horário inverso ao horário da realização das avaliações.

2.2 Local

A pesquisa foi realizada na própria escola pública que a criança avaliada com a queixa de dificuldade de aprendizagem estudava. A essa escola pública situada na cidade de Porto Velho–RO, foi solicitada a direção da escola autorização para a realização da pesquisa, a indicação de alunos do 3º ano do ensino fundamental que apresentavam dificuldades de aprendizagens e também foi solicitada uma sala na própria escola. A sala para a realização da avaliação na própria escola teve como objetivo facilitar o acesso das famílias e do aluno para a realização de todo processo da avaliação das queixas referentes dificuldades de aprendizagem. As informações passadas à direção da escola sobre a sala foram de que durante a realização da avaliação com a criança, aplicação das entrevistas com as famílias e com a equipe escolar, ou seja, a realização de todas as atividades relacionadas à pesquisa, não poderia haver na sala interferências de outras pessoas além das atendidas no momento e que deveria ter na sala uma mesa com cadeiras e que esta fosse climatizada.

2.3 Processo de avaliação

O processo de avaliação foi realizado com os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental que apresentavam dificuldades de aprendizagem, com suas famílias e equipe escolar com o objetivo da análise e do entendimento das queixas referentes a estas dificuldades.

2.3.1 Nos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com queixa de dificuldade de aprendizagem foram aplicados: Entrevista, Técnicas Projetivas, Sessões Lúdicas e as Testagens e Verificações

Entrevista:

O primeiro instrumento utilizado para a avaliação da dificuldade de aprendizagem

foi a entrevista semiestruturada de Simaia Sampaio (2010, p. 27). Foi através deste instrumento que tivemos a oportunidade do primeiro contato com a família juntamente com a criança. Nesse primeiro contato foram investigadas várias informações a-históricas da criança e verificado o conceito e o significado que a família possuía sobre a dificuldade de aprendizagem da criança.

Técnicas Projetivas

As técnicas projetivas utilizadas na pesquisa foram as de Jorge Visca apud Simaia Sampaio (2010, p. 104). A aplicação desse instrumento teve como objetivo viabilizar a compreensão das redes de vínculos com a aprendizagem que a criança estabelece em três grandes domínios: o escolar, o familiar e o consigo mesmo. Para aplicação das dez provas que as Técnicas Projetivas contêm, foram utilizadas folhas de papel sulfite, lápis preto, borracha e régua.

Sessões Lúdicas:

Foram utilizados variados brinquedos, jogos, massa de modelar e realizadas brincadeiras, representações e dramatizações semelhantes a vida real. As sessões lúdicas foram baseadas em Maria Lucia Weiss (2003), as quais possibilitam a comunicação com a criança e onde se constrói um espaço de experimentação, de transição entre o mundo interno e o externo.

Para Winnicott (1975), possibilita uma compreensão mais integradora do brincar e da aprendizagem. De acordo com o autor “é no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo se descobre.” (p. 80).

Nessa proposta utilizada como instrumento de avaliação da dificuldade de aprendizagem da criança foi observado o modo de brincar, como ele brincou, como escolheu os materiais, como ele estruturou a brincadeira, os cálculos que fez, sua criatividade e concentração. Foi observado através do lúdico sua forma de reação referente à frustração, recusas, desafios (ganhar e perder), resistências, aspectos afetivos e vínculos com a aprendizagem.

Testagens-Verificações:

Foi utilizado como referência o capítulo 5 do livro de Simaia Sampaio, Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico (2010, p.123),. A aplicação das provas possibilitou a avaliação da criança e coleta de dados sobre sua coordenação motora fina; coordenação viso-motora; lateralidade; esquema corporal; orientação temporal; orientação espacial; sequência lógica; avaliação da consciência fonológica; manipulação dos fonemas; teste de competência de leitura; teste de compreensão oral; teste de sondagem da escrita; teste de sondagem do cálculo e a análise do material escolar. A análise desses resultados também possibilitou a devolução, a elaboração

das cartilhas com os Planos de Estratégias de Suporte e planejamento da Palestra.

2.3.2 Nas famílias dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com queixa de dificuldade de aprendizagem foram aplicados: Entrevista e a Anamnese.

Entrevista:

O primeiro instrumento utilizado para a avaliação da dificuldade de aprendizagem foi a entrevista semiestruturada de Simaia Sampaio (2010, p. 27). Foi através deste instrumento que tivemos a oportunidade do primeiro contato com a família juntamente com a criança. Nesse primeiro contato foram investigadas várias informações a-históricas da criança e verificados o conceito e o significado que a família possuía sobre a dificuldade de aprendizagem da criança.

Nessa oportunidade também foi realizado o enquadramento com o objetivo de esclarecer quais os dias, horários e local que cada um iria participar individualmente do processo e sempre primando pela ética e sigilo das informações.

Anamnese:

A aplicação desse instrumento teve por objetivo coletar dados significativos sobre a história de vida das crianças. Nessa entrevista recomenda-se somente a participação dos pais/responsáveis pela criança. Para a aplicação desse instrumento utilizado na avaliação quem participou foram pais e responsáveis mais próximos das crianças analisadas com queixas de aprendizagem. Foram coletados dados sobre a sua história de vida destacando as fases dos históricos familiar, clínico e escolar. Foi utilizado o modelo de Anamnese estruturada de Simaia Sampaio (2010, p. 146).

2.3.3 Nas escolas dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental com queixa de dificuldade de aprendizagem foram realizadas: Observações em sala de aula e Entrevista.

Observações em sala:

Foi solicitada a autorização prévia da direção da escola e realizada a informação à família e ao aluno sobre o dia e o horário em que a observação em sala seria realizada. A observação em sala teve como objetivo principal a análise das interações construídas entre os alunos e o participante da pesquisa, as interações entre os alunos e a professora e as interações entre o participante da pesquisa, os alunos e a professora.

Entrevista:

Foram aplicadas entrevistas com as professoras que desenvolviam atividades junto ao 3º ano da escola, nas salas em que as crianças participantes da pesquisa estudavam. A aplicação das entrevistas teve como objetivo coletar informações sobre

o modelo de aprendizagem e de fatos importantes ocorridos em suas vidas escolares. A análise desses resultados também possibilitou a devolução, a elaboração das cartilhas com os Planos de Estratégias de Suporte e planejamento da Palestra.

2.4 Devolução

A devolução foi realizada com cada aluno, suas famílias e equipe escolar que desenvolviam atividades com os alunos participantes da pesquisa. As devoluções foram realizadas individualmente e separadamente tendo como objetivo expor com clareza em todas as suas dimensões as análises dos resultados obtidos e conclusões a que se chegou sobre a queixa relacionada à dificuldade de aprendizagem. Deixando claro o modelo de aprendizagem de cada aluno, seus pontos fortes e fracos quanto à aprendizagem assim como as possibilidades de mudança na busca do prazer e eficiência no aprender.

Na devolução também se aproveitou a oportunidade para entregar as cartilhas com os Planos de Estratégias de Suporte às famílias e equipe escolar e convidar todos para a Palestra.

2.5 Planos de Estratégias de Suporte

Foram elaborados de forma didática, objetiva e coerente Planos de Estratégias de Suportes na forma de cartilhas impressas para as famílias e equipe escolar das crianças participantes da pesquisa. Teve como objetivo contribuir na orientação e compreensão dos processos de aprendizagem das crianças avaliadas, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento de estudos. As orientações foram realizadas conforme as especificidades das áreas das dificuldades de aprendizagem investigadas em cada aluno. Tanto para as famílias como para a equipe escolar buscou-se com as cartilhas colaborar em promover ações que permitam otimizar e potencializar competências não só dos alunos com queixas de dificuldades de aprendizagem, como de toda a equipe escolar e outros alunos na forma de prevenção.

2.6 Palestra

A palestra foi realizada no Auditório da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, para todos os pais e equipes escolares do 1º ao 4º ano de todas as escolas públicas que participaram da pesquisa. Foram discutidos temas relacionados a dificuldades de aprendizagens objetivando a prevenção, promoção da integração da escola com a família e superação de dificuldades emergentes nos processos de aprendizagem, esclarecendo os obstáculos que interferem numa boa aprendizagem.

3 | ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados das crianças que frequentavam o 3º ano em escolas públicas da cidade de Porto Velho-RO, teve por finalidade realizar entendimento

individual através da aplicação dos instrumentos citados, que forneceram de forma articulada dados como: idade, sexo, anos de reprovação, se possuem laudos de outros profissionais (quais), números de alunos em sua sala de aula, estado civil dos pais e com quem moram. Como também, o entendimento da queixa referente à dificuldade de aprendizagem apresentada pela escola e pela família dessas crianças e se estava relacionada à leitura, a escrita ou aos cálculos. Para assim, posteriormente serem elaborados os Planos de Estratégias de Suporte e a realização de Palestra, como forma de alcançar um maior público e permitir uma atuação preventiva.

Os resultados demonstraram que das crianças do 3º ano indicadas pela escola e que apresentavam queixas de dificuldades de aprendizagem, 100% eram do sexo masculino, tinham idade entre 09 e 11 anos e 33,3% delas apresentaram reprovação em seu histórico escolar. A presença de laudos não foi possível verificar, pois as crianças ainda estavam passando por avaliação com outros profissionais no momento da pesquisa. As salas de aula em que essas crianças estudavam tinham em média 25 alunos e das crianças participantes da pesquisa, 33,3% moravam somente com a mãe e 66,7% moravam somente com o pai.

Aprevalência do sexo masculino com dificuldades de aprendizagem em detrimento do sexo feminino é descrita na literatura, como coloca Ciasca (2003) apud Lima; Mello; Massoni; Ciasca (2006) isto pode estar relacionado por “hipóteses genéticas, anatômicas, de especialização hemisférica e devidos causas sociais, dependendo da população estudada” (p.186). Outra observação sobre a referida prevalência também é feita no estudo de Capellini; Tonelotto; Ciasca (2004), de acordo com os autores é “possível considerar que os padrões educacionais ainda possam favorecer o sexo masculino, aceitando-se com maior facilidade o baixo desempenho escolar para o sexo masculino.” (p.88).

Outro ponto importante a ser observado é a questão da reprovação, pois esta pode ser tida como um mecanismo de exclusão e sinalizador da ineficiência da escola, uma vez que “se a escola é séria e os processos didáticos eficientes, a promoção automática é menos um sistema de promoção que a conseqüência lógica da eficiência [...] salvo se estivermos no limite da anormalidade” (LIMA, 1964, p.331 apud PARO, 2001, p.51). Além do que já foi observado, é importante ressaltar que o processo de reprovação também pode acarretar sérios prejuízos à autoestima do aluno, que pode desenvolver sentimentos de desvalorização pessoal, generalizando um resultado negativo para outras áreas da sua vida, “atribuindo a si o fracasso” (OSTI; BRENELLI, 2013). Como coloca Osti (2010) apud Osti; Brenelli (2013),

[...] crianças com dificuldades de aprendizagem não apresentam apenas a dificuldade específica, mas trazem consigo sentimentos como insegurança, baixa estima, medo, dentre outras variáveis que também interferem no seu processo de aprendizagem. (p.148).

A investigação de com quem a criança mora se mostra importante no tocante

de se buscar entender a dinâmica familiar, vivências de separação e mudanças que possam ter sido marcantes na vida da criança, pois como coloca Braga; Scoz; Munhoz (2007) as primeiras experiências de socialização e aprendizagem pelas quais a criança passa acontecem no seio familiar, podendo elas serem positivas e facilitadoras desses processos ou dificultá-los. Weiss (2003) discute que,

O não aprender pode, por exemplo, expressar uma dificuldade na relação da criança com a sua família; será sintoma de que algo vai mal nessa dinâmica. Na prática, pode exprimir-se por uma rejeição ao conhecimento escolar, em trocas, omissões e distorções na leitura ou na escrita, não conseguir calcular em geral, não conseguir fazer uma divisão, etc. (p.23).

Quando se discute sobre isso, é importante ater-se que não há um determinante para uma dificuldade de aprendizagem, mas sim elementos que se articulam, segundo Sara Pain (1985) apud Weiss (2003) “as alterações familiares não causam necessariamente problemas de aprendizagem.” (p.68).

Foi levantado ainda, a partir do entendimento das queixas referentes às dificuldades de aprendizagem apresentadas pela escola e família, que além de se relacionarem a leitura, escrita e cálculos, também se referiam a queixas de comportamentos inadequados no ambiente escolar e que estes estavam interferindo na aprendizagem.

Como coloca Roeser e Eccles (2000) apud Stervanato; Loureiro; Linhares; Marturano (2003),

As dificuldades comportamentais e emocionais influenciam problemas acadêmicos e estes afetam os sentimentos e os comportamentos da criança, sendo que estas dificuldades podem se expressar tanto de forma internalizada, por meio de ansiedade, depressão, retraimento e sentimentos de inferioridade, quanto externalizada, por meio de comportamentos e atitudes que geram conflitos com o ambiente e, geralmente, são marcados por características de desafio, impulsividade, agressão, hiperatividade e ajustamento social pobre. (p.67).

Além da análise dos dados das crianças do 3º de escolas públicas da cidade de Porto Velho-RO, os resultados das análises das queixas de toda a pesquisa (incluindo além do 3º ano, o 1º, 2º e 4º ano) foram generalizados e elaboradas cartilhas contendo Planos de Estratégia de Suporte e realizada Palestra para todas as famílias e equipe escolar das escolas envolvidas na pesquisa. Os resultados demonstraram que das queixas analisadas dos alunos de 1º ao 4º ano participantes da pesquisa, 38,46% das crianças são do sexo feminino, 61,54% são do sexo masculino, a idade variou entre 6 e 12 anos e 15,38% delas apresentavam reprovação em seu histórico escolar. Verificou-se que essas crianças estudavam em salas com uma média de 24 alunos e das crianças analisadas na pesquisa 46,15% moram com os pais, 23,08% moram somente com a mãe, 23,08% moram somente com o pai e 7,69% moram com a avó.

Como se pode verificar, a diferença significativa entre os dados se deu no quesito reprovação, com a diminuição da presença desse fator nas crianças de 1º ao 4º ano,

participantes da pesquisa e que apresentavam dificuldade de aprendizagem. Como forma de promover a aprendizagem e evitar rupturas com múltiplas reprovações que poderiam acarretar na defasagem idade/série e na evasão escolar, adotou-se a chamada progressão continuada, prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 32. De acordo com Menezes (2001) é um,

Procedimento utilizado pela escola que permite ao aluno avanços sucessivos e sem interrupções, nas séries, ciclos ou fases. É considerada uma metodologia pedagógica avançada por propor uma avaliação constante, contínua e cumulativa, além de se basear na idéia de que reprovar o aluno sucessivamente não contribui para melhorar seu aprendizado. (MENEZES, 2001).

Essa proposta metodológica se coloca com uma forma flexível e de respeito ao ritmo de aprendizagem do aluno, sendo que este só pode ser retido ao final de cada ciclo, sendo no caso das crianças pesquisadas o ciclo de 1º ao 3º ano, podendo ficar retidas somente ao final do 3º ano. As controvérsias sobre essa proposta recaem sobre o apontado por Viégas e Souza (2006) em seu estudo, que levantou a falta de conhecimento e distorções sobre o projeto no que tange a diferenciação entre “promoção automática” e “progressão continuada”, sendo frequentemente tidos como sinônimos, associando a proposta metodológica a uma falta de investimento no ensino.

A elaboração de cartilhas contendo Planos de Estratégias de Suporte para as famílias e equipes escolares participantes da pesquisa, assim com a realização de palestra englobando todas as famílias e alunos de 1º ao 4º ano das escolas participantes visaram alcançar um público maior e ter uma atuação preventiva. De acordo com Bossa (2000) apud Grassi (2013) a prevenção pode ocorrer nos níveis: primário, secundário e terciário, sendo no nível primário a atuação psicopedagógica é de promoção, evitando o aparecimento de uma dificuldade de aprendizagem; a secundária evitar que se repita ou intensifique uma dificuldade já apresentada e no nível terciário a atuação visará ações que possam sanar uma dificuldade já instalada e possibilitar a retomada saudável da aprendizagem, sendo a atuação ao mesmo tempo terapêutica e preventiva.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de leituras e da análise dos dados, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de se estar atento as queixas de dificuldades de aprendizagem apresentadas nos alunos dos anos iniciais, como forma de poder entender e traçar planos de atuação que busquem evitar a intensificação das dificuldades e também promover a aprendizagem, numa compreensão de prevenção em todos os seus níveis. Compreensão essa que levou a generalização dos dados de toda a pesquisa (incluindo além de alunos do 3ºano, 1º, 2º e 4º ano) para elaboração de cartilhas

contendo Planos de Estratégias de Suporte para as famílias e equipes escolares participantes da pesquisa, com a proposta de proporcionar a esses subsídios para lidarem com situações relacionadas às dificuldades de aprendizagens apresentadas pelas crianças.

Como também, seguindo essa linha, além da elaboração das cartilhas, foi realizada Palestra para todas as famílias de crianças que estudantes do 1º ao 4º ano e equipe escolar das escolas que fizeram parte da pesquisa, na qual foram apresentados temas relacionados às dificuldades de aprendizagem ressaltando a importância do papel da família e da escola na prevenção.

É preciso ater-se ao fato de que ao esclarecer uma queixa relacionada à dificuldade de aprendizagem para o próprio aluno, para a família e para a escola pode-se trazer contribuições importantes para a qualidade do ensino-aprendizagem. Por meio desse processo de socialização/devolução, a família e a escola, numa construção coletiva, podem analisar e entender mais claramente as dificuldades de aprendizagem através de uma compreensão global dos contextos social, político, econômico e pedagógico em que elas se dão.

Dessa forma, ressalta-se a necessidade da atenção profissional e familiar na observação e atuação frente às dificuldades de aprendizagem, conforme demonstraram os resultados da pesquisa, buscando detectar o quando antes a manifestação de uma dificuldade e atuar conjuntamente para saná-la, buscando promover a aprendizagem. Conforme se demonstrou na pesquisa, as dificuldades de aprendizagem são de causas multifacetárias e podem trazer prejuízos tanto para esfera escolar, quanto para os outros setores da vida do educando, por isso a necessidade da atenção conjunta.

Outro ponto importante é a divulgação dos resultados pela literatura especializada e formação profissional específica, como forma de possibilitar o intercâmbio de informação e ampliação dos conhecimentos. A necessidade de mais pesquisas nessa área é de suma importância e não se esgotam com essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, P de S. **Dificuldade de aprendizagem**. São Luís: UemaNet, 2015.

BOLETTA, A.; MAGRI, C.; VICENTE, C. M.; VICENTIN, M. C.; ANDRÉ, S. A.; SAYO, Y.; FERREIRA, P. B. **Dez medidas básicas para a infância brasileira**. São Paulo: UNICEF, 1997.

BRAGA, S. da S.; SCOZ, B.J.L.; MUNHOZ, M.L.P. Problemas de aprendizagens e suas relações com a família. **Rev. Psicopedagogia**, v.24, n.74, p. 149-159, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 jul. 2016.

BUENO, Chris. Crianças com dificuldades na escola: onde mora o problema? **Cienc. Cult.**, v.60, n.2, p. 11-13, 2008. ISSN 2317-6660.

CAPELLINI, S.A.; TONELOTTO, J.M.F.; CIASCA, S.M. Medidas de desempenho escolar: avaliação formal e opinião de professores. **Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas**, v.21, n.2, p. 79-90, mai/ago. 2004.

CUBERO, R.; MORENO, M. C. (1995). Relações sociais nos anos escolares: família, escola, companheiros. In. COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 1995. p. 250-260.

ERIKSON, E. H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONSECA, V. Dificuldades de aprendizagem: na busca de alguns axiomas. **Rev. Psicopedag.**, v. 24, n. 74, p. 135-148, 2007. ISSN 0103-8486.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia: um olhar, uma escuta**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

LIMA, R.F.L.; MELLO, R.J.L., MASSSONI, I.; CIASCA, S.M. Dificuldade de aprendizagem: queixas escolares e diagnóstico em um Serviço de Neurologia Infantil. **Rev Neurocienc**, v. 14, n.4, p. 185-190, 2006.

MAKISHIMA, E. A. C.; ZAMPRONI, E. C. B. Transtornos funcionais específicos. **Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Paraná, 2012. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/toledo/arquivos/File/educacao_especial/materiais_apoio/texto_tfejunho2.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete progressão continuada. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/progressao-continuada/>>. Acesso em: 05 de jul. 2016.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set. 1993.

OSTI, A.; BRENELLI, R.P. Sentimentos de quem fracassa na escola: análise das representações de alunos com dificuldades de aprendizagem. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 417-426, set/dez. 2013.

PARO, V. H. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

RAPPAPORT, C. R. (Org.). **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981.

SAMPAIO, S. **Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

STERVANATO, I.S.; LOUREIRO, S.R.; LINHARES, M.B.M.; MARTURANO, E.M. Autoconceito de crianças com dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 8, n.1, p. 67-76, jan/jun. 2003.

UNICEF. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa** – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília: UNICEF, 2012.

VIÉGAS, L.S.; SOUZA, M.P.R. A progressão continuada no estado de São Paulo: contribuições a partir da perspectiva de educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 10, n. 2, p.247-262, jul/dez. 2006.

CAMADAS DE MEMÓRIA ENTRELAÇADA DA ESCOLA DE MÚSICA E DO AUTOMÓVEL CLUBE DO BRASIL

Romulo Augusto Pinto Guina

Universidade Estácio de Sá, curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro – RJ

Patricia Luana Costa Araujo

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá
Rio de Janeiro – RJ

Bianca Cristine Faro Rodrigues

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá
Rio de Janeiro – RJ

Karolyne Linhares Longchamps Fonseca

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá
Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: As muitas transformações urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro ao longo da história refletem-se em sua morfologia urbana, que constitui um importante estudo de caso para o Brasil. Adotando o palimpsesto como metáfora da superposição de camadas da “escrita” da cidade, é possível observar e até intuir onde e quando ocorreram substituições ou superposições de intervenções no tecido da urbe. No entanto, uma leitura mais precisa requer acesso à documentação iconográfica existente, que muitas vezes apresenta

lacunas significativas, o que pode impedir a compreensão das transformações do tecido urbano ao longo do tempo. Nesse cenário, é necessário utilizar metodologias de pesquisa que possibilitem inferir sobre as diferentes facções da cidade. Este trabalho pretende contribuir para a discussão sobre a memória das cidades a partir do uso de modelos físicos como cartografias alternativas, tanto para a pesquisa, quanto para a representação de transformações morfológicas, a partir da experiência com os edifícios da escola de Música da UFRJ, da antiga sede social do Automóvel Clube do Brasil e seus arredores ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia, representações tridimensionais, memória urbana, modelos, design.

ABSTRACT: The many urban transformations of the city of Rio de Janeiro throughout its history are reflected in its urban morphology, which constitutes an important case study for Brazil. By adopting the palimpsest as a metaphor for the overlapping layers of the city’s “writing,” it is possible to observe and even intuit where and when substitutions or overlaps of interventions occurred in the fabric of the city. However, a more accurate reading requires access to existing iconographic documentation, which often has significant gaps, which may prevent understanding of the transformations of the

urban fabric over time. In this scenario, it is necessary to use research methodologies that allow inferring about the different factions of the city. This work intends to contribute to the discussion about the memory of cities from the use of physical models as alternative cartographies, both for research and for the representation of morphological transformations, based on the experience with the buildings of the Escola de Música of UFRJ, of the former headquarters of Automóvel Clube do Brasil and its surroundings over time.

KEYWORDS: Cartography, three-dimensional representations, urban memory, models, design.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro passou por muitas transformações em sua morfologia urbana ao longo do tempo devido a fatores de naturezas diversas; tanto as intervenções de natureza expansionista, quanto as de natureza infra estruturais, higienistas ou de embelezamento, para citar apenas alguns dos seus tipos. Todas influenciaram diretamente a atual configuração urbana da cidade do Rio de Janeiro pela sua malha urbana, traçados, vazios, conjunto edificado, vegetação, aterros, seus morros ou a remoção destes. É possível observar as camadas do passado nessas disposições da cidade. O método de documentar tais mudanças também foi evoluindo com o tempo. Os primeiros registros foram feitos por meio de desenhos, pinturas, mapas cartográficos e fotografias, inicialmente executados em meio físico e posteriormente, já no século XX, em meio digital – alguns permanecem preservados e acessíveis via consulta aos órgãos competentes, enquanto outros estão inacessíveis ou se perderam ao longo do tempo, dificultando o estudo e a compreensão das intervenções ocorridas nas cidades.

Diante deste cenário, este trabalho tem por objetivo demonstrar resultados obtidos ao longo da experimentação utilizando representações tridimensionais como ferramenta investigativa, as quais, também, se configuram como cartografias auxiliares; documentos capazes de auxiliar a leitura das transformações morfológicas das edificações que hoje abrigam a Escola de Música da UFRJ, a antiga sede social do Automóvel Clube do Brasil e seu entorno imediato ao longo da história. Tais representações pretendem reproduzir em modelos tridimensionais físicos e digitais os diferentes momentos da história deste pequeno trecho da cidade a partir do período da Construção do Passeio Público no século XVIII, até os dias atuais.

Para tanto o método utilizado nas investigações cujos resultados parciais são apresentados neste artigo, partem de uma estrutura metodológica dividida em etapas distintas, inter-relacionadas e de forma linear – muito embora o processo nem ocorra de modo linear. Tais etapas se dividem em: revisão da literatura; busca de documentos e iconografia em órgãos competentes; sistematização das informações; triangulação

dos dados; produção das primeiras bases bidimensionais planimétricas; os primeiros estudos partindo de modelações tridimensionais físicas (maquetes) reutilizando materiais descartados; a produção das peças planimétricas definitivas; e, por fim, a produção dos modelos tridimensionais físicos definitivos em bom nível de detalhamento das transformações morfológicas do recorte urbano escolhido.

Este trabalho configura uma das iniciativas do grupo de pesquisa “Representações Tridimensionais como Documentos da Memória” coordenado pelo professor Msc. Romulo Guina em parceria com suas bolsistas de iniciação científica desenvolvida no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá unidade Praça Onze, em parceria com programa Educare – Universidade Corporativa Estácio.

2 | REGIÃO DO PASSEIO PÚBLICO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Para iniciar a apresentação dos resultados deste trabalho é pertinente fazer um breve resumo das principais transformações identificadas ao longo do tempo a partir da metodologia adotada. O primeiro critério estabelecido se refere ao marco temporal inicial, o qual foi estabelecido como a inauguração do Passeio Público, parque responsável pelo nome do recorte urbano aqui discutido. Reconhecido como o primeiro projeto de parque público na cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, cujo traçado inicial foi projetado pelo Valentim da Fonseca Silva, mais conhecido como Mestre Valentim em 1783, e reformado em 1862 por Auguste Marie François Glaziou após a passagem da família imperial portuguesa pelo Brasil (SCHLEE, 2008). Sua construção foi feita na área onde se encontrava a Lagoa do Boqueirão da Ajuda (figura 1), uma lagoa com acesso direto ao mar que foi aterrada para tal fim, onde se permitiu a criação do espaço livre, a abertura de novas ruas, e implantação da Fonte das Marrecas, estrutura auxiliar no fornecimento de água potável para cidade, e que por sua envergadura, tinha clara intenção de expandir a cidade para a direção sul.

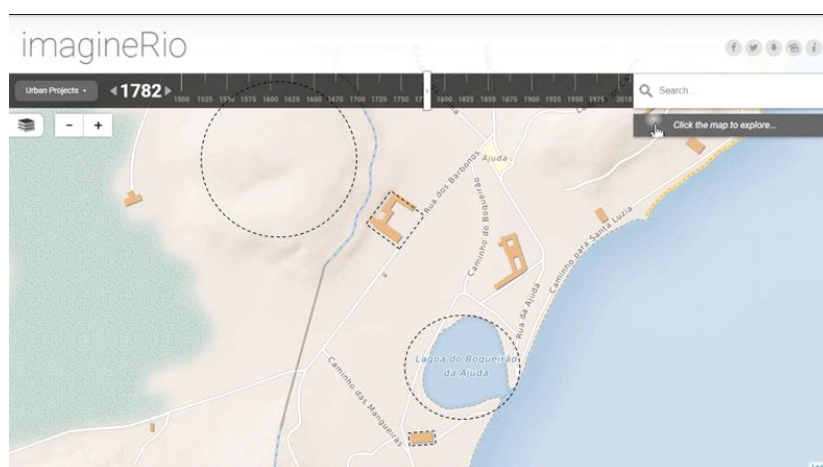
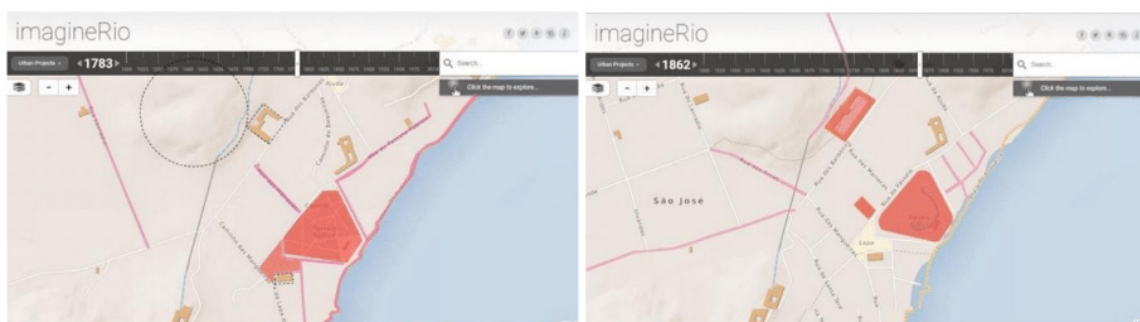


Figura 1: Região do Passeio Público no período em que ainda era formado pela Lagoa do Boqueirão em 1782 (ImagineRio, 2018)

A região era limitada a leste pela praia do Boqueirão e a noroeste pelo morro do

Santo Antônio. Neste trecho da cidade, existiam pré-existências urbanas tais como ruas e caminhos, cujas principais podemos destacar a Rua da Lapa do Desterro (antigo Caminho da Glória, atual Rua da Lapa e Rua do Passeio) que se encontrava com a Praça da Lapa, espaço que fora construído ao lado do Passeio Público. A partir da praça a rua seguia como o Caminho das Mangueiras (atual continuação da rua da lapa e Praça da Lapa) até encontrar com a Rua dos Barbonos (atual Rua Evaristo da Veiga). Próximo ao fim da Rua dos Barbonos existia o Caminho do Boqueirão (antes da construção do Passeio Público (figura 2) encontrava-se com o Caminho da Glória que atualmente é uma área edificada), até chegar à Praça da Ajuda (atualmente parte da Rua 13 de Maio e Praça Marechal Floriano, conhecida como Cinelândia (GERSON, 2013).



Figuras 2 e 3: Transformações na região do passeio com a construção do Passeio Público em 1783 (ImagineRio, 2018); Transformações da região do Passeio na época da reforma do Passeio Público 1862 (ImagineRio, 2018)

Para a construção do Passeio Público foi expandida a Rua do Caminho do Passeio (antigo Caminho da Glória, atual Rua do Passeio) e aberta a Rua Belas Noites (atual Rua das Marrecas), as quais fechavam essa nova malha urbana ordenada, com traçado regular, seguindo os moldes internacionais das grandes metrópoles. Essa lógica continuou até a reforma do Passeio Público por Glaziou, momento onde ocorreu a criação de ruas transversais a Rua da Mangueira (com seu novo nome), a Rua dos Arcos, ao lado do Morro do Santo Antônio e o aumento da Praça da Lapa (RODRIGUES, 2015). Nesta época, a região estava se tornando o “novo rosto” que se desejava para a cidade (figura 3), a qual, até este momento, voltava-se quase exclusivamente para o comércio mercantil extrativista na região do porto (RODRIGUES, 2015).

As próximas transformações significativas datam de 1903. A cidade passava neste momento pela grande reforma “higienista” do Prefeito Pereira Passos (figura 4), inspirada no traçado proposto pelas reformas de Haussmann em Paris, com o objetivo de alcançar a imagem de uma cidade cosmopolita nos moldes Franceses. Nas proximidades do Passeio aconteceram construções de imponentes edifícios em estilo eclético como Palácio Monroe em 1904 (já demolido, que ficava situado na área hoje ocupada pela Praça Mahatma Gandhi), bulevares, abertura de novas ruas, como a Avenida Mem de Sá (1908) que provocou um corte no quarteirão em frente ao Passeio Público, e a remoção de edifícios coloniais paralelos aos Arcos da Lapa (DE

AZEVEDO, 2003, MARTINS, 2008), restando apenas os edifícios estilísticos ou os de maior importância funcional para a cidade. Houve o alargamento da Rua Treze de Maio, criação e expansão de espaços públicos como a Praça dos Arcos (1908), Praça da Lapa (1908), e grandes investimentos em arborização urbana (AZEVEDO, 2003).

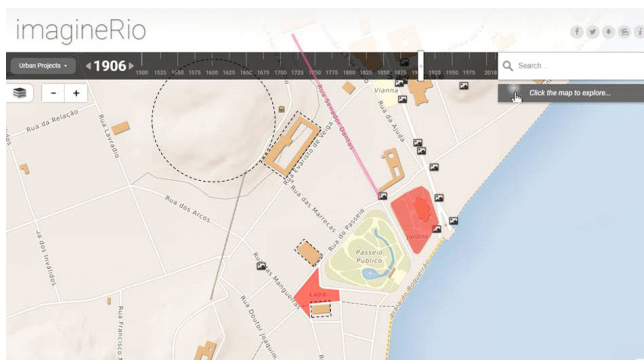
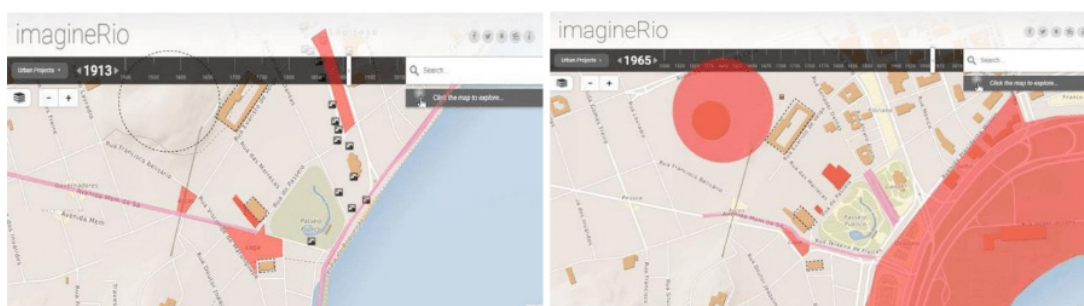


Figura 4: Região do Passeio no final da reforma do prefeito Pereira Passos (ImagineRio, 2018)

Após este grande empreendimento do Prefeito Pereira Passos, a região do Passeio Público continuou em constantes transformações (figura 5), sendo habitado inicialmente por uma classe mais abastada da sociedade carioca, que, próximo a década de 1920, se transferiu para bairros da zona sul da cidade. Conforme essa migração foi acontecendo, a região do Passeio e da Lapa foi sendo ocupada por artistas, músicos, escritores, filósofos e imigrantes. Porém na década de 1940 a Lapa começou a apresentar sinais de decadência com a repressão do Estado novo, o que se acentuou fortemente com a mudança da Capital do Brasil para Brasília na década de 1960. A partir deste momento a cidade não tem mais status de capital do Brasil e ganha o título de Estado da Guanabara, momento em que são iniciados grandes planos de cunho rodoviário melhor atender um novo modelo econômico e a demanda por este criada de uma sociedade baseada no automóvel particular. Tais intervenções também utilizavam a justificativa de que estas reformas previam melhorar e modernizar o traçado da cidade pelos ideais modernistas e garantir uma imagem mais ordenada (JOSÉ, C. A. D. 2010).



Figuras 5 e 6: Região do Passeio após a reforma do Pereira Passos e vinda da edificação da Escola de Musica da UFRJ (ImagineRio, 2018); Região do Passeio após o desmonte do Morro do Santo Antonio, com o novo desenho da Av. Mem de Sá (ImagineRio, 2018)

Uma nova reforma estava para acontecer, e o projeto que foi adotado era de

autoria do Arquiteto e Urbanista Afonso Eduardo Reidy (ANDRADE, 2016; JOSÉ, 2010). O projeto para Esplanada do Morro do Santo Antônio (figura 6), que levou desmonte quase total do mesmo em 1950 (um desejo dos urbanistas desde os anos 20), preservando a parte onde o Convento de Santo Antônio e os Arcos da Lapa, antigo aqueduto da Carioca, estão implantados. Tal intervenção fazia parte da expansão da área central que se deu com abertura da Avenida Norte-Sul (figura 7) em 1965. Projetada para ser elevada sobre a República do Chile, a Av. Norte-Sul tinha objetivo de ligar a região do Passeio e Lapa com áreas próximas a Avenida Presidente Vargas. (JOSÉ, 2010; PREFEITURA, 2002; VASCONCELOS, 2014).

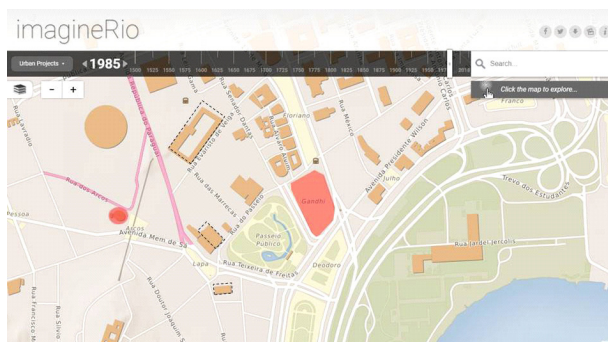


Figura 7: Após a abertura da Avenida Norte-Sul em 1965 (ImagineRio, 2018)

Na década de 1970 a área começou a ser ocupada por edifícios modernistas de escala monumental voltados para abrigar instituições estatais, como o edifício da Petrobras, BNDES e BNH, desdobramento do período mais conhecido como o “Milagre Econômico brasileiro”. Posteriormente vieram outros edifícios como conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal e a Catedral São Sebastião do Rio de Janeiro (1974). Paralelo a isso a região do Passeio passou por uma revitalização que consistiu nas reformas e os tombamentos de edificações históricas, devido às demolições que ocorreram para a construção da Avenida Norte-Sul e no Governo Chagas Freitas (1979-1983) com o discurso de se melhorar a visão dos Arcos da Lapa, o qual passou por um processo de restauração, retornando ao seu feitiço colonial original (figuras 8 e 9) (JOSÉ, C. A. D. 2010, BARROS, 2014).



Figuras 8 e 9: Remoções na região da Lapa (Decourt., 2005); Obras concluídas da Avenida Norte-Sul (Decourt, 2005)

Em 1984 entra em vigor o projeto do Corredor Cultural (1979), projeto este que tinha o objetivo de preservar determinados ambientes urbanos de valor cultural do centro histórico do Rio de Janeiro, abrangendo a Lapa, Passeio, Cinelândia, Carioca, Praça Tiradentes, Largo do São Francisco, Saara e Praça XV. Posterior a isso, não houve mudanças físicas tão significativas na região, a última grande intervenção urbanística foi em 1990 no Largo da Lapa, onde foram criadas áreas de calçadas e um passeio central com palmeiras imperiais ligando o Lampadário da Lapa aos Arcos. (MARTINS, M. 2008, SANTIAG R. B., PEREIRA, T. A.).

Nos anos 2000 existiu uma preocupação da preservação da região, logo, foi criado um decreto Estadual nº 26.459, de sete de junho de 2000 definindo a Lapa como distrito cultural que estimula o desenvolvimento econômico e social, aumentando o turismo local (figura 10). Foi também nesses anos que houveram a retomada de construção de grandes edifícios comerciais ao longo da Av. Chile. E por fim, em 2012 a Cidade do Rio de Janeiro se torna Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural urbana pela UNESCO devido a sua relação entre homem e natureza e nesse circuito consta a região do Passeio Público. (Decreto Estadual nº 26.459, de sete de junho de 2000).

Nos dias atuais a região ainda preserva parte da malha urbana “irregular”, com as antigas ruas, becos, largos e praças. Possuindo edificações em diferentes estilos arquitetônicos como o eclético, modernista, *art nouveau*, os coloniais e há os edifícios considerados sem estilo. As últimas mudanças na região tiveram um caráter de mudança na paisagem urbana como o restauro do antigo Hotel Bragança e a construção de uma torre na Rua Evaristo da Veiga.

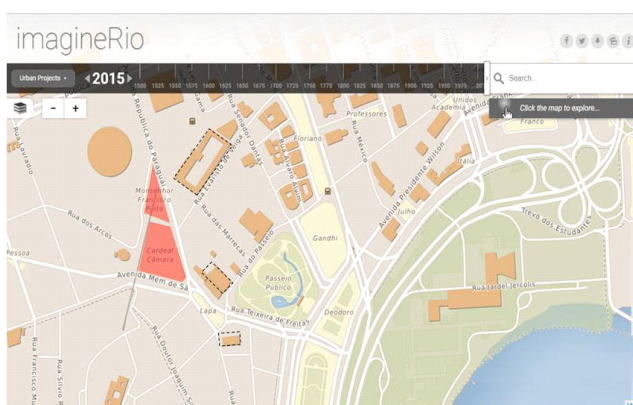


Figura 10: Região do Passeio nos dias de hoje (ImagineRio, 2018)

3 | ESCOLA DE MÚSICA DA UFRJ

O ensino de música no Brasil foi iniciado com cursos particulares até a criação da entidade do Conservatório de Música em 1841 por D. Pedro II. Foi inaugurado em um dos salões do Museu Imperial (antigo prédio do Arquivo Nacional, na atual Praça da República) em 1848. Após isto, o Conservatório passou por várias mudanças de endereço na cidade. Em 1855 foi anexado a Academia Imperial de Belas Artes na

Praça Tiradentes e próximo ali, em 1872, foi transferido pela Princesa Isabel para o edifício do Centro Cultural Hélio Oiticica na Rua Luís de Camões e lá se torna o Instituto Nacional de Música em 1889, quando proclamada a República (LORDELLO E., 2013).

Mas só em 1913 que o Instituto de Música passou a ocupar o edifício na Rua do Passeio, defronte ao clássico Passeio Público, a região havia acabado de passar pela reforma urbana do Prefeito Pereira Passos (DE AZEVEDO, 2003). O edifício da Rua do Passeio, colonial com três pavimentos, com ornamentos típicos e duas subtrações no segundo pavimento, fora comprado em 1853 pelo Imperador D. Pedro II do proprietário João da Rocha Vianna para sediar a Biblioteca real (Decreto Estadual nº 26.459, de 7 de junho de 2000), que sofreu uma mudança de fachada onde as antigas subtrações foram fechadas torando a fachada mais uniforme, robusta e clássica (figura 11).

Na inauguração do Instituto de Música, foi acrescentado um anexo ao fundo do terreno para comportar as salas de aula e a biblioteca dos alunos. Sua fachada voltava-se para Rua Evaristo da Veiga, que permitiu mais um acesso ao edifício, projeto do engenheiro Armando de Carvalho. Este anexo apresenta algumas feições ecléticas, juntando elementos de diferentes interpretações, tanto na composição da fachada quanto no seu interior e o uso de materiais (LORDELLO E. 2013).



Figura 11: Transformações nas fachadas de volume e ornamentos na Escola de Música (ImagineRio, 2018; Escritório Técnico da UFRJ, 2015)

Após sua duradoura permanência na região, o Instituto de Música passou por uma reforma de fachada em 1922 (LORDELLO E. 2013), mudando completamente sua composição e ornamentos para o estilo Eclético, que perpetuava na época nos novos edifícios da cidade. Essa mudança teve o objetivo de buscar a modernização e o embelezamento para esse edifício tão representativo para a região, que era um dos cartões postais da cidade a época. É nesse contexto de glamour que a entidade muda seu nome para Escola Nacional de Música em 1937, pelo Estado Novo.

Em 1965 aconteceram mudanças significativas para a entidade e para o edifício. Mais uma vez tem seu nome mudado, agora chamada de Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (LORDELLO E. 2013). Devida a

construção da Avenida Norte-Sul (atual República do Paraguai) na região, a volumetria da Escola de Música foi afetada, se tornando um edifício de esquina com uma fachada cega. Esta fachada ganhou um painel urbano em 1982, pintado pelo artista plástico Ivan Freitas (figura 12). A pintura retrata a paisagem antiga da praia da Lapa, com uma das fachadas do anexo da Escola de Música (LORDELLO E. 2013).



Figura 12: Fachada cega com painel artístico do pintor Ivan Freitas (Acervo dos autores, 2018)

Próximo aos anos 2000, a uma preocupação de preservação da Escola de música, assim como ocorreu com a cidade. Logo, a Escola teve seu edifício tombado em nível municipal, como Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro pelo decreto n° 12.802 de 15 de Abril de 1994. O painel da fachada tem o projeto de lei n.º 1083/2002 para seu tombamento que acontece pela Lei 4.584, de 18 de setembro de 2007. Nos dias de hoje a Escola de Música permanece com a mesma composição de fachada, tendo no seu quarteirão edifícios como a Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ e o Automóvel Clube do Brasil, este último colado em sua fachada lateral.

4 | A SEDE SOCIAL DO AUTOMÓVEL CLUBE DO BRASIL

O palacete que viria a acomodar a sede social do Automóvel Clube do Brasil já era dotado de grande importância histórica para a cidade do Rio de Janeiro, não somente pelos eventos que acomodou com grandes nomes da sociedade em várias épocas distintas, mas também por sua linguagem, escala arquitetônica, sua morfologia e o desenvolvimento urbano local. O mesmo encontra-se situado ao lado da Escola de Música da UFRJ.

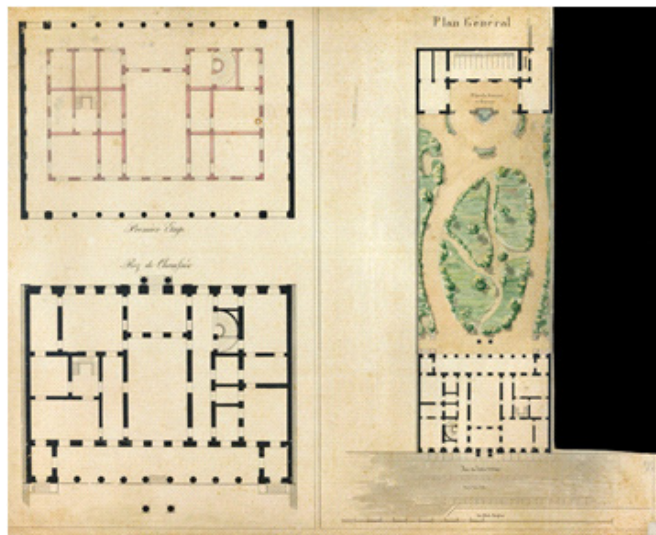


Figura 13: Projeto de palacete situado à rua do Passeio na cidade do Rio de Janeiro. Descrição física: 1 planta : desenho a bico de pena, nanquim, aquarelado, col.; 63 x 77,6 cm (acervo: Biblioteca Nacional)

O lote onde se inseriu, pertencia a José Egídio Álvares de Almeida, barão, visconde e marques de Santo Amaro (1767-1832) que ali morou, sendo vizinho ao conde da Barca. Seguido do Marques de Barbacena, militar, diplomata e importante político brasileiro. Não há registros sobre o projeto inicial do palacete, o que se tem registro é o fato da edificação ter sido alugada à sociedade Assembleia Estrangeira, onde começaram a prestigiar grandes bailes da alta sociedade, sendo transferida em 1845 à Sociedade Cassino Fluminense.

Entre os anos de 1854 e 1860, ocorreu uma grande reforma para o recebimento da sociedade recreativa dominada Cassino Fluminense, tornando-se importante agremiação da cidade. Foi projetado pelo arquiteto, pintor, poeta, teatrólogo, jornalista, professor e crítico de arte e de arquitetura Manuel José de Araújo, conhecido por Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo. Dentro do que era e de como era conhecido, Porto Alegre buscou trazer para esta arquitetura, parte dos seus preceitos críticos quanto a uma arquitetura que procurasse elementos de brasilidade, com adaptação ao clima (GALVÃO, 1959), Além de tentar compreender o momento em que vivia e para a realidade cultural e econômica brasileira.

“Trata-se de um prédio cujo fachada foi concebida dentro dos cânones de um classicismo já romântico, de linguagem austera, com pano de fachada sem ornamentos e equilíbrio entre as áreas cheias e as fenestraçãoes. O embasamento do prédio foi enfatizado por uma textura mais forte, ligeiramente rusticada, para transmitir robustez, como propôs Sebastiano Serlio (1475-1552) em seu tratado de arquitetura clássica. [...] O edifício concebido por Porto Alegre é harmônico, com proporções clássicas e marcantes, destacando-se no sítio por sua simplicidade e expressividade serena. O interior é tratado com ornamentação integrada à arquitetura, valorizando o jogo de luz e sombra, dos cheios e vazios, bem como a monumentalidade do espaço concebido.” (CAVALCANTI, 2008)

A construção em si passou por algumas dificuldades como por exemplo, ter

sido embargada pelo fiscal da freguesia de São José, Calos Gomes de Oliveira, por problema de alinhamento entre as soleiras e o plano de fachada. Sendo levado ao engenheiro da Câmara de Vereadores, Manoel da Cunha Galvão, que foi favorável a continuação da obra, que seguiu em ritmo lento, sendo inaugurada somente em 18 de setembro de 1860 com um grande baile, contando com a presença de D. Pedro II.

Grandes eventos foram realizados, como os bailes do Segundo Império, batizados dos filhos de D. Pedro II, bailes para autoridades estrangeira. Em 1889, pode festejar as bodas de prata da princesa Isabel, além do baile de 400 anos de descobrimento do Brasil. No mesmo ano, com fim da Monarquia, o prédio recebeu a primeira Assembleia Constituinte da República.

Já em 1900, passou a ser sede do Clube dos Diários, que se tratava um grupo dos poucos proprietários de carros da época e que tinham suas viagens entre Rio de Janeiro e Petrópolis. Os mesmos desejavam unir-se ao Automóvel Clube do Brasil (ACB) e depois de muitos esforços, a fusão foi concretizada. Em 1910 o edifício começa uma nova reforma, agora sob o comando de Joseph Gire, renomado arquiteto da época e executada pela construtora Januzzi. Foram responsáveis pela instalação da nort-couche metálica na portada principal, a construção do jardim de inverno e a restauração de todo o prédio.



Figura 14 - Fotografia do conjunto arquitetônico que inclui, à direita, o prédio do Automóvel Clube do Brasil. Imagem encontrada no calendário da Leitaria Bol - RJ, 1926 (fonte: <http://www.automovelclubedobrasil.org.br/historico>)

Desta forma, a rua do Passeio continuou a ser frequentada por ilustres visitantes, tendo em vista toda alta sociedade que era associada ao Clube. Além de servir como espaço para festas e celebrações políticas. Como exemplo, tivemos em 1964 o último discurso do então presidente João Goulart, antes de ser derrubado pelo golpe militar.



Figura 15 – O último discurso do presidente João Goulart nos aposentos do Automóvel Clube do Brasil (fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/cenas-do-golpe-de-64-9629516>)

No ano seguinte, o equipamento arquitetônico é tombado em nível estadual pelo decreto “E” nº. 802 – de 24 de julho de 1965, sendo sua inscrição na Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. Com a extinção do Estado da Guanabara, o tombamento é transferido para o estado, representado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC).

Ao longo de oitenta anos o edifício abrigou o Automóvel Clube do Brasil, que durante a década de 90 ainda assumiu a função de posto do Detran-RJ. A partir deste momento, pode-se observar a degradação do bem histórico pela falta de uso e descaso do estado. A prefeitura da cidade decide então, incluir o Automóvel Clube do Brasil e mais outros 35 edifícios tombados no centro da cidade, para que fossem restaurados e voltassem a funcionamento, com suas devidas atividades ou novas. Sendo assim, o prefeito leva a Câmara de Vereadores um pedido para autorização do leilão dos imóveis em 2004.

Ao longo dos últimos anos, a prefeitura estudou fazer no local um centro de memória da cidade, a nova sede do Museu da Imagem e do Som (MIS), uma galeria para o acervo art déco do colecionador português José Bernardo, além da Biblioteca Central do Rio e um clube de jazz. A prefeitura disse que o imóvel poderia até mesmo se tornar a Casa do Samba ou até mesmo uma unidade da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas após três posses de diferentes de prefeitura, nada foi feito. Grandes debates foram criados entre historiadores e arquitetos sobre os leilões e a decisão das prefeituras em privatizar o equipamento histórico como última saída para uma obra que custaria por volta de 24 milhões.

Entre os anos de 2012 e 2013 recursos municipais foram disponibilizados para obras de emergência devida a precariedade da edificação, para restauração dos telhados e reforços estruturais que ameaçavam a passagem de pedestres na rua do Passeio. Hoje encontramos somente a fachada preservada, mesmo com as pichações. Mas internamente a edificação se encontra em péssimas condições, aguardando por recursos.



Figura 16 - O salão do antigo Automóvel Clube do Brasil mostra simultaneamente sua imponência e a decadência do prédio na Rua do Passeio

Ffonte: Marconi Andrade

“Porto Alegre foi um intelectual conhecedor dos desafios do seu tempo - desafios nacionais e internacionais da segunda metade do século XIX. E, conhecendo ou integrado aos demais movimentos culturais, vai convidar artistas e profissionais a participar da construção da modernidade. Foi um dos responsáveis pela importância e imponência do patrimônio arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro, um patrimônio marcado pela expressão, riqueza e diversidade. Araújo Porto Alegre é parte viva da história da cidade, considerando que a conservação do patrimônio arquitetônico depende de sua integração na vida dos cidadãos e de sua valorização nos planejamentos urbanos. O patrimônio arquitetônico é produtor e testemunho da história e de sua importância na vida da população, constituindo um ambiente e relações indispensáveis ao equilíbrio e ao desenvolvimento local e da qualidade de vida da população. A iniciativa da prefeitura do Rio de instalar nesse prédio a biblioteca e o centro de memória, além de valorizar, pela presença de público no Centro da cidade, contribuindo para a revitalização desse espaço junto à Escola de Música da UFRJ e o conjunto do recém-recuperado Passeio Público, preserva um edifício singular, porque guarda os conceitos arquitetônicos de um neoclassicismo fluminense elaborado pelo erudito arquiteto Manuel de Araújo Porto Alegre.” (CAVALCANTI, 2008)

AS CARTOGRAFIAS AUXILIARES E SEU POTENCIAL INVESTIGATIVO

Como já dito anteriormente, a metodologia do nosso grupo de pesquisa trabalhou de forma linear, produzindo diferentes tipos de representação bi e tridimensionais capazes de investigar e documentar as transformações ocorridas ao longo tempo dos edifícios estudados neste trabalho. A investigação nos órgãos competentes demonstrou que existem pouquíssimas informações oficiais ainda documentadas dos projetos originais e as transformações posteriores. Na maioria das vezes foi preciso trabalhar a partir de fotografias de época utilizando a técnica de captação das medidas através da perspectiva fotogramétrica. A partir destes estudos foi possível digitalizar em bases bidimensionais CAD o desenho das fachadas (figura 17). A partir desta primeira etapa percebeu-se que a escola não apenas remodelou a fachada na sua última reforma, mas também acrescentou novo pavimento.

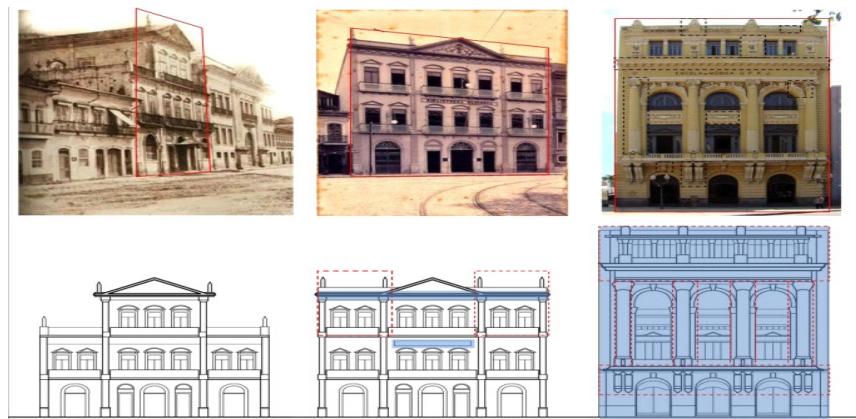
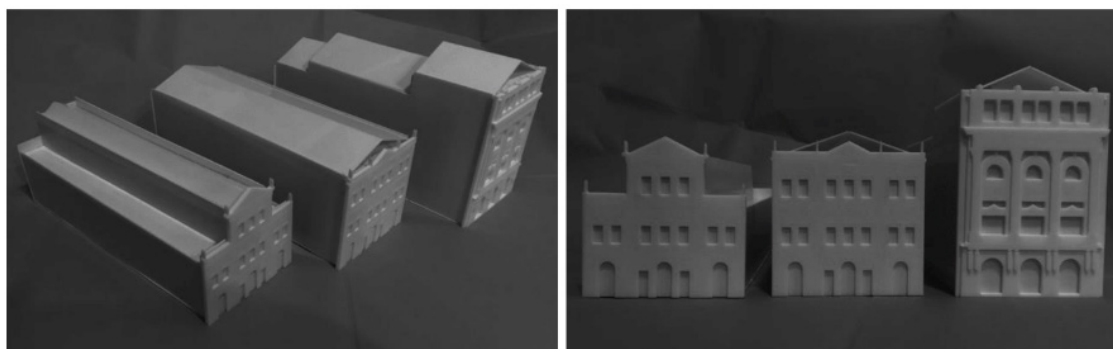


Figura 17: Transformações nas fachadas de volume e ornamentos na Escola de Musica (ImagineRio, 2018; Escritório Técnico da UFRJ, 2015; Acervo Representações Tridimensionais como documentos da memória)

Também através dos estudos fotogramétricos percebe-se que a volumetria não se modifica significativamente ao longo do tempo – a maior parte das transformações se restringem a fachada e a organização interna do edifício. Isso pode ser percebido nas figuras 18 e 19 onde vemos a evolução da altura da edificação nas suas três principais morfologias. Destaca-se aqui o fato de que o quarto pavimento acrescentado em 1922 não se estende por todo o comprimento do edifício, ampliando a área construída pelas novas demandas do edifício, mas, principalmente, garantindo maior imponência a composição através da verticalidade da fachada.



Figuras 18 e 19: Fotos das primeiras peças representativas das diferentes feições do edifício que hoje abriga a Escola de Música, e que será replicado para os demais edifícios do recorte (Acervo Representações Tridimensionais como documentos da memória)

A importância dos modelos tridimensionais físicos, as maquetes, se mostrou mister na definição e comparação das medidas e proporções encontradas em comparação com as imagens, ilustrações e mapas existentes. Foi importante momento de triangulação dos dados levantados e produzidos para verificação. A natureza física da maquete reduz as chances de enviesar o olhar e tender a determinadas interpretações. No momento em que se modela o objeto, constrói-se ele, o gesto simula a técnica, e nos aproximamos com mais precisão de um entendimento holístico da obra.

É importante ressaltar que houveram dois momentos distintos: a modelação investigativa de fato (sem compromisso com a precisão dos detalhes, entendendo os

volumes a proporção geral); e a modelação “final” onde foram empregadas técnicas e materiais de representação mais sofisticados e duráveis, garantindo maior rigor e precisão dos resultados, assim como objetos que formam o acervo em si. Evidentemente que alguns destes modelos ditos finais trouxeram novas dúvidas, e estes se tornaram objetos de investigação novamente; contudo o processo e os diferentes objetos produzidos têm importância de uma memória investigativa – como um diário de viagem. Se a cartografia é, essencialmente, um mapa para nos guiar durante a navegação, a memória da produção de novas bases cartográficas é um mapa em si para todos que queiram entender e visualizar um processo podendo replicá-lo.

CONCLUSÕES

Este trabalho é um dos resultados dos esforços do grupo de pesquisa ao qual está vinculado e é, portanto, diminuto e falho em muitos aspectos. A intenção de compartilhar esta experiência é muito menos provar a necessidade de se investir em investigações desta maneira, e sim demonstrar que através de técnicas consolidadas, simples, e acessíveis a muitos pesquisadores em diferentes áreas do planeta, pode-se inferir sobre determinados aspectos das feições passadas das cidades consolidadas.

Enquanto técnicas, não há nenhuma intenção de afirmar que houve inovação nas suas práticas, mas, talvez, nas suas utilizações. Podemos citar aqui a equipe que trabalha a anos na finalização da Basílica da Sagrada Família em Barcelona de Gaudí, equipe esta que vem utilizando sistematicamente modelos tridimensionais físicos para compreender as ideias do arquiteto e finalizar o projeto de maneira mais fidedigna possível ao que seu autor concebeu. Também podemos citar o Plástico de Roma produzido ao longo de mais de três décadas para representar a cidade de Roma no período Constantino, modelo este que é visitado anualmente por milhares de turistas que podem compreender de forma completa como era a cidade em tal período. Contudo, os modelos de estudo utilizados para fins acadêmicos visando a investigação das formas pregressas de obras e trechos importantes das cidades pode ser uma saída para falta de recursos, situação corriqueira no contexto universitário brasileiro e, acreditamos, de muitos outros países em desenvolvimento, como muitos da América Latina.

Concluimos, por fim, que é importante e necessário ressaltar a necessidade da boa utilização e o bom trânsito entre técnicas distintas, tanto as tecnologias mais avançadas quanto as mais rudimentares de pesquisa e representação. A memória das cidades passa por muitas fontes distintas e a sensibilidade e interdisciplinaridade são necessárias para boas aferições e alcance significativo dos resultados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos. **Os projetos para a Esplanada de Santo Antônio, em três décadas da Revista Municipal de Engenharia, da Prefeitura do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Docomomo, pp.1-21.

BARROS, Paulo Cesar. **As grandes intervenções na área central do rio de janeiro: a geografia histórica do morro de Santo Antônio sob a ótica dos projetos urbanísticos.** Revista geo-paisagem (on line). Niterói: Geo-paisagem, Vol. 1, N. 2

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro: notícia histórica e descritiva da cidade.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

DE AZEVEDO, André. **A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana.** Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dossiê Temático, N.10, pp.39-73

DE BARROS, Miran. **Uma cidade no trópico:** São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

DE JANEIRO, Rio. Prefeitura. **Termo de adesão municipal do RJ ao PSE Rio de Janeiro:** Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. 2009.

DO DISTRICTO FEDERAL, Prefeitura. **Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação Extensão e Embelezamento, 1926-1930.** Paris: Foyer Brésilien, 1930.

GALVÃO, Alfredo. **Manuel de Araújo Porto Alegre, sua influência na Academia Imperial das Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, v. 14, p. 19-120, 1959.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio:** e da sua liderança na história política do Brasil. Bem-Te-Vi, 2013.

JOSÉ, Carlos Alberto Direito. **A revitalização cultural da Lapa - RJ: uma análise da (re) estruturação espacial.** Revista Geo-Paisagem (on line). Niterói: Geo-paisagem, Vol. 1, N. 17.

LIMA, Evelyn. **Arquitetura do Espetáculo:** Teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e Cinelândia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

LORDELLO, Eliane. **A Escola de Música da UFRJ. Uma musa contemplando o Passeio Público.** Arquitextos, São Paulo: Vitruvius, N.153.02.

MACEDO, Joaquim Manuel. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Planeta, 2004.

MARTINS, Gabriela; OLIVEIRA, Marcio. **O que está acontecendo com a Lapa? Transformações recentes de um espaço urbano na área central do Rio de Janeiro-Brasil.** Observatório Geográfico. Niterói: UFF, pp.1-15.

PREFEITURA, Dacdorio. **Memória da destruição:** Rio, uma história que se perdeu (1889-1965). Rio de Janeiro: Arquivo da Cidade, 2002.

RODRIGUES, Antônio; OAKIM, Juliana. **As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes.** Acervo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Vol. 28, N.1, pp. 19-53.

SANTIAGO, Rodrigo; PEREIRA, Thiago. **Renovação urbana da Lapa no limiar do séc. XXI, Cidade do Rio de Janeiro, Brasil.** Observatório Geográfico América Latina. pp. 1-12.

SCHLEE, Mônica. **O Passeio Público do Rio de Janeiro.** Resenhas Online. São Paulo: Vitruvius, N.052.01.

O ENSINO DA CULTURA ATRAVÉS DO VIDEOGAME – ESTUDO DE CASO DO JOGO *NEVER ALONE*

Hélio Parente de Vasconcelos Neto

Centro Universitário UniFanor Wyden
Fortaleza – Ceará

Maria Aurileide Ferreira Alves

Centro Universitário UniFanor Wyden
Fortaleza – Ceará

RESUMO: O presente trabalho se propõe a estudar a perspectiva do game design como instrumento de ensino e propagação de cultura. Para tal estudo levamos em análise a obra de videogame estadunidense *Never Alone*, produzido pela *Upper Games* e a relação entre os elementos folclóricos do povo *Inñupiaq* e a ambientação das ações do jogo e introduzir o público geral à cultura deste povo. Analisamos a obra em relação ao conteúdo, jogabilidade e informações visuais e, ou, textuais, dados estes obtidos ao se jogar o videogame.

PALAVRAS-CHAVE: Never Alone. Game design. Cultura. Educação.

ABSTRACT: The present essay proposes to study the game design's perspective as an instrument of teaching and propagation of culture. For such study, we analysed the American video game “Never Alone”, produced by Upper Games and the relation between the folkloric elements of the Inñupiaq people and the ambience of the game's actions and

introduce the public to this people's culture. We have analysed the videogame in relations to the content, playability and visual, and, or textual information, being these data obtained via playing the game.

KEYWORDS: Never Alone. Game design. Culture. Education.

1 | INTRODUÇÃO

Não é novidade que na sociedade contemporânea jogos adquiriram seu lugar no dia a dia do lazer dos jovens, afinal, seu poder de manter a concentração em uma única tarefa durante horas é uma de suas características principais. Graças a ela é que a área pedagógica se interessou em estudar a possibilidade de inserir essa nova mídia no ensino.

Outro ponto importante a ser levantado é o crescente poder desse setor da indústria de mídia e entretenimento. No Brasil, é notável a força dessa indústria, como podemos comprovar com o seguinte trecho do artigo de Savi:

“Cerca de 23% dos brasileiros são jogadores assíduos ou casuais, o que corresponde a cerca de 45 milhões de jogadores” (Orrico, 2012). Com tamanho poder de alcance e de concentração é natural que surja o interesse de aplicar essas características no ensino. Portanto,

existem atualmente áreas dedicadas à aplicação de jogos na aprendizagem chamada de Digital Game-Based Learning – DGBL. (Savi, 2008 apud Van Eck, 2006; Orrico, 2012)

Por meio de uma rápida análise de dados coletados durante a utilização do jogo, o presente artigo busca mostrar algumas das possibilidades de sua utilização para o ensino.

METODOLOGIA

Para a realização deste artigo adotou-se uma metodologia experimental e empírica, por meio do estudo de caso do jogo que foi utilizado pelo autor para buscar compreender seu funcionamento, conhecer os personagens e sua história. Durante 30 dias, durante o mês de maio de 2018, o videogame foi jogado e as observações foram sendo feitas e registradas acerca do funcionamento, dos elementos conceituais, estilísticos e de jogabilidade para se avaliar a forma como a cultura estava sendo transmitida ao jogador. Também se fez uso de fontes bibliográficas e do material informativo fornecido pelos fabricantes do jogo, na Internet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Game Design

Antes de se falar no uso do videogame na educação convém esclarecer a importância do game design no processo de criação dos jogos, com quais etapas ele se ocupa e quais devem ser suas características.

O game design é facilmente confundido com outras etapas da produção de um jogo. Num mercado emergente como é o da produção de jogos digitais é muitas vezes difícil de se conceituar de forma clara e objetiva em que atua profissionalmente o *game designer*. Segundo Tavares (2005):

A maior parte das áreas envolvidas, especialmente música ou artes visuais, embora tenham alguns de seus conhecimentos específicos, sobretudo os técnicos, redirecionados para a atuação em um jogo como esses, tais conhecimentos não são nativos dessa área. A exceção é o profissional de game design, que domina os conceitos específicos, embora beba também em outras áreas, direta ou indiretamente relacionadas. (Tavares, 2005).

Isso significa que o processo de *game design* é um processo interdisciplinar, que se apropria não só das informações técnicas que estão na área do *design*, mas também de toda e qualquer outra área que se faz presente na criação de forma direta ou indireta. O *game design*, então, não se ocupa somente do aspecto visual do jogo, mas da obra como um todo, incluindo os aspectos psicológicos, visuais, artísticos, funcionais e estéticos.

1.1 Game Design e a Educação

Hoje em dia, a introdução do game design na educação e estudos que procuram entender a relação entre essas duas áreas se encontra cada vez mais presente no ambiente acadêmico. Várias universidades e escolas já promovem o uso de jogos digitais educacionais em sala de aula como um método alternativo de ensino. Podemos confirmar esta suposição se levarmos em conta o seguinte trecho de Savi:

Agora, ao invés das instituições de ensino fecharem as portas para os jogos, existe um crescente interesse entre pesquisadores e professores em descobrir de que formas os jogos digitais podem ser usados como recurso para apoiar a aprendizagem e quais são os seus benefícios. (Savi, 2008 apud Kirriemuir; Mcfarlane, 2004))

Se existe uma produção de conhecimento e de pesquisa nessa área, que resultados esses estudos apresentam? Que características possui um videogame que o torna desejado para a área pedagógica? Que característica deve possuir um jogo digital de caráter educativo?

Os jogos digitais proporcionam “práticas educacionais atrativas e inovadoras, nas quais o aluno tem a chance de aprender de forma mais ativa, dinâmica e motivadora” (Savi, 2008). Para que o jogo seja aplicado efetivamente na área pedagógica é necessário que o game designer tenha em mente os seguintes cinco princípios formulados por Nilsen (1994):

Capacidade de aprendizado (learnability): o game deve ser fácil de aprendido. Ícones e símbolos de grande pregnância e fácil entendimento. Eficiência (efficiency): o game deve ser eficiente, de modo que o usuário após ter aprendido possa obter um alto nível de produtividade. Capacidade de memorização (memorability): o game deve ser de fácil lembrança, de modo que o usuário casual seja capaz de retornar ao game após algum tempo sem utilizá-lo. Sem ter que aprender tudo novamente. Erros (errors): o game deve ter uma baixa taxa de erro, de modo que o usuário possa, ao cometer erros, rapidamente solucioná-los. (Nilsen, 1994).

Cientes dos princípios de Nilsen, surge um novo desafio: como desenvolver jogos educativos que não sacrifiquem seu caráter dinâmico e moderno em prol do didático. Segundo Savi:

Este é o problema atual das empresas que produzem tais jogos, pois muitas vezes, ao se dar mais ênfase no caráter didático acaba-se perdendo o lazer proporcionado pelo jogo, característica fundamental dessa ferramenta de educação. “Os jogos educacionais devem atender a requisitos pedagógicos, mas também é preciso tomar cuidado para não tornar o jogo somente um produto didatizado, fazendo-o perder seu caráter prazeroso e espontâneo”. (Savi, 2008 apud Fortuna, 2000).

Ainda sobre esse tema, Savi conclui:

Logo, conclui-se que ter componentes de prazer e diversão inseridos nos processos de estudo é importante porque, “com o aluno mais relaxado, geralmente há maior

1.2 Game Design Educativo e Cultura

Uma vez apresentadas as características do game design na educação, convém identificar a relação entre propagação de cultura e o jogo, bem como a relação entre cultura e ensino. A cultura é parte essencial do saber do indivíduo, através dela o estudante caracteriza o saber absorvido e interage com o mundo a sua volta. Por meio do contato com diferentes culturas há uma ampliação na perspectiva do indivíduo sobre o mundo, fazendo o aluno ser capaz de produzir conhecimentos mais fundamentados e elaborados. Além disso a cultura, no processo educativo está previsto na legislação. O art. 26 da Lei 12796/2013, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB, 9394/96), prevê a cultura como necessária e obrigatória no processo educativo.

No artigo A Cultura no Processo de Ensino e Aprendizagem da Educação Infantil, Geraldo (2010), nos traz a seguinte conclusão:

Analizando o que dizem vários autores percebemos quão fundamentais são os elementos culturais e artísticos para a formação da criança. Podemos até dizer que eles são o centro da formação da criança. Esses elementos possibilitam aceitação nas mais diversas formas de pensar, de questionar e agir no mundo hodierno, onde os saberes estão cada vez mais supérfluos, a consequência disso é uma sociedade provisória. (Geraldo, 2010)

Sabendo que a cultura é parte essencial no ensino, de que forma o videogame se caracteriza como parte dela? Por ser ele uma mídia que muitas vezes está ligada à uma cultura, seja pelo folclore utilizado, seja pelos ensinamentos ou simplesmente por ser uma produção artística de membros de uma sociedade específica. Os jogos digitais são ferramentas culturais de um povo:

Conforme Pierre Levy, uma tecnologia intelectual, quase sempre, exterioriza, objetiviza, virtualiza uma função cognitiva, uma atividade mental. Nesta linha entendemos os jogos digitais como ferramenta cultural compreendendo-a como exteriorização, objetivação ou virtualização de uma expressão cultural. (Silveira, 2016, p.882).

Ainda sobre esse tema:

A relação entre jogos digitais e artefato cultural já vem sendo estudada há alguns anos. De Paula aponta que se não passarmos a tratar este artefato cultural (os jogos digitais) como uma linguagem própria e salientar suas possibilidades, continuar-se-á a vê-los como transmissores do pensamento norte americano. (Silveira, 2016, p.882).

Portanto pode-se deduzir que a área pedagógica se utiliza de jogos digitais como forma de ensino e que a mesma produz e consome estudos voltados para o aperfeiçoamento dessa prática. A mídia chamada de videogame é uma representação

cultural de um povo. O estudo de caso a ser apresentado agora tem como objeto de análise a aplicação real das teorias citadas assim como as características de jogos educativos presentes na obra *Never Alone*, para isso nos utilizamos da metodologia empírica.

2. Sobre o Jogo *Never Alone*

A proposta do jogo foi a de se produzir uma plataforma que promove tanto o lazer quanto a educação e propagação da cultura nativa americana dos povos do Alaska, conhecidos como *Iñupiat*. Desenvolvido em 2015, pela empresa *Upper One Games* o jogo *Never Alone*, ou *Kisima Innitchuna* foi produzido para diversas plataformas, como as seguintes: *Steam*, *App Store*, *Mac App Store*, *GOG* e *Google Play*. A *Upper One Games* é a primeira empresa americana a pertencer à povos indígenas do Alaska.

Pela sua proposta inicial, os desenvolvedores do jogo, ao elaborar a arte e história do mesmo, entrevistaram quarenta anciões da comunidade *Iñupiat*, além de artistas, contadores de histórias e outros membros do grupo local para que os mesmos pudessem contribuir para a elaboração dos conceitos. O resultado foi um jogo único com uma representação fiel da cultura desse povo, tanto pela arte utilizada como pela história adaptada.

2.1 A História

Em *Never Alone*, ou *Kisima Innitchuna*, joga-se com uma garota *Iñupiat*, chamada Numa e uma raposa do ártico enquanto se busca encontrar a causa de uma tempestade eterna que envolve o vilarejo da garota e as terras ao redor. Durante o jogo, o usuário é apresentado às famosas personagens do folclore e um ambiente inspirador e belo tanto quanto como cruel e inóspito, característico da região do Alasca, onde, no inverno, temos temperaturas de -20 graus Celsius.

Jogue como uma jovem garota *Iñupiat* e uma raposa do ártico enquanto são encaminhados de achar a fonte de uma eterna tempestade, que ameaça a sobrevivência de tudo que conhecem. Guie os dois personagens em jogo individual ou jogue cooperativamente com um amigo ou familiar enquanto explora tundras congeladas, pulam em traiçoeiros icebergs, nada em cavernas de gelo subterrâneas e enfrenta inimigos familiares e estranhos na sua jornada para salvar a vila da garota (*Upper One Games*, 2014).

Para a narração do jogo foram contratados contadores de história do povo para quem grande parte do folclore é ensinado oralmente. O jogo está disponível em 16 idiomas, mas a narração feita durante o *gameplay* (a interação do jogador com o jogo) é realizada na língua nativa, o grupo de dialetos chamado de *Inñupiaq*. De acordo com o Centro de Línguas Nativa do Alaska (tradução Alaskan Native Language Center):

Inñupiaq é falado pelos *Iñupiat* na Península de *Seward*, Noroeste do Ártico e na região norte do Alasca. Está intrinsecamente relacionada a outras línguas Inuit espalhadas pelo Ártico Canadense e Groenlandês. É dividido em dois dialetos

principais: Peninsular de Seward e Nortenho. É estimado que apenas 2,144 falam a língua, dentre sua maioria, a população idosa. (Krauss, 2011)

Inñupiaq é uma língua, ou um coletivo de dialetos, em perigo de extinção, com cerca de 2,144 falantes, cuja maioria são idosos, portanto a produção de mídias que utilizam esse idioma é imperativa para que se conserve e propague a mesma. A língua também se encontra presente no jogo durante as chamadas sabedorias antigas.

2.2 A Arte

Como dito antes, foram contratados artistas nativos para a produção gráfica do jogo, além disso houve uma preocupação em ter como principal referência a própria produção artística daquele povo, como pinturas, objetos talhados em marfim, vestimentas, desenhos e esculturas.



Figura 1: Exemplo de arte tradicional.

Fonte: UPPER ONE GAMES, 2016.

Essa referência se reflete tanto no design de personagens, como no design de ambiente do jogo, seja pelas vestimentas utilizadas pela personagem principal, seja na forma que foram desenhadas as figuras mitológicas do jogo ou até mesmo os símbolos presentes.



Figura 2: Exemplo de vestimenta tradicional.

Fonte: UPPER ONE GAMES, 2016.

Durante as cutscenes (sequências de vídeo presentes em jogos nas quais o jogo é interrompido, não sendo interativo) do jogo percebe-se de forma mais clara a referência ao scrimshaw, definido por Da Silveira (2016) como a palavra utilizada para designar a arte do entalhe em marfim e ossos de mandíbula dos cachalotes e faz parte intrinsecamente da cultura Iñupiat, sendo esta uma das principais formas de contação de histórias folclóricas.



Figura 3: Exemplo de scrimshaw.

Fonte: UPPER ONE GAMES, 2016.



Figura 4: Exemplo de personagens do jogo.

Fonte: UPPER ONE GAMES, 2016.

2.3 O Gameplay

No que diz respeito à sua jogabilidade, *Never Alone* não apresenta sistema de pontos de vida, ao contrário de tantos outros gêneros de jogos atuais, há, contudo, a possibilidade de *Game Over* (Fim de Jogo), a obra é encaixada na categoria *Puzzle* (Quebra-cabeça) atmosférico. Apresenta poucos comandos, sendo os mesmos simples e de fácil memorização, que constitui um dos princípios básicos do game design (Nielsen, 1994). Também não possui sistema monetário ou itens a serem adquiridos. Possui jogabilidade simples que faz absorver mais intensamente a atmosfera e a ambientação da obra e promove a interação, já que permite que seja jogado por um ou dois jogadores.

A progredir com a história jogador desbloqueia uma ferramenta no menu inicial do jogo chamada de “Sabedorias Antigas”. Funcionando como um tipo de bastidores da obra, as “Sabedorias” mostram ao jogador a produção do jogo, com trechos sobre aspectos artísticos e socioculturais, como por exemplo: o processo de animação, design de personagens e trilha sonora (aspectos artísticos) e entrevistas na língua

materna do povo Inñupiaq, onde o consumidor do jogo é exposto ao folclore, a lenda utilizada no jogo, a arte tradicional, a língua, a comunidade, a vida daquele povo e muito mais (aspectos socioculturais). São mais de trinta minutos de vídeo, num total de 28 vídeos que compartilham os conhecimentos e a cultura transmitidos de geração em geração na comunidade.



Figura 5: Imagem de uma das sabedorias antigas.

Fonte da imagem: UPPER ONE GAMES, 2016.

O videogame é muito bem elaborado tanto no quesito história, no quesito gameplay e também na parte gráfica, tornando-o um jogo não só educativo, mas interativo e dinâmico, que se faz necessário na área de jogos educacionais.

CONCLUSÃO

O ramo do game design educativo está cada mais presente no mundo acadêmico e seu principal desafio é produzir jogos de qualidade, que promovam lazer e que também promovam educação. No que diz respeito ao ensino pela cultura e a sua relação com jogos digitais, *Never Alone* é um exemplo atual de jogo educativo que, quando visto como estudo de caso de design, serve para que sejam percebidas as características básicas para que um jogo seja considerado educacional e também as características de um jogo digital funcional, que propaga a cultura de uma comunidade remota de forma respeitosa, educativa e dinâmica.

Portanto, acredita-se que este seja um bom exemplo de como esta mídia pode ser explorada e utilizada para fins educativos e de transmissão de informações tão sutis e tão importantes para a preservação das memórias dos povos, como a cultura. Neste sentido, após o panorama aqui exposto e com o caso aqui analisado, acredita-se que o design de games tem muito a contribuir para a inserção positiva do game no ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

- CARLOS DA MORA FILHO, Antônio; PIRES DE OLIVEIRA, Marcelo. **Folclore E Videogame: Jogando, Aprendendo E Valorizando A Cultura Popular**. Curitiba: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017. 13 p.
- CARLOS DA SILVEIRA, Guaracy. **Jogos Digitais Como Ferramenta Cultural: Uma Proposta Interdisciplinar**. São Paulo: SBC - Proceedings Of SBGames, [2016]. 880 - 888 p.
- CONDITT, Jessica. **Never Alone Review: Into The Storm**. 2014. Disponível em: < <https://www.engadget.com/2014/12/10/never-alone-review-into-the-storm/>>. Acesso em: 30 maio. 2018.
- DALLA ZEN, M.I.H. **Planejamento: Análises Menos Convencionais**. Porto Alegre: Mediação, 2000 (Cadernos de Educação Básica, 6) p. 147-164.
- FORTUNA, Tânia Ramos. **Sala De Aula É Lugar De Brincar?** Porto Alegre: Mediação, 2000 (Cadernos de Educação Básica, 6) p. 147-164.
- GERALDO, Antonio Ferreira; CARNEIRO, Neri de Paula. **A Cultura No Processo Do Ensino E Aprendizagem Da Educação Infantil**. [S.l.]. [S.d.]
- HSIAO, Hui-Chun. **A Brief Review Of Digital Games And Learning**. DIGITEL 2007, The First IEEE International Workshop on Digital Game and Intelligent Toy Enhanced Learning. Los Alamitos, CA, USA: IEEE Computer Society, 2007. 124-129 p. Disponível em: <<http://doi.ieeecomputersociety.org/10.1109/DIGITEL.2007.3>>. Acesso em 30 maio. 2018.
- JODAS DIAS, Thiago et al. **Estudo Sobre Os Diversos Gêneros De Jogos E Sua Aplicabilidade No Ensino**. Vila Jacuí, 2014. 5 p. Disponível em: <<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/estudo-sobre-os-diversos-generos-de-jogos-e-sua-aplicabilidade-no-ensino>>. Acesso em: 30 maio 2018.
- KIRRIEMUIR, John; MCFARLANE, Angela. **Literature Review In Games And Learning**. Bristol: Futurelab, 2004. 39 p. Disponível em: <http://www.futurelab.org.uk/resources/publications_reports_articles/literature_reviews/Literature_Review378>. Acesso em 30 maio: 2018.
- KRAUSS, Michael. **Alaskan Native Languages**. 2011. Disponível em: <<http://www.alaskanativelanguages.org/>>. Acesso em: 30 maio. 2018.
- LUIS FARDO, Marcelo. **A Gamificação Aplicada Em Ambientes De Aprendizagem**. Santa Catarina: CINTED-UFRGS, 2008. 6 p.
- NIELSEN, Jakob; LORANGER, Hoa. **Usabilidade Na Web**. Elsevier Brasil, 2007.
- ORRICO, Alexandre. **Mercado Brasileiro De Games Já O Quarto Maior Do Mundo E Deve Continuar A Crescer**. O Estado de São Paulo, São Paulo. 08 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/1165034-mercado-brasileiro-de-games-ja-e-o-quarto-maior-do-mundo-e-deve-continuar-a-crescer.shtml>>. Acesso em: 30 maio. 2018.
- PIRES DE OLIVEIRA, Marcelo; CARLOS DA MOTA FILHO, Antônio. **Folk-Game: Como A Cultura Popular Pode Ser Adaptada Para Os Jogos Eletrônicos De Computador - O Caso De Never Alone**. Ponta Grossa: RIF Artigos/Ensaio, 2017. 87-103 p. v. 15.
- PRENSKY, Mark. **Digital Game-Based Learning**. New York: McGraw-Hill, 2001.
- SAVI, Rafael. **Jogos Digitais Educacionais: Benefícios E Desafios**. Santa Catarina: CINTED-UFRGS, 2008. 10 p.

TAVARES, Roger. **Fundamentos De Game Design Para Educadores**. Salvador, Bahia: [s.n.], 2005. p. 6.

UPPER ONE GAMES, LLC. **A Great Story Has The Ability To Move The Audicience In Many Ways**. 2014. Disponível em: <<http://www.upperonegames.citci.org/>>. Acesso em: 30 maio. 2018.

UPPER ONE GAMES, Never Alone. **Inspirational Art**. 2016. Disponível em: <<http://neveralonegame.com/inspirational-artwork/>>. Acesso em: 30 maio. 2018.

UPPER ONE GAMES, Never Alone. **Never Alone**. 2016. Disponível em: <<http://neveralonegame.com/game/>>. Acesso em: 30 maio. 2018.

VAN ECK, Richard. Digital game based learning: **It's Not Just The Digital Native Who Are Restless**. Educause Review, vol. 41, pg. 16–30, 2006. Disponível em: <<http://net.educause.edu/ir/library/pdf/ERM0620.pdf>>. Acesso em: 30 maio. 2018.

O GTDN E A PROPOSTA DE DESINTEGRAÇÃO DO CAMPESINATO COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE

Francisco Antonio da Silva

Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), Campus de Limoeiro do Norte.

Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Limoeiro do Norte - Ceará

Alba Maria Pinho de Carvalho

Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

Fortaleza - Ceará

RESUMO: A questão regional brasileira ou a fratura na unidade nacional, gestada desde o início da constituição do Estado-Nação no século XIX, não foi tratada como problema nacional até meados da década de 1950, quando ganhou espaço no campo das políticas de desenvolvimento econômico, especialmente com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), presidido por Celso Furtado a partir de 1958, cujo objetivo consistia na realização de um diagnóstico sobre as disparidades regionais de

desenvolvimento e de níveis de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. Neste trabalho analisaremos a questão da desintegração do campesinato presente no relatório *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, elaborado por Celso Furtado em nome do GTDN, em 1959. O relatório aponta como solução para o problema econômico nordestino a diversificação da produção através do esforço de industrialização da região. No entanto, para que pudesse ocorrer o processo de industrialização seria necessário resolver, em primeiro lugar, os problemas da oferta de alimentos e da mão-de-obra. Assim, o relatório do GTDN define como prioritário a reestruturação da agricultura, o deslocamento da mão-de-obra excedente para a nova fronteira agrícola maranhense e a eliminação progressiva da *agricultura de subsistência*, considerada o setor mais vulnerável à crise de produção causada pelos efeitos das secas.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Regional. Nordeste. Agricultura. Campesinato. Mão-de-obra.

ABSTRACT: The Brazilian regional question or the fracture in the national unity, which had been created since the beginning of the Nation-State constitution in the 19th century, was not treated as national problem until the mid 1950s,

when it gained space in the field of economic development policies, especially, with the creation of the Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), presided over by Celso Furtado from 1958, whose objective was to make a diagnosis about the regional disparities of development and income levels between the Northeast and Center-South of the country. In this paper we will analyze the question of the disintegration of the peasantry present in the report *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, elaborated by Celso Furtado on behalf of the GTDN in 1959. The report points out as solution to the Northeast economic problem the diversification of production through effort of industrialization in the region. However, in order for the industrialization process to take place, it would be necessary to solve, firstly, the problems of food supply and manpower. Thus, the GTDN report defines as priority the restructuring of agriculture, the displacement of surplus manpower to the new agricultural frontier of Maranhão and the progressive elimination of subsistence agriculture, considered the sector most vulnerable to the crisis of production caused by the effects of droughts.

KEYWORDS: Regional Question. Northeast. Agriculture. Peasantry. Manpower.

1 | INTRODUÇÃO

A catástrofe representada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) selou a falência de instituições criadas no século XIX quando a economia de mercado atingiu a sua plenitude. Em *A Grande Transformação: as origens de nossa época*, escrito durante a Segunda Guerra Mundial, Karl Polanyi analisa as origens política e econômica da ruína da *civilização do século XIX*, baseada em quatro pilares fundamentais: a) o sistema de equilíbrio de poder; b) o padrão internacional do ouro, que simbolizava uma organização única na economia mundial; c) o mercado auto-regulado; e, c) o Estado Liberal (POLANYI, 2000).

Destas instituições, duas econômicas (padrão-ouro e mercado auto-regulado) e duas políticas (sistema de equilíbrio de poder e Estado liberal) “determinaram os contornos característicos da história de nossa civilização” e seu fim catastrófico revelou os limites de das formações sociais baseadas na economia de mercado ou no mercado auto-regulado. No entanto, a instituição (e a ideologia) do mercado “auto-regulado” necessitou de uma “violência demoníaca” ainda maior, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), para que fosse percebido o perigo de aniquilação da “substância humana e natural da sociedade” (POLANYI, 2000, p. 17). O Estado liberal foi sacrificado junto com a economia de mercado e o equilíbrio de poder passou a ser exercido por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas comissões e agências especializadas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução de Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial), ambos criados em 1944 na qualidade de agências especializadas do Sistema das Nações Unidas, incorporaram a *haute finance* – instituição hegemônica no plano internacional

entre último terço do século XIX e o primeiro terço do século XX, conforme observou o húngaro Karl Polanyi. Nesse sentido, o Banco Mundial e o FMI funcionam como o elo principal entre a organização política e a economia mundial, definindo as políticas de desenvolvimento econômico a serem executadas em cada país ou região, já que assumiram o controle da organização e técnicas das finanças internacionais.

Paralelamente ao controle das finanças internacionais pelo FMI e o Banco Mundial uma herança do século XIX sobreviveu e se conectou mais profundamente às estruturas mentais: a ideia de progresso, agora sob o apanágio do desenvolvimento. Neste novo cenário, as condições para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento passavam pela planificação da economia e a utilização racional (planejada) dos recursos naturais e financeiros. O planejamento do desenvolvimento econômico tornou-se, desta forma, o tema central das políticas de desenvolvimento adotadas no segundo pós-guerra, atribuindo-se, no plano internacional, ao Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) a coordenação do trabalho econômico e social da ONU, das agências especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas. Por outro lado, o ECOSOC passou a se responsabilizar pela formulação de recomendações e pela realização de atividades relacionadas ao desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, população, condição da mulher, entre outras questões econômicas e sociais (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, s. d.), criando cinco comissões regionais para coordenação dos trabalhos da ONU em todo o mundo: a Comissão Econômica para a África (CEA), a Comissão Econômica para a Europa (ECE), a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA) e a Comissão Econômica e Social para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Criada em 1948, a CEPAL tem como função o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento da região e sua presença no Brasil teve início em 1952 com a criação do Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDE (COMISSÃO ECONÔMICA E SOCIAL PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE, s. d.), presidido por Celso Furtado a partir de 1953, responsável pela elaboração do estudo *Análise e projeções do desenvolvimento econômico*, no qual realiza o diagnóstico da economia brasileira e um programa de desenvolvimento para o período de 1955-1962 (GRUPO MISTO DE ESTUDOS CEPAL/BNDE, 1957). O trabalho do Grupo Misto CEPAL-BNDE foi fundamental para “aplicar uma metodologia que era recente e que se aplicou pela primeira vez no Brasil” (FURTADO, 2009, p. 108), resultando na elaboração do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo como meta principal para o desenvolvimento a industrialização do país.

No entanto, à medida que avançava o processo de industrialização aumentavam também as disparidades regionais de desenvolvimento e de níveis de renda entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul. Em 1958, quando de sua designação para a coordenação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Celso Furtado realiza um diagnóstico da economia nordestina e propõe um plano de

ações materializado no relatório *Uma política de desenvolvimento econômico para Nordeste*, de 1959, no qual aponta a reestruturação da economia da região semiárida como condição primordial para o desenvolvimento do Nordeste. É este aspecto que analisaremos neste trabalho, com destaque para o risco de desintegração do campesinato que as medidas indicadas no relatório apresentam.

2 | IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS CENTRAIS DO DESENVOLVIMENTO NORDESTINO

O diagnóstico sobre o subdesenvolvimento nordestino realizado no relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 1967) resgata as interpretações de Celso Furtado sobre o desenvolvimento brasileiro e os estudos da CEPAL sobre planejamento e desenvolvimento econômicos. A relação entre o Nordeste e o Centro-Sul – no relatório a região Centro-Sul compreende os Estados litorâneos, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, e os Estados mediterrâneos (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás – é compreendida a partir da análise cepalina da relação centro-periferia, a partir da qual são demonstradas as disparidades entre as duas regiões.

Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste situa a região no quadro mais geral do desenvolvimento nacional e faz “uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste [...] e um conjunto de recomendações concretas [...] que poderão modificar os dados desse problema e encaminhar uma solução definitiva do mesmo” (GTDN, 1967, p. 9).

Os aspectos centrais do relatório podem ser expressos na identificação de seis problemas fundamentais para o desenvolvimento da região, os quais destacamos resumidamente: a) as disparidades de níveis de renda e de ritmo de crescimento; b) a política de desenvolvimento adotada a partir de 1948, fundamentada na transferência de renda do Nordeste para o Centro-Sul do país; c) o impacto da política cambial nas exportações nordestinas; d) a falta de diversificação da produção interna, que somente poderia ser superada pela industrialização; e) a crise de produção resultante da característica principal da economia nordestina – formada pelo complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento; e f) o excedente de mão-de-obra.

Quanto ao primeiro problema, o relatório afirma que as *disparidades de níveis de renda e de ritmo de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul* estão na raiz do problema do desenvolvimento econômico nacional. Por exemplo, a renda média do nordestino correspondia na década de 1950 a um terço da do habitante do Centro-Sul. Por outro lado, a renda era mais concentrada no Nordeste, resultando em disparidades nos níveis de vida ainda maiores.

A ausência de uma compreensão adequada dos problemas decorrentes da disparidade de níveis de renda está na raiz do segundo problema, pois contribuiu

para que a *política de desenvolvimento agravasse ainda mais essas disparidades*. Assim, a própria política de industrialização posta em prática desde 1948 resultou no aumento das disparidades de desenvolvimento entre as diversas regiões do país, especialmente, entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Neste sentido, a escassez de divisas, criada pela política de desenvolvimento e pelos subsídios aos investimentos industriais através do controle das importações, favoreceram amplamente a região Centro-Sul. Dessa forma, parte da renda gerada pelas exportações nordestinas “sofre grande erosão”, em virtude da parcela despendida nos mercados do Centro-Sul para aquisição de “equipamentos e produtos semi-elaborados, que as indústrias requerem”, sendo agravada “pelo controle de importações [...] que favorecia as importações sem equivalente nacional, muito menos frequente na folha de compras do Nordeste [...]” (GTDN, 1967, p. 26). Em virtude da política de controle de importações houve, de acordo com o relatório, uma transferência média de renda do Nordeste para o Centro-Sul em torno de 24 milhões de dólares anuais no período de 1948 a 1956.

Desta forma, o *documento* afirma que, em primeiro lugar, o Nordeste contribuía na época, por meio do fornecimento de divisas, para o desenvolvimento do Centro-Sul. Em segundo lugar, o “Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que o inverso...” (GTDN, 1967, p. 26). Além das transferências de recursos provocadas pelas políticas cambial – o controle cambial foi utilizado como instrumento político no período de 1946 a 1955 – e de seleção de importações, as relações econômicas entre as duas regiões caracterizavam-se por outro elemento que tem grande peso nas disparidades regionais de desenvolvimento, a partir de “um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (o governo federal) em sentido inverso” (GTDN, 1967, p. 10).

As transferências de renda realizadas pelo governo federal aumentavam nos anos de seca, “diluindo-se em obras assistenciais”, enquanto o setor privado realizava transferências do Nordeste, principalmente, nos “anos bons” em busca de melhores oportunidades de investimento no Centro-Sul (GTDN, 1967, pp. 10-11). O documento aponta para o fato de que se esses recursos privados fossem invertidos na região Nordeste “criariam oportunidades de emprego permanente para a população, ao passo que as transferências do governo federal têm em grande parte, o caráter de simples gastos assistenciais” (GTDN, 1967, p. 11). No entanto, o problema da transferência de receitas entre Norte e Sul tem uma história mais longa, pois remonta ao início do Segundo Reinado do Império do Brasil, na década de 1840. Vilella (2007), analisa a contribuição relativa das províncias dos chamados Norte e Sul do Império para o total das receitas e despesas do governo central e os resultados a que se chegou indicam uma contribuição desproporcional das províncias do Norte para a arrecadação central, o que vai ao encontro das observações de contemporâneos, bem como pesquisas anteriores sobre o tema. Vilella (2007) analisa as receitas e despesas do Império do

Brasil de 44 anos fiscais (1844-45 a 1889) e concluiu que o Norte efetuou transferências líquidas de recursos fiscais em 39 dos 44 anos analisados, ou seja, em 90% dos casos. Dos cinco anos nos quais ocorreu o movimento contrário, três deles coincidiram com gastos associados ao socorro prestado às vítimas das secas em 1877-8, 1878-9 e 1889.

Esta situação leva ao problema seguinte: *o do impacto da política cambial na pauta de exportações do Nordeste*. Esse fator se reveste de grande valor explicativo para a compreensão do comércio externo brasileiro entre o final da década de 1940 e a primeira metade da seguinte, pois o câmbio sobrevalorizado levou a perda de competitividade das exportações brasileiras, principalmente depois de 1949 (LOCATELLI; DA SILVA, 1991), situação agravada com a queda dos preços internacionais dos principais produtos de exportação nordestinos, como açúcar, cacau, fumo, cera de carnaúba, couros e peles. Apesar disso, o relatório identifica que o setor exportador constitui o elemento dinâmico da economia nordestina, sendo responsável pelo “atual grau de limitado desenvolvimento”.

Embora as exportações para o Centro-Sul tivessem crescido no período com maior intensidade e apresentado maior estabilidade, não compensaram as perdas com as vendas para o exterior. Nesse sentido, embora o aumento das exportações de produtos primários consistisse “[na] forma ‘barata’ de uma economia crescer (...) nem sempre essa linha de desenvolvimento está aberta, ou apresenta as dimensões requeridas”, o que caracteriza o *problema da falta de diversificação da produção interna*. Por isso, “o desenvolvimento só é factível mediante a diversificação da própria produção interna, ou seja, pela industrialização”. Assim, o “atraso só poderá ser superado mediante uma política de industrialização” responsável por um triplice objetivo: 1) dar emprego a uma massa populacional flutuante, situada nos centros urbanos e vivendo sob condições de semi-emprego ou desemprego disfarçado; 2) “criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento” e; 3) fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas que tendem a emigrar para o Centro-Sul (GTDN, 1967, p. 12).

O *problema da crise de produção* relaciona-se à característica principal da economia da zona semiárida nordestina, que é formada por “um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento” (GTDN, 1967, p. 12-3). A atividade mais importante, do “ponto de vista da classe trabalhadora” é a agrícola, enquanto a pecuária constitui a atividade de “maior significação econômica” para a classe proprietária, que define a unidade de produção típica da região constituída pela “criação de gado e [pela] cultura de alguma xerófila (...) atividades que dão origem a renda monetária”. Essas atividades “combinam-se com uma agricultura de subsistência produtora de gêneros alimentícios”. É este último setor o mais afetado pelo “fenômeno periódico das secas”. Dessa forma, “[O] colapso de uma agricultura de subsistência, assume, necessariamente, dimensões de calamidade social” (GTDN, 1967, p. 13), principalmente, nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, enquanto “crise de produção, a seca é muito mais grave do que a crise típica da economia capitalista”, pois esta “decorre de um colapso da demanda efetiva” distribuindo-se por todo o sistema econômico, enquanto no caso da seca “o impacto concentra-se no segmento mais frágil do sistema: a agricultura de subsistência” (GTDN, 1967, p. 13).

Nesse ponto da análise o *relatório* tece uma crítica às ações de combate aos efeitos das secas do governo federal que se caracterizaram por ações de caráter assistencialista (medidas de curto prazo) e de construção de uma rede de açudes (mediadas de longo prazo). Essas medidas, no entanto, não conseguiram “modificar o curso dos acontecimentos”, pois as ações de longo prazo limitaram-se a criar uma demanda artificial por alimentos que só poderia ser atendida “através do suprimento externo”, enquanto as medidas de longo prazo “têm sido orientadas no sentido da criação de uma importante rede de açudes, mera etapa preliminar na execução de uma política de melhor aproveitamento de terras e água na região”. O problema dessas ações, segundo o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, é que “têm contribuído, indiretamente, para fixar na região um excedente demográfico crescente, sem modificar em nada os dados fundamentais do problema” (GTDN, 1967, p. 13).

A seção final do documento denominada *Plano de Ações*, na qual são apontadas as ações a serem desenvolvidas pelo governo federal para enfrentar o problema das disparidades regionais de desenvolvimento, estrutura-se em quatro diretrizes básicas que são (GTDN, 1967, p. 14):

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação progressiva da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torna-la mais resistente ao impacto das secas; e
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida.

Nas próximas seções nos debruçaremos com mais atenção à *problemática do excedente de mão-de-obra e da desintegração do campesinato* que está diretamente relacionada à questão da transformação progressiva da economia das zonas semiáridas.

DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE

As análises desenvolvidas pelo GTDN apontam para a importância do setor exportador da economia nordestina e das ações do governo federal no sentido “de reduzir os efeitos negativos da transferência de renda que se opera através do setor privado”. No entanto, “a ação conjugada desses dois fatores – exportações e setor governamental – tem sido insuficiente para que o Nordeste mantenha um ritmo de crescimento adequado”, cuja tendência naquela época era de “alargamento da diferença que existe entre o nível de renda daquela região e a do Centro-Sul do país”. A solução para superar as disparidades regionais de crescimento e de nível de renda teria que se firmar “no próprio mercado interno”, como ocorreu com a região Centro-Sul, que a partir da década de 1930 “logrou superar [...] o enfraquecimento do impulso dinâmico externo” apoiado no mercado interno “em seu esforço de crescimento”. No entanto, “[O] desenvolvimento com base no próprio mercado implica progressiva diversificação da estrutura produtiva, exigindo, por isso mesmo, um esforço de industrialização”. Neste sentido, o relatório aponta como necessário “analisar as causas que vêm dificultando a industrialização do Nordeste, como passo indispensável à formulação de uma política de desenvolvimento” (GTDN, 1967, p. 48).

Essa política de desenvolvimento deve considerar “a existência de duas economias no país, em estádios distintos de desenvolvimento” e que muito do que foi feito “em prol da industrialização, tem contribuído (...) para agravar as disparidades regionais e dificultar a integração das diversas regiões do país em um só sistema econômico”. Como “os processos econômicos são cumulativos e de difícil reversão” a industrialização do Nordeste, sem um conjunto de ações coordenadas, “estará condenada a uma progressiva perda de terreno” frente ao Centro-Sul (GTDN, 1967, p. 57).

Na perspectiva desenvolvida no *documento* um plano de industrialização para o Nordeste deveria ter dois objetivos centrais: 1) reorganizar as indústrias tradicionais da região, prejudicadas pelos fatores antes referidos, tendo como fim “reconquistar a posição que antes detinham em face do parque industrial do Centro-Sul” (pp. 57-8); 2) “modificar a estrutura do sistema industrial da região, com a instalação de indústrias de base, criando, assim, um sistema capaz de autopropagação” (GTDN, 1967, p. 58).

As condições materiais para a formulação de uma política de industrialização do Nordeste pareciam dadas naquele momento, como aponta a análise do Grupo do Nordeste. São elas:

- (a) um mercado de dimensões razoáveis para um grande número de produtos manufaturados de uso correntes; (b) uma oferta elástica de energia elétrica nos principais centros urbanos; (c) disponibilidade de certas matérias-primas, com respeito às quais o Nordeste ocupa posição privilegiada dentro do país; (d) uma oferta francamente elástica de mão-de-obra não especializada a custos mais baixos que nos centros urbanos do Centro-Sul; e (e) que já existem no país instituições de financiamento governamentais, tais como o BNDE e o BNB, legalmente obrigadas

Diante de todas as condições materiais a favor da industrialização do Nordeste o que então impedia o seu desenvolvimento? A resposta para essa questão oferecida pelo *documento* é que “o ponto mais fraco das indústrias do Nordeste reside na própria agricultura da região”. Nesse sentido, “o primeiro objetivo de um plano de industrialização terá que ser o de modificar a tendência ao encarecimento relativo dos alimentos. A reestruturação da agricultura nordestina [...] constitui um pré-requisito da industrialização”, devendo-se dar “ao problema do abastecimento de alimentos às zonas urbanas a mesma alta prioridade que à intensificação dos investimentos industriais” (GTDN, 1967, p. 60).

No *documento* o “complexo econômico nordestino” é dividido, “para fins de análise econômica, em duas grandes sub-regiões”: a faixa úmida litorânea e o interior semiárido. A primeira se estende da Bahia ao Rio Grande do Norte e se caracteriza pela elevada precipitação pluviométrica – alcançando cerca de 2.000 mm – e “por um elevado grau de especialização agrícola”. Enquanto economia agrícola de exportação “a faixa úmida do Nordeste alcançou alto grau de produtividade, em plena época colonial, o que justificou a constituição de um importante núcleo demográfico”, cuja expansão, a partir desse núcleo inicial, “foi determinando a expansão de uma faixa de economia de subsistência, que se traduzia na ocupação das terras de qualidade inferior do Agreste ou do interior semi-árido” (GTDN, 1967, p. 49).

Mais uma vez o documento elaborado pelo GTDN simplifica a questão da formação econômica da região ao contrapor um setor dinâmico da economia nordestina a um setor considerado atrasado e de baixa produtividade – a agricultura de subsistência. O que o *documento* denomina de agricultura de subsistência constitui um fenômeno muito complexo, que envolve a produção para o abastecimento do mercado interno, que movimentou o comércio interprovincial, no período do Império, e o comércio entre as capitanias, no período colonial. Esse setor econômico é responsável pela produção de farinha de mandioca e de cereais (milho), feijão, milho, arroz, fumo, aguardente, couro, carnes, sebo, toucinho, madeira, borracha, sal entre outros produtos de grande valor comercial, responsável pela constituição de grupos econômicos em torno da produção e comercialização destes produtos. Por outro lado, garantia uma fatia importante do mercado externo, inclusive, com o *consumo* aparente, que se constituía pela comercialização para o exterior de parte das mercadorias que aparentemente seriam comercializadas internamente através do comércio de cabotagem (MARCONDES, 2012). Ainda em relação ao comércio exterior é importante destacar o espaço ocupado pela cachaça e o fumo nas relações comerciais do Brasil com a costa africana ocidental, quando essas mercadorias eram trocadas por escravos africanos em Angola. A carne seca também ocupou papel importante no tráfico transatlântico de escravos. O fim do tráfico transatlântico, a dominação do oceano atlântico pelos ingleses e a colonização africana no final do século XIX representaram um duro golpe para as relações entre o

Brasil e a África e a consequente perda de um mercado consumidor para os produtos brasileiros (COSTA e SILVA, 1994).

Detendo-se às últimas décadas que antecederam a elaboração do *documento*, o GTDN observa que “as exportações para o exterior foram substituídas por exportações para o Sul do país” permitindo que a economia regional nordestina atravessasse “uma crise de grandes proporções no mercado internacional do açúcar, numa etapa caracterizada pela rápida intensificação do crescimento demográfico (...) sem sofrer modificações estruturais de maior monta”. Mesmo com as inversões realizadas no setor pelo Banco do Brasil que permitiram a elevação da “rentabilidade da indústria”, enquanto “fonte de emprêgo e renda, o setor açucareiro deixara de constituir um fator dinâmico no complexo econômico nordestino”. Nessa linha de raciocínio, “o problema fundamental da região, consiste, exatamente, em suprir a falta desse impulso dinâmico”. A solução apontada passa pela diversificação da oferta de bens e serviços cuja única saída consiste na industrialização, tendo em vista que a “escassez da oferta de terras adequadas” impede o aumento das exportações de produtos agrícolas (GTDN, 1967, pp. 50-1). Na esteira da compreensão dualista da economia brasileira afirma-se que,

(...) se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda (GTDN, 1967, p. 51).

No entanto, mesmo que a industrialização do Nordeste “seja grandemente intensificada, não poderá por si só transformar a estrutura econômica da região com a rapidez que as condições atuais exigem”. Por exemplo, embora bem-sucedida, a industrialização não visa “dar emprêgo às grandes massas demográficas excedentes da região semi-árida”. Faz-se necessário uma saída para o problema do excedente de mão-de-obra que consistiria no “deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação das zonas áridas, para aumentar a disponibilidade de terras aráveis por homem ocupado na agricultura” (GTDN, 1967, p. 54).

A reorganização da economia do semiárido nordestino tendo como ponto de partida a reestruturação da agricultura consistiria, segundo o relatório, na primeira frente de ações para a solução das disparidades regionais de nível de renda e de desenvolvimento. Abordaremos a seguir a visão do GTDN sobre o interior semiárido, sub-região que compõe o “complexo econômico nordestino”.

4 | A REGIÃO SEMIÁRIDA NORDESTINA E AS LIMITAÇÕES DA ANÁLISE ECONÔMICA DO GTDN

Na terceira parte do relatório *Uma política de desenvolvimento econômico para o*

Nordeste intitulada Aspectos econômicos do problema das secas, o GTDN realiza uma descrição geral da região semiárida nordestina “formada por vastos territórios, que se estendem da Bahia ao Piauí, e aonde se vem desenvolvendo, secularmente, uma pecuária extensiva”, dedicando-se “desde o início a uma economia principalmente de subsistência”, enquanto na faixa úmida “se trabalhava para os mercados externos”. Por esse motivo “as atividades ligadas à subsistência da população [constituíam] preocupação secundária” na região da faixa úmida do litoral. Nesse sentido, sem “depende de impulso externo para crescer, esta economia de subsistência foi se expandindo à medida que aumentava a população” que penetrava nas regiões mais pobres de terra e água (GTDN, 1967, p. 62).

O documento apresenta a economia das zonas semiáridas “como um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento”, sendo a atividade agrícola a mais importante para o trabalhador, enquanto a pecuária representa a atividade mais importante para o proprietário de terras. A “fazenda típica da região” é constituída pela combinação da criação de gado e cultura de algodão mocó “que destinam-se ao mercado e dão origem a um fluxo de renda monetária”. De forma esquemática, “a unidade produtora das zonas semi-áridas” é apresentada “como uma estrutura formada de três camadas superpostas: a primeira, constituída pela agricultura de subsistência; a segunda, pela cultura do algodão ou alguma outra xerófila; e a terceira, pela pecuária”. A capacidade de produção dessa fazenda típica “depende, essencialmente, do número de moradores que pode alimentar, isto é, da quantidade de terras aptas para a agricultura de subsistência, graças à qual se manterá a mão de obra sem maiores encargos monetários”. Assim, é de interesse do proprietário de terras reter essa mão-de-obra, o que “explica a tendência ao sobrepovoamento, assinalado em grande parte da região semi-árida” (GTDN, 1967, p. 63).

Nessas condições o GTDN afirma “que o núcleo central da economia das zonas semi-áridas é a lavoura de subsistência, pois a renda real de grande parte da população encontra aí sua fonte primária, e as outras atividades [...] pressupõem a existência dessa mão-de-obra barata” (GTDN, 1967, p. 63). Reside neste aspecto da economia da região semiárida a vulnerabilidade aos efeitos das secas, pois “[Uma] modificação na distribuição das chuvas ou uma redução no volume destas que impossibilite a agricultura de subsistência bastam para desorganizar toda a atividade econômica”, pois a seca “provoca uma crise da agricultura de subsistência. Daí, suas características de calamidade social” (GTDN, 1967, p. 64). A lavoura é a atividade econômica mais afetada pelos efeitos das secas, pois em “algumas zonas típicas, a seca acarreta a perda praticamente total da agricultura de subsistência, sendo menores seus efeitos na produção de algodão e na pecuária”. A queda de produção ou “rendimento dos algodoeiros é causada, em grande parte, pela necessidade que têm muitos fazendeiros de soltar o gado dentro dos mesmos”, tendo em vista que “o rebanho constitui a inversão maior e de mais difícil recuperação” (GTDN, 1976, p. 65). Assim,

Do ponto de vista da unidade produtiva típica das zonas semi-áridas, a seca se traduz numa contração da produção que, geralmente, alcança grandes proporções. Demais, os prejuízos são relativamente maiores para quem tem menos resistência econômica, isto é, a classe trabalhadora. Por outro lado, conforme indicamos, a seca provoca importantes transferências de renda entre fazendeiros, reduzindo o preço do gado e aumentando o dos pastos. O elemento mais resistente à seca, no complexo da economia da região, é o algodão mocó [...] que constitui a fonte quase única da renda monetária para os moradores. Contudo, a preocupação natural de salvar o gado – que é a parte do patrimônio do fazendeiro mais ameaçada – induz a sacrificar, parcialmente, a produção algodoeira no ano da seca e nos subsequentes, o que do mesmo modo acarreta prejuízo para a classe trabalhadora (GTDN, 1967, pp. 66-7).

Cabe destacar que o mecanismo de transferência de renda não ocorre somente entre fazendeiros. Esse é fato generalizado na economia nordestina devido a dinâmica da estrutura do uso e posse da terra, que é concentrada na classe dos grandes proprietários rurais. Assim, mesmo nos anos de produção normal da lavoura a quase totalidade dos pastos e restolhos da produção são apropriados pelo dono da terra. É o caso das terras utilizadas pelos meeiros, rendeiros e moradores que, depois de realizarem a colheita anual, o pasto e restolho da produção são consumidos pelo gado dos grandes proprietários. Neste caso não há transferência e sim apropriação da renda por parte do dono da terra, que além de receber parte da produção realizada pelo pequeno produtor se apropria do pasto e restos da produção. Nos anos de chuvas irregulares, quando ocorre o fenômeno da seca *verde*, ou seja, quando se faz o plantio e o déficit de chuvas não possibilita que a lavoura se desenvolva, que resulta na perda da produção, o proprietário é o único a lucrar, já que recebe a terra com o pasto gerado pelo trabalho do agricultor. Esse é um dado importante porque, neste caso, não há nenhum tipo de benefício para o agricultor, pois despendeu tempo, recursos e energia (trabalho) em uma atividade que não resultou em produção, enquanto o proprietário da terra se apropriou do pasto que será consumido pelo gado.

Como já foi apontado anteriormente o *documento* interpreta de forma crítica as ações de combate aos efeitos das secas desenvolvidas pelo governo federal. Essas ações são de dois tipos - medidas de curto e longo prazos. “As medidas de curto prazo resultam na criação de fontes de ocupação que permitam à população mais afetada manter um nível mínimo de renda”, possibilitando a retenção da “população o mais próxima possível a seus locais de trabalho, abrindo um certo número de frentes de obras públicas”. Por outro lado, as “medidas de longo prazo se têm concretizado na construção de açudes de pequena ou grande capacidade”, sendo que os de pequeno porte “são construídos em cooperação com proprietários de grandes fazendas e servem, especificamente, aos objetivos destas”. Nesse sentido, “nem as medidas de curto prazo nem as de longo prazo contribuíram, até o presente, para modificar, fundamentalmente, os dados do problema” (GTDN, 1967, p. 68).

No caso das medidas de curto prazo, “[Sendo] a seca uma crise de produção, que afeta sobretudo a oferta de alimentos, não basta criar oportunidades de emprego para

socorrer a população”. Faz-se necessário que o governo atue também diretamente “no mercado de gêneros alimentícios”, pois não se trata “de uma contração da procura exercida no mercado” e sim, por conta da crise de produção, do aumento da procura no “mercado para o suprimento dos gêneros de primeira necessidades (sic)”, que antes eram produzidos pelos próprios agricultores. “Dessa forma, o Govêrno se vê obrigado, não somente a criar a procura – empregando a população – mas também a oferta – subministrando os bens de primeira necessidade”. A principal consequência das ações de curto prazo é a fixação da população na região contribuindo “para que não se interrompa o crescimento da carga demográfica” e, nessas circunstâncias, “quanto maior fôr o excedente demográfico, mais profundo será o impacto social da sêca”. Em último caso, as ações de curto prazo contribuíram “para sustentar um sistema que é, óbviamente, inadequado como forma de organização da produção nas zonas semi-áridas, e para agravar a sobrecarga demográfica” (GTDN, 1967, pp. 68-9).

Por outro lado, as medidas de longo prazo foram orientadas “no sentido da criação de uma importante rêde de açudes, que se apresenta como etapa preliminar de uma política geral de melhor aproveitamento das águas e terras disponíveis na região”, no entanto, “essa política geral não parece ter sido explicitamente definida até o presente”. No final da década de 1950 já havia “uma volumosa massa de águas represadas – cerca de sete bilhões de metros cúbicos – sem que se tenham introduzido modificações sensíveis na fisionomia econômica da região”. Apenas uma pequena fração das águas açudadas – cerca de dez mil hectares – era utilizada diretamente em irrigações. Para o GTDN, “o efeito mais importante da política de açudagem se faz sentir (...) no setor pecuário”, reduzindo a mortalidade do gado. No entanto, ainda persistiam dois problemas graves: a) “a perda de peso do gado continua grande, pois o problema da forragem não foi solucionado pelos açudes”; e b) a produção de alimentos pouco “se beneficiou dos grandes investimentos realizados no represamento de águas” (GTDN, 1967, p. 69-70).

Para o GTDN as medidas de longo prazo contribuíram para agravar os efeitos das secas, pois ao “tornar mais rentável a pecuária, a açudagem também contribui para reter [uma] maior massa populacional na região”, sem ter contribuído para o “aumento da oferta de alimentos”. Assim, as medidas que concorrem “para aumentar a carga demográfica, sem aumentar a estabilidade da oferta de alimentos, está contribuindo em última instância para tornar a economia mais vulnerável à sêca” (GTDN, 1967, p. 70).

Nessa etapa da análise o GTDN defende que a formulação de uma política contra os efeitos das secas requer uma compreensão clara dos aspectos econômicos fundamentais do problema, sendo o primeiro passo o entendimento das “características da unidade econômica típica da região, isto, é, a forma como está organizada a produção”. Em seguida, dever-se-ia considerar as razões pelas quais uma crise de produção assume aspectos sociais graves, quando no conjunto da economia regional não chegava a ser “um problema de grande magnitude”, atingindo cerca de

5% da produtividade total. Em terceiro lugar, o enfrentamento do problema exige a definição “se o que se tem em vista é reduzir os efeitos sociais da crise de produção ou reorganizar a economia da região de forma a torna-la mais resistente ao impacto dessa crise” (GTDN, 1967, pp. 70-1).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a vulnerabilidade da economia do semiárido nordestino ao impacto das secas o GTDN aponta como central o fato dessa economia ter como base “uma agricultura de subsistência”. Essa explicação, no entanto, tem caráter muito simplista. Em primeiro lugar, deve-se problematizar a própria noção de *agricultura de subsistência*. Devemos entender essa forma de organização da produção como uma forma de organização social que tem como elemento central a produção para o autoconsumo, que constitui um dos *fundos de reprodução* do processo de produção, ou seja, das condições sociais da produção. Outro elemento insuficiente na análise do GTDN relaciona-se à forma como compreende a relação dos pequenos produtores com o mercado. Nessa perspectiva a não comercialização da maior parte da produção agrícola realizada pela classe trabalhadora rural faz com que ela não “se [beneficie] das vantagens proporcionadas pelas formas mais complexas de organização da produção”, o que resulta em maiores perdas e custos com a armazenagem. Assim, “Independentemente de seu nível de produtividade, uma economia assim organizada tem que ser muito pouco resistente a qualquer crise, pois os efeitos das secas tendem a concentrar-se exatamente onde o sistema econômico é mais frágil: no setor de subsistência” (GTDN, 1967, pp. 71).

A comercialização e o problema da armazenagem não podem ser vistos sem que se levem em conta as *condições técnicas* da lavoura e as *condições sociais* da produção (BERNSTEIN, 2011). As primeiras relacionam-se com as ferramentas e a tecnologia usadas na produção e a qualidade e a quantidade de trabalho humano usados na produção agrícola, enquanto as relações entre as pessoas que configuram o modo como a produção se organiza dizem respeito às *condições sociais* dessa produção. Nesse sentido, há outras demandas à produção agrícola além da necessidade de alimentação, que constitui o *fundo de consumo*. Além da demanda do consumo a produção agrícola deve atender a outras demandas que garantam a reprodução das condições sociais da produção constituídas pelo *fundo de substituição*, *fundo cerimonial* e *fundo de arrendamento*.

O *fundo de substituição* é responsável pela substituição ou manutenção dos instrumentos de trabalho e dos insumos necessários à produção, assim como é responsável pela reprodução geracional, ou seja, a próxima geração de trabalhadores. O *fundo cerimonial* “se refere à reserva dos produtos do trabalho para atividades que criem e recriem as culturas e as relações sociais das comunidades que vivem da

lavoura” (WOLF, 1966 apud BERNSTEIN, 2011, pp. 25-6). Esse fundo tem importância estratégica para as sociedades camponesas, tendo em vista a manutenção de certos padrões de sociabilidade, como o casamento, que garante a produção da próxima geração de trabalhadores.

O *fundo de arrendamento* se refere aos pagamentos que os agricultores têm que fazer a outros, que podem ser: a) os proprietários da terra, que se apropriam da renda em gêneros, mão-de-obra ou dinheiro; b) os Estados, que cobram pagamentos sob a forma de tributos; gêneros ou trabalho; c) autoridades religiosas ou agiotas ou comerciantes, aos quais os lavradores fazem empréstimos dando como garantia a próxima colheita. Esse fundo, na perspectiva de Henri Bernstein (2011), evidencia as relações sociais de exploração que representa a capacidade de apropriação do trabalho excedente, que nas sociedades capitalistas torna-se uma das formas de acumulação, pois se baseia na exploração do trabalho estimulada pela necessidade de expandir a capacidade de produção e produtividade para a obtenção de lucro.

A afirmação de que o elemento mais importante da fragilidade econômica da região semiárida não é a instabilidade na oferta de alimentos, mas o “fato de que grande parte da produção de alimentos não se integra no mercado” (GTDN, 1967, p. 71), conduz a outra dimensão do problema que diz respeito à renda monetária ou ao poder de compra da população rural:

[...] Ora, a atual economia da zona semi-árida assenta no fato de que a população não necessita ser paga para subsistir, ou, em outras palavras, no fato de que ela em grande parte se auto-abastece de alimentos. Nas condições atuais, se se organizasse uma produção estável de alimentos em terras irrigadas ou em vales úmidos da periferia do polígono, essa produção de alimentos não encontraria simplesmente mercado nos anos de chuva normais. Explica-se, assim, que as poucas terras irrigadas até o presente não hajam sido utilizadas na produção de alimentos (GTDN, 1967, pp. 71-2).

Desta forma, aponta o documento, “a raiz do problema está, portanto, em dar maior estabilidade à renda real do trabalhador, e não à oferta de alimentos”. Assim, para a criação de uma economia mais resistente aos efeitos da seca o primeiro passo seria “reduzir o âmbito da agricultura de subsistência” para “aumentar a faixa monetária”. Essa medida resultaria no aumento da “produtividade média da economia da região”. Segundo o documento, o aumento da faixa monetária permitiria que “os efeitos da crise de produção não se [concentrassem] nos grupos economicamente mais fracos” (GTDN, 1967, p. 72). A integração no mercado “da unidade produtiva típica” seria o elemento central para o aumento da produtividade da economia da região semiárida nordestina, condição alcançada até aquele momento por meio da pecuária e da produção de algumas xerófilas como o algodão mocó.

A economia da região semiárida, por suas condições ecológicas, deveria basear-se na pecuária e na produção de algumas xerófilas, afirma o estudo do GTDN. A questão seria então relacionada à organização que melhor se adaptasse a uma unidade

econômica especializada nessas atividades produtivas, capaz de alcançar um grau razoável de produtividade. Assim, a “organização dessa unidade agropecuária típica (...) deveria constituir o objetivo central de toda política de desenvolvimento econômico para a região semi-árida” (GTDN, 1967, pp. 72-3).

Relacionada à questão da organização econômica mais viável na região semiárida o documento aponta outra questão de “grande significação”: a quantidade de mão-de-obra que essa economia poderia absorver, sem comprometer a sua resistência ao impacto ocasional das secas. Um elemento importante apontado no *documento* é que a organização da unidade econômica que objetivasse elevar seu nível de produtividade teria que se basear mais na utilização racional dos recursos naturais do que na utilização intensiva de mão-de-obra. Assim, a solução para a pecuária, considerada “a principal fonte de renda, do ponto de vista do empresário”, passaria pela melhoria nas pastagens com a “difusão sistemática de espécies arbóreas forrageiras adaptadas às condições ecológicas da região”, proporcionando “substancial aumento no rendimento dos rebanhos” e resolvendo o problema da sobrecarga de gado (GTDN, 1967, p. 73).

A racionalização da cultura algodoeira consistiria no outro problema imediato a ser enfrentado com a promoção “de uma forma mais racional de convivência com a pecuária”. O algodão mocó seria a variedade que “apresenta a extraordinária vantagem de que resiste mesmo a fortes quedas da precipitação pluviométrica, sendo essa cultura uma forma ideal de aproveitamento de recursos na região semiárida do Nordeste”. Dessa forma, a convivência racional entre pecuária e cultura algodoeira constituiria “o núcleo central de uma economia de elevado grau de resistência às secas e de razoável nível de produtividade” (GTDN, 1967, p. 74).

Resta, no entanto, a questão da mão-de-obra e seu excedente, tendo em vista que “essa mão-de-obra seria [deveria ser] muito inferior à que existe atualmente nas zonas semi-áridas”, cuja principal característica é “se [auto-abastecer] de alimentos e que, por essa razão, resulta ser extremamente barata”, fator que contribui para reter essa população na região. Assim, “[Qualquer] tentativa de deslocar população sem, antes, modificar o tipo atual de organização da produção, enfrentará séria resistência dos fazendeiros locais, pois redundaria em redução de sua renda real nos anos de chuvas normais”. A questão do “excedente estrutural de população”, não é compreendido plenamente, segundo o GTDN, porque nos anos de chuvas normais “o sistema está capacitado para manter sua carga humana em condições não muito distintos das que prevalecem nos vales úmidos do litoral”. No entanto, nos anos secos o excedente de população manifesta “toda sua crueza” e, por conta da atuação do governo federal, o sistema econômico é eximido da “responsabilidade de manter grande parte de sua mão-de-obra” (GTDN, 1967, pp. 74-5).

Neste caso, a reorganização da unidade produtiva é a solução apontada para o problema que consiste na definição “de cultura, a área a cultivar, a quantidade de gado, etc” que possibilite a estimação “do volume de mão-de-obra a reter na fazenda, bem como o salário monetário que o fazendeiro estará em condições de

pagar”. Assim, “[O] que é indispensável é fundar a economia em bases principalmente monetária”, inclusive, as áreas retidas para a produção de alimentos que tornem o abastecimento independente do regime irregular de chuvas. No entanto, o que seria realmente indispensável “é evitar que os efeitos mais graves das secas se concentrem na agricultura de subsistência”, o setor menos resistente da economia regional, a partir de sua eliminação progressiva. Dessa forma,

Se o objetivo é eliminar progressivamente a agricultura de subsistência, infere-se que a massa de população a reter na região terá de ser substancialmente reduzida. O êxito da execução de um plano desse tipo pressupõe uma assistência técnico-financeira aos fazendeiros, que possibilite reorganizar a unidade produtiva em novas bases (GTDN, 1967, p. 75).

Excelente, para os proprietários rurais. E quanto ao excedente de mão-de-obra “que destino será dado às pessoas deslocadas?” A solução apontada consiste na “abertura de frentes adicionais de trabalho” com a “criação de novos empregos em alguma outra parte”. A retenção de parte dessa população “dependerá da viabilidade de instalação de algumas indústrias diretamente ligadas ao fornecimento local de matérias-primas”. No entanto, mesmo essa seria uma possibilidade limitada porque nos centros urbanos já existiam “grupos de população semi-ocupados, que teriam precedência sobre os novos contingentes” vindos do campo. O deslocamento da fronteira agrícola da economia nordestina para áreas que possibilitassem “contornar o obstáculo das secas constituiria “a forma mais racional de utilização de mão-de-obra liberada na região semi-árida”. O objetivo da expansão da fronteira agrícola consistiria, em primeiro lugar, na produção de alimentos “necessários à estabilidade da economia das zonas semi-áridas”. O pré-requisito fundamental para a ocupação econômica de novas terras é a existência de um “mercado para gêneros alimentícios na região semi-árida, o que por seu lado pressupõe transformação da economia desta região” (GTDN, 1967, pp. 75-6).

Em suma, a solução do problema da economia nordestina passa por duas frentes:

a da reorganização da economia da região semi-árida, visando a eliminar o setor de subsistência, e a abertura de uma nova fronteira agrícola na periferia úmida, quer através de uma utilização mais racional dos vales úmidos da faixa litorânea, quer por um deslocamento demográfico em maior escala na direção do Maranhão (GTDN, 1967, p. 76).

Cruel, é o mínimo que se pode dizer dessa proposta, pois a reorganização da economia passa pela *desintegração do campesinato* (eliminação da agricultura de subsistência) através do deslocamento populacional para outra região e intensificação do capital na produção de alimentos na região semiárida. Ao mesmo tempo em que se propõe o fortalecimento dos proprietários rurais com apoio técnico e financeiro, enquanto a saída para a população retida na região seria a integração ao mercado a partir da venda da única mercadoria da qual dispunha: a sua força de trabalho. Duas

considerações são fundamentais para uma compreensão deste problema.

Em primeiro lugar, pela falta de compreensão da formação econômica e da ocupação da região semiárida nordestina, o relatório expressa uma visão superficial das relações econômicas e da agricultura de base camponesa, denominada de agricultura de subsistência, confundindo um dos elementos da produção camponesa – o fundo de consumo (a produção de alimentos para autoconsumo) – com a produção de alimentos de forma geral, que passa pela produção dirigida ao mercado.

Em segundo lugar, a reorganização da economia da região semiárida resultaria no fortalecimento da grande propriedade rural, na eliminação progressiva da agricultura camponesa e no deslocamento da população rural excedente para a nova fronteira agrícola maranhense. Nesta perspectiva, a unidade produtiva típica da região deveria ser constituída pela conciliação entre pecuária e cultura algodoeira, com área reservada à produção de alimentos realizada em bases capitalistas, inclusive com remuneração monetária da mão-de-obra. Ao governo federal caberia oferecer assistência técnica e financeira aos grandes proprietários rurais, que deveriam transformar as unidades produtivas em empresas agrícolas. Em última instância, a proposta de reorganização da economia nordestina contribuiria inevitavelmente para o aumento da concentração da estrutura fundiária e para a desintegração do campesinato – que se daria pelo deslocamento da mão-de-obra excedente e proletarianização dos trabalhadores rurais que permanecessem na região.

A compreensão limitada da agricultura camponesa leva a erros grosseiros de interpretação sobre o problema da escassez de terras. Em primeiro lugar, a terra não é um fator escasso na região: o regime de posse e uso da terra constitui o problema central da estrutura fundiária nordestina, que é altamente concentrada. Em segundo lugar, ao defender a grande propriedade rural como a unidade típica de produção, o relatório descarta a possibilidade de redistribuição de terras como alternativa para os problemas da produção de alimentos e da retenção da mão-de-obra excedente. Em outras palavras, uma política de reforma agrária não aparece no horizonte das alternativas para os problemas em questão.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Unesp, 2011. 171p.

COMISSÃO ECONÔMICA E SOCIAL PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. Sobre o escritório da Cepal em Brasília. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/sedes-e-escritorios/cepal-brasil/escritorio-cepal-brasil>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estud. av.**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 21-42, ago. 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FURTADO, Celso. Celso Furtado: depoimento. [22 de junho, 1982]. Entrevistadores: Nora

Lanari, Ângela Coronel, Rui Modenesi, Aloísio Barbosa e Roberto Rodrigues. **MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, ano 3, n.3, pp. 101-122, out. 2009.

GRUPO MISTO DE ESTUDOS CEPAL/BNDE. **Análise e projeções do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 1957. 290 p. GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife: Sudene, 1967.

LOCATELLI, Ronaldo Lamounier; DA SILVA, José Afonso Beltrão. Câmbio real e competitividade das exportações brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 543-564, out. 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/533/7667>>. Acesso em: 21 Nov. 2018.

MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 142-166, mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Conselho econômico e social. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VILLELA, André. Distribuição regional das receitas e despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 247-274, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2018

DESCORTINANDO UM BAIRRO: NARRATIVAS HISTÓRICAS, CARACTERÍSTICAS GERAIS E REFERÊNCIAS SIMBÓLICAS DO BAIRRO BENFICA, FORTALEZA-CE

Suiany Silva de Moraes

Laboratório de Estudos da Violência (LEV)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fortaleza – Ceará

RESUMO: O objetivo desse artigo é compreender os aspectos históricos e gerais do contexto de ocupação do bairro Benfica, Fortaleza, Ceará, que geraram dois bairros em um só: o de classe média e o periférico. Analisar o bairro a partir de suas expressões e vivências heterogêneas nos seus mais diversos espaços simbólicos. Dessa forma, o trabalho aponta as fases de ocupação do bairro, analisando aspectos ainda impressos nas fachadas e nas ruas, buscando os aspectos de definição geográfica em comparação com narrativas de moradores e frequentadores do bairro. Por fim, a pesquisa faz uso de ferramentas qualitativas e documentais na sua construção.

PALAVRAS-CHAVE: Urbano. Bairro. Narrativas históricas. Belle Époque.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da

Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC) que resultaram em uma monografia e uma dissertação. Abrangendo uma pesquisa maior, os elementos aqui apresentados constituem uma de suas etapas ao abordar os aspectos sociais e históricos do bairro, tais como: as fases de ocupação, as mudanças nos perfis de moradias, suas dualidades marcantes, os espaços simbólicos e os conflitos que marcam o local.

A metodologia utilizada buscou privilegiar tanto os aspectos históricos e documentais, tais como: teses, dissertações, artigos, notícias de jornal, dados oficiais e um conjunto de dados secundários; como os aspectos etnográficos, próprios da experiência sensível, interessando alguns casos individuais e os detalhes significativos que permitiram traçar narrativas históricas diversas acerca do bairro, das comunidades, bem como os espaços simbólicos e das histórias de vida que perpassam o local.

Analisar um bairro é pensar a diversidade de suas expressões e vivências heterogêneas, isto é, pensar o espaço urbano como um conjunto complexo de redes de interações sociais diversas, onde os espaços são praticados, vividos e dotados de sentido (BARREIRA, I. 2016). Pensando dessa forma, este artigo objetiva situar o leitor nos aspectos

gerais do bairro Benfica, tal como definição geográfica, dados estatísticos oficiais; nos aspectos históricos e culturais do bairro, como seu processo de ocupação e formação; os lugares de importância física e simbólica, onde o conflito, a delinquência e as dinâmicas do crime, como o comércio de drogas ilícitas, dividem espaço com sociabilidades e circuitos diversos; e as comunidades periféricas, locais de moradias de baixa renda, onde coexistem diversas modalidades de ilegalismos e que compõem esse bairro tão complexo e plural.

O bairro do Benfica é visto como histórico, tradicional, universitário e residencial, perpassado por uma noção periférica desde a sua ocupação. O processo de povoamento da cidade de Fortaleza teve início na praia, passando pelo Centro, Jacarecanga e foi se expandindo até chegar no Benfica. Nesse período, o bairro era considerado um lugar periférico desse espaço povoado, sobretudo entre 1600 e 1850. Essa característica vai mudando ao longo do tempo com a ocupação de outros espaços ao longo do território da cidade, transformando o Benfica em um bairro central e de classe média. Contudo, o bairro continua apresentando aspectos periféricos quando pensamos nas suas comunidades "[...] como lugares híbridos e heterogêneos de um cotidiano compartilhado por sujeitos que vivem na adversidade e na busca por justiça social e por direitos sociais e direitos sobre a cidade [...]" (IVO, 2010, p. 10). Dessa forma, o bairro também passa a ser considerado periférico não mais no sentido de estar situado nas margens, mas no sentido de ser povoado por comunidades com características periféricas, tanto sociais como econômicas, contrastando assim, com suas características gerais de um bairro de classe média.

Caracterizado por uma particular multiplicidade de pessoas em comparação com os outros bairros de Fortaleza, apresenta um fluxo de atores sociais (estudantes, moradores, *hippies*, estrangeiros, dentre outros) que movimentam, dentro de uma gama de elementos, os espaços da Universidade Federal do Ceará -UFC; um circuito de lazer próprio (bares, *shopping*, praças, estádio e etc.); e um comércio varejista de drogas. Costuma ser bastante lembrado por cinco aspectos: a importância histórica para a cidade, por ser reduto cultural, pelo aspecto esportivo, por suas características estudantis e pela crescente sensação de insegurança, associado, principalmente, as execuções decorrentes das disputas do crime faccionalizado.

Localizado a 3km do centro de Fortaleza, tem início na Faculdade de Direito e seu fim na Avenida Eduardo Girão. Engloba ainda parte da Avenida dos Expedicionários, Avenida do Imperador que tem como continuação a Avenida Carapinima, chegando até a Avenida José Bastos em seu cruzamento com a Avenida Padre Cícero. É cortado por duas Avenidas de grande circulação da cidade: Avenida 13 de Maio e Avenida da Universidade. Todas de grande relevância na vida cotidiana da cidade e região. Apesar de cortados por ruas com boa infraestrutura e de acesso central, o bairro é segregado internamente: de um lado moradores de classe média, concentrados, em sua maioria, na parte denominada Gentilândia; do outro, moradores de baixa renda das comunidades, concentradas na porção denominada Benfica. Há uma segregação

espacial não vista à primeira vista no bairro, com infraestrutura urbana e de serviços diversos de um lado e com pouca ou nenhuma infraestrutura no outro; e assim, por polarizações, um Benfica em conflito vai se aprofundando.

Guarda ainda a peculiaridade de ter um bairro dentro de um bairro, isto é, a demarcação oficial do bairro Gentilândia engloba ruas que estão também na demarcação oficial do bairro Benfica. O bairro Gentilândia, criado oficialmente em 24 de julho de 2000, segundo o Diário Oficial do Município de Fortaleza, é considerado um dos menores bairros da Cidade e ocupa uma parte do espaço do Benfica (conforme pode ser visto no mapa 01), correspondendo ao quadrilátero entre as Avenidas da Universidade, Treze de Maio, Expedicionários e Eduardo Girão. Contudo, não há uma separação efetiva, visto que ambos utilizam a mesma rede de serviços públicos e privados que a divisão geográfica do bairro Benfica engloba. A parte chamada de Gentilândia, em destaque mais claro no mapa acima, é considerada a parte “mais nobre do bairro”, juízo de valor apontado nas narrativas dos próprios moradores; enquanto o local em destaque verde no mapa compreende a porção do bairro mais modesta, com moradias de perfil simples. O trecho alaranjado do mapa compreende a parte mais comercial do bairro, com escolas, *shoppings*, clínicas, etc.; além de casas históricas. É nos trechos em verde e laranja que se localizam as comunidades mais pobres do bairro.



MAPA 01

MAPA DO BAIRRO BENFICA. FONTE: FERREIRA (2008)

Segundo dados disponíveis no *site* da Prefeitura de Fortaleza, o bairro possui

um IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) médio de 0,664, tem uma área total de 1,431km², boa cobertura de serviços de infraestrutura, tais como: lixo, com coleta de 99,01% dos resíduos produzidos; água, onde 90,01% dos domicílios estão ligados a rede de abastecimento; luz, com 99,51% dos domicílios atendidos; e esgoto, onde 90,01% das casas estão ligadas à rede geral. Sua população é composta, majoritariamente, por jovens e idosos (IBGE, 2010) na faixa etária de 15 a 29 e 50 a 64 anos, atingindo um percentual de 76,7% do total de habitantes. Em relação à população residente é maior a presença de mulheres, são 5.142 de um total de 8.970 habitantes.

Uma das principais características do local está na abundância de mangueiras que podem ser observadas espalhadas ao longo do bairro, seja nas propriedades particulares, nas praças ou até no meio da rua. Segundo o Mapeamento das Áreas Verdes de Fortaleza, 0,2 km² do bairro é composto por vegetação, o que representa 14% do território. Contudo, esse local é marcado por conflitos diversos, muitos deles gerados a partir das tensões entre o passado e o presente, o Benfica de ontem e de hoje. Nas narrativas por parte dos moradores de lugares com maior infraestrutura do bairro, é apresentado um bairro histórico que vem se degradando e tornando-se violento ao longo do tempo. Entretanto, nas narrativas dos moradores antigos das comunidades mais pobres do bairro, a fala da degradação já aparece como algo presente no cotidiano e vindo de longas datas. Por fim, esses e outros elementos fazem do Benfica um espaço de diversidade e lugar de encontro de gerações.

2 | DA BELLE ÉPOQUE AOS DIAS ATUAIS

O contexto de ocupação histórica da cidade de Fortaleza iniciou-se em meados de 1600, no entanto, somente com a crise do abastecimento internacional, originada a partir da guerra civil americana, a cidade torna-se de primeira ordem e importância dentro do Estado no século XIX. Dessa forma, a abertura de Fortaleza para o mar, nesse período, potencializou a cultura algodoeira, reforçando o fluxo de barcos e de transportes diversos, permitindo a afirmação da capital no quadro urbano do Estado. (PEQUENO, 2009). O bairro Benfica surge nesse contexto de urbanização da cidade e tem relação direta com a história econômica, cultural e educacional de Fortaleza.

Com a recuperação da economia do estado, afetada pela estiagem no final do século XIX, houve o deslocamento das classes sociais mais abastadas em direção à periferia do centro da cidade, a fim de afastarem-se do comércio. Esse movimento foi favorecido pelo conforto e pela rapidez proporcionados pelo sistema de transportes com as linhas de bondes elétricos e automóveis particulares movidos à gasolina. A expansão dos espaços de moradia se deu a partir do deslocamento das classes mais abastadas para o lado oeste da cidade, com o bairro Jacarecanga, e para o sul, na direção da estrada de Arronches, atual Parangaba, constituindo uma área destinada ao descanso no Benfica. (PEREIRA, 2009, p. 51).

O bairro Benfica começou a se constituir no final século XIX e recebeu esse nome

em referência ao sítio Bem-fica, ocupado por José Paulino Hoonholtz, encarregado pelo Governo Provincial de projetar e construir o primeiro sistema de encanamento de água potável de Fortaleza, a ideia da Província era fazer uso das fontes de água do bairro. Já em 1892 os documentos oficiais dão conta do local pelo nome de Benfica, marcando um novo momento com a chegada de novos moradores e a construção do *boulevard* Visconde do Cahuype. O local era considerado espaço de "bem viver" e "bem morar" (NOGUEIRA, 2007). Sua população era aristocrática e o bairro considerado nobre.

Nogueira (2007) aponta três fases distintas na ocupação do bairro: a fase das chácaras, ocupações do século XIX, ainda no período do Governo Provincial, que marcavam o que se poderia caracterizar como uma zona rural em Fortaleza, ou uma zona periférica, com extensos pomares e casas recuadas; o segundo momento, até 1930, surgem os ares aristocráticos do bairro, com o loteamento das áreas ocupadas pelas famílias Gentil, Manços Valente e Sabóia, com grandes mansões, extensas áreas de jardins. Essa fase caracteriza-se ainda pela abertura de ruas e construção de vilas, tais como Vila Antônio de Souza, Vila Demétrio, Vila Apertada Hora, Vila Campelo, Vila Alegre, Vila Arteiro e Vila Gentil (IDEM, 2007), é também nesse momento que surgem as comunidades de baixa renda do bairro; e, posteriormente, a chegada da Universidade Federal do Ceará, em 1956, que reconfigura o lugar inserindo novos sujeitos no cotidiano dos moradores e complexifica as dinâmicas de sociabilidade no local, gerando uma cisão entre o Benfica de ontem e de hoje.

O Benfica era um dos bairros mais aristocráticos de Fortaleza, juntamente com o Jacarecanga, no período compreendido entre o final do séc. XIX até o final da década de 40. Isso aconteceu quando as famílias de alto poder aquisitivo começaram a sair do centro da cidade e se instalaram no bairro. Assim, logo surgiram casas mais refinadas, com bangalôs, sobrados, piscina, jardins e quintais, que serviam de residência a moradores ilustres e da alta sociedade de Fortaleza.

A chegada da família Gentil marca uma nova fase na história do bairro. A antiga chácara Garcia passava a ser chamada de chácara Gentil. O rico morador, dono do Banco Frota e Gentil, construiu uma cidade dentro do nascente bairro Benfica: desmembrou a chácara para compor os quarteirões, as ruas e as praças do bairro. Do espaço construído uma parte foi separada para a moradia da sua própria família e a outra foi alugada para famílias de classe média, imprimindo dessa forma um novo aspecto cultural, histórico e arquitetônico no bairro. Parte dessa estrutura foi desapropriada posteriormente pelo poder público dando origem às praças e algumas das principais ruas de acesso do bairro.

O campus da Universidade Federal do Ceará - UFC foi instalado no bairro em 26 de junho de 1956 e motivou uma série de modificações, a começar pela estrutura física. A Universidade adquiriu imóveis por toda a extensão do bairro, muitos deles palacetes antigos datados da época da primeira fase de ocupação do bairro, utilizando eles para a criação dos seus centros de aulas. Prédios onde hoje funcionam as Casas

de Cultura francesa, britânica e alemã eram residências de famílias como os Bráulio Lima, Tomaz Pompeu Magalhães e Francisco Queiroz Pessoa (PEREIRA, 2008); em frente, o Centro de Humanidades II, era a residência de um dos irmãos Gentil, Antônio, e deu lugar ao Centro de Esportes Universitários (CEU) e a residência de João Thomé Sabóia, da qual ainda resta o observatório, é hoje o Centro Acadêmico de Psicologia; a Reitoria era o palacete do patriarca José Gentil; e, onde hoje fica o curso de Ciências Sociais, outrora era a residência do seu filho João Gentil.

A chegada da UFC imprimiu uma nova marca no bairro, além de valorizá-lo. Antes reconhecido como espaço residencial e tranquilo, passou a ser visto como bairro universitário, trazendo novos atores sociais, estudantes, jovens, empreendedores e etc., que se integraram ao bairro e passaram a construir um cenário diferenciado. Surge ainda uma série de novas atividades econômicas em torno da Universidade, este comércio era voltado para atender a demanda dos estudantes que passaram a fazer uso desse espaço. Destacam-se os variados bares, mercadinhos e a modificação dos tipos de residências, com a construção de quitinetes para atender a demanda estudantil.

A cultura do bairro passa a se entrelaçar com a Universidade, chegando está a debater a criação de um corredor cultural, tendo a UFC como um "[...] lócus de produção de cultura que se irradia para o restante de Fortaleza, diferenciando o Benfica de outros bairros da capital cearense. " (PEREIRA, 2008, p. 82). Em um primeiro momento consta no Plano Diretor do Campus Universitário, datado de 1982, esse projeto de corredor cultural, onde no bairro se dariam apenas as atividades da Universidade relacionadas à cultura e extensão; em um segundo momento, em 1992, a UFC refaz a proposta com o objetivo de transformar a Avenida da Universidade em corredor cultural. Esse projeto só foi concretizado no ano de 2017 com a criação do "Corredor Cultural do Benfica" promovido pela Universidade. Assim sendo:

A instalação da universidade pode ser interpretada como acontecimento culminante para modificar a definição do bairro residencial para tradicional. Ressalta-se que a modificação apontada não se dá de uma vez ela ocorre à medida que o Benfica vai sendo reconhecido como universitário pelos novos sujeitos e pelos moradores antigos, sem excluir o antigo reconhecimento. Há um passado no presente [...]. (PEREIRA, 2008, p. 78)

3 | ESPAÇOS SIMBÓLICOS DO BAIRRO

O bairro se configura como um espaço vivido de múltiplas formas por indivíduos que moram e/ou frequentam e se sentem reconhecidos no local. Imprimem suas marcas, entrelaçando suas vivências e histórias de vida com a do próprio bairro, gerando contradições em alguns casos e sintonias em outros. O Benfica, em especial, tem apropriações diversas, com um circuito de lazer próprio, uma identidade estudantil, celeiro de produção cultural, social e política, mercados legais e ilegais, oriundos da

multiplicidade de espaços públicos e privados que compõe a dinâmica local.

Abriga o Instituto Federal Tecnológico do Ceará (IFCE), que conta com cursos técnicos, técnicos integrados, bacharelado, licenciatura e mestrado; e o Centro de Línguas Estrangeiras do Ceará (CLEC), com cursos de inglês, francês e espanhol. Além disso, há a presença de algumas escolas de ensino fundamental, médio e técnico, públicas e privadas, como Instituto Mascote, Colégio Adventista de Fortaleza, Cepep Escola Técnica, Escola de Ensino Fundamental Centro dos Retalhistas e o Colégio Christus. A identidade estudantil é uma marca muito presente no bairro, sendo este configurado como um *ethos* intelectual universitário, e sempre lembrado por esse aspecto (VELHO, 2013). Ademais, há um circuito de lazer (MAGNANI, 2007) próprio e grupos sociais específicos que não podem ser vistos de maneira independente, mas sim, a partir de uma gama de conexões e contatos que estabelecem entre si e entre os espaços urbanos ocupados.

Em relação à espiritualidade, há instituições religiosas ligadas a Igreja Católica, como a Igreja dos Remédios, Instituto das Filhas de São José e o Dispensário dos Pobres, que faz parte da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula; as Igrejas Evangélicas Sara Nossa Terra e Verbo da Vida; e os Centros Espírita Francisco de Assis e Irmão Leite, além da organização *Seicho No Ie*.

A Universidade Federal do Ceará ocupa 13 hectares do bairro, sendo compostas por órgãos internos acadêmicos e administrativos, como a Reitoria, as Pró-Reitorias de Planejamento, Extensão, Administração e Assuntos Estudantis; Superintendência de Recursos Humanos; os Centros de Humanidades I (onde se localiza as Casas de Cultura Estrangeira, o Departamento de Letras, a Biblioteca), II (quadra do CEU, Departamento de Psicologia e História) e III (Departamento de Ciências Sociais); o Departamento de Arquitetura e Urbanismo; a FEAAC (Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade); a Faculdade de Direito; a Faculdade de Educação; e os Centros de Humanidades I, II e III (CH1, CH2 e CH3).

Além dos espaços acadêmicos e administrativos, outros órgãos de comunicação, assistência estudantil e cultural da Universidade se espalham pelo bairro: Residências Universitárias, Restaurante Universitário, Procuradoria Geral, Auditoria Interna, Ouvidoria, Museu de Arte, Rádio Universitária, Editora, Imprensa e a Concha Acústica, que costuma ser palco dos Festivais de bandas da UFC e da colação de grau dos concludentes. O bairro abriga ainda sindicatos ligados aos docentes e servidores da Universidade, como o sindicato de trabalhadores da UFC - SINTUF e o sindicato dos professores da UFC - ADUFC.

Os espaços da Universidade são ocupados por um público diverso que de certa forma reflete a diversidade presente no bairro. Indivíduos dos mais variados bairros de Fortaleza, bem como oriundos de outros municípios, se deslocam cotidianamente para este espaço com o intuito de estudar, trabalhar, "ficar de bobeira" e consumir ou comprar entorpecentes. Há também uma mobilização em torno das atividades culturais promovidas pela Universidade, como o Festival de Cultura, Festival de Bandas e o

O bairro Benfica se configura como um conjunto de atração de muitas pessoas provenientes de diversas localidades e em um espaço cujos os usos são "livres". É justamente esse poder de atração que faz do bairro tão peculiar e diverso. Localizado bem próximo ao centro da cidade, é no bairro que se dão os encontros de várias tribos, sejam elas vindas das áreas nobres ou periféricas.

Há ainda um variado comércio legal, com mercadinhos, lojas, shopping, supermercados, farmácias, padarias e etc., que surgiram após a chegada da UFC no bairro e imprimem uma marca comercial forte espalhada ao longo do território. Muitos desses empreendimentos são de famílias oriundas do próprio bairro ou de cidades do interior do Estado. O que é mais marcante na paisagem do local é a variedade de bares, dos mais undergrounds, passando pelos "cults" e os chamados "pé de chinelo", que estão sempre com suas mesas lotadas, principalmente no fim da tarde e início da noite, por estudantes e trabalhadores que fazem daqueles espaços lugares de lazer e sociabilidade. Vale ressaltar que essa vivência boêmia no bairro ocorre, geralmente, de segunda a sexta, de acordo com o calendário oficial de aulas das escolas e Universidades.

Outro elemento que compõe a imagem do bairro é o Estádio Presidente Vargas, que recebe jogos do Campeonato Cearense de Futebol desde 1941; e o Ginásio Municipal Aécio de Borba, fundado em 1979. Estes fazem do elemento esporte algo muito presente no cotidiano do bairro, sendo inclusive relacionado diretamente à sensação de insegurança, relacionando os dias de jogos ao aumento da violência e da percepção de proximidade com a violência, relatando assaltos, furtos e até mesmo arrastões (MORAES, 2015).

Compõem ainda o cenário do bairro duas praças: a João Gentil e a Gentilândia. A primeira se localiza entre a Avenida 13 de Maio, Rua Waldery Uchôa, Rua João Gentil e a Rua Paulino Nogueira. É um espaço muito diverso! Vários atores sociais se encontram nesse local muito utilizado para a prática de exercícios físicos. Os conflitos na praça são, em geral, de três ordens: por um lado os moradores do entorno da praça costumam agir coagindo os frequentadores do local; por outro o tráfico do local também atua coagindo os frequentadores, principalmente com preconceitos sexual e de gênero; e por outro os moradores de rua e *hippies* que moram na praça e que agem, ora realizando a manutenção do local, ora coagindo frequentadores.

A outra, Praça da Gentilândia, se localiza entre a Rua Santo Antônio, a Rua Marechal Deodoro e é paralela à Rua Paulino Nogueira, em frente fica um posto de gasolina (que fica defronte a Avenida 13 de Maio). Nela ocorre, uma vez por semana, uma feira de rua, com barracas e venda de frutas, verduras, legumes, cereais e carnes. Ademais, há uma permanente feira gastronômica, com tendas montadas que vendem desde hambúrgueres a pratinhos de comida típica. Aqui também o público é diverso. O seu redor é formado por casas, na Rua Santo Antônio; bares e restaurantes, na Rua Paulino Nogueira; e, na Rua Marechal Deodoro, o Instituto Federal Tecnológico do

Ceará.

Essa diversidade de elementos que compõem o cenário do Bairro Benfica é utilizada e apropriada pelos atores que compõem esses lugares. Mesmo diante da sensação de risco e insegurança e do aumento das disputas territoriais com o uso de arma de fogo, as pessoas seguem fazendo uso dos locais simbólicos do bairro. Estes usos são diversos e refletem, de certa forma, uma "mistura" entre o passado e o presente, o Benfica de ontem e o Benfica de hoje. Essa dualidade faz do local um espaço com atores sociais e conflitos diversos que tem se aprofundado com o tempo e com a ideia de que o bairro está em "deterioração", é agora um local "assolado pela violência urbana".

4 | FAVELAS NO BENFICA?

O Benfica é um bairro plural com uma diversidade de atores que fazem a apropriação dos seus espaços de forma variada e a partir de usos diversos. Em geral esses espaços são vistos e problematizados tanto pelos frequentadores como pela população local. O objetivo desse item é apresentar o que é pouco ou quase nada visto no bairro: suas comunidades periféricas, isto é, suas favelas.

Apesar de características que situam o bairro como de classe média, nas cinco comunidades encontradas ao longo do seu território - Povo Guerreiro, Sumaré, Maresia, Realeza e Estrela-, as características são de comunidades periféricas tanto do ponto de vista social como econômico, sem infraestrutura e assistência pública, onde falta iluminação, saneamento básico, segurança e com baixíssimo IDH; destoando, dessa forma, com o bairro descrito nos dados oficiais. Nelas também há o domínio da criminalidade ordinária normatizando e moralizando o uso dos lugares. Nos demais espaços do bairro, no entanto, há uma ampla rede de infraestrutura urbana.

Essas comunidades têm suas formações históricas quase que simultâneas as diversas fases de ocupação do bairro. O bairro teve uma formação aristocrática, com famílias de médio e alto poder aquisitivo adquirindo imóveis ao longo do seu território; em paralelo, crescia um bairro "invisível", ocupado por pessoas que prestavam algum tipo de serviço para essas famílias, mas que não tinham condições de morar em casas de grande porte e foram, dessa forma, construindo moradias de menor porte, dando origem às comunidades locais.

Uma das comunidades a me chamar mais atenção, foi também a primeira na qual eu fui levada para conhecer, é a Povo Guerreiro. Chegar lá é relativamente fácil, basta entrar por uma das ruas de acesso, que são bem movimentadas, principalmente no horário de pico. Contudo, sua identificação não é tão fácil assim. Uma das entradas do local é escura, sem iluminação pública, com um amontoado de lixo no que parece ser um lixão improvisado e paredes sujas que conotam certo abandono por parte do poder público com a comunidade. Nessa entrada também é possível ver, em dias de

lavagem de roupas, diversas roupas penduradas em um "varal" improvisado: talvez essa seja a única denúncia de que ali, naquele mini-beco reside uma das comunidades mais antigas do bairro. Já a outra entrada é mais visível, com um pequeno comércio vizinho, iluminação adequada e a entrada do beco um pouco mais larga. Nesse lado há também uma extensão da comunidade: a calçada em frente! Lá há um "banco" e outro volume acumulado de lixo. É nesse banco o ponto de encontro do fim de tarde da comunidade: mulheres sentadas, crianças correndo na calçada e jovens escutando músicas do estilo *funk* próximo ao local.

A rua como reprodução da vida cotidiana alimenta laços de amizade e parentesco, conferindo ao cotidiano das comunidades um aspecto singular no contexto da cidade. Meninos e meninas, jovens e adultos transformam ruas, becos e vielas em verdadeiras salas de estar, territórios de convivência, lazer, estudo, disputas e namoro. Tais vivências diferem bastante do isolamento, da impessoalidade e da desconfiança que permeiam as relações na cidade, em que vizinhos de porta a porta não se cumprimentam e muito menos conversam. (RODRIGUEZ, 2013, p. 54-55).

Esse espaço extensão da comunidade chama atenção por ter sido o único observado até o momento com essas características apontadas por Rodriguez (2013): parece ser a praça que não existe, o espaço de sociabilidade e interação, uma sala de estar. É nele que se reúnem mulheres e crianças, que ocorrem as comemorações nos fins de semana e onde crianças, idosos e os cachorros, tão característicos da comunidade, se reúnem todos os dias, em uma interação muito parecida com a abordada por DaMatta (1987), onde a rua é a extensão da casa, onde o público e o privado se misturam e onde a dualidade do indivíduo-pessoa se objetiva.

Ao adentrar ao local à primeira coisa que me chamou a atenção foram os aspectos físicos: o cheiro é horrível, uma mistura de esgoto com lixo, mesmo não havendo volumes de lixo espalhados pelo local, o cheiro me acompanhou de uma ponta a outra da comunidade; as casas são muito simples, algumas sem janelas e com apenas uma porta; todas gradeadas; a cor predominante é escura com paredes sujas e desgastadas pela ação do sol e da chuva; e, muitos cachorros espalhados ao longo do caminho (em alguns momentos é preciso "pular" por cima de algum cachorro que ocupa o corredor impedindo o deslocamento). Passar pela comunidade de dia ou de noite é um desafio vencido, quase que exclusivamente, pelos seus moradores, por alguns moradores do bairro que usam a comunidade de atalho e pelos usuários de drogas, principalmente crack e cocaína. Em seus 1,80 metros de largura, rua, calçada e quintal se misturam, formando uma extensão da casa, tanto em relações sociais (DAMATTA, 1987) como em utilização do espaço físico.

Visualmente as comunidades do bairro pouco se diferem das demais comunidades periféricas da Cidade: sem acesso à saúde, saneamento básico, iluminação pública adequada, isto é, lugares onde a reprodução da vida ocorre na adversidade. De fato, é nítido que ao adentrá-las parecemos ter saído do bairro Benfica tamanha é

a diferenciação da infraestrutura entre o bairro e as comunidades. As dificuldades de acesso aos serviços de infraestrutura urbano, somado a fatores como: menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência, discriminações diversas, dificuldade no acesso ao sistema de justiça, etc.; são características que acarretam em uma segregação urbana, um dos elementos mais brutais da desigualdade social (MARICATO, 2003).

A comunidade da Realeza passa despercebida aos olhos mais atentos pois suas entradas são estreitas e sem nenhum indicativo de que ali, no que parece ser um terreno abandonado, haja uma comunidade. O local é formado por várias dessas entradas, e, em apenas uma delas, é possível ver casas que formam uma vila. Ao adentrar um mundo se abre: entradas estreitas dão lugar a um terreno amplo ocupado por casas de alvenaria e outras no estilo “barraco”, pequenas habitações de madeira ou material de demolição, coberta de palha, telha ou zinco, geralmente construído em morros e favelas. São casas muito simples, rústicas e com instalações precárias; esgoto a céu aberto - há uma espécie de córrego de esgoto que cruza a comunidade de ponta a outra - sem iluminação e calçamento adequadas; muitos cachorros e gatos, crianças correndo brincando e moradores sentados nas calçadas. Em uma das entradas também é possível ver o lixo acumulado e o cheiro de chorume invadindo o local.

Algumas dessas comunidades foram destaques nos bailes funks da década de 90, quando a criminalidade em Fortaleza se organizava em torno de gangues e galeras, e, a partir dessa organização, marcava territorialmente a Cidade em disputas que tinham os bailes como arenas dos enfrentamentos (DIÓGENES, 1998). Uma das comunidades destaque desse momento foi a Maresia por ter sido o local de surgimento de uma das grandes gangues que já existiu no bairro. Por conta disso, a narrativa sobre a história desse local é sempre permeada por muitos detalhes e conflitos que mostram a grandiosidade do local outrora.

Nos aspectos físicos, esta é a comunidade que menos tem um perfil de abandono por parte do poder público: tem iluminação pública, saneamento básico e não costuma ter conflitos com a polícia. A única coisa que visualmente a poderia marcar e identificar como uma comunidade periférica é a presença, sempre constante, de lixo acumulado que causa uma sensação de abandono e mal cheiro. É ainda a comunidade mais aberta, pois é a única que não é composta por becos estreitos e sim por ruas largas e urbanizadas. Em sua paisagem é possível observar casas com grandes terrenos, antigas e muitas árvores.

A comunidade Sumaré é um complexo de pequenas ruas com duas entradas distintas. Lá também, como nas demais comunidades, há a predominância de famílias morando, com larga presença de crianças e idosos. Ao chegar no local, nos deparamos com uma comunidade pacífica, harmônica e com relativa infraestrutura, que, nas narrativas, sempre esteve relacionada a roubos e furtos. As casas são variadas, havendo a presença tanto de “barracos” como de casas de alto padrão.

Chama a atenção no local a quantidade de pequenos comércios, enquanto nas outras comunidades é possível observar um ou dois empreendimentos locais, aqui há vários tipos de empreendimentos como salões de beleza, mercadinhos e lava jato.

Por fim, a comunidade Estrela que é considerada pelos interlocutores como a mais perigosa do bairro. Esse receio por parte deles é tanto que foi o único local que, ao longo da pesquisa, eu não consegui adentrar. Apesar das minhas inúmeras tentativas de ser levada até o local - eu fui severamente desencorajada a ir sozinha - eu sempre escutava como justificativa que lá ninguém poderia garantir minha segurança. Diante disso, a única descrição que tenho dela é que ela é a menor de todas as comunidades, composta apenas por um longo beco, sem ruas e saídas e fechada na entrada com um portão de ferro.

5 | CONCLUSÃO

Ao andar pelo bairro, é possível observar suas diversas fases de ocupação marcadas nas fachadas das casas, bem como nas características populacionais apontadas pelos dados oficiais. Muitos moradores antigos, anteriores a chegada da UFC, permanecem no bairro em casas de arquitetura antiga, com frondosas árvores na entrada. Em algumas ruas é possível observar árvores no meio da rua, onde outrora, sem dúvida, deveria ter sido uma chácara. Essas características de um Benfica tradicional misturam-se com a construção, cada vez mais constante, de moradias de pequeno porte (chamados quitinetes), casas coletivas (estilo repúblicas estudantis) e a agregação de jovens vindos dos mais diversos locais, em especial da África buscando aqui uma especialização. No entanto, apesar do avanço desse tipo de moradia, o Benfica é ainda um bairro formado predominantemente por casas.

Esse artigo buscou compreender e problematizar um bairro diversificado, boêmio, estudantil e aristocrático por um lado, e, por outro, com comunidades empobrecidas do ponto de vista econômico e social; perpassado por um cotidiano impactado pela reorganização do crime e por uma sociabilidade peculiar a esse universo, que se objetiva no aumento da violência urbana e na consequente sensação de insegurança, como um dos ecos mais significativos da violência (FREITAS, 2003).

O bairro Benfica é central e de classe média com comunidades com características periféricas e, exatamente por isso, em um conflito constante, perpassado por dualidades, que refletem o Benfica de ontem e de hoje e que se expressam na diversidade de usos que os atores sociais fazem dos espaços; e na infraestrutura observada ao longo do território.

As comunidades que se espalham ao longo do bairro têm características comuns entre si e são compostas, em sua maioria, por famílias que moram no local a bastante tempo e que convivem cotidianamente com a ausência de direitos sociais como o acesso à saúde, à educação e ao consumo cultural; além de manterem uma relação

tensa seja com o crime, seja com a polícia.

As segregações espaciais no bairro, em especial nas comunidades e as suas condições precárias, afetam não apenas a forma em que se vive na cidade, mas também, o sistema de relações sociais que se entremeia no e sobre o espaço urbano, incidindo sobre a fragmentação socioespacial da interação social e na conformação de espaços diferenciados de sociabilidade. Esta é a condição segregada que marca um bairro cortado por periferias e problemas sociais.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys Alencar F. “Vazios” e “misturas”: classificações socioespaciais sobre o centro da cidade. In: **Etnografias na Cidade**: redes, conflitos e lugares. Campinas: Pontes Editora, 2016, p. 17-43.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: Gangues, galeras e o movimento hip hop. 1998. 381p. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecoss da Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

IVO, Anete B. L. A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 9-15, Jan./Abr. 2010.

MAGNANI, José Guilherme; SOUZA, Bruna Mantese de (Org). **Jovens na Metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. In: **Estudos Avançados**, 17 (48), 2003, p. 151 – 167.

MORAES, Suiany Silva de. **Medo, violência e insegurança**: tramas e trajetos no cotidiano do bairro Benfica Fortaleza - CE. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Fortaleza, 2015, 97 p. (MIMEO).

_____. **“Eu nunca tinha escutado falar sobre favela no Benfica”**: conflitos sociais e mercados ilícitos em um bairro universitário. 2018. 122p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio e memória local: o estado da arte do inventário de referências culturais do bairro Benfica. In: **Revista Trajetos**, Fortaleza, v.7, n. 13, 2007.

PEQUENO, Luiz Renato Bezerra (Org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.

PEREIRA, Ilaina Damasceno. **Lugares no Bairro**: uma etnografia no Benfica. Universidade Federal do Ceará: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, (Mimeo).

_____. **Identidade de lugar no Benfica**: Distinção, discurso e divisão simbólica no bairro. *GeoTextos*, vol. 5, n. 2, dez 2009, p. 49-66.

REVISTA **Fortaleza 2040**. Fortaleza: Edições IPLANFOR – Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2015,

122p.

RODRIGUEZ, Andrea. **Labirintos do tráfico**: vidas práticas e intervenções – em busca de saídas possíveis. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

VELHO, Gilberto. **Um Antropólogo na Cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES DOS CORPOS DOS MORADORES DE RUA EM CUIABÁ: CORPO CARACOL, CORPO SUPORTE E CORPO DISSOLVENTE

Juliano Batista dos Santos

Universidade Federal de Mato Grosso,
Faculdade de Comunicação e Artes, Programa
de Pós-Graduação em Estudos de Cultura
Contemporânea.

Cuiabá – Mato Grosso

Alyne Ramos de Campos dos Santos

Universidade de Cuiabá, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Ambientais.

Cuiabá – Mato Grosso

José Serafim Bertoloto

Universidade Federal de Mato Grosso,
Faculdade de Comunicação e Artes, Programa
de Pós-Graduação em Estudos de Cultura
Contemporânea.

Universidade de Cuiabá, Programa de Pós-
Graduação em Ensino.

Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: Este ensaio tem como objetivo trazer à tona as principais funções desempenhadas pelos corpos dos moradores de rua em Cuiabá. Mais precisamente da população que vive na Região Centro Norte. Para tanto, empregamos à pesquisa e à construção do texto uma reflexão teórico-empírica. Em um primeiro momento, fomos a campo para observar e conhecer a condição das pessoas em situação de rua, para em seguida, baseando em teorias de diferentes áreas do conhecimento, mostrarmos quais são as três principais funções corporais da população

de rua na capital mato-grossense, denominadas metaforicamente de corpo caracol, corpo suporte e corpo dissolvente. Os corpos dos moradores de rua são, portanto, neste trabalho, a chave e o fundamento ao entendimento de funções corporais pouco significativas na vida privada, mas que nos espaços públicos são comuns, diárias e corriqueiras à sobrevivência dos sujeitos que fazem das ruas e baixios arquitetônicos a sua “casa”.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, Cuiabá, Corpos, Funcionalidades, Moradores de Rua.

ABSTRACT: This essay has as objective to bring to the surface the main functions carried out by the homeless bodies in Cuiabá. More precisely of the population than lives in the North Center Region. For so much, we used in the research and the construction of the text a theoretical-empiric reflection. In a first moment, we went to the field to observe and to know the people's condition in street situation, for soon afterwards, basing on theories of different areas of the knowledge, we show which are the three main corporal functions of the street population to in the capital mato-grossense, denominated metaphorically of snail body, support body and dissolving body. The bodies of the homeless are, therefore, in this work, the key and the foundation to the understanding of little significant corporal functions in the private life, but that in the public

spaces are common, daily and commonplace to the survival of the subjects making of the streets and architectural shallows their “home”.

KEYWORDS: City, Cuiabá, Bodies, Functionalities, Homeless.

1 | INTRODUÇÃO

Sobreviver, segundo Darwin (2004), é uma luta intrínseca a todas as espécies. A *homo sapiens* tem, no entanto, uma diferença fundamental em relação aos demais seres vivos. Sua sobrevivência depende da associação entre evolução natural (transmitida biologicamente) e cultural (transmitida por endoculturação).

Fatores geográficos (exteriores ao ser) e biológicos (próprios dos ser) influenciam os processos evolutivos e de adaptação ao meio, embora não os determinem como afirmavam os positivistas. Estar neste, nesse ou naquele lugar, exige de nós o conhecimento de seus territórios, dos espaços e estruturas existentes, dos recursos disponíveis, das possíveis ameaças e dos seres que ali habitam (humanos e não-humanos) (SCHUCH; GEHLEN, 2012).

No caso dos moradores de rua não é diferente. As táticas e riscos de sobrevivência mudam de urbe para urbe. A região, o clima, os costumes, as redes de acolhimento, as políticas públicas sociais de cada município, a economia local, o nível e o padrão de consumo dos cidadãos, entre outros fatores, também influenciam os modos de ser e estar nas ruas. Por exemplo. Morar nas ruas de Cuiabá, uma das cidades mais quentes do Brasil, tem uma lógica diferente das pessoas em situação de rua em Curitiba, uma das capitais mais frias do país.

Pedir, dormir, descansar, conversar, caminhar, ir ou não a determinados lugares, são decisões que levam em consideração *n* variáveis: cotidiano, relações, trajetos, situações, necessidades etc. A concepção, deliberação e execução de nossas ações têm valor subjetivo, o que não implica que as regras e normas coletivas são ignoradas. Todo juízo de valor, independentemente da pessoa, é moldado pela tensão dialética entre os contrários: eu vs. outros, individual vs. coletivo, permitido vs. proibido (BOCAYUVA, 2010).

Se a ação do indivíduo no coletivo (ou ação social) é uma conduta humana com sentido subjetivamente elaborado e orientado para outros seres humanos, então é o próprio indivíduo que dá significado a sua ação e constrói a conexão entre o motivo da ação, a ação propriamente dita e seus efeitos (WEBER, 1993).

Segundo Sartre (1987), a possibilidade de escolhermos *para si* é o que nos torna livres e responsáveis pelos nossos atos. Mas há de se advertir que a liberdade só existe em razão da liberdade dos outros. Ser livre, na concepção existencialista, é poder se movimentar dentro dos limites postos a si pela natureza e pelo coletivo.

Em meio e entre os jogos de forças entre determinação, fatalismo e liberdade, estão os humanos. Cada um com sua particularidade. Universos ímpares que, apesar da interseção com outros universos individuais, não se repetem; são únicos e

singulares em suas formas e essência de ser. O que os diferem, existencialmente, são suas escolhas (SARTRE, 1987).

Se os homens têm em comum a condenação à escolha, as influências nas decisões mudam de pessoa para pessoa, de situação para situação, de cultura para cultura. Então, cada caso deve ser analisado *em si e por si* conforme o entendimento do próprio sujeito e dentro das condições e signos da neotribo à qual pertence (MAFFESOLI, 1998), onde seu passado opera como experiência e o futuro se coloca à razão como uma possibilidade (HUME, 1989).

Analisemos o caso dos moradores de rua. O modo de operar (pensar, enxergar e agir) dessas pessoas é diferente das que possuem residência fixa. Estar nas ruas é bem diferente de nela habitar. A questão do abrigo como mecanismo de proteção, segurança e privacidade permite aos corpos o descanso necessário à sua recomposição física e mental (RODRIGUES, 2015).

Os que habitam nas ruas não desfrutam do direito à residência. Nas ruas, os corpos de seus moradores são abrigos de si mesmo; estão expostos às intempéries e aos perigos, ameaças e coerções típicas das urbes: violência, repressão, discriminação, abandono, homicídio, perseguição, exclusão e proibições de todo tipo (GIORGETTI, 2006).

A ausência de casa e a exposição ao meio (na condição em que se encontram), reconfiguram seus corpos. Eles, aos poucos, adquirem assinaturas inerentes a vida nas ruas: pés sujos e/ou rachados, roupas encardidas e surradas, odores desagradáveis, pele queimada pelo sol e cicatrizes provenientes de brigas e agressões. Marcas que causam incômodo visual e tornam seus corpos abjetos.

Para Frangella (2009, p. 162):

As marcas olfativas, higiênicas e estéticas no corpo dos moradores de rua atualizam, fundamentalmente, a dinâmica criada a partir do confinamento espacial e da subtração material a que estão sujeitos, e configuram os atributos básicos através dos quais esse segmento é identificado e estigmatizado na cidade. A sujeira e a aparência abjeta e envelhecida – decorrentes da falta de lugar, do contato constante com o asfalto sujo, da ausência de estrutura que permita práticas de higiene regulares, da depressão – emergem em primeiro plano na corporalidade dos habitantes de rua na metrópole, tanto nas interações sociais internas a esse universo considerado, quanto na relação com os demais segmentos sociais.

As ruas reconfiguram não apenas a representação simbólica dos corpos, mas também suas funcionalidades e táticas de sobrevivência. As dificuldades enfrentadas no cotidiano e as pressões sociais exercidas sobre os moradores de rua, são/ficam registradas em seus corpos, por isso a importância em observá-los (MAGNANI, 2002). Não é à toa que nos debates e reflexões sobre a população de rua, o elemento central é o corpo.

As funções desempenhadas pelos corpos de quem vive nas ruas, bem como as táticas de sobrevivência de seus moradores, são impensáveis em territórios domésticos, protegidos por muros, grades, paredes e teto. As funcionalidades nascem como

resposta à ausência de um lar para residir e as táticas operam como dispositivos de adaptação e subversão às estruturas vigentes. Uma e outra não estão desvinculadas, elas se complementam.

Em Cuiabá, o levantamento das funções corporais mais comuns e das principais astúcias empregadas pela população de rua em seu dia a dia ocorreu a partir de nossa observação e convivência com os moradores de rua do Centro Norte da capital (DAMATTA, 1978). O que não significa que outras funções e artimanhas inexistem.

As utilidades do corpo e táticas de sobrevivência, portanto, dependem do meio onde se encontra, dos recursos naturais e sociais disponíveis, das relações de poder em jogo, entre outras tantas coisas que pressionam a vida a se enquadrar, a se esquivar, a criar, a contestar, a dar golpes no campo da ordem estabelecida (CERTEAU, 1998), como veremos a seguir.

2 | CORPOS URBANOS ERRANTES E SUAS FUNCIONALIDADES COMO ADAPTAÇÃO ÀS RUAS

A relação entre o corpo e sua condição de vida influencia o seu estado de ser. Na ausência de uma residência, o corpo do indivíduo se torna a sua casa; o lugar de sua existência e refúgio. A exposição direta às intempéries exige dos corpos que vivem nas ruas uma adaptação e resiliência distinta dos corpos que possuem um lar para se abrigarem e se protegerem.

Em Cuiabá, a adaptação dos moradores de rua à cidade e aos recursos nela disponíveis, levou os seus corpos a adquirem funções incomuns aos da vida doméstica. Funções que operam não apenas em sentido utilitarista, mas também em sentido simbólico, dado que a forma como vivemos possui íntima e profunda relação com o nosso comportamento e aparência.

Para Le Breton (2011, p. 10), “o corpo é o coração da ação individual ou coletiva, o cerne do simbolismo social, o corpo é um catalisador de grande capacidade do presente”. Para Rodrigues (2005, p. 29) o “corpo é suporte e fronteira do indivíduo, é através do corpo que as diferenças são demarcadas, as experiências da cultura e das redes de sociabilidades se manifestam”.

Cada sociedade, cada grupo e subgrupo social, cada tribo e neotribo, tem em seu interior, uma visão específica de mundo, expressa por meio signos (explícitos e/ou implícitos) nos corpos de seus membros. Pequenos sinais que nos permitem, por intuição, projetar uma representação possível sobre “quem é” ou “pode ser” fulano e ciclano, embora somente o convívio dirá se estávamos certos ou não (GOFFMAN, 1999).

Nas ruas não é diferente. Lá as aparências também enganam. É comum termos estereótipos de determinados grupos. Quando falamos de punks, por exemplo, nossa imaginação projeta signos relacionados a esse movimento: rock pesado, letras

escatológicas, roupas pretas, coturnos de cano longo, cabelos moicanos, pintados e/ou raspados nas laterais, suspensórios, pulseiras, coleiras e cintos de couro com metais ponte agudos.

Acontece que os símbolos e ornamentos punks não são de uso restrito deles. Há sujeitos que os utilizam e nem por isso se veem como punks. A definição de pertencimento a um grupo não se dá apenas por adesão às representações e símbolos próprios de cada tribo, o sentimento de pertença é o mais fundamental; mais até que o uso dos ornamentos que, na prática, operam como elementos de comunicação à identificação entre os pares (MAFFESOLI, 1998).

No caso da população de rua há um paradoxo em relação ao sentimento de pertença. Mesmo conscientes da condição de estar a viver nas ruas, o discurso entre realidade e desejos pessoais se confundem. Nele, o que vemos, é uma luta interna travada consigo mesmo. Uma resistência psicológica que insiste em não perder a esperança por uma vida melhor, por uma vida fora das ruas (MATTOS, 2006), como nos revelam as falas abaixo de alguns moradores de rua, representados por pseudônimos:

Eni [na rua há 9 anos]: Eu fico na rua só durante o dia. De noite eu durmo lá no armazém pra vigiar. Lá, é minha casa, sabe! (Caderno de campo, maio de 2018).

Ped [na rua há 13 anos]: Eu tô na rua há bastante tempo. Vou alugar um quarto agora. Um baratinho. Na rua é... [silêncio] (Caderno de campo, maio de 2018).

Jo [na rua há 7 anos]: Eu durmo no posto [de gasolina] lá na saída pro Trevo do Largato. Têm umas cabines [de caminhões] abandonadas no pátio. Eu tô morando em uma. Aí pra pagar o dono do posto e ganhar o almoço eu lavo os banheiros (Caderno de campo, julho de 2018).

Fel [na rua há 2 anos]: Eu tenho família aqui. Eu tenho casa pra ficar. Às vezes vou pra lá [casa dos filhos]. Mas como eu bebo, prefiro ficar aqui [na rua] (Caderno de campo, setembro de 2018).

Man [na rua há 4 anos]: Vivo na rua, durmo na rua, como na rua, mas não moro na rua. Não moro em lugar nenhum. Pra morar tem que ser casa, senão não mora ué! [...] Ninguém mora na rua. A gente fica na rua porque não tem pra onde ir (Caderno de campo, setembro de 2018).

A luta não é apenas interior. A cada novo dia, para a nutrição, hidratação e higiene do corpo, os moradores de rua precisam superar estereótipos coletivos, em sua maioria bastante nocivos. Não podemos negar a importância das representações sociais como guia ao nosso comportamento diante do desconhecido (GOFFMAN, 1999). O estereótipo físico é nossa primeira lente à identificação de membros de grupos específicos em sociedade. Ele, ao contrário dos estereótipos moral e intelectual que costumam ser bem preconceituosos, auxilia-nos cotidianamente nas decisões sobre “onde” e “de quem” podemos nos aproximar e/ou devemos nos afastar (VELHO, 2003).

A observação participante *in loco* é, portanto, essencial para a correta identificação dos membros deste, desse ou daquele grupo nas sociedades complexas. Algo diferente das sociedades primitivas cujos membros carregam caracteres culturais comuns uma vez que não existem subgrupos. Nas sociedades primitivas, segundo Clastres (2003), não há separação entre mim e os outros; elas são um nó indiviso, isto é, uma estrutura

social de relações cuja unidade da coletividade é o que mais importa.

Quando comparamos as sociedades de solidariedade mecânica com as de solidariedade orgânica vemos que a questão e visão sobre seus os corpos são bem distintas. “As sociedades tradicionais não distinguem o corpo do indivíduo, que é constituído da mesma matéria que compõe o universo. Já nas sociedades ocidentais e modernas, a cisão entre o corpo e o indivíduo provocou uma ruptura do sujeito com os outros” (RODRIGUES, 2005, p. 29-30).

A dissociação entre corpo e sujeito reconfigurou as relações sociais que, devido a acelerada divisão do trabalho social, deixaram de ser afetivas para se tornarem relações de interdependência (DURKHEIM, 1973); relações que nós definimos como frias por causa da não preocupação com bem-estar do outro, em virtude de a mercadoria, na tensão e jogo de interesses, sobrepor-se aos indivíduos (MARX, 1983).

Estamos sós. Talvez um amigo, um parente, um conhecido nos estenda a mão para ajudar. Coisa rara! No tempo histórico atual uma das características mais marcantes aos homens é a solidão (PAIS, 2006), seja ela na condição de estar só, sem ninguém ao lado para olhar, conversar e compartilhar, seja ela na condição de se sentir sozinho em meio aos demais, conhecidos ou não. Entendemos ser a segunda a mais cruel, pois ser visto e não ser percebido faz do ser um não-ser, quer dizer, transforma-o em nada, tirando-lhe a sua existência e importância no mundo (SARTRE, 1987).

Os moradores de rua estão sujeitos a ambas as formas de solidão. Especialmente à segunda. Porém, nela, a solidão vem mais da ausência de afetos do que de rupturas. Essa última causa, por exemplo, é comum aos idosos ignorados ou abandonados em asilos por pessoas próximas e com as quais possivelmente dividiu momentos e estabeleceu vínculos afetivos. Por isso, há de se admitir que ser “nadificado” por sujeitos que amamos, tem um peso muito maior do que quando feito por desconhecidos.

Apesar de estarem à margem, no último e mais baixo estrato econômico, as pessoas em situação de rua precisam, assim como nós, enfrentar os efeitos e condições nocivas da estrutura social que criamos (LAZZARATO, 2006). A eles, ao contrário de nós, resta-lhes tão-somente o corpo. Um corpo que precisa se adaptar ao pouco, ao escasso, ao quase nada. Adaptação que implica em sobrevivência. Sobrevivência que depende de táticas, de artimanhas sutis. Táticas que para serem eficazes depende do desenvolvimento de funcionalidades exigida pelos corpos às ruas; depende da transformação do corpo em um corpo útil a si e não ao mercado, digno da palavra trabalho em Marx (1983); um corpo cuja finalidade nos remete à razão primeira da evolução: sobreviver apenas.

A reconfiguração do corpo ao desenvolvimento de novas funções, quando são lançados à vida nas ruas, é influenciada pelo meio onde se vive. Nas ruas, os corpos de seus moradores são moldados a partir da interação com os espaços públicos aonde transitam. Em Cuiabá, na Região Centro Norte, devido suas características urbanas e naturais, a adaptação à sobrevivência, condicionada às novas funcionalidades,

transformam os corpos das pessoas em situação de rua em: corpo caracol, corpo suporte e corpo dissolvente (RODRIGUES, 2015).

Não significa que outras funções corporais inexistam na capital mato-grossense ou em outros lugares. Também não significa que elas são comuns a todos os moradores de rua. As tipologias corporais que apresentamos aqui – todas pensadas com base nas funções voltadas especificamente à sobrevivência nas ruas –, operam menos como arquétipos platônicos e mais como categorias interpretativas. Uma categoria que não parte do universal para o particular, mas que busca no particular algo do universal, sem a exigência de uma perfeita simetria entre sujeitos observados e a teoria empregada pelo observador.

2.1 Corpo Caracol: o corpo como abrigo de si

Há corpos cujo abrigo são muros e grades (casas de alvenaria). Há corpos cujo abrigo são cavernas e grutas (casas naturais). Há corpos cujo abrigo são bambus, folhas e palhas secas (ocas). Há corpos cujo abrigo são edificações de pau a pique (casas de sapê). Há corpos cujo abrigo são blocos de gelo (casas de iglus). Há corpos cujo abrigo são restos de papelão, telhas, tábuas, isopor e latão (barracos). Há corpos cujo abrigo são de restos de madeiras suspensas por estacas (casas de palafita).

A residência, como lugar de refúgio aos corpos humanos, é fundamental à nossa sobrevivência. Ter onde morar implica em proteção, saúde, sucesso e bem-estar. A casa é o nosso primeiro útero artificial. Um espaço de referência que nos liga à família, a momentos e relações. É nela que depositamos nossa segurança, privacidade e intimidade.

De acordo com Bachelard (1978, p. 201, grifo do autor):

[...] a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. [...] O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que frequentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser 'atirado ao mundo' [...] o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço. [...] A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa.

Na Semiótica da Cultura, a casa simboliza territorialização e afetividade, indispensáveis ao (re)ordenamento individual e social. Entre tantos espaços que frequentamos, ela é, muito provavelmente, para a grande maioria dos indivíduos, o local mais apropriado à recomposição psicofísica; um lugar de resgate das energias e vitalidades, expropriada de nossos corpos pelo capital, única e exclusivamente em razão do lucro (MARCUSE, 1973).

Aos que não têm casa, resta-lhes apenas o corpo. Um corpo que nas ruas é abrigo de si mesmo. A exemplo dos caracóis, moluscos da classe gastrópode, que

tem fixados junto ao próprio corpo uma concha formada, geralmente, por uma só peça (FERREIRA, 2004). Carapaça calcária que funciona como local de abrigo, recolhimento e proteção. Um artifício evolutivo que lhes confere a possibilidade de morar em si, de morar em seu corpo, de levar sua casa aonde for, visto que seu corpo e casa são um só.

A situação da população de rua se assemelha a dos caracóis. Seus corpos são sua casa. É nele que os moradores de rua se abrigam, se escondem e descansam (Cf. Figura 1). Diferentemente dos corpos nas residências, corpos disciplinados e adaptados à vida doméstica, os corpos caracóis reinventam o modo de ser e habitar (Cf. Figura 2).

A eles, não resta outra opção que não a redução da vida ao próprio corpo e suas necessidades imediatas. Necessidade que, em certa medida, esvazia os indivíduos de sua humanidade, dado que nós, diferentemente dos outros seres vivos, nos caracterizamos mais pelos aspectos culturais do que biológicos.

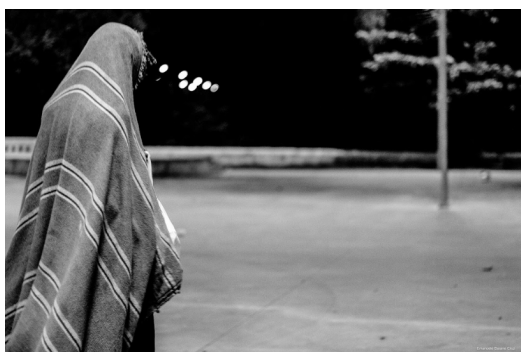


Figura 1

Fonte: Acervo de Emanuele D. Cruz, 2018.



Figura 2

Fonte: Acervo dos autores, 2018

Logo, quando as necessidades orgânicas do corpo impedem manifestações e criações culturais, os homens se animalizam. Sua história retoma hábitos praticados na origem de nossa espécie, em um período muito anterior as primeiras formações sociais, em que os *homo sapiens sapiens* dirigiam toda a sua existência à alimentação e à reprodução.

2.2 Corpo Suporte: a resiliência como adaptação às dificuldades

Suporte! Termo aqui empregado como adjetivo de corpo. No dia a dia uma condição de resiliência à vida nas ruas. Se divagarmos um pouco sobre essa palavra, antes de conceituá-la aos moldes da presente reflexão, veremos que sua escolha como uma das caracterizações dos corpos dos moradores de rua em Cuiabá, não é por acaso.

Suportar, para os que moram e perambulam pelos espaços públicos da cidade, tem um significado que transcende a própria etimologia da palavra. Nas ruas, suportar pode significar muitas coisas: sustentar, tolerar, condescender; mas, sobretudo,

significa manter-se de pé, seguir em frente, não desistir da vida e, quem sabe, por si ou por sorte, vir um dia a residir em uma casa e não em baixios.

Suporte deriva do verbo suportar que, em regra, é entendido como aguentar, na condição de sujeito passivo. Aquele que suporta, suporta tanto o estado e/ou situação em que se encontra, quanto as ações (ou omissões) advindas de relações estabelecidas com os demais seres humanos, cidadãos ou não.

O corpo suporte, segundo Rodrigues (2005), é o corpo adaptado à vida nas ruas. É o corpo que ao ser exposto às condições de vida subumanas (fome, violência, medo, angústia...) e às intempéries (frio, calor, chuva, vento...) fez da resiliência o artifício para suportar o peso da própria existência frente a extrema vulnerabilidade social e econômica em que se encontra.

Suportar nas ruas é, portanto, sinônimo de resistência física e psíquica. A primeira nasce da necessidade de carregar consigo bens materiais entendidos como indispensáveis à sobrevivência; a segunda se origina da necessidade dos moradores de rua se manterem sãos, de modo a absorverem o sofrimento e enxergarem caminhos menos nocivos às suas trajetórias nas ruas.

A escolha do que levar ou dispensar é subjetiva e depende das variáveis em jogo, sempre influenciadas pelo momento presente: cansaço, peso, libido, vício(s), ameaça(s), dívida(s) etc. Já a resiliência não é uma escolha, é uma capacidade interior; ou se é resiliente ou não é; ou o sujeito se adapta, ou ele enlouquece ou se suicida. Na natureza, resiliência é uma competência exigida a todos seres vivos. Sua ausência implica em extinção da espécie ou a morte e isolamento de alguns de seus membros, considerados pelo grupo, como indivíduos fracos e merecedores dos males que os afligem.

Aos que insistem em se adaptar, em sobreviver, em resistir, resta-lhe o esforço diário à nutrição do corpo e da *psiqué* (ou mente, ou razão). O primeiro com alimentos e o segundo com resiliência. Claro que na condição de pessoa em situação de rua, a força desprendida à superação dos obstáculos é incomparavelmente maior que a dos corpos que repousam sobre a proteção de um teto e quatro paredes.

Naturalmente, a contínua exposição do corpo ao relento o deteriora a uma velocidade que faz jovens parecerem velhos (Cf. Figura 3) e idosos parecerem doentes (Cf. Figura 4). Em outras palavras: a transformação do corpo em suporte ou em lugar de/para suporte, como adaptação ao sofrimento causado pelo abandono e exclusão social, revela um preço bastante elevado a ser pago pela população de rua: a dissolução da vitalidade de seus corpos.



Figura 3

Fonte: Acervo de Emanuele D. Cruz, 2018.



Figura 4

Fonte: Acervo de Emanuele D. Cruz, 2018.

2.3 Corpo Dissolvente: do belo ao feio – a deterioração da aparência e da moral

Viver nas ruas implica em reduzir a própria existência ao corpo. Jogado às favas, dentro das piores condições subumanas, ele vai aos poucos se deteriorando, perdendo sua saúde física e mental, tornando-se feio e imoral como nos mostra os versos da canção *O resto do mundo* do cantor e compositor Gabriel o Pensador (1993). Uma letra em que o narrador-personagem, um morador de rua, fala sobre sua situação e vida:

Eu não tenho nome / Eu não tenho identidade / Eu não tenho nem certeza se eu sou gente de verdade / Eu não tenho nada / Mas gostaria de ter / [...] / Eu gostaria de ter um pingo de orgulho / Mas isso é impossível pra quem come o entulho / Misturado com os ratos e com as baratas / E com o papel higiênico usado / Nas latas de lixo / Eu vivo como um bicho ou pior que isso / Eu sou o resto / O resto do mundo / Eu sou mendigo, um indigente, um indigesto, um vagabundo / Eu sou... Eu não sou ninguém / Eu tô com fome / Tenho que me alimentar / Eu posso não ter nome, mas o estômago tá lá / Por isso eu tenho que ser cara-de-pau / Ou eu peço dinheiro ou fico aqui passando mal / Tenho que me rebaixar a esse ponto porque a necessidade é maior do que a moral / Eu sou sujo eu sou feio eu sou antissocial / [...] / Honra? / Não tenho.

Diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente, o corpo se coloca como linha de frente. Em meio ao frio, ao calor, ao sol, a chuva e ao vento, o refúgio é o corpo. Em meio a escassez, a humilhação e a perseguição, a resistência é o corpo. Em meio as angústias, as dores e ao sofrimento, a resiliência é o corpo. Em meio a fome, a dor e ao medo, o recolhimento é o corpo.

O corpo é a única certeza material das pessoas em situação de rua. Todo o restante são possibilidades de aquisição. O termo propriedade está condicionado a sua posse. Nas ruas perder, trocar, abandonar ou ter objetos pessoais roubados, é uma constante, por isso a importância de mantê-los junto ao corpo, como uma espécie de extensão de si mesmo, aos moldes de um corpo cabide, isto é, que carrega tão-somente o que é capaz de suportar (Cf. Figura 5).

O problema é que ao colocar o corpo como a primeira e última fronteira à sobrevivência nos espaços públicos urbanos, ele se dissolve, se desvanece, se

deteriora mais rápido do que nos ambientes domésticos. Aos poucos os sinais de uma vida nas ruas vão nele se sendo registradas, conferindo-lhes a aparência de indigente, de mendigo, de morador de rua.

A pela encardida, o olhar perdido, o cheiro fétido, os cabelos sujos, os pés rachados, o tronco magro e/ou os membros esqueléticos são marcas corriqueiras de seus corpos. O que não significa que elas estão presentes em toda a população de rua. Longe disso. Significa que ao ingressar em um lugar, território ou condição de vida nova, diferente da anterior, o corpo adquire características próprias, típicas dos sujeitos que ali vivem.

Nesse sentido, os corpos se reconfiguram (ou são configurados) conforme as pressões sociais, econômicas e naturais do ambiente. Mesmo que se lute contra estereótipos e características típicas do grupo social a que se pertence, algumas de suas marcas, aparências e símbolos serão/ficarão registrados nos corpos, mentes e/ou atos de seus pares. Não há como escapar das influências ao redor. No caso dos corpos urbanos errantes, dissolver-se é a sua condição *a posteriori* (Cf. Figura 6).



Figura 5

Fonte: Acervo de Emanuele D. Cruz, 2018.



Figura 6

Fonte: Acervo de Emanuele D. Cruz, 2018.

3 | CONCLUSÃO

O corpo na vida privada é moldado conforme os valores estabelecidos por cada sociedade. Entre “quatro paredes” o corpo se mostra ao próprio eu e à familiares. Sua exposição, intimidade e aproximações depende do grau de intimidade entre os sujeitos; mas não só. Também depende do lugar onde se encontra e do que está a acontecer no local.

A modulação dos corpos na vida privada está submetida a um jogo de “forças” e “fatos” sociais que influenciam nossas emoções, regulam nossas ações e direcionam os nossos comportamentos quando em grupos. Algo que na prática opera como um dispositivo de disciplina (FOUCAULT, 1999) e controle (LAZZARATO, 2006) que visa estabelecer parâmetros de como os corpos devem ser, portar, relacionar e se mostrar.

Os desvios de conduta, contudo, são frequentes. A subversão aos modelos idealistas impostos a todos nós, é a regra do cotidiano. Minorias resistem diariamente

aos arquétipos reguladores que tentam anular o que os homens têm em comum: a diferença. No centro de tudo isso: o corpo com seus sentidos e sentimentos.

Todavia, da casa (ou vida privada) à rua (ou vida pública, no sentido de não possuir proteção e privacidade), a lógica é outra. Ao deixar as condições da vida doméstica para viver nas ruas, independentemente das razões, o corpo é reconfigurado para suportar, se adaptar e sobreviver às novas condições em que se encontra. Táticas de sobrevivência antes desconhecidas emergem. Funções impensáveis aos corpos na vida privada também. Uma e outra se complementam e somam forças frente aos desafios de morar, viver e sobreviver nas ruas das urbes.

Atento a essas questões, nossa investigação se esforçou em trazer à tona as principais funções desempenhadas pelos corpos dos moradores de rua na cidade de Cuiabá. Mais precisamente da população de rua que vive na Região Centro Norte da capital mato-grossense.

Em um primeiro momento, fomos a campo observar e conhecer a condição de vida dessas pessoas, para em seguida, baseando em teorias de diferentes áreas do conhecimento, identificarmos as principais funções desempenhadas por seus corpos, metaforicamente intitulados de corpo caracol (casa), corpo suporte (resistência) e corpo dissolvente (deterioração).

Ao final, percebemos que apesar de finalidades corporais distintas, todas elas convergem para um denominador comum: sobreviver mediante adaptação às necessidades e exigências da vida nas ruas. Condições que muitas vezes ultrapassam a moralidade e legalidade das ações, mas que nos espaços públicos, em meio aos silêncios das leis, são comuns, diárias e corriqueiras à sobrevivência dos sujeitos que fazem das ruas, praças, parques, becos, calçadas, marquises, viadutos e baixios a sua “casa” que, na realidade, é um não-lugar para estar (AUGÉ, 2001).

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Travessia do Século.).

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Trad. Joaquim José Moura Ramos (et al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BOCAYUVA, Izabela. Parmênides e Heráclito: diferença e sintonia. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 51, n. 122, p. 399-412, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Trad. Eduardo Fonseca. Rio de Janeiro, Ediouro, 2014.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico e outros textos**. São Paulo: Abril, 1973 (Coleção Os Pensadores.).

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

GABRIEL, o Pensador. O resto do mundo. In: _____. **Gabriel o Pensador**. Rio de Janeiro: Sony Music, 1993. 1 CD. Faixa 10.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social? São Paulo: PUC-SP, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

LAZZARATO, Maurício. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 59-94. (A Política no Império.).

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGNANI, José Guilherme M. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Trad. Giasone Rebuá. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl. **O capital**, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTOS, Ricardo M. **Situação de rua e modernidade**: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. 2006. 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

PAIS, José Machado. **Nos rastros da solidão**. Deambulações Sociológicas. 3ª ed. Lisboa: Edições Machado, 2006.

RODRIGUES, Igor de Souza. **A construção social do morador de rua**: o controle simbólico da identidade. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

RODRIGUES, Lídia V. B. Pimentel. **Vidas nas ruas, corpos em percursos no cotidiano da cidade**. 2005. 187 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Trad. Rita Correia Guedes. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, Aline E.; OBST, Júlia; SILVA, Marta B. (Org.). **A Rua em Movimento:** debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: _____; KUSCHNIR, Karina. (Org.). **Pesquisas urbanas:** desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais.** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO DE JUIZ DE FORA SOB A PERSPECTIVA DA TRIPLE HÉLICE

Nayara Gonçalves Lauriano

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Viçosa - Minas Gerais

Cássia Viviani Silva Santiago

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juiz de Fora - Minas Gerais

RESUMO: O presente estudo buscou identificar como o sistema local de inovação do município de Juiz de Fora está estruturado diante o tratamento do processo inovativo como uma diretriz importante para o desenvolvimento regional e local. A constituição da Triple Hélice juiz-forana, levantando os atores e influências que compõem as esferas Universidade – Empresas–Governo, possibilita a caracterização do cenário inovador e de desenvolvimento local da cidade mineira. A realização do estudo de caso possibilitou a compreensão acerca da interação de diferentes atores para a construção de ambientes favoráveis para o processo de inovação. Tal aspecto torna-se importante para o entendimento da abordagem sistêmica do processo de inovação, de maneira a criar condições favoráveis para o estabelecimento de fluxos de informação, conhecimento, recursos e mecanismos, que desenvolvem o ambiente inovador local.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação, Sistema Local de Inovação, Interação universidade-empresa-

governo, Triple Hélice.

ABSTRACT: The present study sought to identify how the Juiz de Fora Local Innovation System is structured, considering the innovative process as an important guideline for regional and local development. The configuration of this Triple Helix to understand the innovative scenario of the city of Juiz de Fora, identifying the actors and influences that make up the spheres University - Business - Government, allows the characterization of the innovative scenario and local development of the city of Minas Gerais. The realization of the case study made possible the understanding on the interaction of different actors for the construction of environments favorable to the innovation process. This aspect becomes important for understanding the systemic approach of the innovation process in order to create favorable conditions for establishment the flow of information, knowledge, resources and mechanisms, that develop the local innovative environment.

KEYWORDS: Innovation, Local Innovation System, Interaction university-business-government, Triple Helix.

1 | INTRODUÇÃO

A inovação tem sido colocada como

uma variável indispensável para que empresas conquistem competitividade e tenham resultados melhores; para que a esfera pública tenha políticas mais sustentáveis, relacionadas à economia e à esfera social e; para que, universidades construam ecossistemas mais empreendedores e sejam agentes que trabalhem em conjunto com outros atores em torno de um objetivo mais sustentável e de propósito.

Neste sentido, a inovação se fortalece, quando a era do conhecimento e informação se apodera, tornando o conhecimento sinal de competitividade e elemento para melhorar o que já se tem e criar soluções para problemas, de maneira aplicável, de uma forma que possa ser comercializada e, assim, difundida. A produção de conhecimento e a detenção de informação se tornaram, para muitos as variáveis essenciais para a evolução de políticas governamentais, estímulo do empreendedorismo, sucesso e vantagem competitiva para as empresas e negócios.

Uma forma adequada em tratar a inovação na conjuntura atual, é considera-la de maneira sistêmica. Neste sentido, é necessária a articulação de diferentes atores pertencentes às esferas públicas e privadas, de maneira que aconteça o fluxo de informação, conhecimento, recursos e mecanismos.

Logo, a importância do papel desempenhado no ambiente inovativo pelo Estado, as universidades e instituições de pesquisa e as empresas contemplam a teoria da Triple Hélice. Segundo o modelo, é por meio da interação entre esses três agentes que é possível conceber um sistema de inovação de caráter sustentável no contexto econômico considerado pela sociedade do conhecimento.

Diante este contexto, o município de Juiz de Fora, na década de 1850, caracterizava-se como mercado comercial do café produzido na Zona da Mata, entre o final do século XIX e início do XX, o município apresentou um pioneirismo no que diz respeito ao processo de desenvolvimento industrial. Sua localização entre os principais centros de consumo e produção do país (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo) é caracterizada como privilegiada e atualmente acredita-se que essa estrutura logística seja um atrativo para a realização de consideráveis investimentos e a presença de uma rede de ensino consistente e institutos de pesquisa remetem a um promissor ecossistema para o desenvolvimento da inovação.

O presente artigo tem o objetivo de identificar como o sistema local de inovação (SLI) do município de Juiz de Fora está estruturado, levantando os atores e influências que compõem as esferas Universidade – Empresas – Governo, caracterizando o cenário inovador e de desenvolvimento local da cidade mineira. Tal objetivo é perseguido através da disponibilidade de dados e informações secundários em fontes como livros, periódicos, artigos científicos, manuais, censos e relatórios. Para facilitar o entendimento da exploração realizada pelo estudo por parte do leitor, o artigo está dividido em quatro segmentos. No primeiro deles, é realizada uma introdução ao tema e sua importância. O segundo segmento coloca o leitor em contato com a abordagem sistêmica do processo de inovação e suas interações, compreendendo o papel de cada ator que constitui o modelo da Triple Hélice. Na terceira seção são detalhados

conceitos e aspectos para o entendimento da metodologia utilizada na realização do estudo. Por fim, na quarta seção é identificada a existência de atores e influências que configuram a triple hélice juiz-forana e no último segmento, são apresentadas as conclusões da pesquisa.

2 | A INOVAÇÃO COMO ARRANJOS SISTÊMICOS

2.1 Sistemas nacionais, regionais e locais de inovação

O conceito de sistemas de inovação surgiu na década de 80 e está ligado à organização sistêmica de diferentes atores econômicos, políticos e sociais, juntamente com as condicionantes culturais e de cada instituição, que constituem e influenciam o desenvolvimento de ambientes com capacidade de prover e sustentar o processo de inovação e de circulação de conhecimento de um país, região ou localidade (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

Nesta linha, a inovação é potencializada pelo processo de globalização, ao pressionar as empresas a melhorarem a eficiência e a criação de novos produtos e até modificarem sua estrutura organizacional devido à concorrência internacional (OCDE, 2005). Porter (1999) já defendia que as estratégias de cunho global exploravam a ideia que circunda o desenvolvimento de vantagens competitivas, no qual, a estratégia de empresas, por exemplo, explorava a inovação difundida na localidade em que se situavam, enquanto, outras atividades demandadas vinham de uma rede global, constituídas por iniciativas externas.

Com isso, em meio a um sistema econômico cercado pela importância da criação de vantagens competitivas em uma sociedade do conhecimento, tendo em sua composição mercados de caráter dinâmico, os países têm visto no papel de planejar ações para construir uma demanda por inovação, um ambiente favorável para seu desenvolvimento econômico e social (VILLELA *et al.*, 2009). Neste sentido, os **Sistemas Nacionais de Inovação** (SNI) têm sido vistos como uma estratégia, que dão destaque a políticas que convergem para a cooperação entre instituições públicas e privadas, para o fomento de conhecimento e aprendizados e financiamento de novas tecnologias.

Ainda que seja habitual levar em consideração a concepção nacional, é possível considerar o conceito de sistema de inovação em níveis de associação diferentes. Nesse sentido, um país mesmo que apresente uma determinada unidade e leve para suas regiões características comuns, cada região apresenta aspectos culturais, políticos, sociais e orientações econômicas que as diferenciam e isso serve também para localidades e setores (CASALI *et al.*, 2010). Desse modo, é trazido para discussão os conceitos de **Sistema Regional e Sistema Local de Inovação**.

Este entendimento regional e local tem sido cada vez mais considerado para configurar o desenvolvimento socioeconômico baseado no processo de inovação.

Uma região desenvolve seu processo de inovação em detrimento à sua própria capacidade de inovar e, conseqüentemente, a disseminação de tais resultados, quanto sua habilidade em imitar outras regiões (CASALI *et al.*, 2010). Muitos estudos têm sido realizados diante o protagonismo de alguns sistemas regionais e locais de inovação como o Vale do Silício (Califórnia), Rota 128 (Massachusetts), San Pedro Valley (Belo Horizonte) e Santa Rita do Sapucaí (Minas Gerais).

Finalmente, ainda que tal discussão se faça cada vez mais presente, Etzkowitz (2005) ressalta que em contextos locais típicos, a universidade, governo e indústrias se encontram em um processo de aprendizado relacionado ao incentivo da inovação tecnológica, articulando parcerias e ações grupais com o objetivo de desenvolver instrumentos de financiamento e sustentação à inovação.

Diante os dispêndios de investimento à inovação e os indicadores de ciência e tecnologia, o Brasil ainda encontra-se distante de um modelo autossustentável e consistente. Nesse contexto, é perceptível a lacuna entre os sistemas de inovação dos países em desenvolvimento quando comparado com nações como Estados Unidos, Alemanha e Japão. O Brasil ainda conta em sua composição com diferenças econômicas, sociais e culturais bem distintas entre suas regiões, o que desencadeia uma influência no desenvolvimento de sistemas regionais e locais maduros.

2.2 As interações fundamentais segundo o modelo da Triple Hélice

A literatura atual destaca a importância do papel desempenhado pelos atores que fazem parte do ambiente de inovação. O modelo da Triple Hélice aborda três principais atores: o Estado, as universidades e instituições de pesquisa e as empresas, três esferas distintas que se relacionam em uma mesma hélice. A Figura 1 demonstra a evolução que a configuração do modelo sofreu até chegar em seu caráter altamente interativo:

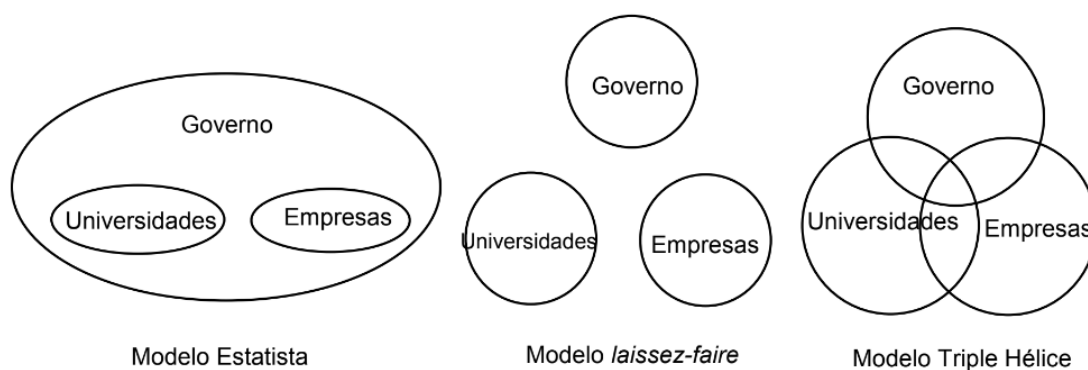


Figura 1 – Evolução do Modelo da Triple Hélice

Fonte: Arantes (2012)

A Triple Hélice é reconhecida pela existência de instituições de ciência e tecnologia, bem como organizações de financiamento e desenvolvimento e como estas

se relacionam, de modo que o desenvolvimento local e regional seja impulsionado. Seguidamente, são detalhados os papéis de cada um dos atores que compõem o modelo da Triple Hélice:

Universidades: este ator tem como função a produção e fomento de conhecimento científico, através da realização de pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e protótipos, e formação de mão de obra qualificada para o mercado e de uma massa crítica. As universidades têm tido um papel importante para o processo de empreendedorismo, Gonçalves et al. (2014) traz para a discussão o conceito de “Universidade Empreendedora”, que enxerga além da função tradicional de ensino, pesquisa e extensão, mas coloca o processo de desenvolvimento econômico fazendo parte de tal cenário. Por último, vale destacar que Etzkowitz (2005) defende que a transformação das universidades é a medula da teoria da Triple Hélice. Para o autor, a existência de uma universidade caracterizada como empreendedora é que proporcionará fundamentos importantes para dar assistência à região, auxiliando no processo de destruição criativa e de transformação através da alta tecnologia.

Empresas: estas assumem cada vez um papel mais destacado no cenário de inovação tendo em vista que é a partir delas que as inovações alcançam o mercado e asseguram uma das características que diferenciam a inovação da invenção, que é ser aplicada. Com isso, é possível conectar o conhecimento científico com o segmento produtivo. Sendo assim, diante o processo de inovação, as empresas possuem a responsabilidade de aproveitar o conhecimento decorrente da esfera acadêmica e, então, desenvolvê-lo e comercializá-lo, contribuindo para o desenvolvimento de determinado local.

Governo: este agente contribui com a construção de um ambiente inovativo através de mecanismos de financiamento e estímulo a políticas e instrumentos públicos voltados para ciência e tecnologia. Depois da II Guerra Mundial, a ciência tornou algo objetivado pelo Estado, comportamento sustentado pela visão de competitividade, imprimindo, portanto, um papel intervencionista. Como fruto de tal viés, observou-se a dependência crescente da ciência para com o Estado e sua disponibilização de recursos de caráter público. Nos anos 60 e 70, os esforços centrados no universo científico passou a priorizar um contexto mais tecnológico, isso devido à conjuntura de crise econômica por causa da crise do petróleo, aumento do desemprego e demandas sociais. Com isso, identificou-se um aumento da preocupação com a capacidade do Estado em se relacionar com a gestão eficiente de recursos e, portanto, desenhando cada vez mais a necessidade de construir políticas que caminhem entre a produção acadêmica e atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (MARQUES, 1999).

3 | METODOLOGIA DE PESQUISA

Com o objetivo de identificar os atores e influências que compõem as

esferas Universidade – Empresas – Governo e que configuram o sistema local de inovação do município de Juiz de Fora, o estudo realizado, se enquadra no ramo da pesquisa exploratória, caracterizada, segundo Zanella (2009), pela exploração de uma determinada realidade buscando seu maior conhecimento. O mesmo pode ser considerado também uma pesquisa descritiva, já que um dos seus objetivos é descrever determinados fatos que compõem uma determinada realidade.

A fim de compreender sua questão central, a pesquisa qualitativa mostrou-se mais adequada, uma vez que, possui o ambiente natural como fonte dos dados, não tendo o princípio instrumental estatístico na análise dos dados (ZANELLA, 2009).

Considerando o entendimento com maior profundidade da realidade do sistema local de inovação de Juiz de Fora, a presente pesquisa organiza-se como um estudo de caso. Metodologicamente, foram adotadas como técnicas de coletas de dados a pesquisa bibliográfica e documental, fundamentando-se na disponibilidade de dados e informações secundários, encontradas nas seguintes fontes: livros, periódicos, artigos científicos, manuais, censos e relatórios.

Durante a análise dos dados levantados, o intuito do estudo não foi diagnosticar as iniciativas realizadas por cada instituição, de forma a categorizar tais iniciativas como “corretas” ou não, mas sim levanta-las e reuni-las para melhor entender a existência de esforços para o desenvolvimento local, compreendendo como se dá a configuração das hélices universidade-empresas-governo.

A pesquisa em particular apresentou como principal limitador a escassez de informações claras relacionadas à esfera governo, bem como a dificuldade de equilibrar o desenvolvimento sobre cada uma das hélices devido à dependência de materiais disponíveis sobre cada um de seus atores. Por outro lado, tal panorama foi visto como um aspecto que tende a contribuir com a própria pesquisa, devido ao reconhecimento que algumas frentes vêm sendo mais exploradas que outras.

4 | CONFIGURAÇÃO DA TRIPLE HÉLICE DE JUIZ DE FORA E CARACTERIZAÇÃO DO SEU SISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO

Na década de 1850, Juiz de Fora se caracterizava como mercado comercial do café produzido na Zona da Mata, contribuindo para o acúmulo de capital no município, intensificada pela construção da rodovia União e Indústria, permitindo maior dinamismo e agilidade do transporte de café para o estado do Rio de Janeiro, características pouco identificadas em outras regiões (DE OLIVEIRA, 2005). Entre o final do século XIX e início do XX, o município apresentou um pioneirismo no que diz respeito ao processo de desenvolvimento industrial, a partir do surgimento da indústria têxtil, fato este que atribuiu para a cidade o nome de “Manchester Mineira”.

O histórico industrial juiz-forano pode ser segmentado em cinco etapas, sendo a primeira delas relacionada ao surgimento das primeiras fábricas entre 1850 e 1930, a

desaceleração do setor industrial em 1930 e 1945, a recuperação (entre 1945 e 1955), a fase de decadência (1955 e 1970) e, por fim, a reindustrialização, iniciada em 1970 (GONÇALVES e DINIZ, 1999).

A partir da década de 70, foram idealizados alguns projetos industriais, no setor da metalurgia, que proporcionou determinada diversidade da produção local - a Siderúrgica Mendes Júnior (SMJ) e a Companhia Paraibuna de Metais (CPM), no entanto, Gonçalves e Diniz (1999), consideram que tais projetos se formaram de maneira isolada, sem maiores alardes.

Em 2016, o município contava com uma população estimada em 559.636 (IBGE) e sua localização entre importantes mercados do país (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória) é considerada como importante vantagem como pode ser observado pela Figura 2 abaixo.



Figura 2 - Localização de Juiz de Fora em relação a outros centros regionais

Fonte: PCTJFR (2013)

O município encontra-se em uma região de significativo potencial econômico. Pertencendo à mesorregião da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, sua área de influência não se encontra apenas no estado o qual pertence, mas também no Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Os próximos aspectos que caracterizam o município de Juiz de Fora estão contextualizados sob a perspectiva das esferas que, segundo a Triple Hélice, são responsáveis pelo desenvolvimento do processo de inovação.

4.1 Universidades e Institutos de Pesquisa

O município de Juiz de Fora conta com uma rede de ensino significativa, composta

pela diversidade de instituições particulares, com a Universidade Federal de Juiz de Fora e um Instituto Federal (Quadro 1).

INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR (IES)	NATUREZA
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Federal
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG)	Federal
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES JF)	Privada
Faculdade Machado Sobrinho	Privada
Instituto Vianna Júnior	Privada
Universidade Salgado de Oliveira (Universo)	Privada
Instituto Metodista Granbery	Privada
Faculdade Juiz de Fora (FJF)	Privada
Faculdade do Sudeste Mineiro (Facsum)	Privada
Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora (Suprema)	Privada
Estácio de Sá	Privada
UNIPAC	Privada
Doctum	Privada

Quadro 1 – Institutos de Ensino Superior de Juiz de Fora

Fonte: Elaborado pelas autoras (2016)

As instituições de ensino, com destaque às universidades federais, são quem possuem a infraestrutura científica e de pesquisa mais adequada para suportar o desenvolvimento do processo de inovação. No quadro a seguir, é identificada a presença de instituições de ensino em outras áreas de influência, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que contribuem para a constituição de um sistema regional de inovação.

ESTADO	IES	SIGLA
Minas Gerais	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP
	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL
	Universidade Federal de Lavras	UFLA
	Universidade Federal de Viçosa	UFV
	Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI
	Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ
Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
	Universidade Federal Fluminense	UFF

Quadro 2 – IES próximas de Juiz de Fora

Junto com as instituições de ensino superior, a esfera academia é constituída pelos institutos de pesquisa. Neste contexto, as condições fundamentais de pesquisas em Juiz de Fora, como o crescimento do oferecimento de atividades científicas, contribuem para o surgimento de empresas de bases tecnológicas. O sistema de inovação local do município mineiro conta principalmente com o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite – Embrapa, o Instituto de Laticínios Cândido Tostes e a própria Universidade Federal de Juiz de Fora. Tais instituições exemplificam não só a esfera acadêmica, mas interação entre ela e a esfera do Governo, devido à natureza das instituições (Quadro 3).

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA DE PESQUISA	NATUREZA
EMBRAPA/Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite	1974	Pecuária Leiteira	Federal
EPAMIG/Instituto de Laticínios Cândido Tostes	1935	Leite e Derivados	Estatual
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	1960	Todas as áreas de conhecimento	Federal

Quadro 3 - Institutos de Pesquisa de Juiz de Fora

Fonte: Adaptado de Gonçalves e Diniz (1999)

O Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite – Embrapa, criado em 1974, cuja natureza é federal, é uma das 46 unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ligada ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e se posiciona como referência mundial em pesquisas para pecuária leiteira de clima tropical, destacando-se na vertente de Pesquisa e Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia, tanto nacionalmente quanto no exterior.

O Instituto de Laticínios Cândido Tostes, criado em 1935 é uma iniciativa ligada a EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, com o objetivo de ter como responsabilidade as pesquisas realizadas no Estado. Com o intuito de promover a difusão de conhecimento e pesquisas para o ramo de laticínios e a formação de mão de obra qualificada para este setor. Tal instituição provém conhecimento e articulações com os produtores, não só local, mas da região, exemplificando uma interação entre as esferas acadêmica, setor produtivo e governo.

Por fim, a Universidade Federal de Juiz de Fora, criada em 1960, contempla todas as áreas do conhecimento, possui mais de 20 mil alunos, 3 mil estudantes da educação a distância, 93 tipos de cursos de graduação, 36 de mestrado e 17 de doutorado.

Sua atuação na esfera de Ciência e Inovação é fortalecida pelos grupos de pesquisa que pertencem ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, vinculado ao CNPq, cuja uma de suas finalidades principais é ser um mecanismo de fomento à geração de conhecimento científico por meio das linhas de pesquisa realizadas,

que envolve pesquisadores, estudantes, técnicos e parcerias com o setor produtivo. Sua infraestrutura de pesquisa é uma variável importante para que tais interações aconteçam.

Ainda sobre sua infraestrutura, a UFJF conta com uma incubadora de empresas de base tecnológica – o Critt (Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia), criada através da resolução 16/1995 e qualificada como Núcleo de Inovação Tecnológica em 2005, cujo papel é fomentar o processo de inovação, difundindo patentes, licenciamentos, transferência tecnológica e iniciativas empreendedoras e de sustentabilidade, além de proporcionar apoio ao desenvolvimento empresarial e treinamentos para a comunidade no geral.

A universidade em 2013 concluiu o estudo de viabilidade para a implementação de um Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e Região, cujo objetivo é consolidar e promover a integração entre o conhecimento produzido pelas organizações científicas e de tecnologia com as demandas empresariais, incentivando a criação de *spin-offs* e startups de base tecnológica, de maneira que o desenvolvimento socioeconômico regional seja promovido. O projeto tem como uma de suas características a formação de uma rede de interação de modo que suas atividades e objetivo sejam cumpridos (PCTJFR, 2013).

Por outro lado, o parque ainda não está em funcionamento, para sua implementação foi criado um Comitê Técnico, formado por membros da UFJF, o Governo do Estado de Minas Gerais, da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EMBRAPA, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE-MG, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, da Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região – ADJFR, do Pólo de Excelência do Leite e Derivados, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG e do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI.

4.2 Empresas

Segundo o IBGE, o município de Juiz de Fora possuía, em 2015, 20.235 empresas atuantes. De acordo com seu portal de turismo, a cidade possui como seus principais segmentos econômicos, os setores de serviços e a indústria, sendo estas dedicadas aos ramos de alimentos e bebidas, produtos têxteis e vestuário, mobiliário, metalurgia e montagem de veículos. Suas estatísticas econômicas destacam os setores de Agropecuária, Serviços e Indústria, conforme o Quadro 4.

VARIÁVEL	JUIZ DE FORA	MINAS GERAIS	BRASIL
Agropecuária	35.143	15.568.048	105.163.000
Indústria	2.851.265	54.306.183	539.315.998
Serviços	6.793.085	97.398.820	1.197.774.001

Quadro 4 - Produto Interno Bruto por setor em 2015

O cenário econômico local do município é formado em maior número por empresas jovens, sua maioria, em 2014, possuía 2 a 5 anos, seguidas por empresas de 10 a 20 anos. Através do Gráfico 1, a seguir, percebe-se um panorama de empresas criadas, em sua maioria, há 20 anos.

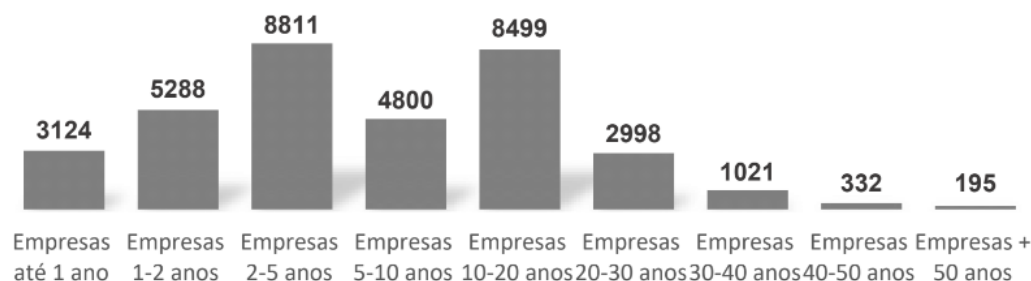


Gráfico 1 - Tempo de existência das empresas de Juiz de Fora (2014)

Fonte: IBGE (2016)

Considerando o cenário empreendedor do município, de 2009 a 2013, o número de empresas abertas foi crescente, com destaque para o aumento significativo que começou a ocorrer a partir de 2009, como demonstrado no Gráfico 2, enquanto número de empresas fechadas apresenta um comportamento oscilante.

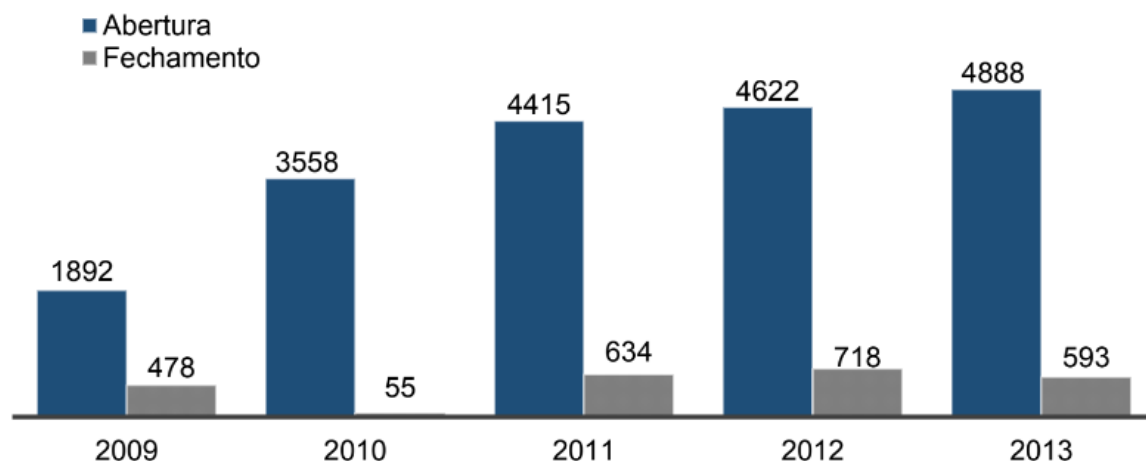


Gráfico 2 - Abertura e fechamento de empresas em Juiz de Fora (2009-2013)

Fonte: IBGE (2016)

Nesta linha, as empresas juiz-foranas consolidadas no mercado local, de acordo com o levantamento realizado, em 2014, são em maioria de micro e pequeno porte, sendo 24.726, além de apresentar uma porcentagem considerável dos empreendedores individuais da microrregião, 73,2%. Mesmo que a proporção de empresas que se encontram na condição de grande e média pareça baixo, elas representam 84,8% das empresas da microrregião de Juiz de Fora (Quadro 5). Esse cenário coloca em discussão uma característica empreendedora da cidade, por outro lado, é necessário

considerar as limitações de transferência tecnológica e implementação de atividades de P&D que as mesmas têm como comportamento geral em nosso cenário nacional.

CONDIÇÃO	Nº	PART. % MICROR-REGIÃO	PART. % MG
Empreendedor individual	10690	73,2	2,8
Micro e pequena empresa	24726	75,8	3,5
Média e Grande empresa	218	84,8	3,6

Quadro 5 - Característica empresarial do município de Juiz de Fora (2014)

Fonte: IBGE (2016)

Ainda configurando sua esfera empresarial e empreendedora, de acordo com o levantamento realizado pelo *Google Business Group* (2017), Juiz de Fora contava até então 56 *startups*, que são empreendimentos cujo seu modelo de negócio está sendo configurado, além de serem inovadoras, escaláveis e dinâmicas. Além das *startups*, o município conta com a presença de *coworkings*, consultorias, desenvolvedores, empresas juniores, estas que são associações sem fins lucrativos, compostas por estudantes de graduação das IES, que prestam serviços ao setor produtivo e fortalece o conceito do que é chamado de “universidade empreendedora” (Quadro 6).

INSTITUIÇÕES	LEVANTAMENTO
Startups	56
Incubadora	1
Desenvolvedores	20
Coworking	4
Consultorias	13
Empresas Jr.	8*
Comunidades	5*

Quadro 6 - Instituições de característica empreendedora

Fonte: GBGJF (2017)

Nota: considerando informações de outras fontes, como por exemplo, o portal da UFJF, é possível identificar que este número é maior. Comunidades seriam iniciativas independentes voltadas para o incentivo do empreendedorismo.

Além da presença significativa de instituições que impulsionam o empreendedorismo local, o município apresentou, outras iniciativas que colocam esses tipos de organizações no centro de discussões, como por exemplo, a realização do 1º Fórum de Startups da Zona da Mata, a realização da edição do *Startup Weekend* e atuação significativa de investidores em *startups* juiz-foranas, como o Google (Qranio) e IFood (Alakarte).

4.3 Governo

De acordo com o portal da PJF, fica sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) apresentar e planejar modelos de gestão ao município que estimulem meios para a inovação e ações governamentais que instiguem o desenvolvimento autossustentável da cidade.

Por outro lado, a ação mais concreta para a formação de um ambiente local favorável à inovação ainda se dá por meio de leis de incentivo voltadas para a esfera econômica, atingindo os âmbitos de incentivo ao segmento industrial e benefícios às empresas locais.

A lei 12099/2010 visa a inclusão da área do Parque Tecnológico de Juiz de Fora no macrozoneamento estabelecido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Já a lei 12211/2011, está relacionada às micro, pequenas empresas e empreendedores individuais do município visando o tratamento diferenciado de empresas e iniciativas desse porte, com o fim de estimular o empreendedorismo local, por meio de políticas públicas facilitadas, regulamentação dos aspectos tributários, econômicos e contábeis.

Se tratando do segmento industrial podem-se elencar as leis 12105/2010, 12141/2010, 13207/2015 e 13285/2015, que apresentam o objetivo comum de realizar concessões financeiras para o estabelecimento local de indústrias e a inclusão de áreas industriais no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Por meio do Quadro 7, encontram-se reunidas tais leis, de acordo com a data que foi decretada e seu objetivo.

LEI	DATA	OBJETIVO
12099/2010	29/07/2010	Dispõe sobre a inclusão da área de Especial Interesse Econômico - AEIE Parque tecnológico de Juiz de Fora no macrozoneamento estabelecido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU.
12105/2010	05/08/2010	Dispõe sobre a inclusão da Área de Especial Interesse Econômico Distrito Industrial de Juiz de Fora, no macrozoneamento estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU.
12141/2010	19/10/2010	Dispõe sobre a inclusão da Área de Especial Interesse Econômico Mini Distrito Industrial Milho Branco no macrozoneamento estabelecido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU.
12201/2010	30/12/2010	Concede Redução de ISSQN para empresas que operam como Unidade Central de Atendimento
12203/2010	30/12/2010	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais aos empreendimentos industriais que se instalem no município nas condições que menciona.
12211/2011	10/01/2011	Dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado para as Micro-empresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedor Individual enquadradas na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro e políticas públicas a serem desenvolvidas no âmbito da Administração Pública Municipal.
12461/2011	12/11/2011	Reduz a alíquota de ISSQN para as empresas que desenvolvem as atividades de transportes por via Aérea e/ou Férrea.
12464/2012	03/01/2012	Concede benefícios fiscais para implantação de loteamentos empresariais, condomínios empresariais e parques tecnológicos no município de Juiz de Fora, nas condições que menciona.
12838/2013	04/09/2013	Reduz alíquota de ISSQN às empresas que desenvolvem atividades de Serviços de Informática.

13207/2015	01/10/2015	Dispõe sobre a concessão de incentivos de natureza financeira destinados a promover a atração de investimentos produtivos geradores de emprego, renda e receitas tributárias, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local.
13285/2015	23/12/2015	Dispõe sobre a concessão de incentivos de natureza financeira estabelecidos pela Lei Municipal nº 13207 de 1º de outubro de 2015 à beneficiária M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos.

Quadro 7 - Leis de Incentivo (esfera municipal)

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Por fim, a atuação do governo no processo de inovação no sistema local não necessariamente precisa ser apenas no âmbito municipal. Tem-se que os esforços da prefeitura estão relacionados às leis que impactam o setor produtivo e seu envolvimento como uma das partes interessadas para implementação do parque científico e tecnológico de Juiz de Fora e Região, se juntando a outros parceiros para compor o comitê técnico que visa o funcionamento desta iniciativa. No entanto, sua participação em outras frentes de colaboração não foram encontradas. É uma oportunidade buscar mais a fundo ações que talvez não estão sendo divulgadas, mas que não foram possíveis de serem identificadas. Os âmbitos estadual e federal, no sistema local de inovação de Juiz de Fora, relacionam-se principalmente com a esfera acadêmica, através das instituições de pesquisa, como a Embrapa e iniciativas da Universidade Federal de Juiz de Fora que possuem financiamentos de órgãos como o CNPq e FAPEMIG, além das concessões de bolsas pela CAPES e CNPq que garante a viabilização de pesquisas e geração de conhecimento no geral que retorna para a sociedade.

5 | CONCLUSÃO

A Triple Hélice juiz-forana demonstrou constituir-se por instituições de ensino superior em sua maior parte privada e duas instituições de natureza federal, sendo uma delas a Universidade Federal de Juiz de Fora, que possui uma importante participação no tripé de ensino, pesquisa e extensão no cenário nacional, se posicionando também dentro do SLI como uma instituição de pesquisa, assim como a Embrapa/Gado de Leite e a EPAMIG/ Instituto de Laticínios Cândido Tostes. Tais instituições voltadas para a pesquisa ajudam a configurar a esfera acadêmica, mas também representam uma importante interação entre as três esferas da Triple Hélice, uma vez que são instituições de natureza federal (Embrapa e UFJF) e estadual (EPAMIG) e a concepção de conhecimento e suas pesquisas contam com incentivo financeiro vindo da esfera governamental, que destrincham para o setor produtivo, garantindo uma importante característica do processo de inovação: que seja aplicável.

Um aspecto importante no cenário inovativo é que o município conta com uma incubadora de empresas de base tecnológica, o Critt e um projeto de viabilização

(finalizado em 2013) de um Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e Região, mas que ainda não está em funcionamento.

Como visto, o setor empresarial juiz-forano apresentou como empreendedor, identificando que, suas empresas, em maioria, apresentaram ter entre 2-5 anos e 10-20 anos. Esse contexto é fortalecido pelas pequenas e médias empresas, que junto com os empreendedores individuais, desenham o perfil produtivo da cidade. Ainda configurando sua esfera empresarial, o município possui instituições de caráter altamente empreendedor, como *startups* (56), *coworkings*, consultorias, desenvolvedores, empresas juniores e comunidades independentes que incentivam a inovação e empreendedorismo.

Outro aspecto a se destacar é que a atuação do governo no processo de inovação em um sistema local não necessariamente precisa ser apenas no âmbito municipal, isso é exemplificado pela relação da esfera governamental com a esfera acadêmica, principalmente no âmbito federal e estadual. Os esforços da prefeitura de Juiz de Fora estão relacionados às leis que impactam o setor produtivo tradicional do município e seu envolvimento como uma das partes interessadas para implementação do parque científico e tecnológico de Juiz de Fora e Região, se juntando a outros parceiros para compor o comitê técnico que visa o funcionamento desta iniciativa. No entanto, sua participação em outras frentes de colaboração não é muito difundida. É uma oportunidade buscar ações que talvez não estejam sendo disseminadas, mas que durante a realização do presente estudo não foram identificadas.

Compreender o cenário inovativo do município mineiro de Juiz de Fora identificou a existência de atores e influências que alimentam a diretriz que reconhece que a interação da Universidade – Empresas – Governo influencia na construção de ambientes favoráveis para o processo de inovação e desenvolvimento local. Nesse sentido, a cidade conta com atores que fazem parte das três esferas que são representadas pelo modelo de inovação da Triple Hélice, principalmente a existência de exemplos de interações que tem se dado principalmente pela esfera acadêmica. Por outro lado, as outras esferas, produtiva e governamental, tem que se aproximar para que iniciativas escaláveis e palpáveis aconteçam a partir de então.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. P.; SERPA, C. V. **O modelo da tríplice hélice como fator de desenvolvimento de Santa Rita do Sapucaí**. XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. ANPROTEC, 2012.

CASALI, Giovana F. Rossi; SILVA, OM da; CARVALHO, Fátima MA. **Sistema regional de inovação: estudo das regiões brasileiras**. Revista de Economia Contemporânea, v. 14, n. 3, p. 515-550, 2010.

CASSIOLATO, J.E. LASTRES, H. M. M. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política**. São Paulo Em Perspectiva, v.19, n.1, p.34-45, jan/mar. 2005.

DE OLIVEIRA, Geraldo Henrique Barreto. **Juiz de Fora, Industrialização:** uma abordagem historiográfica 1850 – 1930. Anais do I Colóquio de Lahes. Laboratório de História e Ciência Social, UFJF, 2005.

EMBRAPA. Transferência de Tecnologia e Intercâmbio de Conhecimento. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/transferencia-de-tecnologia>>. Acesso em: 02 de julho, 2016.

ETZKOWITZ, Henry. **Reconstrução Criativa:** hélice tripla e inovação regional. Revista Inteligência Empresarial, Rio de Janeiro: Editora e-papers, n. 23, p. 2-13, 2005.

GOOGLE BUSINESS GROUP JUIZ DE FORA. Startups Juiz de Fora. Disponível em: < <http://www.emjuizdefora.com/startups/>>. Acesso em: 24 de junho, 2017.

GONÇALVES, E.; CÔSER, I. **O Programa de Incentivo à Inovação como mecanismo de fomento ao empreendedorismo acadêmico:** a experiência da UFJF. Nova Economia, v. 24, n. 3, p. 555-585, 2014.

GONÇALVES, E.; DINIZ, C. C. **Sistema local de pesquisa e desenvolvimento de empresas de base tecnológica em Juiz de Fora.** Nova Economia, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 89-119, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sínteses das informações. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 de julho, 2016.

MARQUES, Marília Bernardes. **Gestão, planejamento e avaliação de políticas de ciência e tecnologia:** hora de rever. Ciência Saúde Coletiva, v. 4, p. 383-92, 1999.

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo: Diretrizes para a Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação.** Tradução: Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. 2005.

PLANO DE NEGÓCIO DO PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE JUIZ DE FORA E REGIÃO, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/critt/institucional/parque-tecnologico/plano-de-negocios/>>. Acesso em: 25 de junho, 2017.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Sistema JFLegis. Disponível em: <<http://jflegis.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em 03 de agosto, 2016.

PORTER, Michael E. **Competição: estratégias competitivas essenciais.** Gulf Professional Publishing, 1999.

VILLELA, TAIS NASSER; MAGACHO, LYGIA AM. **Abordagem histórica do Sistema Nacional de Inovação e o papel das incubadoras de empresas na interação entre agentes deste sistema.** Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, v. 19, 2009.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

CONTRIBUIÇÕES AO EXPOSURE DRAFT ED/2013/9 – IFRS FOR SMES: PROPOSTAS DE MUDANÇAS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Marco Túlio José de Barros Ribeiro

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE

Aline Rúbia Ferraz de Freitas

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE

Luiz Carlos Marques dos Anjos

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia

Universidade Federal de Pernambuco
Recife-PE

RESUMO: O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar o posicionamento dos grupos econômicos respondentes tendo como base as cartas-comentários do *EXPOSURE DRAFT ED/2013/9 - IFRS for SMEs* (ED) enviadas ao IASB. Realizou-se uma análise de conteúdo das opiniões remetidas ao IASB e, de forma complementar, após o conhecimento dos posicionamentos dos agentes econômicos, a utilização do teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis (K-W) para verificar se as divergências das opiniões entre as questões são estatisticamente significativas, ou seja, se as divergências entre as questões significam diferenças efetivas ou se representam apenas variações casuais. O panorama das opiniões foi predominantemente positivo e indiferente,

com todas as médias situadas entre as zonas de concordância e indiferença, demonstrando que, apesar dos argumentos contrários, há certo alinhamento frente ao que o IASB propõe em alterar para as *IFRS for SMEs*, como, por exemplo, sobre o uso do termo “capacidade fiduciária” bem como o reconhecimento e mensuração de impostos diferidos. Além do mais, os resultados da pesquisa sugerem, por outro lado, que não há concordância quanto ao ciclo de três anos para manutenção do *IFRS for SMEs*, pois algumas opiniões enfatizam que um ciclo mais longo seria muito melhor para aprimorar a estabilidade das normas e dar às equipes contábeis tempo suficiente para se familiarizarem com as revisões; e, a ideia da retroatividade de aplicação das alterações propostas retrata que o estabelecimento das normas contábeis é um processo político, pois os agentes econômicos buscam aos seus próprios interesses.

PALAVRAS-CHAVE: Pequenas e Médias Empresas. *IFRS for SMEs. Exposure Draft.*

ABSTRACT: The objective of this research was to analyze the positioning of respondents economic groups based on the letters-comments *EXPOSURE DRAFT ED / 2013/9 - IFRS for SMEs* (ED) sent to the IASB. Was performed a content analysis of the opinions referred to the IASB and, complementarily, after knowing the

positions of economic agents, the use of non-parametric test Kruskal-Wallis (KW) to see if the differences of opinions between issues are statistically significant, meaning that the differences between the issues mean real differences or represent only chance variations. The panorama of opinions was predominantly positive and indifferent, with all located means between the agreement zones and indifference, showing that, despite arguments to the contrary, there is a certain alignment front of the IASB proposes to change to IFRS for SMEs, as for example on the use of the term “fiduciary capacity” as well as the recognition and measurement of deferred taxes. Moreover, the research results suggest, however, that is agreement on the three-year cycle to IFRS maintenance for SMEs, as some opinions believe that a longer cycle would be much better to improve the stability of the rules and give enough time accounting teams to familiarize themselves with the revisions; and the idea of retroactive application of the proposed amendments depicts the establishment of accounting standards is a political process, as economic agents seek their own interests.

KEYWORDS: Small and Medium-sized Entities. IFRS for SMEs. Exposure Draft.

1 | INTRODUÇÃO

As mudanças em termos de edições de normas de contabilidade buscam se fundamentar na necessidade do maior detalhamento de informações contábeis aos usuários nos mais diferentes cenários econômicos, requerendo transparência e qualidade da informação.

Como as pequenas e médias empresas (PMEs) possuem uma importante posição na economia mundial, as informações contábeis prestadas por elas devem ter o mesmo papel. O desenvolvimento da *International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs)* em 2009 pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* foi fruto de um projeto iniciado em 2003, cuja justificativa se baseava nas diferenças entre as PMEs e as grandes empresas, tanto em relação aos usuários e suas necessidades de obter informações financeiras, bem como em relação à utilização de tais informações (SAVA; MÂRZA; ESANU, 2013).

Segundo Almeida et al. (2013), tendo como base o fato de que as economias dos países são fortemente sustentadas pelas PMEs, o IASB, enquanto órgão normatizador, elaborou uma norma específica para as PMEs que procurou conter um padrão de qualidade e transparência para melhor tomada de decisões dos seus usuários. Para os autores, neste contexto, as Normas Internacionais de Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas (*IFRS for SMEs*) apresentam simplificações substanciais em comparação às Normas Internacionais de Contabilidade Completas (*Full IFRS*). A exemplo, cita-se a redução da evidenciação de itens em notas explicativas e simplificações relacionadas à mensuração de elementos das demonstrações contábeis.

As *IFRS for SMEs* foram adotadas no Brasil no ano 2009 por meio da edição do

Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável pela adição das normas no Brasil. Reforçando o conjunto de princípios estabelecidos pelo CPC, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou a NBC TG 1000 por meio das Resoluções nº 1.255/2009, 1.285/2010 e 1.319/2010, cuja norma reflete inteiramente o conteúdo da CPC PME e obriga o profissional legalmente registrado no Conselho de classe a utilizar tais orientações (PEDROZA, 2013).

De forma geral, os benefícios gerados pela referida norma encontram-se na comparabilidade entre os relatórios financeiros de um grande número de entidades, com fornecimento de informações mais harmonizadas aos *stakeholders* (investidores, parceiros de negócios e credores), utilização de uma mesma linguagem contábil na transmissão da informação e aumento da confiança nos relatórios financeiros baseado na satisfação das necessidades dos usuários das informações contábeis (PASCU; VASILIU, 2011).

Por outro lado, da mesma forma que há benefícios, também há desafios neste processo de adoção. Um fato que vem se destacando desde a aprovação das Normas Internacionais de Contabilidade pelo IASB (tanto em relação às *IFRS for SMEs* como às *Full IFRS*) é o que se refere às diferenças culturais entre países e jurisdições, de acordo com Alexander, Britton e Jorissen (2011). Segundo estes autores, as características nacionais (ambiente político e econômico, regulamentação contábil e impacto tributário na contabilidade, por exemplo) têm influenciando a maneira de como as normas são aplicadas. Fatores como o papel do Estado, o tipo de sistema legal em vigor, a relação entre contabilidade e tributação ou o papel da profissão contábil podem impactar de maneira significativa as práticas contábeis.

A partir desta visão propõe-se a seguinte questão de pesquisa: **qual o nível de alinhamento de opiniões de agentes econômicos quanto às propostas de alteração do IASB para as *IFRS for SMEs* em diferentes culturas?**

Diante do exposto, o objetivo do artigo consiste em analisar o posicionamento dos grupos econômicos respondentes tendo como base as cartas-comentários do *EXPOSURE DRAFT ED/2013/9 - IFRS for SMEs* (ED) enviadas ao IASB.

Como justificativa para a realização desta investigação, tem-se que os conteúdos das sugestões de alterações para o ED em questão devem ser comparados e melhor compreendidos, pois estes podem trazer impactos substanciais de adequação nos ambientes em que as *IFRS for SMEs* são implementadas. Assim, o estudo se inscreve nos esforços direcionados em se conhecer adequadamente todo o processo de mudanças das *IFRS for SMEs* em diferentes culturas, para que se cumpra a efetividade das normas relativa a um melhor padrão contábil no auxílio do processo decisório de seus usuários, destacando a forma e a dinâmica de um espaço regulatório, permitindo, desta forma, uma análise do processo de modificação de uma norma.

Para o desenvolvimento de pesquisa, na Seção 2 serão discutidas as contribuições teóricas em torno do processo de regulação contábil. Já na Seção 3, os procedimentos

metodológicos para o alcance do objetivo de pesquisa serão detalhados, visando a análise dos resultados, expostos na Seção 4, seguida das considerações finais na Seção 5.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

2.1 As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas às Pequenas e Médias Empresas

Os padrões globais de relatórios financeiros para as PMEs apresentam aspectos relevantes, pois os benefícios de informações contábeis comparáveis internacionalmente não estão limitados a grandes empresas cuja dívida ou instrumentos de capital próprio são negociados nos mercados de capitais. As PMEs e os utilizadores das suas demonstrações financeiras também podem se beneficiar de informação financeira internacionalmente comparada, visto que elas se relacionam com instituições financeiras, fornecedores e clientes (IASB, 2009).

Conceitualmente, de acordo com a NBC T 19.41, cuja sigla e numeração foram alteradas pela resolução CFC nº 1.329/11 para NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, PMEs são definidas como entidades que não possuem obrigação pública de prestação de contas e possuem responsabilidade de elaborar suas demonstrações financeiras para fins gerais aos usuários externos (incluindo proprietários que não estão envolvidos com os negócios, credores existentes e potenciais, além de agências de avaliação de crédito). Por outro lado, o IASB não prescreve quantitativamente o tamanho das entidades para os quais a norma seria mais adequada de modo que os reguladores nacionais poderão decidir os critérios de tamanho em atendimento às suas especificidades (CFC, 2010; CFC, 2011; IASB, 2009).

Para o contexto brasileiro, CFC (2010) salienta que sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte. Em geral, as sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são tidas como pequenas e médias empresas.

Além do mais, o termo PME adotado pela Norma não inclui as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07, as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal

para tanto (CFC, 2010).

2.2 Aspectos Relacionados à Implantação das Normas Internacionais de Contabilidade

As vantagens potenciais da implementação das IFRS, de forma geral, incluem uma maior transparência nas demonstrações financeiras, menor custo de capital, aumento da comparabilidade das demonstrações contábeis, aumento da confiabilidade de relatórios internos e satisfação das exigências de instituições para concessão de recursos financeiros. Em contrapartida, os sistemas jurídicos e políticos de cada país e a falta de uma interpretação uniforme (já que as normas são baseadas em princípios, que exigem julgamento) são alguns dos principais desafios da convergência (UYAR; GUNGORMUS, 2013; IRVINE; RYAN, 2013).

Lopes (2009), com relação aos sistemas jurídicos nacionais, elucida que há duas grandes tradições no direito. O chamado direito romano ou *code law*, e o direito consuetudinário ou *common law*. Essas duas visões têm objetivos didáticos, uma vez que é pouco provável encontrar um país que adote puramente um ou outro modelo. O direito consuetudinário normalmente é adotado em países que fizeram parte do império britânico. Os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Malásia são alguns exemplos, além do próprio Reino Unido. Já o direito romano é normalmente praticado em países que estiveram sob influência do império romano inicialmente e posteriormente sob a influência francesa. A França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha são os principais exemplos dessa tradição na Europa. Em consequência, os países que foram colônias ibéricas na América do Sul adotam, naturalmente, o regime de direito romano.

As principais diferenças entre os regimes *code law* e *common law* estão na origem e força das leis. No direito romano, as normas emanam do texto legal, ou seja, para que algo tenha valor é necessário que haja uma menção clara e específica na lei. Já no direito consuetudinário, a origem da regulamentação está mais ligada aos costumes e tradições (LOPES, 2009).

No contexto das evidências internacionais, Lopes e Martins (2005) ainda elencam alguns aspectos institucionais que podem afetar a contabilidade, a saber: força da profissão contábil, impacto tributário na contabilidade e regulamentação.

Em relação à força da profissão contábil, há uma relação direta entre o prestígio e a relevância da profissão contábil com a estrutura legal dos países. Países que possuem o modelo *common law* possuem profissões contábeis auto regulamentadas com enorme impacto social e prestígio, de modo que a profissão venha a influenciar o conteúdo dos pronunciamentos e eventuais regulamentações contábeis que estão, normalmente, na esfera governamental no caso dos países de direito romano ou *code law* (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; LOPES; MARTINS, 2005).

No que se refere ao impacto tributário na contabilidade, Lopes e Martins (2005) afirmam que o mesmo está relacionado ao grau de influência que a legislação tributária

exerce. A influência da legislação tributária na contabilidade é muito pequena em países como o Reino Unido, onde a contabilidade e a tributação são tratados como assuntos diferentes, com certificações profissionais próprias, inclusive. No caso da Alemanha, a contabilidade confunde-se com o código tributário, com inexistências de um corpo teórico próprio e estruturas conceituais básicas.

Com respeito à regulamentação, nenhum país pode ser classificado como pertencente integralmente a um dos dois grupos (*commom law* ou *code law*), tal como enfatizado anteriormente. Entretanto, pode-se afirmar que em países de direito consuetudinário (*commom law*), a contabilidade tende a ser menos regulada e a regulação existente tende a ser emitida por órgãos da iniciativa privada de forma que o governo possui menos influência no processo de regulação. Mesmo quando órgãos governamentais possuem a autoridade de regulamentar a profissão e as práticas contábeis, estes transferem tal autoridade para órgãos privados que acomodam membros da profissão e do mercado em seus quadros decisórios. Em estruturas legais mais voltadas ao modelo do direito romano ou *code law*, a contabilidade é normalmente regulada diretamente pelo governo central (LOPES; MARTINS, 2005).

Neste sentido, o espaço da regulação contábil permite uma análise do processo de mudança, identificando as limitações e os atores envolvidos, além dos temas e ideias que são discutidos em tal contexto (NICHOLLS, 2010).

A exemplo, cita-se Schiebel (2007) que desenvolveu uma pesquisa com relação à análise do processo de consulta utilizada pelo IASB, no caso o ED, cujos resultados apontam que há indicativos sobre a existência de um baixo nível de participação dos utilizadores em todo o processo. Enquanto que o objetivo explícito da *IFRS for SMEs* é satisfazer com informações contábeis aos usuários externos, a maior parte das cartas-comentários recebidas durante o processo normativo é oriunda de agências de normatização e empresas de contabilidade e auditoria.

2.3 O Processo Normativo do IASB

Com relação ao seu processo normativo, o IASB possui uma estrutura dividida em seis etapas, cujo objetivo é trazer transparência ao processo. As etapas definidas pelo referido órgão são as seguintes: definição de uma agenda, planejamento do projeto, desenvolvimento e publicação do documento de discussão (*Discussion Paper*), desenvolvimento e planejamento da minuta de exposição (*Exposure Draft*), elaboração e publicação da *IFRS*, além de um programa de revisão após a norma ser publicada (IASB, 2013; IASB, 2014).

Na fase de desenvolvimento de uma agenda, o IASB leva em consideração os pontos relacionados à relevância para o usuário da informação, bem como a confiabilidade informacional que pode ser dada. Em seguida, o órgão decidirá se conduzirá um projeto de forma individual ou em parceria com algum regulador nacional que possua pesquisas avançadas sobre o assunto (MATOS et al., 2013).

As fases *Discussion Paper* e *Exposure Draft* possuem uma abertura para recebimento de comentários dos interessados. Nesses momentos, são emanadas opiniões de forma ativa, direcionadas aos membros do Conselho do IASB. Os comentários julgados coerentes são respondidos ou alterados nas normas, havendo uma publicação das respostas do IASB quanto aos comentários recebidos no sítio do órgão (IASB, 2013; IASB, 2014).

Em particular, o principal meio de consulta pública do processo normativo do IASB é o *Exposure Draft*. Trata-se de uma etapa obrigatória e, diferente do *Discussion Paper*, apresenta uma proposta concreta para emissão de uma norma ou proposta de alteração de uma já existente. Para elaboração do *Exposure Draft*, o IASB leva em conta as pesquisas e as recomendações de seu *staff*, bem como as cartas-comentários recebidas pelos documentos de discussão e as sugestões realizadas pelo Conselho Consultivo e outros normatizadores, além dos comentários recebidos nas seções públicas do órgão. Para a aprovação da minuta do *Exposure Draft* se faz necessário votos de 2/3 dos membros do Conselho do IASB. Em seguida, a minuta aprovada é publicada para comentários na página do IASB na internet (CARMO, 2014).

Entretanto, vários aspectos da *IFRS for SMEs* (na época em forma de ED) necessitavam de um estudo mais profundo com relação às reais necessidades dos utilizadores da informação contábil (DI PIETRA et al., 2008). Como exemplo, cita-se o tamanho da empresa, haja vista que de forma geral, as empresas de maior tamanho demandam relatórios financeiros mais sofisticados, pois estas possuem maior diversidade de usuários e estrutura de *stakeholders*. Desta forma, as empresas menores, por não terem essa necessidade de demanda informacional, podem não compreender a extensão dos benefícios provenientes da comparabilidade internacional das demonstrações financeiras (EIERLE; HALLER, 2009).

3 | METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado foi baseado naquele proposto por Tavares et al. (2013), cujo estudo analisou as opiniões das firmas sobre a obrigação de desempenho onerosa a partir das cartas-comentários enviadas ao *Exposure Draft Revenue from Contracts with Customers* com respeito à questão 4. A presente pesquisa analisou todas as sete questões de alterações para a *IFRS for SMEs*, propostas pelo IASB. A questão 8 não foi analisada, pois esta reflete apenas os comentários adicionais a serem acrescentados, não configurando, assim, um posicionamento claro de opinião em relação à norma.

As cartas-comentários foram analisadas tomando-se por base os grupos de interesse, os quais foram classificados da seguinte forma: Grupo 1 (Contadores e Auditores), Grupo 2 (Órgãos Reguladores de Normas), Grupo 3 (Órgãos Reguladores de Classe), Grupo 4 (Demais Associações e Instituições) e Grupo 5 (Universidades).

Desta forma, buscou-se confrontar as opiniões dos grupos elencados e assim ajudar a entender as opiniões dos grupos de todas as partes do mundo.

Ao todo foram recebidas pelo IASB 55 opiniões, excluídas as idênticas encaminhadas pela mesma entidade. De forma a alcançar uma melhor elucidação com respeito à origem das cartas-comentários, o Quadro 1 abaixo as segrega de acordo com os cinco grupos de interesses observados:

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
<i>Contadores e Auditores</i>	<i>Órgãos reguladores de normas</i>	<i>Órgãos de registro de classe</i>	<i>Demais associações e Instituições</i>	<i>Universidades</i>

1) BDO International – London 2) Crowe Horwath – New York 3) Deloitte – London 4) Ernst & Young – London 5) European Federation of Accountants and Auditors for SMEs – Brussels 6) Grant Thornton – London 7) Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) – Düsseldorf 8) Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas– Madrid 9) Instituto Guatemalteco de Contadores Públicos y Auditores; Colegio de Contadores Públicos y Auditores de Guatemala 10) Kingston Smith – London 11) KPMG – London 12) Mazars – Paris 13) Moore Stephens – London 14) PricewaterhouseCoopers (PWC) – London 15) RSM International – London 16) World Council of Credit Unions – Washington/DC	1) Accounting Standards Committee of Germany 2) Accounting Standards Council Singapore 3) Asian-Oceanian Standard-Setters Group 4) Australian Accounting Standards Board 5) China Accounting Standards Committee 6) Consejo Mexicano de Normas de Información Financiera 7) European Financial Reporting Advisory Group – Brussels 8) Financial Reporting Council – London 9) Grupo Latino americano de Emisores de Normas de Información Financiera – Buenos Aires 10) International Federation of Accountants – New York 11) Korea Accounting Standards Board 12) Malaysian Accounting Standards Board 13) Norsk Regnskaps Stiftelsen – Oslo 14) Organismo Italiano di Contabilità – The Italian Standard Setter 15) Raad Voor de Jaarverslaggeving – Amsterdam 16) The Indonesian Financial Accounting Standards Board – Jakarta	1) Chartered Accountants Ireland – Dublin 2) Consejo Profesional de Ciencias Económicas de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires 3) Federation of European Accountants – Brussels 4) Hong Kong Institute of Certified Public Accountants 5) Institute of Certified Management Accountants of Sri Lanka 6) Institute of Certified Public Accountants in Israel 7) Institute of Certified Public Accountants of Kenya 8) The Association of Chartered Certified Accountants – London 9) The Institute of Chartered Accountants in Australia 10) The Institute of Chartered Accountants in England and Wales - London 11) The Institute of Chartered Accountants of Sri Lanka 12) The Japanese Institute of Certified Public Accountants 13) The Malaysian Institute of Certified Public Accountants 14) The South African Institute of Chartered Accountants 15) Wirtschaftsprüferkammer – Berlin 16) Zambia Institute of Chartered Accountants – Lusaka	1) Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - São Paulo 2) Association of Accounting Technicians – London 3) Compliance Executive - The Association of International Accountants - London 4) VMEBF Bilanzierung in Familienunternehmen - Weinheim	1) Macquarie University - Sydney 2) Universidad Autónoma de Madrid e ETEA Universidad Loyola Andalucía 3) University of Münster
Total = 29,09%	Total = 29,09 %	Total = 29,09%	Total = 7,27%	Total = 5,46%
Total = 55 respondentes (100%)				

Quadro 1: Respondentes do Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs separados por grupo de interesses.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados dispostos no Quadro 1, verificou-se que há uma maior concentração dos respondentes nos Grupos 1 (Contadores e Auditores), 2 (Órgãos Reguladores de Normas) e 3 (Órgãos de Registro de Classe), representando 87,27%

das opiniões. Tal distribuição também foi observada nos estudos de Schiebel (2007).

As cartas-comentários foram lidas na íntegra, e analisadas por meio da análise de conteúdo com o objetivo de compreender o posicionamento de cada grupo em relação às questões propostas pelo IASB para alteração.

As questões, em linhas gerais, são as seguintes:

Questão 1: Há conhecimento de casos em que o uso do termo “capacidade fiduciária” criou incerteza, ou tal termo precisa ser substituído?

Questão 2: As alterações realizadas na Seção 29 (imposto de renda) são apropriadas para as PMEs e os usuários de suas demonstrações financeiras?

Questão 3: Há concordância quanto as alterações propostas com relação a comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações financeiras?

Questão 4: As alterações realizadas tendo como base o *Request for Information (RFI)* emitido em junho de 2012 são suficientes?

Questão 5: Há concordância sobre uma aplicação retroativa das alterações?

Questão 6: Há concordância que a data de vigência das alterações ao *IFRS for SMEs* seja em um ano após as alterações, com possibilidade de adoção antecipada?

Questão 7: É suficiente que as alterações para o *IFRS for SMEs* sejam feitas a cada três anos, com possibilidade de questões mais urgentes serem analisadas com mais frequência?

As opiniões sobre as sete questões foram classificadas em três níveis de opiniões, sendo: opinião positiva, opinião negativa ou indiferente. Segundo Tavares et al. (2013), a opinião é considerada “positiva” quando nenhuma oposição à questão for inserida no texto da carta. Por outro lado, é classificada como “negativa” quando for observada qualquer oposição em relação à questão da proposta e, por fim, “indiferente” quando os respondentes não se posicionam sobre a questão ou solicita apenas informações adicionais ou apresenta argumentos positivos e negativos ao mesmo tempo.

De forma complementar a análise de conteúdo, após o conhecimento dos posicionamentos dos agentes econômicos, será utilizado o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis (K-W) para verificar se as divergências das opiniões entre as questões são estatisticamente significativas. As opiniões “negativa”, “indiferente” e “positiva” foram admitidas como sendo “1”, “2” e “3”, respectivamente. Os dados foram digitados e tratados no SPSS (*Statistical Package for the Social Science*) versão 17.0, com um nível de significânciaa em 5% de probabilidade. Segundo Siegel e Castellan Jr. (2006), além de Martins e Domingues (2011), a questão é decidir se as divergências de opiniões entre as questões significam diferenças efetivas ou se representam apenas variações casuais.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, buscou-se identificar a origem do envio das cartas-comentários. No

Gráfico 1 a seguir, observam-se os resultados distribuídos por continentes:

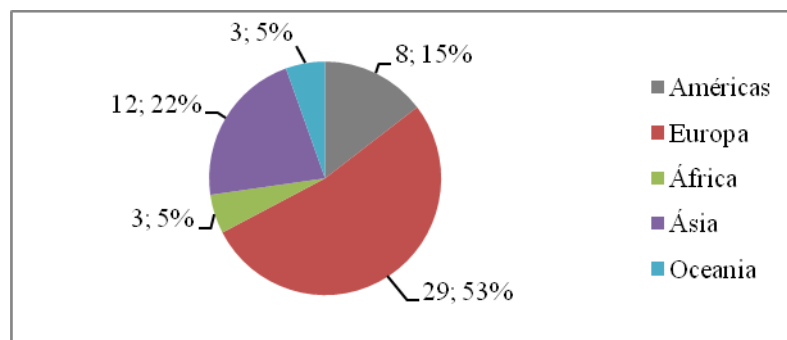


Gráfico 1: Participação por Continentes ao Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS
for SMEs.

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que a maior parte das opiniões (53%) é oriunda do continente europeu, representando 29 opiniões das 55 analisadas. Na ordem, as demais cartas-comentários são originárias do continente asiático (representando 22%), das Américas (15%), bem como da África e Oceania (somados em 10%).

Vale ressaltar que, das oito opiniões encaminhadas ao IASB pelo continente americano, quatro são da América do Norte (três dos Estados Unidos e uma do México), uma da América Central (Guatemala) e três da América do Sul (duas da Argentina e uma do Brasil).

Na sequência do processo de análise, observou-se o conteúdo das cartas em cada uma das questões. A primeira questão das cartas-comentários tratou sobre o significado de “capacidade fiduciária”. Na fase *Discussion Paper* o IASB recebeu um *feedback* que o significado de “capacidade fiduciária” não estava claro. No entanto, os respondentes, em geral, não sugeriram alternativas que ajudariam a esclarecer o significado de “fiduciário”. Para o IASB, o uso deste termo não aparece para criar incertezas. Agora, na fase ED, o *board* formula a seguinte questão: Há conhecimento de casos em que o uso do termo “capacidade fiduciária” criou incerteza, ou tal termo precisa ser substituído?

O Gráfico 2 a seguir fornece o quantitativo proporcional dos tipos de opiniões quanto à primeira questão.

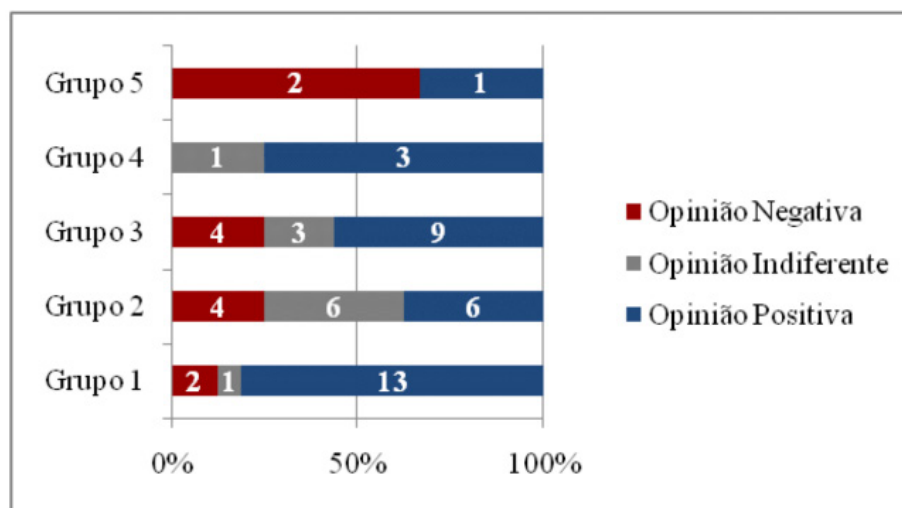


Gráfico 2: Questão 1 - Quantitativo de Opiniões por Grupos ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

Por meio dos dados analisados, verificou-se que há uma tendência dos Grupos 1, 3 e 4 (respectivamente, contadores e auditores, órgãos de registro de classe e outras entidades) em concordar que o uso do termo “capacidade fiduciária” gera incerteza e/ou precisa ser esclarecido ou até mesmo substituído. Por outro lado, quanto aos Grupos 2 e 5, formado, respectivamente por órgãos reguladores de normas e universidades, há um posicionamento claro que o termo “capacidade fiduciária” não gera controvérsias ou que não há dúvidas sobre o termo, pois das dezesseis entidades do Grupo 2, quatro são contrários e seis indiferentes, e das três entidades do Grupo 5, duas se posicionaram que a definição do termo é claro. Em geral, as opiniões enfatizam que o termo pode gerar dúvidas quando se referir a certas empresas. No caso, quando da execução da atividade, a entidade capta e administra recursos de um grande grupo de pessoas que não são envolvidos na gestão da empresa, há aqueles que defendem a tese de que essas empresas estariam atuando como agente fiduciário, enquanto que outros argumentam contra, mostrando que o termo pode vir a ter significados diferentes de um país para outro.

A segunda questão analisada tratou sobre a proposta de alinhar os principais princípios da Seção 29 (Imposto de Renda) com o IAS 12 (Tributos sobre o Lucro), para reconhecimento e mensuração de impostos diferidos. O IASB considera que o princípio de reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos é apropriado para as PMEs. Por outro lado, o Conselho Consultivo do IASB indaga se as alterações realizadas na Seção 29, cujo documento se encontra anexo ao ED, são apropriadas para as PMEs e os usuários de suas demonstrações financeiras.

O Gráfico 3, por sua vez, evidencia que há um consenso entre os grupos, demonstrando que a Seção 29, em linhas gerais, não precisa de alguma reformulação. A exceção se encontra no Grupo 4 (outras entidades). Por exemplo, no caso brasileiro, há a indagação de que muitas empresas brasileiras, que utilizam o *IFRS for SMEs*,

têm ganhos tributados baseados no lucro presumido, cujo cálculo não é baseado no lucro contábil, mas sobre a receita estimada. Neste caso, há a sugestão de incluir uma nota na Seção 29 para não aplicação em empresas que são tributadas pela estimativa do lucro.

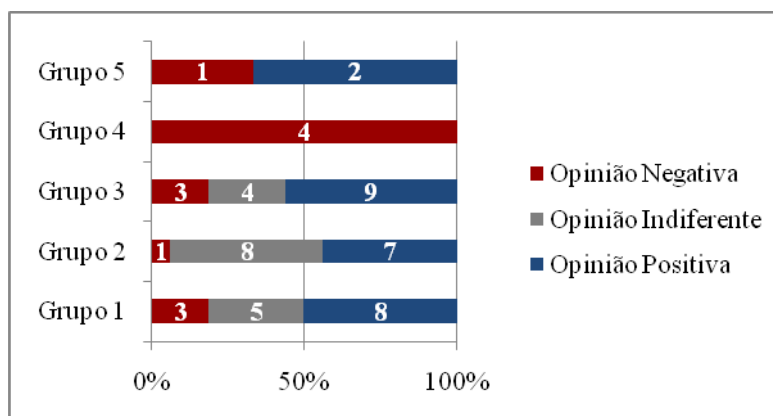


Gráfico 3: Questão 2 - Quantitativo de Opiniões por Grupos ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

Na terceira questão, o IASB enfatiza sobre uma série de alterações propostas que são listadas e numerados (1-43 e 45-57) no ED. Na sua maioria, as alterações são mínimas e/ou esclarece os requisitos existentes acerca da comparabilidade e compreensibilidade da informação contábil. Assim, o Conselho Consultivo do IASB indaga se há concordância sobre as alterações. De um modo geral, conforme Gráfico 4, há um alinhamento de opiniões e predominância dos posicionamentos positivos e indiferentes, demonstrando que não há necessidade de orientações adicionais ou divulgação de requisitos quanto a comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações financeiras.

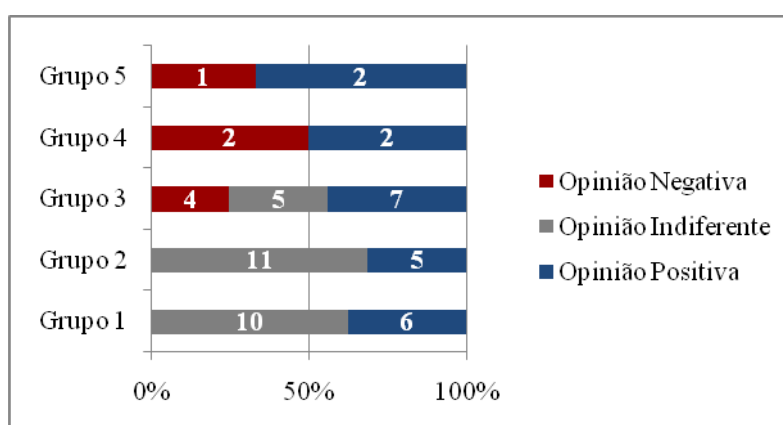


Gráfico 4: Questão 3 - Quantitativo de Opiniões por Grupos ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

A quarta questão contextualiza que, em junho de 2012, o IASB emitiu um *Request for Information (RFI)* que procurou comentários do público sobre a possibilidade de

fazer quaisquer alterações na *IFRS for SMEs* (parágrafos BC2-BC15). Todas as contribuições foram identificadas e discutidas pelo IASB, antes de emitir o *Exposure Draft*. Adicionalmente, o Conselho do IASB indaga se há outras questões que não foram abordadas e que devam ser consideradas.

O Gráfico 5 demonstra que não há necessidades de alterações. As tendências de opiniões foram, predominantemente, indiferentes e negativas. Por outro lado, não se verifica esta tendência no Grupo 5, formado por Universidades. Em geral, as opiniões ponderam sobre a exclusão das reavaliações de ativo imobilizado e exclusões de custos de empréstimos, pois ambos seriam menos complexos do que os impostos diferidos (questão 2), na opinião dos respondentes. Eles acreditam que a exclusão prejudicaria a aceitação do *IFRS for SMEs* para um público mais amplo. Vale salientar que o posicionamento do Conselho do IASB foi pela inclusão ao *IFRS for SMEs* dos impostos diferidos.

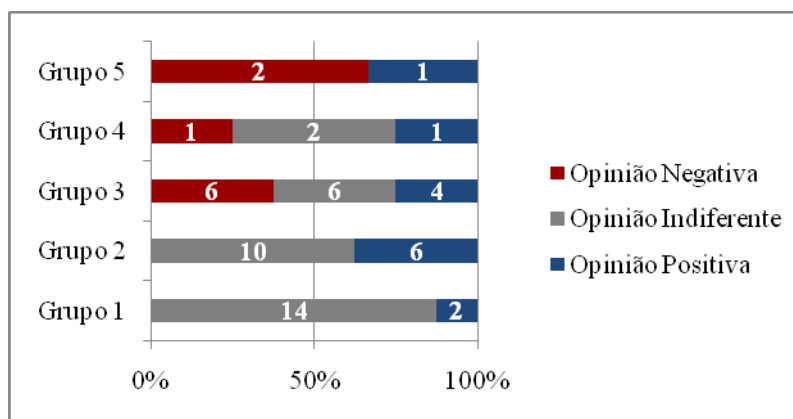


Gráfico 5: Questão 4 - Quantitativo de Opiniões por Grupos ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

A quinta questão analisada relata que o IASB espera uma aplicação retroativa das alterações propostas nas Seções 2-34. Assim, indaga se há concordância com as disposições transitórias propostas para alterações. Por meio do Gráfico 6, verifica-se que nos Grupos 1, 2 e 3 (contadores e auditores, órgãos reguladores de normas e órgãos de registro de classe, respectivamente) há predominância de opiniões positivas e indiferentes. Entretanto, nos Grupos 4 e 5 (outras entidades e Universidades, respectivamente) não há consenso. Neste caso, os grupos acreditam que a aplicação retroativa das mudanças não deveria ser obrigatória, no entanto, deveria haver uma nota explicativa que poderiam identificar os impactos causados pela mudança.

Neste aspecto, apesar de entenderem que a aplicação retroativa das alterações propostas seria para melhorar a comparabilidade, os grupos não são capazes de prever se, especialmente, as alterações relativas à contabilidade do imposto diferido, não será oneroso para alguns. Assim, tendem a não concordarem com o proposto pelo IASB.

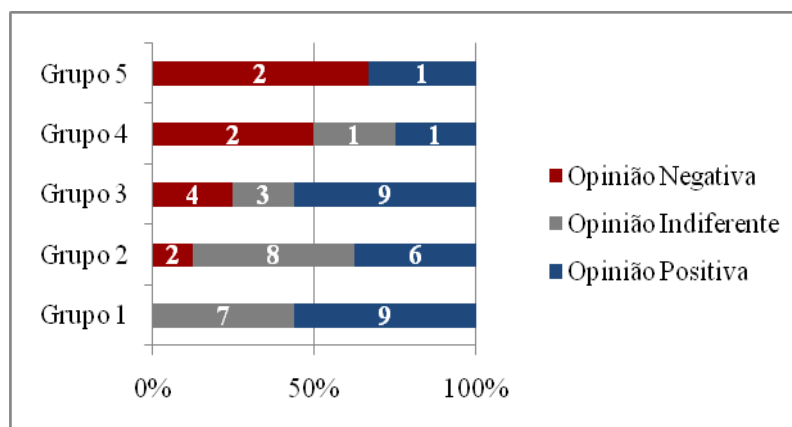


Gráfico 6: Questão 5 - Quantitativo de Opiniões por Grupos ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

A sexta questão trata sobre o fato que o IASB não acredita que qualquer das alterações propostas resultará em mudanças significativas para as PMEs ou que tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras. Por outro lado, propõe que a data de vigência das alterações ao *IFRS for SMEs* seja em um ano após as alterações, com possibilidade de adoção antecipada. Verifica-se, no caso, de acordo com o Gráfico 7, que os Grupos são quase unânimes quanto ao lapso temporal proposto. Os grupos, em geral, argumentam que muitas das alterações não têm impacto sobre as PMEs como uma questão de rotina contábil e ocorrem em ocasiões excepcionais. Por conseguinte, a aplicação destas alterações, provavelmente, não seja um grande encargo para as PMEs.

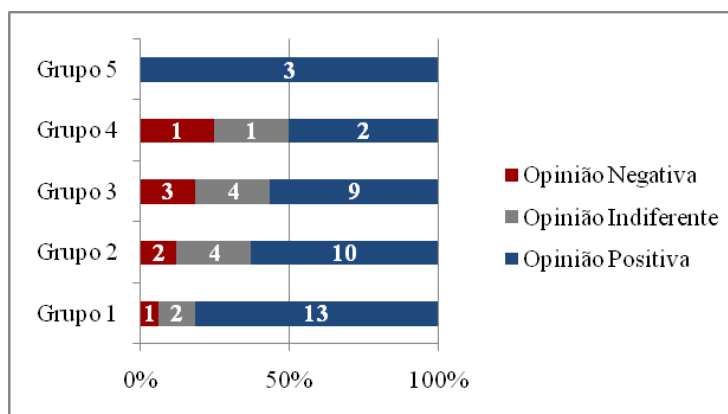


Gráfico 7: Questão 6 - Quantitativo de Opiniões por Grupos ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

Na sétima questão analisada, o IASB relatou que durante o *Comprehensive Review* recebeu comentários que o atual lapso temporal (a cada três anos) para propor alterações ao *IFRS for SMEs* pode ser muito frequente e que um ciclo de cinco anos, com a capacidade para uma questão urgente ser abordada mais cedo, deve ser mais apropriado. O posicionamento do IASB é pela manutenção dos três anos, com possibilidade de questões urgentes serem analisadas com mais frequência. Assim, o IASB questiona se é suficiente que as alterações para o *IFRS for SMEs*

sejam feitas a cada três anos, com possibilidade de questões mais urgentes serem analisadas com mais frequência. Verifica-se, pelo Gráfico 8, que há uma tendência pela opinião positiva e indiferente. Porém, convém destacar as opiniões contrárias dos órgãos reguladores de normas e órgãos de registro de classe (Grupos 2 e 3, respectivamente). Em geral, estes grupos não concordam com o ciclo de três anos para manutenção do *IFRS for SMEs*, pois acreditam que um ciclo mais longo seria muito melhor para melhorar a estabilidade das normas e dar às equipes contábeis tempo suficiente para se familiarizar com as revisões. Também, estes dois grupos enfatizam que é importante que o padrão se mantenha mais estável possível, pois muitas das entidades não possuem recursos para lidar com mudanças frequentes e significativas.

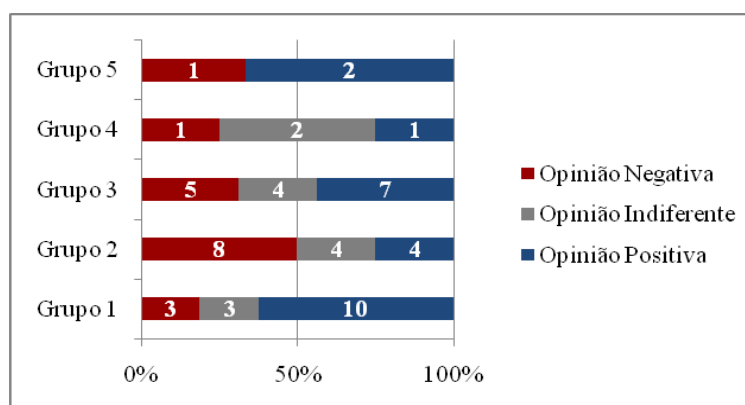


Gráfico 8: Questão 7 - Quantitativo de Opiniões por Grupos ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 9 a seguir apresenta um resumo das análises realizadas, em que se pode observar a predominância de opiniões positivas e indiferente, quanto as questões propostas no ED.

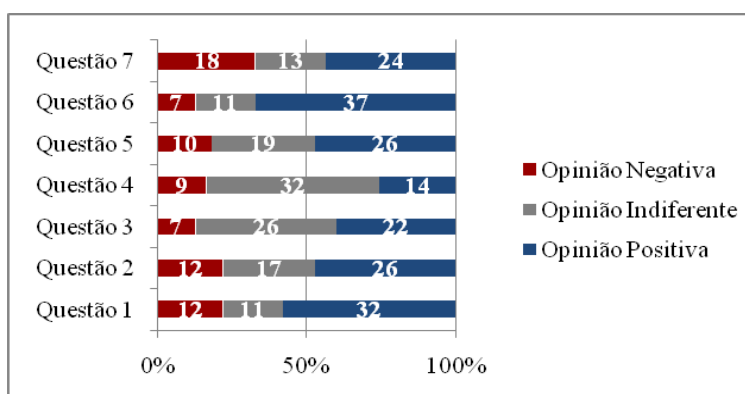


Gráfico 9: Quantitativo de Opiniões por Questões ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

Para elaboração do Quadro 2 foi calculada a média das respostas de cada uma das sete questões analisadas, numa escala de 1 à 3, onde 1 representa opinião “negativa”, 2 opinião “indiferente” e 3 opinião “positiva.” A Tabela 2 a seguir evidencia que todas as opiniões das questões formuladas através do ED estão situadas entre

as zonas de indiferença e concordância, com médias no intervalo 2,09-2,55 e desvios-padrões entre 0,646 e 0,875.

Estatísticas	Opiniões Questão 1	Opiniões Questão 2	Opiniões Questão 3	Opiniões Questão 4	Opiniões Questão 5	Opiniões Questão 6	Opiniões Questão 7
Média	2,36	2,25	2,27	2,09	2,29	2,55	2,11
Desvio Padrão	0,825	0,799	0,679	0,646	0,762	0,715	0,875

Quadro 2: Média e Desvio Padrão das Opiniões por Questões ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

Considerando a métrica das opiniões admitida no presente estudo e os desvios-padrões menores que 1 (mostrando que a baixa dispersão das opiniões tende a estar próxima das respectivas médias) há um certo alinhamento frente ao que o IASB propõe em alterar para as *IFRS for SMEs*, apesar dos argumentos contrários encontrados.

Quanto às divergências de opiniões entre as questões analisadas, em última análise, o Quadro 3 a seguir mostra o resultado do Teste K-W a um nível de significância de 5%. As opiniões foram confrontadas para verificar se há divergência estatisticamente significativa entre as sete questões analisadas. Os dados indicam que há divergência de opiniões entre as questões 1 e 3; questões 3 e 5; e questões 5 e 6, com p-valores 0,043; 0,018; e 0,021, respectivamente, indicando não haver consenso de opiniões nestas questões.

Q[1-7]	Opiniões Questão 1	Opiniões Questão 2	Opiniões Questão 3	Opiniões Questão 4	Opiniões Questão 5	Opiniões Questão 6	Opiniões Questão 7
Q1							
Q2	0,530						
Q3	0,043	0,480					
Q4	0,525	0,517	0,960				
Q5	0,184	0,417	0,018	0,252			
Q6	0,408	0,932	0,716	0,762	0,021		
Q7	0,306	0,082	0,488	0,700	0,068	0,075	

Quadro 3: P-valores do Teste K-W(NS = 0,05) - Opiniões por Questões ao *Exposure Draft ED/2013/9 - IFRS for SMEs*.

Fonte: Elaboração própria.

De fato, na questão 1 não foi verificado um consenso quanto ao uso do termo “capacidade fiduciária”, pois há uma tendência dos Grupos 1, 3 e 4 (respectivamente, contadores e auditores, órgãos de registro de classe e outras entidades) em concordar que o uso do termo gera incerteza e/ou precisa ser esclarecido ou até mesmo substituído. Já os Grupos 2 e 5 (órgãos reguladores de normas e universidades, respectivamente) há um posicionamento claro que o termo “capacidade fiduciária” não gera controvérsias ou que não há dúvidas. Por outro lado, quanto à questão 3, os

respondentes concordam, em sua maioria, que as alterações propostas com relação a comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações financeiras são suficientes.

No que se refere à questão 5, o alinhamento das respostas não ocorreu. Verifica-se que nos Grupos 1, 2 e 3 (contadores e auditores, órgãos reguladores de normas e órgãos de registro de classe, respectivamente) há predominância de opiniões positivas e indiferentes. Entretanto, nos Grupos 4 e 5 (outras entidades e Universidades, respectivamente) não há consenso quanto a aplicação obrigatória e retroativa das mudanças propostas.

Como não houve alinhamento de opiniões na questão 5, isto também foi verificado na questão 6, pois os grupos são quase unânimes quanto ao lapso temporal proposto. Especificamente, há concordância da maioria dos grupos que a data de vigência das alterações ao *IFRS for SMEs* seja em um ano após as alterações, com possibilidade de adoção antecipada.

Assim, os vários posicionamentos sobre capacidade fiduciária e retroatividade de aplicação das alterações propostas retratam que o estabelecimento das normas contábeis é um processo político, pois os agentes econômicos buscam aos seus próprios interesses.

5 | CONCLUSÃO

O artigo objetivou analisar o posicionamento dos grupos econômicos respondentes tendo como base as cartas-comentários do *EXPOSURE DRAFT ED/2013/9 - IFRS for SMEs* (ED) enviadas ao IASB. Assim, buscou-se destacar a forma e a dinâmica de um espaço regulatório, permitindo, desta forma, uma análise do processo de mudança.

Os resultados mostram que os Grupos 1, 3 e 4 (respectivamente, contadores e auditores, órgãos de registro de classe e outras entidades) concordam que o uso do termo “capacidade fiduciária” gera incerteza e/ou precisa ser esclarecido ou até mesmo substituído.

Também há um consenso entre todos os cinco grupos que não há necessidade de alguma reformulação quanto ao reconhecimento e mensuração de impostos diferidos. Por outro lado, há a indagação de que muitas empresas brasileiras, que utilizam o *IFRS for SMEs*, têm ganhos tributados baseados no lucro presumido, cujo cálculo não é baseado no lucro contábil, mas sobre a receita estimada. Assim, há a sugestão de incluir uma observação para não aplicação em empresas que são tributadas pelo lucro presumido.

Adicionalmente, todos os grupos são quase unânimes quanto ao lapso temporal proposto (um ano após as alterações, com possibilidade de adoção antecipada). Os grupos, em geral, argumentam que muitas das alterações não têm impacto sobre as PMEs como uma questão de rotina contábil e ocorrem em ocasiões excepcionais. Por conseguinte, a aplicação destas alterações, provavelmente, não seja um grande encargo para as PMEs.

Os Grupos 4 e 5 (outras entidades e universidades, respectivamente) entendem que a aplicação retroativa das alterações propostas melhorariam a comparabilidade,

pois tais grupos não são capazes de prever se, especialmente, as alterações relativas à contabilidade do imposto diferido, não será oneroso para alguns. Assim, tendem a não concordarem com o proposto pelo IASB.

Em particular, as opiniões das universidades (Grupo 5) ponderam sobre a exclusão das reavaliações de ativo imobilizado e de custos de empréstimos, que são menos complexos do que os impostos diferidos, segundo elas. Para as instituições de ensino superior se acredita que a exclusão prejudicaria a aceitação do *IFRS for SMEs* para um público mais amplo. Vale salientar que o posicionamento do *board* foi pela inclusão ao *IFRS for SMEs* dos impostos diferidos.

Já para os órgãos reguladores de normas e órgãos de registro de classe (Grupos 2 e 3, respectivamente), não há concordância com o ciclo de três anos para manutenção do *IFRS for SMEs*, pois acreditam que um ciclo mais longo seria muito melhor para aprimorar a estabilidade das normas e dar às equipes contábeis tempo suficiente para se familiarizarem com as revisões.

As evidências apresentadas no estudo sugerem que fatores políticos e regulatórios exercem influência nas opiniões emanadas pelos agentes econômicos, no que diz respeito em concordar ou não com algum critério contábil. Em geral, os resultados apontam para uma opinião alinhada ao que o IASB coloca para as *IFRS for SMEs*, com posicionamentos situados entre as zonas de indiferença e concordância, além de divergências quanto ao termo “capacidade fiduciária” e aplicação retroativa e obrigatória das mudanças. Além disso, tais mudanças propostas indicam o importante papel das PMEs no contexto mundial, com indicativos a um melhor aperfeiçoamento quanto à interação de normas contábeis e qualidade da informação.

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, se propõe estudar os posicionamentos dos grupos econômicos expostos no presente artigo quanto à influência do espaço regulatório de cada um deles no contexto das PMEs. A ideia é verificar o nível de alinhamento das opiniões segundo o critério de afinidade política e normativa em relação ao IASB enquanto órgão produtor de normas contábeis. Vale ressaltar que a Estrutura Conceitual está em fase de alteração (*Exposure Draft ED/2015/3 Conceptual Framework for Financial Reporting*) podendo alterar futuramente as opiniões de tais agentes.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, D.; BRITTON, A.; JORISSEN, A. *International Financial Reporting and Analysis*. Fifth edition, United Kingdom (UK): South-Western Cengage Learning, 2011.
- ALMEIDA, J. E. F.; CARDOSO, R. L.; RODRIGUES, A.; ZANOTELI, E. J. (Orgs). *Contabilidade das pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013.
- BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*. 29 (1), 1-51, 2000.
- CARMO, C. H. S. *Lobbying na regulação contábil internacional: uma análise do processo de elaboração da norma sobre reconhecimento de receitas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP: São Paulo, 2014.

CFC. *Normas brasileiras de contabilidade – NBC T 19.41: contabilidade para pequenas e médias empresas*. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2010.

_____. *Resolução CFC nº 1.329, de 18 de março de 2011 – altera a sigla e a numeração de normas, interpretações e comunicados técnicos*. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2011.

DI PIETRA, R.; EVANS, L.; CHEVY, J.; CISI, M.; EIRLE, B.; JARVIS, R. Comment on the IASB's exposure draft "IFRS for small and medium-sized entities". *Accounting in Europe*. 5 (1), 27-47, 2008.

EIERLE, B.; HALLER, A. Does size influence the suitability of the IFRS for small and medium-sized entities? – empirical evidence from Germany. *Accounting in Europe*. 6 (2), 195-230, 2009.

IASB. *International financial reporting standard for small and medium-sized entities (IFRS for SMEs)*. International Accounting Standards Board: London, 2009.

_____. *Due process handbook – IASB and IFRS interpretations committee*. International Accounting Standards Board: London, 2013.

_____. *Quem somos e o que fazemos – IASB and IFRS interpretations committee*. International Accounting Standards Board: London, 2014.

IRVINE, H.; RYAN, C. Accounting regulation for charities: international responses to IFRS adoption. *Pacific Accounting Review*. 25 (2), 124-144, 2013.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. *Teoria da contabilidade – uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, A. B. Normas internacionais de contabilidade. In RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Orgs). *Estudando Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. *Estatística geral e aplicada*. 4ª ed revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.

MATOS, E. B. S.; GONÇALVES, R. S.; NIYAMA, J. K.; MARQUES, M. M. Convergência internacional: análise da relação entre o processo normativo e a composição dos membros do IASB. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. 6 (1), 66-91, 2013.

NICHOLLS, A. Institutionalizing social entrepreneurship in regulatory space: reporting and disclosure by community interest companies. *Accounting, Organizations and Society*. 35 (4), 394-415, 2010.

PASCU, A.; VASILIU, A. International financial reporting standard for small and medium-sized entities – a new challenge for the european union. *CES Working Papers - Centre for European Studies*. 121-134, 2011.

PEDROZA, J. K. B. R. *IFRS para PMEs: uma investigação quanto ao nível de compreensão de contadores amparada na Teoria de Resposta ao Item*. Dissertação de Mestrado. Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), 2013.

SAVA, R.; MÂRZA, B.; ESANU, N. Financial reporting for SMEs – past and perspectives. *Procedia Economics and Finance - Elsevier*. 6 (1), 713-718, 2013.

SCHIEBEL, A. *Is there a solid empirical foundation for the IASB's Draft IFRS for SMEs?* Vienna University of Economics and Business Administration – Department of Accounting and Finance – Austria, 2007.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR, N. J. *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006.

TAVARES, M. F. N.; PAULO, E.; ANJOS, L. C. M.; CARTER, D. Contribuições ao exposure draft revenue from contracts with costumers: análise das opiniões das firmas sobre a obrigação de desempenho onerosa. *Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ*. 18 (2), 14-27, 2013.

UYAR, A.; GUNGORMUS, A. H. Perceptions and knowledge of accounting professionals on IFRS for SMEs: evidence from Turkey. *Research in Accounting Regulation*. 25 (1), 77-87, 2013.

MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS NO AGRONEGÓCIO DO CENTRO SUL CEARENSE

Ednael Macedo Felix

Universidade de Fortaleza – Unifor

João José Anselmo dos Santos

Faculdade Vale do Salgado – FVS

Hudson Josino Viana

Faculdade Vale do Salgado - FVS

RESUMO: A preocupação com o meio ambiente e com a saúde humana é uma linha de crescimento constante no mundo. É notória a latência do contexto bibliográfico direcionado a comercialização de agrotóxicos. A Lei nº 7.902, de julho de 1989 (DOU 12.07.1989), e o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, compõem a legislação que delimita os limites, deveres, direitos e práticas na comercialização de agrotóxicos no Brasil. O presente trabalho foi desenvolvido no município de Icó-CE. Trata-se de uma pesquisa exploratória onde aplicou-se o método indutivo de forma qualitativa e quantitativa. A técnica utilizada é a de observação direta extensiva com aplicação de questionário direto semi-estruturado, realizada entre o período de novembro de 2011 a dezembro de 2012. Tem por objetivo, entender como as empresas do mercado de agroquímicos procedem no cenário local, quais suas práticas perante as técnicas de marketing, conhecendo o *market-share* das vendas e quais os principais fabricantes participantes e

principalmente compreender como funciona a aplicação do conceito de marketing nesse mercado.

PALAVRAS-CHAVE:

Agrotóxicos, Comercialização, Marketing.

ABSTRACT: The concern with the environment and human health is a line of constant growth in the world. Is the latency of bibliographic context directed the marketing of pesticides. The law nº 7,902, July 1989 (I 12.07.1989), and the Decree nº of 4,074 January 4, 2002, make up the legislation that delineates the limits, duties, rights and practices in the marketing of pesticides in Brazil. The present work was developed in the municipality of Icó-CE. This is an exploratory research where it applied the inductive method of qualitative and quantitative way. The technique used is the extensive direct observation with direct semi-structured questionnaire application, held between the period of November 2011 to December 2012. Aims to understand how the agrochemical market companies come in the local scenery, which their practices before the techniques of marketing, knowing the *market-share* sales and what are the main participants and especially manufacturers understand how does the application of marketing concept in this market.

KEYWORDS: agrochemicals, Marketing, Marketing.

1 | INTRODUÇÃO

A possibilidade de se conceber um processo agrícola cujas atividades práticas façam o menor uso possível de agrotóxicos, parece ainda latente, visto que o conglomerado industrial do mercado de agroquímicos insiste em afirmar que cada vez mais, os seus produtos ganham delineações de crescentes proporcionalidades éticas.

Na mesma linha, porém com direção contrária a essa filosofia de comércio, se encontram os ambientalistas que ao longo do tempo se mostram cada vez mais ativos no exercício de práticas contrárias ao estabelecimento de ideais afirmativos de que o país necessita da utilização constante de agrotóxicos em suas lavouras, como técnica de garantia da produtividade e do estabelecimento de crescimento econômico. O que se percebe é um crescimento elevado na comercialização de agrotóxicos no Brasil, um cenário de crescimento sensível mais que se contrapõe ao que se chama de bem-estar social.

Mesmo com esse crescente consumo de agrotóxicos no país, é necessária a difusão do conceito da expressão LISA - *Low Input Sustainable Agriculture* (Agricultura sustentável com reduzido nível de insumos), expressão que os Estados Unidos já popularizam desde muito tempo, esse conceito trata do que há de mais importante na agricultura do século XXI: produzir mais, reduzindo, entretanto, a participação dos produtos químicos no valor total das safras.

O mercado nacional de agrotóxicos chama atenção não apenas pelo impressionante crescimento no consumo dos mesmos nos últimos anos, mas também pela latente interferência do sistema público de controle em execução desde o final dos anos 80. Perante um cenário de constantes alterações econômicas, entender a comercialização dos agrotóxicos é uma necessidade, sento esta uma prática de interesse social, mas que infelizmente aparece silenciada, possivelmente em função de interesses mercantis.

Muito embora ainda seja latente o dispor de bibliografia direcionada ao tema em estudo, quando se leva em consideração o cenário nacional, é possível se deparar com pesquisas e conteúdos científicos muito tímidos e geralmente desatualizados. Nessa concepção de busca por conhecimento e entendimento da prática comercial do mercado de agrotóxicos, é sensato indagar como se encontra o cenário em termos locais. Essa busca pôde foi realizada no município de Icó no estado do Ceará devido ao fato do mesmo possuir um vasto perímetro irrigado que parte do distrito de Lima Campos, cortando toda a cidade, chegando até o distrito de Pedrinhas.

Entender como as empresas do mercado de agroquímicos procedem no cenário local, quais seus métodos e suas práticas de comercialização perante as estratégias de marketing na atualidade é uma forma de diagnosticar o mercado por meio do conhecimento científico. Conhecer o *market-share* das vendas e quais os principais fabricantes participantes desse mercado é sem sombra de dúvidas um instrumento de análise.

2 | CONCEITUAÇÃO E ENTENDIMENTO DO MERCADO DE AGROTÓXICOS

As atividades da comercialização devem, basicamente, facilitar respostas aos problemas econômicos: o que, quanto e como produzir, quando, como, onde e de que forma distribuir os produtos. Em outras palavras, o papel da comercialização centra-se em aspectos básicos: orientar a produção e o consumo, e produzir utilidades.

Segundo Mendes e Junior (2009, p. 12):

A comercialização mediante a promoção, principalmente do tipo genérica, pode provocar um aumento de consumo para determinados produtos, notadamente aqueles com elevados valores nutricionais que, por força de hábitos e costumes tradicionais, não fazem parte da dieta alimentar.

As necessidades crescentes de alimentos em função do rápido crescimento populacional fazem com que o mercado busque produzir cada vez mais. Na busca de uma produção em larga escala, um dos principais insumos é o agrotóxico.

Mesmo o marco na industrialização de agrotóxicos tendo se dado após a Primeira Guerra Mundial, foi no pós Segunda Guerra que sua difusão acentuou-se na Europa e nos Estados Unidos. Já no Brasil esse fato é determinado pela modernização da agricultura nacional, período compreendido entre 1945 e 1985. Neste mesmo período, nos anos que sucederam 1975 a indústria de agrotóxicos efetivou suas instalações no Brasil, formada pelas principais fabricantes em escala mundial.

O notório grau de elevação de concentração caracterizava o mercado de agrotóxicos no Brasil por sua formação em um típico sistema oligopolista tal como em nível de mundo. Segundo Terra (2008) citado por Terra e Pelavez, (2009, p.2):

O mercado brasileiro de agrotóxicos apresentou crescimento significativo: entre 1977 e 2006 o consumo de agrotóxicos expandiu-se, em média, 10% ao ano, de forma que o Brasil esteve, desde meados dos 1970 até 2007, entre os seis maiores consumidores de agrotóxicos do mundo.

Essa constatação desencadeia uma reflexão sobre o modelo desenvolvimentista agrícola do Brasil, já que o país mostra um crescimento econômico ascendente, que em sua maior porção é resultado da produção agrícola, é natural que indagações relacionadas às consequências na saúde e na forma de vida dos indivíduos oriundas dessa aplicação massiva de produtos tóxicos surjam em meio a população consumidora.

A utilização de tais métodos defensivos mostra-se perceptível, nas mais diversas atividades agrícolas, ou seja, as atividades que compreendem as culturas hortícolas, forrageiras e arboricultura. As atividades zootécnicas abrangem as criações de animais. Conforme Callado (2009, p. 21), “as atividades agroindustriais englobam o beneficiamento do produto agrícola, a transformação dos produtos zootécnicos e a transformação de produtos agrícolas”. É notório que o nível de consumo e utilização de

agrotóxicos dependem diretamente das dimensões e do comportamento da produção agrícola, especificamente a variação do consumo de agrotóxicos correlaciona-se com as políticas públicas que fomentam a produção nas atividades agrícolas assim como o ambiente macroeconômico a que se agrega a implementação dessas mesmas disparas políticas.

Segundo a Lei 7.802/89 os agrotóxicos podem ser definidos como:

Os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. (Art. 2; § 1, item a).

Notadamente no setor agrícola, a utilização de defensivos de base toxicológica é uma constante. Os agrotóxicos produzidos em escala comercial detêm a obtenção do ingrediente ativo, ingrediente esse que o processo de síntese adotado determinará o grau de pureza assim como o teor de impurezas. O produto técnico é o composto obtido dos ingredientes, e que será usado na formulação do produto final. Posteriormente outros elementos químicos com a finalidade de garantir a dispersão e a fixação do produto nas lavouras e plantas que serão destruídas ou protegidas possuem efeito específico. A mistura do produto técnico com os demais compostos químicos que auxiliam na produção, forma o que se chama de produto formulado, sendo este o produto utilizado nas lavouras.

Segundo Agrow (2008) citado por Terra e Pelavez (2009, p. 3):

Os agrotóxicos podem ser classificados quanto a sua finalidade de uso, pelo poder de ação do ingrediente ativo sobre organismos-alvo: fungicidas, acaricidas, inseticidas, inibidores e reguladores de crescimento, etc. Dentre essas classes, as três principais, que representam cerca de 95% do consumo mundial de agrotóxicos, em 2007, são os herbicidas (48%) inseticidas (25%) e fungicidas (22%).

Há também outras duas formas de classificação em função do regime de propriedade intelectual vigente dos agrotóxicos: os princípios ativos, que podem ser patenteadas, o que garante a exclusividade na comercialização bem como uma maior lucratividade pelas firmas; e os chamados produtos equivalentes, formada pelos agrotóxicos com patentes expiradas, o que permite uma exploração das tecnologias de produção por empresas com pouca capacidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento. Segundo Frenkel e Silveira (1996, p. 98), “as empresas especializadas concentram-se, por sua vez, na fabricação de produtos técnicos cuja validade das patentes tenha vencido (produtos equivalentes) e também de produtos formulados”.

No mercado concorrente, as empresas especializadas concorrem diretamente com empresas integradas que assim como as primeiras, comercializam produtos que

também possuem patente expirado.

Para Possa (1985) citado por Terra e Pelavez (2009, p.3):

Três elementos fundamentais caracterizam uma estrutura de mercado: o grau de concentração de mercado, em termos de *market-share* das vendas e do faturamento, as barreiras à entrada que constroem impedimentos à entrada de novos competidores, potenciais ou já atuantes no mercado e as formas de concorrência, sejam por preço e/ou qualidade dos produtos e serviços.

Em projeção mundial, a produção de agrotóxicos permanece concentrada, sendo ainda um oligopólio. Tomando por base o Brasil, para Alves Filho (2002), o cenário nacional de comércio de agrotóxicos mostra-se similar ao cenário mundial, cerca de 80% do mercado brasileiro estava concentrado no movimento de aproximadamente dez empresas, em sua maioria grandes corporações transnacionais.

O mercado de agrotóxicos no Brasil sempre foi encabeçado pelas seguintes empresas até meados de 2000, Aventis, Novartis, Milênia, Monsanto, Cyanamid, DuPont, Zeneca, Bayer, Basf, FMC (ibid. 2002).

Conforme Alves Filho (2002) foram feitas algumas fusões, entre elas a da Novartis e Zeneca surge a Cingenta, empresa que alcançou até meados do ano 2000 faturamento de US\$ 463.000,00, conseguindo ficar no topo do mercado com 19,7% do mercado.

A venda de agrotóxicos mostra crescimento contínuo e acelerado, o que consequentemente acarretará percalços de proporções desconhecidas. Segundo Alves Filho (2002, p. 45) “segundo a tendência observada no consumo mundial, os maiores gastos com agrotóxicos são realizados na compra de produtos pertencentes à classe dos herbicidas”.

Esses dados demonstram a dificuldade enfrentada por novos entrantes neste mercado, que se deve em sua grande parte pela pouca capacidade de investimento em novas tecnologias e desenvolvimentos, para as empresas integradas a principal forma de concorrência é a diferenciação de produtos. Para Naidin (1985, p. 250), “tal forma de competição busca superar a rápida obsolescência dos agrotóxicos, a qual se apresenta como o maior problema enfrentado pelas líderes”.

Dois fatores podem determinar o ciclo de vida desses produtos. A intensidade do uso de agrotóxicos gera consequentemente resistência dos organismos-alvos de tais substâncias, o que causa uma acentuada perda de eficácia por parte do produto. Por outro lado, os efeitos adversos dos agrotóxicos à saúde humana e sobre o meio ambiente se mostram mais evidentes em meios de comunicação e nas agendas das políticas públicas de órgãos reguladores, principalmente nos países desenvolvidos.

Segundo Alves Filho (2002) notícias e estudos já realizados referentes ao custo investimento versus retorno em capital, mostram que na década de 90, para cada US\$ 1,00 investido em agrotóxicos, o retorno se dava na ordem quatro vezes o valor investido.

Com o passar do tempo, essa situação permutou, muito embora os agroquímicos sejam instrumentos de intervenção no campo resultando em melhores lucros, a concepção dos consumidores mudou na mesma proporção, de forma que investimento em agrotóxico não representa mais um retorno em lucratividade tão perceptível.

Comumente se associa a produtividade agrícola com a quantidade de insumo químico utilizado, no entanto, alguns autores mencionam um fato de aspectos paradoxais, de forma que dados científicos analisados mostram que os incrementos na utilização de agrotóxicos em detrimento das perdas por pragas crescem sensivelmente, tais dados mostram que na medida em que se intensifica a aplicação de agroquímicos crescem proporcionalmente o número de perdas na produção por pragas e doenças.

Segundo Alves Filho (2002, p. 33):

Diferentes metodologias e abordagens são empregadas nos diversos estudos que tentam avaliar e relacionar o uso de agrotóxicos e sua efetividade no combate aos problemas de pragas e doenças nas atividades agropecuárias e florestais. Entretanto um ponto comum aparece em várias análises sobre o assunto, ressaltando que a proporção de perdas das culturas pelo ataque de pragas e doenças tem sido crescente ao mesmo tempo em que quantidades crescentes de agrotóxicos são empregadas em escala global nas últimas décadas.

O uso indiscriminado de incrementos químicos é responsável por diversos percalços no cenário agrícola mundial, dentre os problemas oriundos desse uso indiscriminado pode-se citar: a resistência, onde os organismos se adaptam e mudam seus genes por processo de adaptação; ressurgimento, como consequência do uso abusivo de agrotóxicos, alguns inimigos naturais e/ou competidores das pragas são reduzidos drasticamente; desencadeamento secundário, algumas pragas secundárias passam a ser um problema grave, chegando a tornarem-se pragas principais; e a quebra de cadeias alimentares, a aplicação de agrotóxicos no combate de pragas iniciais de determinadas culturas terminam por eliminar as pragas, no entanto, a eliminação de predadores e parasitas é ineficiente.

Para Alves Filho (2002, p. 35), “apenas cerca de cem dentre pelo menos 1 milhão de espécies de insetos catalogados causam aproximadamente 90% dos danos às plantas cultivadas”. Durante o processo de aplicação dos agrotóxicos, elimina-se tanto a praga como os inimigos naturais de tais pragas, em geral, as aplicações eliminam mais os inimigos das pragas do que as próprias pragas, o que desencadeia os problemas descritos acima.

Segundo Alves Filho (2002) em ecossistemas diversificados as populações de determinadas espécies de pragas, são mantidas em sua maioria sob controle pela presença de várias outras espécies que atuam como inimigos naturais. Mesmo com tais consequências, o consumo mundial de agrotóxicos tem crescido em larga escala, nas ultimas décadas, mais precisamente entre 1950 e 1980 este produto teve seu consumo acrescido na ordem de 10% ao ano.

2.1 Consumo e mercado de agrotóxicos no Brasil

A bibliografia bem como a disponibilidade de dados sobre o tema em estudo neste trabalho ainda são precárias no Brasil, elaborar um quadro analítico geral com o propósito de investigar os números que envolvem o uso de agrotóxicos no cenário nacional é uma tarefa árdua. A pouca disponibilidade de dados é reflexo da fragilidade dos órgãos responsáveis no que tange a fiscalização de tais insumos, pois esses órgãos não apresentam condições de recolhimento ou de dar tratamento e divulgação adequada às informações disponíveis que na verdade são mínimas.

Segundo Alves Filho (2002, p. 39):

A Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF e o Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas divulgam periodicamente os valores das vendas realizadas no país, mas a divulgação de informações sobre as quantidades vendidas, por regiões e por cultura, já não é tão constante, tornando difícil avaliar a real situação de uso no país.

Constata-se assim a dificuldade de se investigar tal cenário, as fontes de dados são ainda precárias e muito desatualizadas, negligenciando sensivelmente a realidade dos dias atuais, tanto na produção quanto na comercialização de agrotóxicos.

No que tange ao quadro geral dos agrotóxicos no Brasil pode-se levar em consideração o número de produtos comerciais que se mostram disponíveis no mercado. O Ministério da Agricultura bem como os órgãos responsáveis pelo registro dos produtos no país, em seus dados oficiais mostravam que em 1998 havia um total de 1.952 produtos disponíveis para uso. Segundo de Alves Filho (2002), dos 1.952 produtos comercializados, 880 são praguicidas (Inseticidas, acaricidas, bactericidas, cupinicidas, fungicidas, formicidas, fumigantes, moluscidas), 665 são herbicidas, 343 são fungicidas e 74 são os chamados produtos afins (Adesivos, adjuvantes, espalhantes, estimulantes de crescimento, estimulantes vegetativos, maturadores).

Constata-se a dimensão da oferta de produtos de forma bem acentuada, levando-se em consideração que já se passaram 13 anos, e essa oferta aumentou significativamente. Por outro lado, nos últimos anos a legislação brasileira saiu de seu estado de latência e tem se mostrado mais atuante com passar dos dias e com a pressão que a própria sociedade impõe.

A produção, importação, exportação e comercialização de agrotóxicos são sancionadas pela Lei nº 7.802/89, que afirma:

Os agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com a definição do artigo 2º desta Lei, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura. (Lei nº 7.802/89, Art. 3º)

Com 1.952 produtos autorizados em 1998, o Brasil possuía um aparato significativamente pequeno se comparado a países desenvolvidos como os Estados

Unidos que segundo Alves Filhos (2002, p. 50), “possui cerca de 50 mil produtos registrados para uso”. Se levado em consideração a vasta possibilidade de apresentação dos agrotóxicos como embalagem e volume, 1.981 possuíam uso autorizado no Brasil em 2000. É notório que mesmo com esse acervo há um enorme desafio quando se considera que a atividade da prescrição técnica dos agrotóxicos representa uma inópia das características e das aplicações de uma parcela maior destas possibilidades.

2.2. Situação do mercado atual

A atual situação do país no que tange a comercialização propriamente dita é pouca difundida e carente em estudos científicos estruturados e específicos. O que encontrar-se disponível geralmente é informações em sites. Em pesquisas na Web, pode-se constatar em reportagem publicada pelo site www.ciclovivo.com.br no dia 27 de janeiro que no mercado nacional de comercialização de defensivos agrícolas o insumo agrotóxico mais comercializado no país em 2009 foi o herbicida glifosato, utilizado em lavouras de 26 culturas diferentes, entre elas arroz, café, milho, trigo e soja. Avaliado na classe 3, de produtos perigosos, o agrotóxico teve 90,5 mil toneladas comercializadas no período.

Entre os dez produtos agrotóxicos mais comercializados está o metamidofós, banido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) devido os altos riscos à saúde. A proibição será gradual e o produto poderá ser comercializado até 2012. Também estão na lista dos mais vendidos os produtos à base de cipermetrina, óleo mineral, óleo vegetal, enxofre, ácido 2,4-Diclorofenoxiacético, atrazina, acefato e carbendazim. Segundo o Ibama, o acefato está passando por processo de reavaliação e pode ser banido das lavouras brasileiras.

Constata-se também um alto índice no uso do glifosato que é um herbicida não seletivo, de ação pós-emergente, apresentado como concentrado solúvel. Já o Acefato produto sob avaliação, é um inseticida sistêmico usado nas culturas do algodão e da soja, que age por contato e ingestão nos alvos biológicos como, por exemplo, Lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatilis*), Lagarta-falsa-medideira (*Pseudoplusia includens*), Percevejo-marrom (*Euschistus heros*), percebe-se então, múltiplos fatores que contribuem para aplicação de defensivos agrícolas dos mais diversos compostos e classes que periclitam o consumo de muitos produtos agrícolas.

Segundo Alves Filho (2002, p. 73):

Nas substancias químicas chamadas agrotóxicos podemos encontrar uma vasta quantidade de produtos de diversas classes e grupos químicos. Entretanto, um ponto comum caracteriza todos os componentes dessa categoria: constituem-se biocidas ativos, podendo representar danos potenciais para todos os organismos vivos.

Esse cenário evidencia um afrouxamento da legislação para com a comercialização de agrotóxicos no Brasil, muito embora essa legislação tenha sofrido alterações ao

longo dos últimos 10 anos ela inda se mostra deficiente.

3 | MARKETING PÓS-PORTEIRA

Assim como em qualquer outra concepção, a ideia de pós nos remete a algo posterior. Nesse sentido, o marketing pós-porteira se remete aos processos e atividades que ocorrem posteriores ao processo de produção propriamente dito, seja de produtos agropecuários como feijão, arroz, carne e soja, ou dos insumos que ainda serão usados para conservação e transporte dos produtos acabados que nessa ótica já possuem um padrão comparativo e elementos como, a marca e os referenciais de origem.

Segundo Kotler (2009, p. 89):

A arte do marketing é, e geral, a arte de construção da marca. Quando alguma coisa não tem marca, será provavelmente considerada apenas mercadoria. Neste caso, preço é o que conta. Quando o preço é a única coisa que conta, o único vencedor é o produtor de baixo custo.

O baixo custo na produção depende de estratégias que busquem minimizar os investimentos em todas as suas etapas, quanto menos investimento se fizer em agrotóxicos menos se necessita incumbir no produto final, o que leva o consumidor a gastar menos.

É de suma importância compreender as estratégias e ações de marketing na visão a partir do consumidor. O mundo se transforma, aumenta o fluxo de informações, os desejos são ampliados e isso traz como consequências uma demanda e busca por novos alimentos e alimentos diferenciados em termos de produção consciente e sustentável. É notório que os consumidores devem permanecer fomentando uma demanda por mais e novos alimentos em todo o planeta, bem como novas formas de embalagem, mais conveniência, novos sistemas de distribuição, mais saúde e mais segurança.

Segundo Terjon e Xavier, (2009, p.195):

No ano de 2050, seremos cerca de 9 bilhões de seres humanos. Os gastos com alimentação crescerão em todos os países. Nos Estados Unidos, por exemplo, estima-se um aumento de 26 por cento até o ano de 2020 (na economia norte-americana, cerca de US\$ 1 trilhão anuais são investidos na alimentação).

Diante de estimativas que mostram aumentos populacionais de proporções em escala de bilhões em intervalos de poucas décadas e os crescentes movimentos de proteção ambiental e social, deve-se levar em consideração todo o composto de cerca o processo de comercialização dos produtos advindos do agronegócio, tal processo envolve também a produção, armazenamento, transporte e propaganda. Os consumidores se mostram preocupados e atenciosos quanto aos processos de

produção sustentável e a comercialização consciente de tais produtos.

Segundo Terjon e Xavier, (2009, p.197):

A alimentação do amanhã tende a privilegiar, em linhas gerais, mais a qualidade que a quantidade. As tendências devem ser segmentadas em duas vias: segmentação para volume e segmentação para qualidade, e a partir desses eixos visualizaremos os nichos e as oportunidades de mercado.

Tais tendências expõem a necessidade de adequação dos mercados aos novos modelos de consumidores que o mundo futuro oferecerá, buscar mecanismos de adequação a este novo modelo de consciência e modelos de vida é sem sombra de dúvidas um diferencial competitivo de suma importância no crescimento econômico sustentável dos negócios atuais.

3.1 Contribuições da biotecnologia para o marketing no agronegócio

Os processos de melhoramento genético na produção agrícola tem sido instrumento de viabilidade econômica perante a necessidade de crescimento constante do setor. O aumento no consumo de produtos agrícolas bem como a necessidade de minimização de custo no processo produtivo exige mais e mais investimento em pesquisas e melhoramento genético.

De certo modo, a rejeição a estes mecanismos se dá pelo pouco nível de conhecimento da população leiga o que em alguns momentos pode ser um fator negativo para o agronegócio. Segundo Terjon e Xavier (2009), há no mundo cerca de 102 milhões de hectares plantados com espécies transgênicas atualmente.

Diante dessa realidade, com consumidores cada vez mais conscientes, a aplicação de agrotóxicos na lavoura passa a necessitar de atenção redobrada, já que as exigências de consumidores físicos e jurídicos desse setor tem se intensificado todos os dias.

Além das vastas discussões que permeiam o tema da produção de alimentos transgênicos, o modo como a imagem da produção transgênica é vinculada nos meios de comunicação intensifica a aceitação ou a recusa de tais produtos nas prateleiras dos supermercados onde os produtos serão expostos com todos os seus elementos finais, elementos esses que em função da vasta divulgação e propaganda por meio de todos os meios de comunicação estão acessível a toda população. A conturbação quanto ao tema da produção dos transgênicos notória.

Segundo Terjon e Xavier (2009, p. 201):

Na mistura de ideias, a ciência da tecnologia do DNA recombinante assumiu dimensões ideológicas, o termo alimento transgênico acabou se tornando algo até temido e a sociedade brasileira teve poucas chances de encontrar informações mais amplas sobre a questão.

Tal afirmação põe as empresas que trabalham no setor em questão em estado de

atenção quanto aos mecanismos de divulgação e de vinculação de informações quanto a esse fenômeno, mostrando a necessidade de se perceber técnicas de marketing e dispensem a imagem negativa que se criou de tais produtos.

4 | MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado na cidade de Icó, localizada na Região Centro-Sul cearense, na zona do sertão do salgado, no Alto Jaguaribe. Segundo dados do Censo IBGE 2010, possui área de 1.872 km² e a população é de 65.456 habitantes. A população urbana é de 26.080 habitantes e a rural é de 39.376 habitantes, com uma densidade demográfica de 34,97 hab/km². Limita-se ao norte: Jaguaribe e Pereiro; ao Sul: Umari, Lavras da Mangabeira e Cedro; ao leste: Rio Grande do Norte e Paraíba; e a Oeste: Iguatu e Óros. O Município esta dividido administrativamente em seis distritos: Sede, Cruzeirinho, São Vicente, Pedrinhas, Icozinho e Lima Campos.

O trabalho em questão trata-se de pesquisa exploratória sendo que o método aplicado é o indutivo com pesquisa qualitativa e quantitativa, usando a técnica de observação direta extensiva com aplicação de questionário direto semiestruturado formulado com perguntas de cunho demográfico, cultural e objetivo, entre o período de novembro de 2011 a dezembro de 2012.

A pesquisa tem por finalidade conhecer a comercialização de agrotóxicos possibilitando um entendimento amplo de seus mecanismos e instrumentos de marketing. Para Prestes (2008, p. 30) o método indutivo é aquele em que se utiliza a indução, processo mental em que, partindo-se de dados particulares, devidamente constados, pode-se inferir uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas.

O método quantitativo-descritivo segundo Lakatos (2010, p. 170) consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave.

O mercado é restrito e pouco expansivo, dessa forma realizou-se um censo com os proprietários de empresas revendedoras de agrotóxicos e selecionou-se uma amostra de 40 produtores/consumidores de produtos agroquímicos.

5 | ANALISES DE RESULTADOS

O método de pesquisa aplicado neste trabalho é um instrumento de mensuração do ambiente estudado, analisando-o de forma clara e objetiva. É importante salientar que o mercado local possui atualmente seis empresas atuantes no ramo de comercialização de produtos agrícolas ou afins, dessas, apenas duas empresas

comercializam defensivos agrícolas, sendo que das duas, uma comercializa apenas inseticidas do tipo organoclorado, apresentado em forma de pó, dessa forma, tem-se apenas uma empresa do município de Icó regulamentada sob a Lei nº 7.802, 11 de julho de 1989 (DOU 12.07.1989), e o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, comercializando agrotóxicos, essa constatação mostra a que a legislação vem sendo respeitada e consequentemente aplicando seus critérios, bem como suas devidas sanções as empresas com atuação em situação irregular ou inadequada perante os dispositivos legais, do mesmo modo, vê-se a pouca flexibilidade das empresas do município no que se refere as adequações exigidas por Lei para o devido licenciamento da comercialização.

Como ponto de inicial do trabalho buscou-se conhecer o perfil das empresas que comercializam produtos agrotóxicos identificando nas mesmas o nível de escolaridade de seus proprietário e colaboradores, bem como identificar o período de atuação da mesma no comercio local, conforme tabela 1.

Aspectos Analisados	Itens Considerados	Frequência (%)	
		Relativa (fr)	Acumulada (Fri)
Nível de escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	0	0
	Ensino Fundamental Completo	0	0
	Ensino Médio Incompleto	0	0
	Ensino médio completo	50	50
	Ensino superior incompleto	25	75
	Ensino superior completo	25	100
	Pós-Graduação	0	100
Período de atuação no mercado	1 a 3 anos	0	0
	3 a 6 anos	100	100
	Mais de 7 anos	0	100

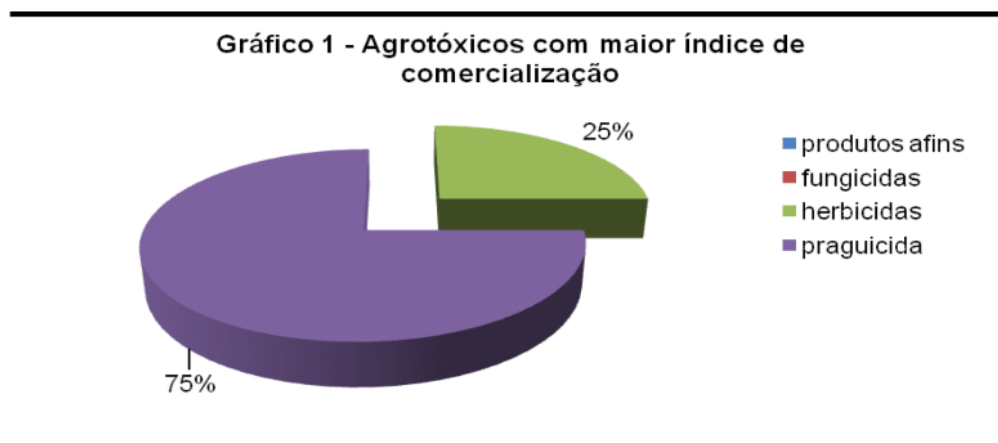
Tabela 1 - Caracterização das empresas estudadas quanto ao nível de escolaridade das pessoas que fazem parte das mesmas e o tempo de atuação de mercado.

Fonte: Dados da pesquisa

Constatou-se assim, que nas empresas pesquisadas 50% das pessoas que trabalham pelo menos o ensino médio completo, constatarem-se ainda, que os outros 50% cursam ou concluíram o ensino superior em alguma área. Quanto ao período de atuação da empresa no mercado de comercialização de agrotóxicos, verificou-se que todas as empresas pesquisadas atuam neste ramo a um período de 3 a 6 anos.

Dessa forma, é notório que 100% das empresas atuam no mercado desde 2009 de forma que desde o inicio da atuação da empresa no mercado, a mesma já estava sob o risco de sanções do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe além de outros termos, sobre a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final

dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.



Fonte: Dados da pesquisa

No que tange ao índice de comercialização de agrotóxicos, situam-se entre os produtos que são comercializados: os praguicidas (inseticidas, acaricidas, bactericidas, cupinicidas, formicidas e moluscicidas), os herbicidas (composto químico usado no combate às ervas daninhas), os fungicidas (agrotóxico utilizado no combate a fungos) e os produtos afins (adesivos, adjuvantes, espalhantes, estimulantes de crescimento, estimulantes vegetativos e maturadores). Nota-se que entre os produtos acima citados os mais comercializados no município de Icó – CE são os praguicidas, tal constatação mostra que o cenário permanece sem muitas mudanças, sendo que segundo Alves Filho (2002), a distribuição dos produtos registrados no Ministério da Agricultura segundo classes gerais de uso no ano de 1998, mostrava que os praguicidas eram responsáveis por 45,08% das vendas no Brasil.

Entre os praguicidas comercializados, o que representa maior índice de vendas em relação aos demais é um agrotóxico da classe dos inseticidas sistêmicos de contato e ingestão do grupo químico neonicotinóide e piretróide com formulação de Suspensão Concentrada (SC). Esse inseticida é aplicado nas culturas de batata contra o bicudo do algodoeiro (*anthonomus grandis*), arroz combatendo o percevejo-do-arroz (*oebalus poecilus*), amendoim contra o lagarta-do-pescoço-vermelho (*Stegasta bosquella*) e Tripes-do-bronzeamento (*Enneothrips flavens*), cana-de-açúcar broca-da-cana (*diatraea saccharalis*) e algodão contra o bicudo do algodoeiro (*Anthonomus grandis*).

Já o segundo maior índice de venda de agrotóxico deve-se aos herbicidas, e o produto mais comercializado é da classe dos herbicidas seletivos, de ação sistêmica do grupo do Ácido Ariloxialcanoico com formulação concentrada Solúvel, fabricado pela *Dow Chemical Company* para aplicação no controle de plantas infestantes nas culturas de trigo, no milho é aplicado no combate ao Picão-preto (*Bidens pilosa*), Amendoim-bravo, Leiteira (*Euphorbia heterophylla*), Guanxuma, Mata-pasto (*Sida rhombifolia*),

soja, arroz (irrigado e de sequeiro), cana-de-açúcar e pastagens de Braquiária.

Para ambos os produtos, conforme informações coletadas, o pico nas vendas dos mesmos ocorre em maior escala entre o período de janeiro a maio, período este de plantação das lavouras de milho, arroz e feijão no referido município.

Segundo o Censo do IBGE 2010, nos anos de 2009 e 2010, o município de Icó-Ce produziu um montante de 4.950 toneladas de arroz, sendo que de 2009 para 2010 houve uma queda de 32,2% na produção. Levando-se em consideração que o tamanho da produção e sua representatividade nos anos de 2009 e 2010, justificam-se então tal alto índice de vendas.

Mesmo o mercado de agrotóxicos tendo pelo menos 10 grandes empresas fabricantes, constatou-se que apenas uma empresa é a detentora do maior *market-share* no mercado de agrotóxicos no município de Icó-CE, evidenciando o sistema oligopolista do mercado.

No que se refere ao método de armazenagem dos agrotóxicos, 100% das empresas pesquisadas afirmaram disponibilizar depósito específico e protegido para armazenagem e estocagem dos agrotóxicos. Dessa forma evidencia-se o cumprimento da Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, que em seu Art. 11 sanciona: cabe ao Município legislar supletivamente sobre o uso e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins.

Já a Lei nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, sanciona que:

O armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins obedecerá à legislação vigente e às instruções fornecidas pelo fabricante, inclusive especificações e procedimentos a serem adotados no caso de acidentes, derramamento ou vazamento de produto e, ainda, às normas municipais aplicáveis, inclusive quanto à edificação e à localização. (Lei nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, em seu Art. 62).

É de suma importância conhecer o nível de acompanhamento técnico da empresa, para tal averiguação indagou-se na pesquisa sobre a frequência em que se dá a assistência técnica.

Conforme a pesquisa, 75% das empresas dispõem de assistência técnica semanal. Já para o receituário agrônomo, o mesmo é assinado exclusivamente pelo agrônomo responsável. Tal constatação se deve ao acentuado nível de fiscalização dado nos últimos anos.

Todo comerciante de agrotóxicos deve ter um profissional legalmente habilitado, responsável pelo armazenamento de produtos agrotóxicos. Conforme o Decreto Federal 4.074/2002:

Para efeito de obtenção de registro nos órgãos competentes do Estado, do Distrito Federal ou do Município, as pessoas físicas e jurídicas que sejam prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, ou que os produzam, formulem, manipulem, exportem, importem ou comercializem, deverão apresentar, dentre outros documentos, requerimento solicitando o registro, onde constem, no mínimo, as informações contidas no Anexo V deste Decreto.

§ 2º Nenhum estabelecimento que exerça atividades definidas no caput deste artigo poderá funcionar sem a assistência e responsabilidade de técnico legalmente habilitado. (Decreto Federal 4.074/2002 – art. 37, § 2º, grifo nosso)

No que tange ao fracionamento de agrotóxico essa prática não adotada por nenhuma das empresas investigadas. Todos os proprietários e colaboradores são cientes da proibição do fracionamento de tais produtos. Assim, verifica-se o cumprimento da legislação, já que essa constatação faz referencia a Lei nº 7.802/89 que sanciona:

O fracionamento e a reembalagem de agrotóxicos e afins com o objetivo de comercialização somente poderão ser realizados pela empresa produtora, ou por estabelecimento devidamente credenciado, sob responsabilidade daquela, em locais e condições previamente autorizados pelos órgãos competentes. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.974, de 06.06.2000, DOU 07.06.2000, com vigência a partir de 45 dias). (Lei nº 7.802/89, Art. 6º, § 1º)

Foi possível perceber que 75% dos pesquisados afirmaram que a empresa frequentemente busca conscientizar seus clientes sobre riscos do uso de agroquímicos. Para os procedimentos corretos no manuseio e armazenagem dos agrotóxicos, 75% das empresas sempre aconselham seus clientes a tomarem os devidos cuidados. Evidenciou-se ainda que as empresas orientam seus clientes a realizarem o processo de tríplex lavagem.

Quando se indagou aos produtores rurais quais as principais marcas de defensivos eram usadas na lavoura, a pesquisa constatou que 65% dos entrevistados afirmaram que aplicam um inseticida organofosforado com grande amplitude de ação contra as principais pragas que atacam as culturas do algodão (Broca- do- algodoeiro - *Eutinobothrus brasiliensis*), milho (Lagarta-do-cartucho - *Spodoptera frugiperda*), feijão (Vaquinha-verde-amarela - *Diabrotica speciosa*) e soja (Lagarta-da-soja - *Anticarsia gemmatilis*), e 18% não sabem qual marca utilizam.

Esse dado defronta-se com a afirmação das empresas legalizadas que comercializam agrotóxicos, já que segundo a pesquisa os produtos com maior índice são de outra marca, e de outra classe. Assim surgem diversas indagações quanto à comercialização destes produtos. Tais dados levantam a necessidade de instrumentos de investigação e intervenção quanto aos mecanismos de compra e venda de insumos agroquímicos, sobre tudo quanto a sua aplicação e impactos para o ser humano.

Constatou-se ainda que entre os produtores, há um investimento de R\$ 250,00 anuais para aquisição de agrotóxicos por 75% destes, dado que evidencia mais ainda a necessidade de investigação sobre as formas de vendas destes produtos, pois não se constatou nenhuma forma de propaganda ou estratégia de marketing referente aos três produtos percebidos pela pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comercialização agrícola tem um papel fundamental na economia, pois vincula

o setor produtivo e o consumidor final. O encaminhamento organizado da produção agrícola permite que os consumidores finais obtenham produtos com as características desejadas. Dessa forma, a busca do entendimento funcional desse sistema, em um mercado competitivo e globalizado, permite melhorar o processo de tomada de decisão, além de auxiliar a compreender os efeitos de diversas variáveis que afetam os mercados agropecuários, um dos principais é o marketing no agronegócio.

Muito embora a legislação brasileira seja uma pioneira no tratamento quanto a fabricação e comercialização de agrotóxicos, essa mesma legislação se mostra ainda tímida. Depara-se atualmente com a Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, a Lei nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e a Resolução CONAMA, nº 334, de abril de 2003, que formam um aparato gigantesco, mesmo assim ainda é periclitante a situação do mercado de agrotóxicos no Brasil, e é preciso mais aplicabilidade da legislação nesse setor.

Em termos locais, o comércio de agrotóxicos se mostra diminuto, mas com uma preocupação sensível no que tange ao cumprimento da legislação. Essa constatação é de modo geral positiva para a população, tal fato resulta consequentemente em produtos agrícolas com menores índices de defensivos agrícolas, um argumento bem vindo para consumidores que valorizam o marketing sustentável. Por outro lado essa evidência também deixa claro que o setor agrícola do município está sendo negligenciado e subutilizado.

O mercado de agrotóxicos ou o *market-share* desse mercado é encabeçado por uma única empresa na cidade, situação que se deu após as sanções advindas da aplicação da legislação inicialmente citada. Quanto às empresas de maior representatividade no fornecimento de insumos para o comércio de agrotóxicos praticado no município, depara-se com o oligopólio do mercado.

Portanto, é notório que o mercado local teve que adequar-se as normas impostas pela legislação, evidenciando que a aplicabilidade da Lei é fator primordial no bem estar socioambiental, de forma que a cada dia que passa a possibilidade de se conceber um processo agrícola cujas atividades práticas façam o menor uso possível de agrotóxicos parece menos improvável no cenário econômico, social e ambiental.

REFERENCIAS

Alves Filho, José Prado. **Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos**. 1.ed.São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. 188 p. ISBN 85-7419-914-3.

BRASIL. Lei nº A Lei nº 7.802, de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jul. 1989.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o

transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.294, de 15 julho de 1996. Dispões sobre as restrições ao uso e a propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de jul. 1996.

BRASIL. Resolução CONAMA nº334, de 3 de abril de 2003. Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de abr. 2003.

CALLADO, Antonio André Cunha. **Agronegócio**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 184 p. ISBN 978-85-224-5054-1.

FRENKEL, J. e SILVEIRA, J. M. **Tarifas, preços e a estrutura industrial dos insumos agrícolas: o caso dos defensivos**. Textos para Discussão. IPEA: Brasília, n. 412, 133p, 1996.

IBGE. **Censo 2010**. Dados da cidade de Icó – CE. Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=23&cod2=230540&cod3=23&frm=urb_rur. Acessado em 28 nov. 2011.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. 1. ed. São Paulo: Ediar, 2009. ISBN 978-85-00-02395-8.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p. ISBN 978-85-224-5758-8

LOURENÇO, Luana. Agrotóxicos comercializados no país são perigosos para o meio ambiente. **Ciclovivo.com**. São Paulo, 27 jan. 2011. Disponível em http://www.ciclovivo.com.br/noticia.php/1895/agrotoxicos_comercializados_no_pais_sao_perigosos_para_o_meio_ambiente/ Acessado em 28 nov. 2011.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; JUNIOR, João Batista Padilha. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. ISBN 978-85-7605-144-2.

NAIDIN, L. C. **Crescimento e competição na indústria de defensivos agrícolas no Brasil**. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 200-269, 1985.

POSSAS, M. **Estruturas de mercado em oligopólio**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1985. 200 p.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do palnejamento aos textos, da escola à academia. 3. ed. 1. Reimp. São Paulo: Rêspel, 2008. 260p. ISBN 85-87069-09-8.

TERRA, F. H. B. **A Indústria de Agrotóxicos no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 106-150, 2008.

TERRA, F. H. B; PELAVEZ, Victor. **A história da indústria de agrotóxicos no Brasil: das primeiras fábricas na década de 1940 aos anos 2000**. Paraná. Curitiba, p. 1-20, 2008. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/43.pdf>. Acessado em 28 de novembro de 2011.

TERJON, José Luiz; XAVIER, Coriolano. **Marketing & Agronegócio: a nova gestão: dialogo com a sociedade**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. ISBN 978-85-7605-184-8.

INOVAÇÃO POR DIFERENCIAÇÃO: UMA ESTRATÉGIA DE MARKETING PARA AS ACADEMIAS DO RIO DE JANEIRO

Fabício Pereira Privat

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Em um mercado competitivo, as empresas devem cada vez mais disseminar uma cultura de inovações para criar destaques perante a concorrência. Inovar nem sempre é uma tarefa fácil, mas a empresa que consegue compreender o mercado local e entende o perfil de seus clientes, suas expectativas e necessidades, e ainda compreende o segmento em que atua, consegue criar uma estratégia competitiva mais eficiente e aumentar o grau de satisfação dos clientes. O presente artigo tem a finalidade de discutir a necessidade de um direcionamento ao público-alvo, na construção de uma estratégia competitiva de uma empresa. Foi utilizado como metodologia, uma pesquisa de campo quantitativo-descritiva, realizada com 20 empresas de pequeno porte do segmento de academias, participantes do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI), do SEBRAE/CNPq (ciclo 2015 - 2018). Estas academias estão localizadas na zona norte da cidade do Rio de Janeiro e a coleta de dados foi realizada durante um acompanhamento contínuo, *in loco*, por 18 meses, com foco central na análise de duas dimensões: relacionamento e organização. O

Radar da Inovação foi a abordagem utilizada para conhecer o grau de inovação dessas dimensões, nesse grupo de empresas, e uma forma de medir o impacto das ações desenvolvidas nelas. Ao fim, concluiu-se que as empresas que tiveram destaque foram as que passaram a adotar uma estratégia competitiva voltada para o público que elas atendem, o que permitiu uma reorganização interna, com intuito de satisfazer as necessidades e expectativas de seus clientes e do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia competitiva. Público-alvo. Academias. Inovação.

ABSTRACT: In a competitive marketplace, companies must increasingly disseminate a innovation culture to create highlights in the face of competition. Innovating is not always an easy task, but the company that understands the local market and understands the profile of its customers, their expectations and needs, and understands the segment in which it operates, manages to create a more efficient competitive strategy and increase the degree of customer satisfaction. The purpose of this article is to argue for a targeting of the target public in the construction of a competitive strategy of a company. A quantitative-descriptive field research was carried out with 20 small companies from the fitness center segment, participants of

the Local Innovation Agents Program (LIA), from SEBRAE/CNPq (cycle 2015 - 2018). These fitness centers are located in the north zone of the Rio de Janeiro city and data collection was performed during a continuous on-site follow-up for 18 months, with a central focus on the analysis of two dimensions: relationship and organization. The Innovation Radar was the approach used to know the degree of innovation of these dimensions in this group of companies, and a way to measure the impact of the actions developed in them. Finally, it was concluded that the companies that stood out were the ones that started to adopt a competitive strategy aimed at the public they serve, which allowed an internal reorganization, in order to satisfy the needs and expectations of its customers and the market.

KEYWORDS: Competitive strategy. Target Audience. Fitness center. Innovation.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa o 2º lugar no ranking mundial de academias, com expressivas 37.440 academias registradas no conselho federal de educação física (CONFEF, 2015), mas isso não reflete uma população tão envolvida com a prática de atividades físicas. O ministério dos esportes realizou um levantamento para analisar a relação do brasileiro com as atividades físicas, e foi visto que 45,9% da população é sedentária (DIESPORTE, 2015), com a taxa de sedentarismo, por faixa etária sendo: 32,7% entre 15 e 19 anos, 38,1% entre 20 e 24 anos e a taxa aumenta a partir dessa idade, chegando a 64,4% dos brasileiros entre 55 e 74 anos. O quadro fica mais alarmante quando observamos a última coleta de informações sobre as práticas esportivas e de atividades físicas do IBGE (2013), onde mostra que apenas 28,5% dos habitantes praticam alguma atividade, e dessa parcela, apenas 12,3% praticam atividades em academias.

Em um mercado tão competitivo e com uma concentração de pessoas que não estão praticando atividades em academias, tornam-se necessárias ações inovadoras com a finalidade de cativar essas pessoas, buscando transforma-las em clientes, e assim fazer com que as Micro e Pequenas Empresas (MPE) tenham um diferencial competitivo.

Neste cenário, foi desenvolvido o estudo com uma amostra de 20 empresas de pequeno porte do segmento de academias, da região norte da cidade do Rio de Janeiro, participantes do Programa ALI, que tem como essência levar práticas inovadoras para as MPEs através de ações que propiciem um diferencial competitivo perante a concorrência no mercado.

O objetivo deste artigo é mostrar a necessidade das empresas de conhecer o perfil dos clientes que consomem seus serviços, entender as necessidades e expectativas de seu público-alvo e traçar ações de inovação que destaquem essas características, além de desenvolver uma estratégia competitiva que mostre um diferencial junto aos

concorrentes do segmento. Esse tema ganha relevância ao ser identificado que 55% das empresas analisadas não realizaram qualquer tipo de mudança estratégica nos últimos 3 anos, reforçando a tese de que tais empresas não buscavam inovar no sentido de conquistar novos clientes, tão pouco em manter já existentes. Também foi evidenciada a baixa utilização dos meios de comunicação e de marketing, e quando estes existiam, muitas das vezes eram simples cópias de academias com padrões totalmente diferentes da realidade da empresa. Torna-se clara a necessidade de adoção de novos métodos de marketing, principalmente por diferenciação, para ganhar um destaque nesse sentido.

Para medir o grau de inovação das empresas desta amostra, foi utilizada a análise de dados do Radar da Inovação, focando nas dimensões relacionamento e organização, por serem as dimensões que tratam especificamente sobre a problemática apontada no tema. O Radar da Inovação mede o grau de inovação em suas 13 dimensões, e a partir dos dados obtidos no levantamento inicial, também chamado de Radar da Inovação Zero (R0), são promovidos incentivos à adoção de práticas inovadoras, que sejam viáveis a realidade da empresa. Essas ações têm o intuito de promover um aumento no grau de inovação em suas dimensões. Para verificar o impacto das ações propostas, é aplicada nova análise de dados do Radar da Inovação, chamado de Radar da Inovação Um (R1).

Para discutir o tema central, o presente artigo foi estruturado, além desta introdução, com um referencial bibliográfico, fundamentando as práticas inovadoras relacionadas à dimensão relacionamento e organização. Em sua sequência, são abordadas as práticas metodológicas utilizadas, as discussões e resultados da pesquisa de campo, e uma pesquisa *survey*, usada para mensurar o impacto de uma das ações feitas pelas academias, com o intuito de aumentar o grau de inovação, seguido dos valores. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as contribuições do estudo.

2 | INOVAÇÃO NAS MPES: OS CAMINHOS PARA A CRIAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA CONSISTENTE

As inovações dentro de uma empresa ocorrem com “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização de um local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005, p.55). O Manual de Oslo ainda classifica essas mudanças como quatro tipos diferentes de inovação: inovações de produto, processo, marketing e organizacional.

Nas MPes, o empreendedor é o agente da mudança, o alicerce dessa implementação de inovação na empresa, “aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação” (SEBRAE, 2011). Para Drucker (1986) é uma oportunidade que esse empreendedor tem para explorar um negócio ou serviço

diferenciado. Muitas das mudanças estão ligadas a dois elementos fundamentais no grau de inovação de uma empresa: a competitividade e os clientes.

A competitividade está diretamente ligada à concorrência existente em um mercado (DEGEN, 1989). Para Porter (1989, p. 9), “além de pontos fortes e fracos, uma empresa deve considerar dois tipos básicos de vantagem competitiva: baixo custo ou diferenciação”. Para tal, as empresas devem se dedicar a esses mesmos tipos de vantagem para a criação de uma estratégia competitiva.

No cenário competitivo, o objetivo de uma empresa é exclusivamente criar valor para seus consumidores, com oferta de um benefício diferenciado, um preço acessível, algo que faça o consumidor se atrair e se fidelizar com as suas filosofias. Quando uma empresa consegue gerar maior valor econômico que outra, dizemos que ela tem uma vantagem competitiva no mercado (PORTER, 1989). Compreender seu grau de inovação não é uma tarefa fácil, pois requer uma análise detalhada e ampliada de sua atuação, seus processos e seu posicionamento no mercado. Segundo Porter (2004) para uma empresa manter essa vantagem, deve-se motivar a cultura sistêmica de inovações, pois logo a inovação é copiada e até aperfeiçoada pelos seus concorrentes.

Atualmente, o cliente tem o poder da escolha, e cada vez mais exige produtos personalizados, porém isso não garante a sua fidelização à marca (KOTLER, 2000). A construção da fidelização pode ser alcançada por empresas que focam nos clientes, e não nos produtos. Para Kotler (2000, p.56), a definição de “satisfação é a função de desempenho e expectativas percebidos. Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cliente ficará insatisfeito”.

Kotler (2000) conclui que o fator chave na elaboração de uma estratégia competitiva é a análise de mercado, pois ela auxilia o empresário a compreender o cenário atual da segmentação de público. Para ter uma estratégia competitiva eficiente, é necessário segmentar os clientes que a empresa atende e os que pretende maximizar esforços para atender, visando o entendimento de suas expectativas e objetivos, almejando um melhor relacionamento com eles. Ao agrupar clientes, uma empresa pode satisfazer suas necessidades com maior excelência. Quanto mais recursos e opções os clientes demandam, mais motivos para dividi-los em segmentos. Para determinar a segmentação de público, o empresário deve responder as seguintes perguntas: Quem está comprando? O que está comprando e porque está comprando? (DRUKER, 1986). Esse conhecimento determina a melhor maneira de atingir tal público, bom como indicar os canais de comunicação, ações promocionais e formulação de preços.

Um dos principais elementos para disseminação da estratégia competitiva é o marketing. A tarefa do marketing é encontrar meios de ligar os benefícios do produto às necessidades e os interesses naturais das pessoas (KOTLER, 2000), mas sem a segmentação, muitos dos esforços podem chegar a um público que pouco se importe ou se interesse pelos diferenciais dessa empresa, e a empresa pode acabar deduzindo que uma dada inovação não trouxe um resultado desejado. Para Kotler (2000, p.280) “o marketing direcionado está levando a programas de marketing idealizados de

acordo com os desejos e as necessidades de grupos de clientes locais (ex: idade, gênero, etc)”.

Segundo a ACAD (2015), 82% dos participantes de uma pesquisa sobre o mercado atual, propendem à ideia de que novas tecnologias de comunicação contribuem para o sucesso de seus negócios, e ressalta as mídias digitais como uma dessas formas.

Como vimos anteriormente, as empresas tem dois meios para alcançar uma vantagem competitiva: o menor custo e diferenciação. A vantagem competitiva por menor custo é mais difundida pelas empresas de bens do que as de serviços. Degen (1989, p.120) classifica essa estratégia como sendo a que o “empresário procura ganhar maior eficiência operacional no seu negócio, em relação a seus concorrentes, o que traduz em preços menores”. Já a estratégia por diferenciação é mais disseminada por empresas de serviços, pois nesse, o empresário procura destacar seu negócio em relação aos concorrentes em um ou mais fatores que possam ser valorizados pelos clientes. É importante destacar que o empresário deve escolher cuidadosamente um ou mais fatores de sucesso de sua empresa, pois segundo Porter (2004), a lógica da estratégia da diferenciação propõe que uma empresa escolha atributos em que a diferencie de suas rivais, e procure uma forma criativa de se mostrar e se destacar desses concorrentes que oferecem produtos similares. Mesmo não sendo uma tarefa simples, a escolha de uma estratégia competitiva deve levar em consideração uma parcela da população, para melhores índices de sucesso. Degen (1989) reforça isso quando descreve que o empreendedor que tenta orientar seu negócio para ser tudo para todos, acaba não sendo nada para ninguém, e não se diferencia, não tem custos menores, nem é especializado e, portanto, não é nada para ninguém.

Empresas que focam em uma estratégia competitiva devem aprender a transformar em rotina o processo de inovação, pois o mercado esta em constante mudança. “As empresas que conseguem encontrar soluções práticas primeiro, têm vantagem por serem as que agiram primeiro” (KOTLER, 2000, p.329).

3 | METODOLOGIA E COLETA DA DADOS PARA ANÁLISE

Este artigo se concentra em analisar e detalhar a evolução do grau de inovação das empresas do segmento de academias, com foco nas dimensões organização e relacionamento. Para tal, o estudo é conduzido pelos meios de pesquisa como pesquisa de campo, já que é o método utilizado com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOR e MARCOLI, 2003). Quanto aos fins, a pesquisa é classificada como quantitativa-descritiva, já que considera a investigação de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, utilizando-se várias técnicas como entrevista, questionário,

formulário e outros, que empregam procedimentos de amostragem.

Este artigo ainda contempla uma pesquisa de análise quantitativa *survey*, para medir a relevância de uma das inovações implementada pelas empresas. Análises explicativas em pesquisas de *survey* visam a desenvolver proposições gerais sobre o comportamento humano, (BABBIE, 2001), apresentando opiniões de indivíduos de uma população específica, com a finalidade de explicar uma ocorrência.

Para promover dados consistentes como a população averiguada, faz-se uso da amostra de 20 empresas do segmento de academias, todas de uma mesma região. A pesquisa de campo se concentra em empresas que estão localizadas dentro da região norte do município que, conforme delimitado pelo SEBRAE (2015), é composto por 71 bairros (excluindo o bairro da Ilha do Governador). Com isso, esta pesquisa ocorreu em 24% dos bairros da região, com uma concentração populacional de 29,65% de toda a região (IBGE, 2013). Foram levadas em consideração academias não concorrentes diretas umas das outras, em 17 bairros diferentes. Para maior consistência nos dados, as empresas são compostas por similaridades, como: todas as academias foram fundadas antes de 2010 (três são filias fundadas entre 2013 e 2014) e têm uma média geral de 11,8 anos de existência; têm diversidade em atividades; atendem aos públicos desde criança a idosos e, têm seu empresário envolvido diretamente na direção da empresa.

Em relação à coleta de dados, o presente artigo usa como metodologia a aplicação do Radar de Inovação (BACHMANN; DESTEFANI, 2008), com o intuito de medir o grau de inovação de uma empresa. O Radar da Inovação leva em consideração a investigação de 13 dimensões, que o compõe, através de um questionário que auxilia no diagnóstico e classifica o grau de inovação em uma determinada dimensão. Com o resultado da análise dos dados, é possível realizar ações voltadas a inovação, permitindo a empresa a se tornar mais competitiva e aumentar seu grau de inovação em certa dimensão. As respostas deste questionário são tabuladas e resultam em um score médio (variando entre 1,0 e 5,0), que em seguida gera um gráfico que indica o desempenho de cada dimensão de uma empresa ou de um grupo de empresas. A classificação do grau de inovação pode ser representada conforme o Quadro 1.

Grau de inovação	Classificação
1,0 – 2,7	Empresa pouco inovadora
2,7 – 3,5	Empresa com inovação ocasional
3,5 – 5,0	Empresa com inovação sistêmica

Quadro 1- Classificação do grau de inovação de uma empresa

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados foram coletados ao longo de 18 meses. No ciclo inicial, foi aplicado o R0 entre Setembro de 2015 e Maio de 2016, onde foram medidos o grau de inovação de cada dimensão e foram propostas ações para aumentar o grau de competitividade

das empresas. Adiante, foi aplicado o R1, que ocorreu entre Junho de 2016 e Fevereiro de 2017, com o intuito de observar os resultados alcançados com as ações propostas.

A coleta de dados e o acompanhamento são realizados *in loco*, de forma contínua, com visitas periódicas e tendo um somatório médio de 420 horas semestralmente, no bloco de 20 academias, juntamente com o empresário ou responsável pela empresa.

Após a aplicação do questionário do R0, são observadas as respostas que os empresários deram e, a partir disso, os dados são analisados tendo a finalidade de verificar a existência de uma correlação entre as dimensões. Com esses valores, podemos ver as onde o grau de inovação é mais baixo e passamos a atuar com incentivo a ações de inovação que impactem diretamente nestas dimensões.

Em relação à dimensão organização, o questionário é composto por 3 perguntas, relacionando a existência de uma reorganização (Item 23: Reorganização das atividades da empresa), a relação de parcerias entre empresas (Item 24: Parcerias com outras organizações) e a existência de uma estratégia competitiva (Item 25: Existência de estratégia competitiva), todas considerando um cenário de até três anos anteriores.

Na aplicação do R0, foi visto que 55% das empresas não haviam feito qualquer tipo de reorganização em suas atividades ou mudanças em relação a forma de trabalho. O mesmo percentual ocorreu na questão relacionada a estratégia, onde os empresários relataram não terem feito nenhuma modificação recente, havendo casos em que a empresa nem ao menos trabalhava com uma estratégia, onde muitas apenas seguiam as tendências do mercado ou de seus concorrentes. Em relação a parcerias, metade das academias não tinham nenhum tipo de parceria com outras organizações.

Ao voltarmos a atenção para a dimensão relacionamento, levamos em consideração tudo que o cliente vê, ouve, sente ou experimenta de algum modo, ao interagir com a empresa em todos os momentos. Nessa dimensão, são abordadas duas questões que, resumidamente, são a forma informatizada de relacionamento com o cliente (Item 14: Novos meios informatizados de relacionamento) e o emprego de recurso como melhoria do relacionamento com o cliente (Item 13: Existência de recursos para melhoria do relacionamento). Identificou-se que 40% das academias não adotaram nenhuma melhoria em relação ao relacionamento com o cliente, e as que responderam ter um meio informatizado de relacionamento com o mesmo (85%), relataram ter uma ou duas páginas em redes sociais, mas que em sua grande maioria, ao ser verificado, não tinha atualizações há semanas, tão pouco um responsável por esse setor. De modo geral, no que diz respeito a marketing, observamos um quadro carente do entendimento de clientes e do público-alvo, demonstrando empresas engessadas em conceitos antigos, ou cópias de suas concorrentes próximas.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA

Nesse tópico estão apresentados os resultados da pesquisa divididos em duas

partes. Na parte inicial são apresentados os resultados do Radar da Inovação nos dois momentos pesquisados (R0 e R1) e na parte final uma das ações empreendidas pelas empresas observadas, e os resultados da pesquisa com seu público-alvo.

4.1 Resultados do radar da inovação nos momentos R0 e R1

Após detalharmos a relação das questões que compõem o Radar da Inovação no tópico anterior, o Gráfico 1 mostra a representação da média das 13 dimensões das 20 academias analisadas na aplicação do R0.

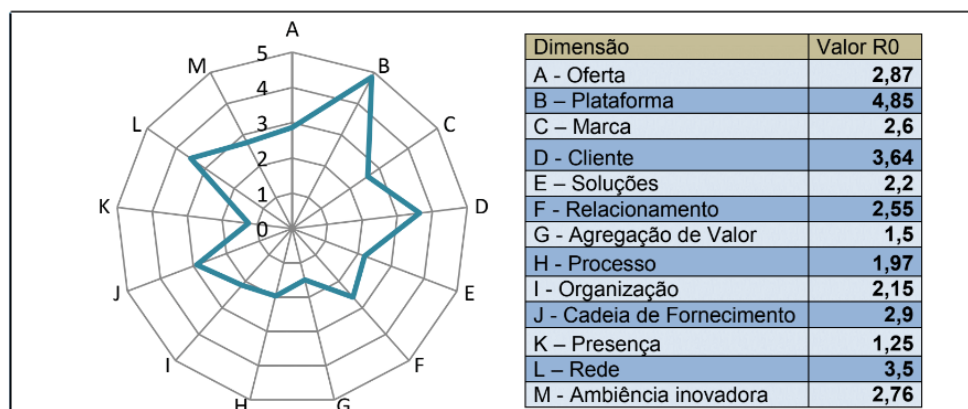


Gráfico 1 - Médias das dimensões das 20 academias analisadas em R0

Fonte: Elaborado pelo autor

No Gráfico 1, observamos que as dimensões organização e relacionamento estão entre as médias mais baixas (10ª e 8ª colocação, respectivamente), e isso demonstrou a necessidade da criação de um plano de ação voltado para essas dimensões, com o intuito de melhorá-las e contribuir para uma maior competitividade das academias. Com o auxílio do Quadro 1, e os resultados obtidos no Gráfico 1 do R0, constatou-se que as médias correspondem a empresas com um grau de inovação pouco existente para a dimensão organização, e inovação ocasional para a dimensão relacionamento. As empresas apresentavam um comportamento semelhante nessas dimensões, onde haviam empresas que se destacavam e outras que pouco buscavam inovações, tanto que isso é observado no grau de variação das amostras (distância dos valores em relação a média), na qual a dimensão organização estava em 0,81 e a dimensão relacionamento estava em 0,85.

Após analisarmos os dados obtidos no R0, foram elaborados planos de ação com o intuito de aumentar o grau de inovação das academias, principalmente nas dimensões expostas, com o intuito de fazer com que as MPEs saíssem do grau de inovação considerado inexistente e avançassem para o grau de inovação ocasional/sistêmica (Quadro 1).

Sendo assim, o foco central do plano de ação para essas academias foi a análise dos dados de seus sistemas de gestão, para identificar o perfil de seus clientes e traçar uma estratégia de fidelização e a captação mais eficiente por novos alunos. A

estratégia sugerida, e seguida por boa parte das academias, foi a intensificação em marketing, voltada para um público-alvo.

Com relação à dimensão organização, a questão que mais chama a atenção foi a inexistência de uma estratégia competitiva por grande parte das academias em R0. Para melhorar essa dimensão, foram sugeridas estratégias de marketing visando um diferencial competitivo. Tendo como base o levantamento de seu público e traçando um público-alvo, as academias iniciaram suas estratégias, mudando significativamente sua forma de captar e de manter seus alunos. Esta foi a principal ação desenvolvida pelas academias deste estudo, pois elas passaram a ter um maior controle no perfil dos clientes e na forma de se posicionar diante de sua concorrência (no tópico 4.2, será exemplificada uma medida de estratégia de marketing que as academias adotaram como ideal para atingir o público-alvo).

Outra ação desenvolvida para a melhoria da dimensão organização foi a formação de parcerias organizacionais, visando aumento de visibilidade dos serviços das academias. Muitas dessas academias fizeram parcerias com empresas atendidas pelo Programa ALI, o que mostra uma boa comunicação entre o agente e sua carteira de clientes. Essa foi uma excelente forma de promover as academias, uma vez que o cenário econômico mostra uma crise multissetorial e ambas as parceiras ganham com a melhoria da visibilidade de suas marcas. As academias passaram a oferecer descontos, vantagens e algumas vezes espaços de divulgação interna e no uniforme dos colaboradores.

Na questão da reorganização da empresa, foi visto que muitas das academias trabalhavam da mesma forma há anos, mesmo com toda mudança ocorrida no segmento recentemente. Após o entendimento das necessidades de seus clientes, boa parte das academias modificaram e modernizaram seu espaço interno, melhoraram o layout, iniciaram programas de treinamento para professores e recepcionistas, estipularam metas, iniciaram programas de pacotes, entre outros, e tudo isso visando melhorar o desempenho da empresa e buscar a satisfação dos seus clientes e atender as expectativas de possíveis novos clientes.

Nas ações propostas para as questões relacionadas à dimensão relacionamento, o principal foco foi a utilização das redes sociais como meio de divulgação dos serviços das academias e uma forma de relacionamento mais interativo com seus clientes.

Nos dados do R0, foi visto que essas academias davam pouca atenção às redes sociais para promover seus negócios. Foram implementadas ações com o intuito de aumentar o acesso aos canais das academias, criando assim uma maior interação entre a empresa e seus clientes. Atualmente muitas das academias contam com mais de uma rede social, onde sistematicamente são vinculadas promoções, fotos, vídeos e notícias que mostram o perfil da academia e como ela ajuda seus alunos a atingirem suas metas. Os resultados nesta questão são vistos quando comparamos os números de clientes que acessam as redes sociais das academias, onde há casos em que hoje o acesso é 460% maior que no semestre anterior.

Com ações voltadas para a melhoria da interface de relacionamento, as academias promovem um cenário bem diferente do que foi identificado inicialmente. Elas passaram a desenvolver um layout mais característico para seus clientes; trabalham com planos diferenciados para clientes fidelizados; realizam atividades internas e externas, com a colaboração ativa dos alunos na escolha das atividades; a criação de planos/pacotes com a característica de certos públicos; consultam os alunos para medir/implementar uma nova modalidade ou horário; realizam a verificação constante do grau de satisfação; entre outros.

Após a descrição das modificações feitas com o auxílio do plano de ação montado com os dados colhidos no R0, foi realizada a aplicação de questionário do Radar da Inovação, o R1. A Tabela 1 mostra a evolução no grau das dimensões analisadas, quando comparamos as respostas dadas no R0 e R1 (“C” corresponde à ausência de inovação, “B” corresponde à inovação ocasional e “A” corresponde a inovação sistêmica). A evolução das médias nas dimensões estudadas consta no Gráfico 2, onde podemos ver o desempenho das dimensões, no período entre R0 e R1.

Perguntas	Levantamento em R0			Levantamento em R1		
	Resposta C	Resposta B	Resposta A	Resposta C	Resposta B	Resposta A
Item 13	40%	55%	5%	0%	90%	10%
Item 14	15%	80%	5%	0%	60%	40%
Item 23	55%	45%	0%	20%	70%	10%
Item 24	50%	20%	30%	25%	20%	55%
Item 25	55%	45%	0%	15%	75%	10%

Tabela 1 – Respostas do R0 e R1 para as dimensões organização e relacionamento

Fonte: Elaborado pelo autor

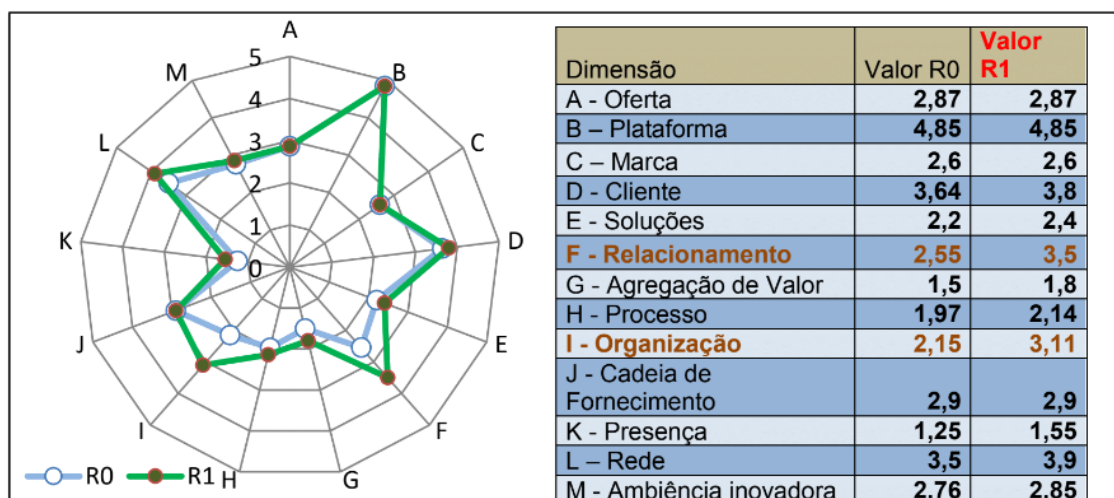


Gráfico 2- Médias das dimensões das 20 academias no R1, com comparativo de R0

Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos ver que algumas dimensões tiveram aumento das suas médias gerais, mas as dimensões que tiveram melhor desempenho foram a dimensão organização e a dimensão relacionamento. Em R0, as médias da dimensão organização era 2,15 e agora a média é de 3,11 (era a 10^a maior média em R0, agora é a 5^a em R1) e na dimensão relacionamento, a média em R0 era 2,55 e em R1 é de 3,50 (era a 8^a maior média em R0, agora é a 4^a em R1). Com o auxílio da Tabela 2, vemos que todas as academias passaram a tratar melhor as questões de relacionamento, tornando assim as redes sociais uma ferramenta essencial para o marketing. Observamos que mais de $\frac{3}{4}$ das academias passaram a identificar seus clientes e traçar uma estratégia para atingir seu público-alvo, com isso buscando sempre uma reorganização que atenda suas expectativas.

A variação das médias, quando comparamos as dimensões, é dada por conta de ações desenvolvidas pelas empresas, mostrando assim que elas implementaram soluções que visam uma maior interação com seu cliente e melhoria na forma de captação de novos clientes. Mas isso, por si só, não demonstra a aceitação e a aderência dos clientes e do público-alvo e, neste sentido, o estudo analisa o grau de aceitação para umas das inovações mais utilizadas pelas academias na estratégia competitiva, o marketing por diferenciação para alcance do público-alvo, através de novas formas de divulgação.

4.2 Abordagem estratégica por segmentação de público

Como visto na Tabela 1, 85% das academias adotaram estratégias competitivas a partir de R0, principalmente por diferenciação em marketing, e utilizaram-se de métodos de divulgação visando um público específico. Uma das ações foi a modificação do panfleto para atrair seu público-alvo. No Quadro 2, estão exemplos de 4 academias que utilizaram-se desse recurso e focaram no público feminino, com idades entre 25 e 45 anos, com físico normal ou levemente acima do peso e que busquem por serviços com a filosofia da atividade física como saúde, bem estar e convívio social.



Quadro 2 - Imagens dos panfletos antigos e novos, das academias A, B, C e D

Fonte: Elaborado pelo autor

Para verificar a efetividade da ação, foi realizada uma pesquisa de campo do tipo *survey*, buscando entrevistar mulheres dentro destas características. A pesquisa foi realizada com 287 mulheres na faixa de idade entre 25 e 45 anos, todas dentro da faixa de IMC entre 23 e 27 (peso normal-marginalmente acima do peso), sendo utilizadas 263 amostras (24 foram descartadas), com levantamento realizado entre 08 de março de 2017 e 24 de março de 2017, todas sendo na região norte do Rio de Janeiro e dentro de um raio de aproximadamente 1 km de outras academias participantes do Programa ALI.

Na Tabela 2 mostramos as perguntas e respostas da pesquisa, onde foi dividido entre mulheres que responderam “sim” (179 mulheres) ou “não, mas pretendo/não e não pretendo” (84 mulheres) na pergunta sobre a prática de atividade física em academias.

4- Pratica atividade física em academia?			
Não, mas pretendo/ Não e não pretendo	179	Sim	84
5- Escolha 2 panfletos que mais te atraíram			
Dois Panfletos novos	82,68%	Dois Panfletos novos	69,05%
Um panfleto novo e um antigo	17,32%	Um panfleto novo e um antigo	22,62%
Dois panfletos antigos	0%	Dois panfletos antigos	8,33%
6- O que influenciou em sua escolha dos panfletos?			

Identificação com a imagem passada	63,69%	Identificação com a imagem passada	48,81%
Preços dos pacotes/mensalidade	19,54%	Preços dos pacotes/mensalidade	40,48%
Variedade das modalidades	15,10%	Variedade das modalidades	9,52%
Outros ou nada específico	1,67%	Outros ou nada específico	1,19%
7- Você pesquisa sobre os produtos e/ou serviços de seu interesse em redes sociais?			
Sim, sempre	25,70%	Sim, sempre	22,62%
Sim, quase sempre	50,84%	Sim, quase sempre	57,14%
Não, raramente/Não, nunca	23,46%	Não, raramente/Não, nunca	20,24%
8- Qual o grau de importância que você dá para as empresas que investem no entendimento de seus clientes, com a finalidade de fideliza-los?			
Alto	57,54%	Alto	61,91%
Médio	30,73%	Médio	28,57%
Baixo	11,73%	Baixo	9,52%
9- O que você acha importante na decisão de escolha por uma academia?			
Alunos de idades similares a minha	18,99%	Alunos de idades similares a minha	22,62%
Alunos com aspectos físicos similares	31,29%	Alunos com aspectos físicos similares	20,24%
Localização da academia	16,20%	Localização da academia	13,09%
Qualidade dos professores	11,17%	Qualidade dos professores	17,86%
Diversidade nas atividades	4,47%	Diversidade nas atividades	7,14%
Preços de pacotes e mensalidades	17,88%	Preços de pacotes e mensalidades	19,05%
10- Ao mencionar atividade física, o que vem primeiro a sua mente?			
Qualidade de vida	41,89%	Qualidade de vida	28,57%
Redução de peso corporal	25,70%	Redução de peso corporal	22,62%
Ficar forte e sarado	11,18%	Ficar forte e sarado	15,48%
Ficar mais parecido com o padrão social	8,94%	Ficar mais parecido com o padrão social	15,48%
Convívio social	12,29%	Convívio social	17,85%
OBS: perguntas: 1- Nome e idade; 2- Bairro; 3- Altura e peso			

Tabela 2 – Resultado do questionário aplicado na pesquisa de campo

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados mostram que esta ação criou uma identidade junto ao público-alvo, destacando-se os não praticantes de atividades em academias, pois a maioria das mulheres, desse grupo, escolheram os panfletos novos pela identidade visual que eles passam (63,69%), e sobretudo pela similaridade no tipo físico (31,29%) e a idade das alunas (18,99%). Os resultados também mostram que as academias, com esse público, foram assertivas nesta ação de marketing, pois essas mulheres têm o conceito de que as academias visam uma melhor qualidade de vida, pois boa parcela (41,89%) reconhece essa função, ao ser mencionado a prática de atividade física. Destaca-se também, como o público que não pratica atividade busca conhecer uma empresa nas redes sociais, antes de se tornar clientes (50,84% quase sempre pesquisam) e como ele se importa em ter uma empresa preocupada em retribuir suas expectativas (57,54% - grau alto)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados tornam evidente a necessidade de práticas inovadoras nas empresas já que inicialmente vimos baixo grau de inovação e de ações inovadoras, principalmente nas dimensões foco do estudo. A pesquisa de campo apontou que as academias não investiam no entendimento do público-alvo, e também não tinham o hábito de buscar entender seus clientes, e logo se tornava um impasse à inovação, pois as mudanças geradas eram intuitivas de cada empresário.

Com o uso do Radar da Inovação, o comparativo entre R0 e R1, podemos concluir que o objetivo deste artigo foi alcançado, uma vez que ações voltadas para a dimensão relacionamento e a dimensão organização impactaram positivamente no grau de inovação das empresas. As academias passaram a investir no entendimento do seu público, na melhoria dos canais e nos meios de relacionamento com seu cliente e na realização de melhorias organizacionais. Com isso, passou-se a trabalhar de forma mais eficiente e com mais oportunidade de fidelizar seus alunos.

Ainda, a pesquisa comprovou a relevância de uma estratégia competitiva eficiente, através da análise de mercado, buscando entender seus clientes, concorrentes e demais elementos que afetam a empresa e, com isso, desenvolver inovações criativas, com um diferencial competitivo para atender as expectativas do mercado.

A essência deste artigo comprova como o Programa ALI impacta no dia a dia de uma empresa de pequeno porte a ponto de transformá-la, pois as melhorias foram conquistadas graças a pequenas mudanças que trouxeram resultados expressivos.

Espera-se que esta pesquisa seja um incentivador de mudanças, um *start*, para empresários do segmento, e que seja uma forma de iniciar pesquisas mais aprofundadas sobre este segmento tão rico e importante para o mercado e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ACAD – **Associação Brasileira de Academias**. Revista eletrônica 71. Disponível em: <<http://www.acadbrasil.com.br/revista71/index.html>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BACHMANN, D. G.; DESTEFANI, J. H. **Metodologia para estimar o grau de inovação nas MPE**. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.bachmann.com.br/website/documents/ArtigoGraudelNovacaonasMPE.pdf>>. Acesso em: 14 fev. de 2017

CONFEEF. **Revista eletrônica 58** (dez 2015, p. 13) Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2015/N58_DEZEMBRO/05_ACADEMIAS_GINASTICA_MERCADO_CRESCIMENTO.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

DEGEN, R. J. **O empreendedor: Fundamentos da Iniciativa Empresarial**. São Paulo: Makron Books, 1989.

DIESPORTE – **Diagnóstico Nacional do Esporte. A prática de Esporte no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/diesporte>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

DRUCKER, P.F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

IBGE. **Indicadores Sociais Municipais: Censo Demográfico**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=254598>>. Acesso em: 11 fev.2017.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAKATOS, E. M; MARCOLI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OCDE. **Manual de Oslo: Proposta de Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. 3.ed, 2005.

PORTER, M. E. **Estratégia Competitiva**. 9a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

_____. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 29a reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que é ser empreendedor**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empreendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 12 fev.2017

_____. **Painel Regional: Rio de Janeiro e Bairros**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_CapitalRJ.pdf>. Acesso em: 12 fev.2017

ELEMENTOS QUE FRAGILIZAM O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDOR – CASOS DA INCUBADORA PIEBT DE BELÉM (UFPA) E DA ARCA MULTINCUBADORA DE CUIABÁ (UFMT)

Ivana Aparecida Ferrer Silva

Universidade Federal do Mato Grosso, FACC
Cuiabá - MT

Patricia Cristiane de Souza

Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de
Computação
Cuiabá - MT

Iara Neves Oliveira

Universidade Federal do Pará, Agência de
Inovação Tecnológica
Belém - PA

Thairiny Alves Valadão

Universidade Federal do Mato Grosso
Várzea Grande - MT

RESUMO: O empreendedorismo mobiliza uma rede de cooperação, trocas e profissionalização nos negócios. *Neoschumpeterianos* associam a capacidade de estimular o desenvolvimento a partir da existência de interação entre atores regionais, que, ao identificarem as potencialidades de seus territórios passam a construir trajetórias ancoradas nas idiossincrasias locais, onde o aprendizado, o conhecimento tecnológico e o estímulo à inovação viabilizam o bem-estar coletivo. Diante do exposto o presente artigo analisou o ecossistema de inovação tecnológica e empreendedor nos Estados do Pará e Mato Grosso. Para tal foi realizado levantamento

histórico caracterizando as cidades de Belém, capital do Pará e de Cuiabá, capital de Mato Grosso, para identificar seus respectivos ecossistemas. A pesquisa, exploratória descritiva, apresenta estudos de campo em uma incubadora de cada estado e dados primários que foram coletados por meio de entrevista semiestruturada na qual os gestores abordaram sobre a estrutura do ecossistema de empreendedorismo desses estados. O estudo está fundamentado no Manual de Oslo e nos pilares da OCDE para o viés do empreendedorismo, de forma a entender como cada região subsidia a instrumentalização dos ecossistemas de inovação e empreendedorismo. A análise identificou que os territórios possuem algumas características semelhantes em relação as suas trajetórias econômicas – extrativismo mineral e vegetal e produção de commodities que inibiu a geração de conhecimento e a estruturação de ecossistemas de inovação e de empreendedorismo mais fortalecidos. Os resultados apontam alguns elementos que fragilizam os ecossistemas estudados e podem ser utilizados pelos mesmos para a busca de novos arranjos de cooperação.

PALAVRAS-CHAVE: Ecossistema empreendedor. Inovação. Desenvolvimento regional. Incubadora.

ABSTRACT: Entrepreneurship mobilizes a network of cooperation, exchanges and professionalization in business. Neoschumpeterians associate the capacity to stimulate development from the existence of interaction between actors which identify the potential of their territories build trajectories anchored in local idiosyncrasies, where learning, technological knowledge and the stimulation of innovation enable the well-being collective. In view of the above, the present article analyzed the ecosystem of technological and entrepreneurial innovation in the Pará and Mato Grosso. For this purpose, a historical survey was conducted characterizing the cities of Belém, capital of Pará and Cuiabá, capital of Mato Grosso, to identify their respective ecosystems. The exploratory descriptive research presents field studies in an incubator of each state and primary data that were collected through a semi-structured interview in which managers on the structure of the entrepreneurship ecosystem of these States. The study is based on the Oslo Manual and the pillars of OECD for the entrepreneurship bias, in order to understand how each the region subsidizes the use of ecosystems for innovation and entrepreneurship. The analysis identified that the territories have some characteristics in relation to their economic trajectories - mineral and vegetable extractivism and commodity production that inhibited the generation of knowledge and the structuring of ecosystems of innovation and entrepreneurship. The results show some elements that fragilize the ecosystems studied and can be used by to seek new cooperation arrangements.

KEYWORDS: Entrepreneurial ecosystem, innovation, regional development, incubator.

1 | CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil em função de sua dimensão territorial e da forma como o processo de desenvolvimento se estabeleceu, gerou significativas desigualdades entre suas regiões. Há estados que conseguiram estruturar seu parque industrial, a capacitação profissional e fortalecer as instituições de suporte ao empreendedorismo. Contudo, as denominadas regiões periféricas vivenciam realidades bem específicas. Ao analisar as idiosincrasias de regiões como a norte e centro-oeste, de maneira a entender as lacunas que inviabilizam essas regiões de atingirem os índices de empreendedorismo de destaque é de suma importância para se projetar políticas públicas de fortalecimento do setor. Em função disso o presente artigo se propõe a analisar o ecossistema empreendedor de duas capitais de estados brasileiros, mais especificamente Belém do Pará na região Norte e Cuiabá, Mato Grosso na região Centro Oeste, com vistas a identificar elementos que fragilizam o ecossistema de inovação tecnológica e empreendedor nessas duas capitais. Ambos estados, apesar de gerarem muita riqueza ao país com a exportação de *commodities*, grãos, carne, minério, produtos de base florestal, não viabilizaram a estruturação de uma planta industrial empreendedora que pudesse gerar emprego e agregar valor aos produtos primários aqui produzidos.

De acordo com Ferrer Silva (2012, p.76) a matriz industrial de Mato Grosso

possui uma trajetória de dependência tecnológica e econômica de outros países e regiões do país. O estado possui três universidades: UNIC / PITÁGORAS particular – Cuiabá, UNEMAT estadual – com campi em muitos municípios e matriz em Cáceres, UFMT com campi em quatro municípios e campus em Cuiabá e os institutos federais IFMT com campi em muitos municípios, além da capital. Possui 8,3 mil pesquisadores, 6.118 mestres e doutores, aplicou cerca de 131 milhões de reais em C&T em 2011 e teve duas patentes concedidas. No entanto, ainda não possui um Parque Tecnológico, mesmo possuindo um montante de 76.196 empresas.

O Pará possui sete universidades: IFPA – Belém, UNAMA – Belém, UEPA – Belém, UFOPA – Santarém, UFPA – Belém (Universidade Multicampi), UNIFESSPA – Marabá, UFRA – Belém e institutos federais IFPA. Um número significativo de pesquisadores 3.162, mestres e doutores são 9.769, assim como a maior quantidade de empresas na região 69.131. Assim, dois elementos da tripla hélice Ihe são bastante favoráveis. No ano de 2011, foram despendidos cerca de 150 milhões de reais em C&T, representando o maior investimento dentre os estados da região Norte. Das três iniciativas de parques de C & T existentes no Pará, dois estão na sua fase de projeto PCT Tapajós – Santarém e PCT Tocantins - Marabá e um está em funcionamento – Parque Guamá, na cidade de Belém.

Há esforços significativos em cada região no sentido de superar as diferenças existentes. Nesse sentido o artigo se propõe a contribuir para a compreensão dos elementos e domínios que estimulam a inovação e o empreendedorismo nas regiões e descortinar o ecossistema empreendedor em Cuiabá e em Belém.

2 | FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Schumpeter (1982) reconheceu o empresário empreendedor e inovador como elemento fundante no processo de promover as rupturas e transformações que culminam ao desenvolvimento das regiões. Ampliando essa visão, os Neoschumpeterianos destacam os sistemas de inovação regionais como alternativa para impulsionar a rede de atores e instituições que subsidiem o processo da inovação territorial e empreendedorismo (DALLABRIDA, 2010).

Para Nelson (1993) o sistema de inovação é um mecanismo para estimular as regiões, formados por instituições públicas, privadas, públicas não estatais, institutos de pesquisa, o sistema educacional, centros de P&D&E, as agências governamentais, o sistema financeiro, as leis de propriedade intelectual, as universidades entre outros mecanismos que contribuem para gerar inovações tecnológicas.

Conforme o Manual de Oslo (2005) há campos de força para alavancar as políticas à inovação e transformá-las em um sistema, que podem ser denominadas categorias principais de fatores:

- a) Condições estruturais de suporte de fomento, como: os fatores jurídicos, econômicos, financeiros e educacionais, que estabelecem as regras, e a gama de oportunidades de inovação, viabilizados pela estrutura nacional e por fatores institucionais;
- b) Base de ciência e engenharia, representada pelo desenvolvimento do conhecimento científico, ou seja, pela pesquisa, desenvolvimento e engenharia - P&D&E, sustentáculos primários da inovação comercial e sustentável. O conhecimento acumulado e as instituições de ciência e tecnologia promovem o aprendizado e entreabrem o treinamento tecnológico e conhecimento científico;
- c) Rede de transferência, fazendo a ponte entre a ciência e o mercado, etapas que fomentariam a cooperação entre os canais de transmissão de informações e habilidades entre as empresas e organizariam a conexão entre a inovação gerada e o mercado. Influencia a eficácia dos elos de fluxo de comunicação e competências, absorção de aprendizado, transformação de pesquisas conhecimento endógeno em produtos e serviços;
- d) Dínamo da inovação - a relação primária com o respectivo aparato ou estrutura empresarial que geraria os *insights* e movimentaria o desenvolvimento de inovação no nível da empresa com os laboratórios e centros de pesquisa.

O Manual de Bogotá (2001) traz indicadores de inovação adequados ao perfil de países em desenvolvimento e na América Latina, absorvendo as idiossincrasias regionais. As diferenças regionais de cada território são reflexos do contexto histórico, socioeconômico e ambiental. Segundo o Manual, o estímulo à inovação nos países em desenvolvimento deve oferecer apoio institucional técnico, financeiro, informacional e de mercado para as aglomerações informais, pois estas já podem ser consideradas razoável ponto de partida para estruturar sistemas de inovação (FERRER SILVA, 2012).

Auxiliando a compreender as possibilidades de estimular o empreendedorismo, Isenberg (2011 apud ARRUDA et. al., 2013) nos apresentam seis domínios, sendo estes: as políticas públicas, o capital financeiro, a cultura, as instituições/profissões de suporte, os recursos humanos e o mercado. Para o autor as *políticas públicas são os* órgãos de regulamentação responsáveis por implantar incentivos ou retirar barreiras burocráticas para estimular o desenvolvimento empresarial. Desde Schumpeter (1982) o *capital financeiro* é identificado como um elemento central na busca pelas rupturas e pelos novos ciclos. O domínio *cultura* está muito relacionado ao capital social, como trabalhado por Putnam; Leonardi; Nanetti (2000) e revelam as características sociais de uma comunidade e os aspectos subjetivos como a confiança, cooperação, valores. Isenberg (2011 apud ARRUDA et. al., 2013) apresenta uma visão distinta da apresentada pelos neoschumpeterianos, pois revela que nas *instituições/profissões de suporte* encontram-se as que não estão diretamente ligadas ao governo e são

incentivadoras do empreendedorismo como *hubs*, aceleradoras, incubadoras, além de escritórios de contabilidade e advocacia, instituições que oferecem suporte a estruturação de novas empresas. Como no Manual do Oslo (2005), Isenberg (2011 apud ARRUDA et. al., 2013) afirma a importância da formação do capital humano e intelectual das regiões como um domínio relevante ao empreendedorismo. Além da necessidade de mercado para dar condições para que o empreendedorismo possa florescer. Esse seria um ecossistema propício ao empreendedorismo.

Entretanto, há outras correntes teóricas que demonstram modelos evolutivos e maneiras de promover a inovação e o empreendedorismo nas regiões, como os modelos da Tríplice e Quádrupla Hélice. O termo tríplice hélice (TriX), desenvolvido no início da década de 90, descreve o modelo evolutivo de inovação com base na relação governo-universidade-empresa. Esta relação se deu, inicialmente, sob forte influência do Estado. Aos poucos foi se tornando mais estável no sentido de que cada instituição tivesse delimitação clara e, por fim, num terceiro momento, este modelo é visto como uma infraestrutura de conhecimento que, a partir da sobreposição das três esferas institucionais, uma absorve parte do papel da outra e possibilita o nascimento de estruturas híbridas, por meio de uma política interativa entre as instituições envolvidas. (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000).

É ainda neste modelo, TriX, que as universidades assumem papel de grande importância, uma vez que esse conceito defende a cooperação entre universidade, indústria e governo, como indutora na criação de novos empreendimentos dentro e fora da universidade (OLIVEIRA, 2013). Surge, então, como conceito central na tríplice hélice, a universidade empreendedora, que: “[...] deve ter um papel direto na geração de inovação, operando de acordo com uma política interativa, ao invés de promover um modelo linear de inovação” (MORAES NETO; PEREIRA; COSTA, 2014, p. 21).

De acordo com abordagens mais recentes (AUDY, 2016), o modelo TriX foi estendido por meio da incorporação da sociedade (cidadãos) gerando o modelo da quádrupla hélice (QuaX). A quádrupla hélice dá um novo dimensionamento ao modelo da tríplice hélice, no sentido de valorizar “[...] o posicionamento de cada *stakeholder* na cadeia de valor, em prol da colaboração que viabilize a criação e o fortalecimento de núcleos e agentes inovadores” (DE OLIVEIRA et. al., 2013, p. 7). Este modelo surge de modo alinhado à sociedade do conhecimento e da democracia, inserindo a sociedade de modo mais presente e participativa.

De modo sucinto, pode-se afirmar que este modelo, QuaX, está baseado na inovação centrada no usuário (*user-driven innovation*), a qual inclui o conhecimento do usuário, as inovações realizadas com sua participação, e, acima de tudo, um modelo de inovar mais perto da demanda, enquanto TriX está, por natureza, mais perto de modelar a oferta.

Atores dos ecossistemas de inovação brasileiro têm se voltado para esse modelo, a título de ilustração tem-se o caso da Agência Goiana de Inovação (AGI). Conforme De Oliveira et. al (2013), o modelo QuaX adotado para a concepção da

AGI, visava encontrar soluções para problemas para as demandas da sociedade que contribuíssem para o processo de desenvolvimento e crescimento do Estado. É dentro deste contexto que esta pesquisa também está inserida ao analisar a atuação das incubadoras frente aos modelos TriX e QuaX.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como exploratória descritiva, em função da existência de poucos estudos sobre o ecossistema de empreendedorismo nos estados periféricos. Para operacionalizar o estudo de campo foi realizada pesquisa documental bibliográfica e entrevistas com gestores das incubadoras. Sendo uma em Mato Grosso e outra no Pará, o roteiro semiestruturado foi aplicado em uma hora e vinte minutos de entrevista com cada gestor. Um termo de consentimento livre e esclarecido foi elaborado e assinado por todos os envolvidos. As entrevistas foram realizadas no início do mês de junho. O roteiro da entrevista é composto por quatro partes. Inicia-se com uma rápida investigação sobre a percepção do gestor frente ao ecossistema de inovação em seu estado. A segunda parte visa identificar em qual modelo TriX ou QuaX a incubadora e o ecossistema regional estão inseridos. A terceira parte do roteiro, aborda questões frente ao suporte oferecido pela incubadora para a criação de negócios inovadores, o estímulo oferecido à participação da comunidade acadêmica bem como a origem dos recursos financeiros. Por fim, o roteiro aborda questões para se poder desenhar o perfil sócio ocupacional do gestor da incubadora.

Os dados secundários foram interpretados qualitativamente. As relações sociais, institucionais e as idiosincrasias histórico-culturais de cada região são base para viabilizar trajetórias inovadoras e empreendedoras nas cidades e foram coletadas em institutos que pesquisam o setor como (ICE, 2016), IBGE (2010), entre outros. O estudo está fundamentado para a construção de um ecossistema de inovação tecnológica a partir do Manual de Oslo (2005) e tomando por base os pilares da OCDE para o viés do empreendedorismo. De forma a buscar entender como cada região subsidia a instrumentalização dos ecossistemas de inovação e empreendedorismo.

As entrevistas foram descritas e analisadas de acordo com as categorias presentes no roteiro. A escolha das duas incubadoras se deu, dentre outros aspectos, em função de ser instituições federais, situadas em regiões periféricas, em capital do Estado e ter o contato com os gestores.

4 | RESULTADOS INCUBADORAS ARCA E PIEBT

A ARCA é considerada uma incubadora apoiada pela UFMT e não pertencente a mesma. Com CNPJ próprio e com vocação para negócios sociais e cooperativista a ARCA recebe o apoio da UFMT por meio do Escritório de Inovação Tecnológica

(EIT). A primeira incubadora a ser instalada na UFMT, campus Cuiabá, foi o *Centro de Tecnologia de Software de Cuiabá* ou *CuiabáSoft*. A CuiabáSoft, incubadora de base tecnológica, atuou de 2001 a 2004 e durante este período apoiou nove empresas residentes. Destas, cinco foram graduadas. Em 2005, a CuiabáSoft suspendeu suas atividades, ficando as suas instalações cedidas para outras atividades da UFMT. Em 2006, a ARCA Multincubadora adquiriu personalidade jurídica própria e assumiu a antiga missão da CuiabáSoft.

Neste estudo, pelo fato da incubadora **ARCA** ter sido criada por integrantes da universidade e por muitos anos ter contado com o apoio desta, consideramos existir um forte vínculo ainda com a UFMT em sua trajetória histórica. A ARCA tem como missão “promover o surgimento e o fortalecimento de empreendimentos por meio da articulação de conhecimentos, projetos e de redes de entidades, a fim de consolidar a função da inovação na evolução socioambiental e na inclusão social”. Ela tem identidade com a economia solidária, que se caracteriza pela igualdade de direitos e os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles. Gerenciado pelos próprios trabalhadores coletivamente, de forma inteiramente democrática.

Atualmente, a expertise da ARCA é a incubação de empreendimentos de base cooperada, como cooperativas e associações, tendo em seu portfólio seis empreendimentos incubados, todos de base cooperada. A incubadora se mantém por meio de recursos capitaneáveis de editais públicos e não há, portanto, garantia de recursos disponíveis para o investimento na formação de seu quadro.

A estratégia inovadora de incubação de empreendimentos sociais resultou na consolidação do “Sistema Integrado de Inovação Tecnológica e Social” (SITECS), construído por uma equipe de pesquisadores, que desde 1996, promovia pesquisas e programas de extensão universitária objetivando a promoção de melhores condições de vida para a população e maior competitividade da economia regional. Ao longo dos 21 anos (1996-2017) de atuação desse grupo de professores o foco da atuação esteve no desenvolvimento, aperfeiçoamento de tecnologias sociais, fortalecendo os pequenos empreendimentos de base social. A articulação promovida pelo SITECS possibilitou à incubadora agregar entidades ligadas aos diversos atores da sociedade, como cooperativas, associações, governo, sociedade civil, universidade, etc., por meio do Fórum Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Baixada Cuiabana (FTSAN-BC), a fim de criarem estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável do Estado.

Atualmente a ARCA encontra-se em processo de certificação nível 2 do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE) que tem como foco a promoção da gestão efetiva da incubadora como uma organização, demonstrando, objetivamente, sua contribuição para o desenvolvimento da região. Assim, atuação da ARCA envolve processos sistemáticos e formais para ampliar o público-alvo e/ou os serviços prestados pela incubadora e avaliação dos impactos de suas atividades.

Seu gestor é um docente doutor em Engenharia Mecânica já aposentado que

se dedica integralmente a incubadora. Possui larga experiência profissional já que coordenou uma série de projetos nacionais e internacionais. Está na gestão da incubadora há mais de 11 anos.

A incubadora PIEBT foi instituída enquanto Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica da UFPA em 18 de maio de 1995, tendo sua gestão financeira pela Fundação de Desenvolvimento do Estado do Pará (FADESP). Tornou-se referência no movimento de incubação de empresas na região Norte e desde 2009 integra um órgão suplementar, a Agência de Inovação Tecnológica (UNIVERSITEC) da UFPA e tem como objetivos a) apoiar a criação e consolidação de empreendimentos competitivos baseados em ciência e tecnologia; b) formar empreendedores; disseminar/transferir conhecimentos e competências gerados na UFPA.

Instalada no Setor Profissional do Campus Universitário do Guamá, num prédio de 832m², construído especialmente para abrigá-la, o PIEBT mantém, atualmente, contrato de incubação com seis empresas, dos quais cinco são residentes e uma é associada (não-residente).

A Incubadora atua em direta articulação com as demais áreas da UNIVERSITEC, que incluem atividades relacionadas à propriedade intelectual, ao empreendedorismo, à transferência de tecnologia e a relação da universidade com a sociedade.

Com foco inicialmente nas empresas da área de química fina e no aproveitamento das potencialidades amazônicas – biodiversidade –, teve seu foco diversificado, buscando apoiar, prioritariamente e não exclusivamente, a geração e/ou desenvolvimento de novas empresas nas áreas de TIC, biotecnologia, fármacos, produtos naturais. Mesmo sem personalidade jurídica própria, tem se posicionado como um dos principais ambientes de inovação estadual.

A Incubadora oferece a seu público o que ela denomina de suportes operacional e estratégico. Para fazer parte dos processos ofertados pela Incubadora, o empreendedor deve possuir um projeto/negócio que seja inovador e procurar o PIEBT para aprimorar sua proposta e/ou aguardar o lançamento do edital de seleção de projetos/empresas. Os projetos/empresas selecionadas pelo edital, deverão firmar contrato com a UFPA, mantenedora da Incubadora, a partir do qual o empreendedor passará a usufruir dos serviços oferecidos pela Incubadora. A contribuição das empresas incubadas se dá na forma de uma taxa mensal que varia em função da modalidade de incubação e da área (em m²) utilizada pela empresa incubada residente. Recursos financeiros e de infraestrutura também são disponibilizados pela própria universidade e também de entidades parceiras, vinculadas ao ecossistema de inovação e de empreendedorismo.

Buscando trabalhar em rede e tendo como parceiros SEBRAE, SECTET, IES, FADESP, Fundação Guamá de Ciência e Tecnologia, FINEP, entre outros, atualmente a Incubadora mantém capacidade para atender 10 empresas residentes em suas instalações e apresenta, até fins do exercício de 2016, os seguintes dados: 50 empresas/projetos apoiados e 18 empresas graduadas. O Gráfico 1 apresenta uma evidência de oscilação no número de empresas incubadas e graduadas no período de

2001 a 2016 da Incubadora PIEBT.

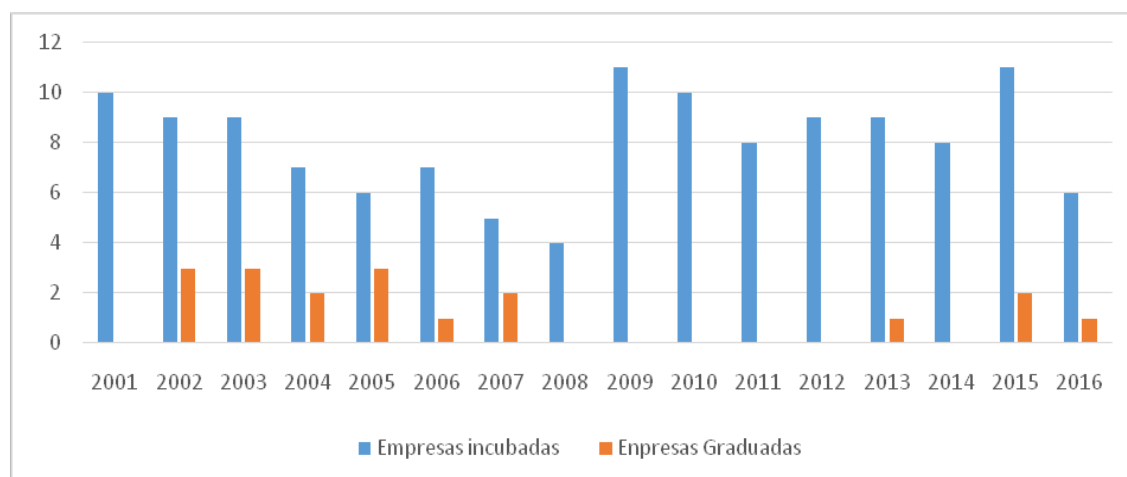


Gráfico 1 – Distribuição das empresas incubadas no PIEBT no período de 2001 a 2016.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017). Com base em relatórios da UFPA e do PIEBT.

A gestora da incubadora PIEBT da UFPA, está na função há 5 anos, é servidora da UFPA e se dedica integralmente a coordenação da incubadora, está na faixa dos 31-40 anos. Formada em Administração, possui um MBA em finanças e mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Regional pelo NAEA da UFPA.

Além do fato de estarem vinculadas a duas universidades federais e atuarem em áreas distintas é possível verificar algumas semelhanças nas duas incubadoras estudadas. Para ilustrar esta questão, foi elaborado o Quadro 1, que, de modo sucinto, apresenta um comparativo das principais características de cada incubadora, a título de ilustração.

Característica	ARCA	PIEBT
Região	Centro-Oeste	Norte
Vínculo	UFMT	UFPA
Data de criação	2006*	1995
Vocação	Economia solidária, cooperativas	Base tecnológica
Tipos de incubação	Associada	Associada e residente
Empresas incubadas 2017	6	6
Empresas graduadas (até março de 2017)	11	18
Certificação	Cerne 1**	Em implementação do CERNE 1
Perfil do Gestor	Sexo masculino, faixa etária acima de 60 anos, professor aposentado da UFMT com dedicação integral à ARCA	Sexo feminino, faixa etária entre 31 e 40 anos, técnica administrativa da UFPA dedicação integral ao PIEBT

Quadro 1 – Principais características das incubadoras ARCA e PIEBT.

* Surgiu a partir da experiência acumulada desse 1996 por meio de projetos de extensão

** Está em busca de conseguir a certificação Cerne 2.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

4.2 ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO SEGUNDO OS GESTORES

A análise da primeira categoria relativa ao Ecosistema, baseada em (ARANHA, 2016) descrita como mecanismos que possibilitam que os interessados formem parcerias pessoais-público-privadas (4Ps) envolvendo desenvolvedores e usuários finais em um processo de co-criação de inovações (inovação aberta) em diferentes contextos de trabalho.

O gestor da Arca acredita que a incubadora é um dos ambientes mais fecundos em termos de ecossistema de inovação. Como ele trabalha com economia solidária visualiza sua atuação como uma parceria 4P. Ele identificou uma diversidade de atores que cooperam informalmente para estruturar as parcerias. Entre eles o EIT, a UFMT, Secretarias de Estado, Instituto Federal, Banco do Brasil por meio do Programa de Desenvolvimento Regional e Sustentável, Secretarias Municipais de Várzea Grande. Há ainda duas esferas de interação entre os parceiros, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, ao qual o gestor é conselheiro e o Fórum de Segurança Alimentar da Baixada Cuiabana, ao qual o gestor é o coordenador.

A gestora do PIEBT afirma que a incubadora busca trabalhar com o conceito de inovação aberta. Segundo a mesma, no Pará a inovação aberta está muito incipiente. O ecossistema de inovação ficou mais fortalecido com o parque tecnológico da UFPA, porém ainda se revela frágil. As interações se dão entre atores: governo, iniciativa privada, Universidades, Sebrae entre outros. O governo, por exemplo, aprovou em 2016 a lei estadual de inovação, porém, já se sabe que esta lei precisa ser atualizada. O Quadro 2 apresenta de forma resumida os dados.

Ecosistema Mato Grosso	A incubadora atua com economia solidária. O gestor visualiza sua atuação como uma parceria 4P mas afirma que não existe uma relação formal estabelecida. E sim ajudas pontuais.
Ecosistema Pará	A incubadora busca a inovação aberta, uma vez que até estimula a relação empresas x universidades, no desenvolvimento de novos produtos/serviços/processos. Porém as interações ainda se dão entre alguns atores. A implantação do parque tecnológico fortaleceu o ecossistema local, contudo é ainda frágil.
Ecosistema	Ambas indicam que o ecossistema está em formação, há interação pontual entre as células do ecossistema.

Quadro 2 - Interpretativo síntese sobre o ecossistema.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

A segunda categoria trabalhada foi como está estruturado o ecossistema em relação aos modelos da Tripla Hélice (TriX) e Quadrupla Hélice (QuaX). Na perspectiva da Incubadora Arca, tem-se atuado com o Sistema Integrado de Inovação Tecnológica – Sitex, intensa atuação capitaneada pela Arca. Por ter uma atuação em rede, em forma de parcerias e por meio da participação em fóruns e conselhos, discutem e

identificam fragilidades em projetos/programas que muitas vezes podem ser fortalezas para outros entes participantes desta rede, há uma troca entre os envolvidos.

A articulação é liderada pela Arca, mas a interação entre os agentes possui uma média maturidade. A atuação da sociedade se dá por meio desta rede, da troca entre as questões dos projetos/programas, necessidades de um e ofertas de outro. Não há envolvimento formal, tudo por meio do altruísmo das pessoas. O gestor reconhece que é necessário buscar uma articulação formal, institucionalização da forma de atuar. Um dos planos para potencializar tal relação é o processo (em andamento) de certificação nível 2 do Cerne. Ele acredita também que com a nova lei das ONGs abriu-se espaço par fazer essa formalização. A parte mais difícil é a relação de confiança e proximidade para haver a formalização. Mas isto já existe, é apenas uma questão de organizar os termos e os documentos para a formalização. Segundo o gestor a Arca já atua na quádrupla hélice, a incubadora já foi estruturada pensando na quarta hélice.

A Incubadora PIEBT não tem um fluxo regular na relação, institucionalizado, formalizado. Possui algumas relações universidade-governo e universidade–empresa. A criação do parque é resultante de parceria (formalizada) entre quatro instituições: Embrapa, UFPA, UFRA e Governo do Estado. Na visão da gestora, a interação entre os agentes ainda possui uma baixa maturidade, pois acontecem pontualmente e não sistemicamente. De acordo com a gestora, o empreendedorismo por oportunidade na região é ainda incipiente, terra infértil. Ainda são poucos os editais que o governo disponibiliza para a empresa desenvolver inovação com a universidade. Até 2009 a incubadora atuava como um programa de extensão. Ela entende que a rede sempre existe, mas às vezes está fragilizada, outras se fortalece. Algumas vezes, mudanças na gestão superior seja na universidade ou em outras entidades parceiras, causam rupturas na forma de conduzir as políticas e articulações entre os atores do ecossistema.

O Quadro 3 apresenta uma síntese da visão dos gestores sobre a forma de atuação da incubadora e demais elementos em relação aos modelos TriX e QuaX

Modelos TriX e QuaX	
Arca	O gestor a atuação da incubadora no modelo Quax pois entende que a incubadora nasce a partir de demanda da sociedade e mobiliza uma série de atores. Potencializar as ações está na padronização dos processos internos por meio da certificação CERNE.
PIEBT	A gestora afirma que não tem um fluxo regular na relação, institucionalizado, formalizado. Interação muitas vezes sendo fragilizada pelas rupturas do processo de gestão das instituições parceiras.
Modelo	Ambas incubadoras pontuam que as conexões entre os atores universidade, governo, empresas e sociedade se dão pontualmente, não há uma interação plena entre os mesmos.

Quadro 3 - Interpretativo síntese dos modelos Trix e QuaX.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

A terceira categoria teve como foco central analisar a incubadora e os serviços oferecidos pela mesma. Conforme define Aranha (2016), uma incubadora é uma

entidade promotora de empreendimentos inovadores que tem por objetivo oferecer suporte para que eles possam desenvolver ideias e transformá-las em empreendimentos de sucesso. O Quadro 4 apresenta os dados referentes aos tipos de apoio oferecidos pelas duas incubadoras em cada estágio de incubação.

Pré- incubação (Apoio à elaboração de planos de negócios, orientação, capacitação e consultoria na área de negócios, visando o desenvolvimento da ideia até a definição de um negócio)	
Arca	Não se faz pré-incubação. meio do Fórum faz sensibilização
PIEBT	Não há editais desde 2012.
Incubação Residente (Os serviços oferecidos pelo Programa).	
Arca	A arca não possui residentes.
PIEBT	A Incubadora oferece a seu público o que ela denomina de suportes operacional e estratégico, sendo que o suporte operacional Infraestrutura para atender até 10 empresas, contando com módulos individuais nos tamanhos de 20, 26, 40 e 80 m ² (com energia, ramal telefônico interno e acesso à internet); showroom permanente para exposição de produtos e serviços. Oferece suporte à capacitação gestão comercial, financeira e jurídica. Possui 6 empresas incubadas.
Incubação Não Residente ou Associada (Empresa instalada em sede própria que recebe apoio da incubadora por meio do suporte estratégico e tecnológico entre outros)	
Arca	Tem edital fluxo contínuo no qual a seleção, prospecção e qualificação é feita por meio do fórum de forma articulada com incubadora da UFMT. Algumas qualificações são oferecidas por meio do fórum, numa primeira instância. A Arca promove a articulação entre os atores. Tem parceria com a UFMT para que as instalações da UFMT sejam espaço de apoio e qualificação, auditório, sala de reunião, vestiários, banheiros e copa. Há seis incubadas não residente.
PIEBT	Possui uma associada e tem capacidade para atender até 10.
Graduação (A empresa cumpre o seu plano de negócios e já se encontra com o produto em fase de comercialização, com clientes e faturamento suficientes para se estabelecer no mercado)	
Arca	Utiliza de Planilhas Radar periodicamente, para ter um processo de monitoramento mais eficaz. 11 graduadas desde o período do SoftCuiabá
PIEBT	Possui em seu histórico 18 empresas graduadas, mais de 50 projetos passaram pela incubadora desde sua criação.
Pós-Incubação (Consiste em oferecer apoio às empresas graduadas pela incubadora, que desejam continuar mantendo vínculo, por meio de orientação, oportunidades e capacitação na área de negócios)	
Arca	Mantém relação estreita, pois, na tecnologia social as comunidades se tornam membros da incubadora.
PIEBT	Está em desenvolvimento um modelo para manter o relacionamento.

Quadro 4 – Apoio oferecido pela Arca e PIEBT às empresas incubadas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Em relação aos recursos financeiros que subsidiam o funcionamento da incubadora, na Incubadora Arca, a maior parte dos recursos são provenientes de editais. O desafio é de conseguir recursos dos próprios empreendimentos incubados e comecem a pagar por alguns serviços. Isso já acontece em alguns casos. Já na PIEBT, esta questão está um pouco mais estruturada. A universidade oferece estrutura física e pessoal para a Universitec e existem convênios com SECTEC e PCT Guamá, Fundação Guamá. Além disso, é cobrada uma taxa de incubação.

Os gestores também foram questionados sobre a relação entre a incubadora e os entes acadêmicos, por meio da pergunta: “Considerando que a Incubadora está inserida dentro da Universidade, como é realizado o estímulo à participação da comunidade acadêmica nas atividades da incubadora? ”

Na Arca os professores se envolvem com a incubadora por meio de projetos de extensão, os discentes como bolsistas e alguns técnicos estão lotados no EIT-UFMT. No PIEBT existem chamadas internas para que a comunidade acadêmica possa apresentar projetos inovadores para receberem apoio. Há participação dos docentes em de mentorias e técnicos quando designados, há oferta de bolsas para os discentes atuarem na Incubadora e/ou na Universitec. Percebe-se, neste caso que a atuação junto à comunidade acadêmica não difere muito de uma incubadora para a outra.

Ainda na entrevista foi solicitado que cada gestor apontasse os elementos que têm fragilizado o ecossistema, pontuando-os em baixo, médio ou alto. O Quadro 5 apresenta as respostas dadas pelos gestores para a pergunta “Qual o grau de presença e interação dos domínios de Isenberg (2011) no ecossistema de empreendedorismo de seu estado? ”

	Arca	PIEBT
Políticas públicas e modelo regulatório	Médio	Media
Capital financeiro, acesso a financiamento	Baixo	Baixa
As instituições e profissões de suporte	Baixo	Baixa
A cultura - características sociais de uma comunidade, capacidade empreendedora	Baixo	Media
Recursos humanos -formação de capital humano e capital intelectual	Baixo	Baixa
P &D, tecnologia	Baixo	Media
Mercados consumidores disseminá-los por meio de uma rede de contatos tanto nacional, como internacionalmente.	Médio	Baixa

Quadro 5 – Identificação dos domínios mais vulneráveis do ecossistema de empreendedorismo.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Identifica-se diante dos domínios necessários para se fortalecer um ecossistema empreendedor que o ambiente de estímulo ao empreendedorismo ainda está em construção. Ambos gestores dizem que em relação as políticas públicas e modelo regulatório possuem uma influência média em subsidiar o empreendedorismo, pois por mais que estão surgindo Leis de amparo a inovação e de estímulo ao empreendedor,

muitas vezes elas demoram tanto tempo para serem aprovadas que acabam ficando obsoletas, diante da velocidade do mercado.

Em relação ao acesso a capital financeiro de risco, a instituições de suporte e capital humano e intelectual há grandes evidências de melhores condições desses domínios em outras regiões ou ecossistemas nacionais. Em relação a cultura empreendedora e a P&D, a gestora do PIEBT visualiza o ambiente do Pará com um grau médio estímulo a esses domínios, mas afirma que essa cultura empreendedora está ligada a necessidade de geração do autoemprego, e não as oportunidades de mercado.

E o P&D em função da existência do Parque Tecnológico e de várias instituições de pesquisa de ponta na região Amazônica como UFPA, UFRA, EMBRAPA, INPE, entre outros institutos. Talvez por estar mais próximo do eixo sudeste o gestor da Arca vê Mato Grosso com um grau médio de vantagem para o domínio o mercado. Em nenhum dos elementos presentes e citados na literatura os gestores se sentiram confortáveis, na maior parte deles eles revelam a fragilidade dos domínios que estimulam o ecossistema empreendedor nessas regiões, a partir dos olhares dos gestores de incubadoras.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da dificuldade em conduzir e estimular o empreendedorismo em ecossistemas frágeis, pois estão em condições de igualdade competitiva muito distinta em relação a outros ecossistemas no Brasil e no mundo. Os gestores de ambas incubadoras se mostraram totalmente conscientes das dificuldades locais, contudo comprometidos em mobilizar esforços para transformar a realidade das incubadoras inseridas em ecossistemas periféricos e frágeis. Daí a importância em se desenvolver estudos e esforços para identificar maneiras de potencializar tais ecossistemas.

Segundo Audy (2016, p. 23):

Comum a todas as variantes [...] está a necessidade de criar uma ecologia de inovação que inclua os agentes dos ecossistemas: universidades, empresas, governos e pessoas. O ponto de partida pode ser diferente, mas a visão será sempre a mesma: buscar o desenvolvimento econômico e social, sustentável, por meio da tecnologia e da inovação, visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

É neste sentido que se percebe os esforços empreendidos pelas duas incubadoras. Há um forte esforço por parte dos gestores das incubadoras em fortalecer a sinergia dos integrantes dos ecossistemas ao qual fazem parte, seja pela tentativa de melhorar a maturidade dos processos de gestão, seja pela participação em eventos e na divulgação de suas ações. Em ambas as situações, percebe-se, que o *networking* está estabelecido e funcionando, mesmo que ainda não sistemicamente, mas pontualmente. Alguns pontos críticos encontrados estão relacionados a escassez ou

simplesmente a inconstância da disponibilidade de recursos financeiros; as mudanças na gestão superior da universidade e de outras entidades parceiras que pode, por vezes, criar alguns retrocessos na dinamicidade dos processos e relacionamento entre os atores e por fim, a falta de maturidade no ecossistema em virtude de relações e papéis mais bem definidos, que podem ser melhor sistematizados por meio de planejamento estratégico compartilhado dentre outras ações. Assim como afirma Audy (2016), independentemente do tipo de ecossistema de inovação, estes devem compartilhar características comuns como, por exemplo, planejamento estratégico, ações de marketing e comunicação e acesso a fontes de investimentos.

Por fim, entende-se que perceber a visão do gestor da incubadora se configura como uma análise unilateral. Portanto, em estudos futuros sugere-se ampliar os elementos de análise para outros atores desse ecossistema bem como, ampliar o campo de estudo para outras localidades também consideradas periféricas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, José A. S. **Mecanismos de geração de empreendimentos inovadores** [Recurso eletrônico on-line]: mudança na organização e na dinâmica dos ambientes e o surgimento de novos atores. Brasília, DF: ANPROTEC, 2016.

ARRUDA, C. et al. **O Ecossistema Empreendedor Brasileiro de Startups**: uma análise dos determinantes do empreendedorismo no Brasil a partir dos pilares da OCDE. Nova Lima/MG: Fundação Dom Cabral, 2013.

AUDY, Jorge L. N. **Dos parques científicos e tecnológicos aos ecossistemas de inovação**. [Recurso eletrônico on-line]: Desenvolvimento social e econômico na sociedade do conhecimento. Brasília, DF: ANPROTEC, 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DE OLIVEIRA, Danúzia A. F. B. et al. A concepção e os mecanismos para a criação da Agência Goiana de Inovação, para o desenvolvimento tecnológico e inovador das potencialidades produtivas das cidades goianas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS. 23. [Anais...] Recife/PE: Anprotec, 2013. Disponível em: <<http://anprotec.org.br/anprotec2014>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ENDEAVOR. Índice das Cidades Empreendedoras (ICE). **ICE 2016**: como anda o empreendedorismo nas cidades do Brasil. 2016. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/indice-cidades-empreendedoras-2016/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ESTUDO de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos / Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Brasília: CDT/UnB; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2014.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Dynamics of Innovation: from National Systems and 'Mode 2' to a Triple Helix of university–industry– government relations. **Research Policy**, n. 29, p. 9–23, 2000.

FERRER SILVA, Ivana A. **Inovação Sustentável na Indústria do Estado de Mato Grosso**: setores de alimentos e madeireiro - 1970-2012. 230 f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). Assessoria de Comunicação. **Fapespa divulga Dados do PIB Municipal e Belém lidera participação no Estado**. 2014. Disponível em: <<http://web.fapespa.pa.gov.br/equilibrium/noticia/1389>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

ISENBERG, D. **The entrepreneurship ecosystem strategy as a new paradigm for economy policy**: principles for cultivating entrepreneurship. Babson Entrepreneurship Ecosystem Project, Babson College, Babson Park: MA, 2011.

MANUAL de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 3. ed. FINEP: 2005. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em: 2 de mar. 2017.

MATO GROSSO (2016). SEPLAN Anuário Estatístico. Disponível em: www.seplan.mt.gov.br/-/anuario-estatistico?ciclo=cv_gestao. Acesso em 21 de abril de 2017.

MORAIS NETO, Siqueira; PEREIRA, Maurício F.; COSTA, Alexandre M. A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade. In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA (CIGU), 14. [Anais...]. Florianópolis/SC: 2014.

NELSON, Richard. **National innovation systems**: a Comparative Analysis. Oxford: University Press, 1993.

OEA. Manual de Bogotá Normalización de Indicadores de Innovación Tecnológica en América Latina y el Caribe. Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnología–RICYT, Organización de Estados Americanos–OEA. PROGRAMA CYTED/OCYT. JARAMILLO, Hernán; LUGONES, Gustavo; SALAZAR, Mónica. Marzo, 2001. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/Bogota%20Manual_Spa.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

OLIVEIRA, Iara N. **Análise do modelo de gestão da incubadora PIEBT, sob a perspectiva do isomorfismo organizacional**. 130 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SCHUMPETER, J. A. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. In: _____. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

GESTÃO SOCIAL: PRÁTICAS ADOTADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ NO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

Antevânia Queiroz de Abreu

Universidade Federal do Piauí - DCAI/CMRV/
UFPI
Parnaíba - PI

Dayvid Diego Aragão de Brito

Universidade Federal do Piauí - DCAI/CMRV/
UFPI
Parnaíba - PI

Francisco Aurílio Vieira

Universidade Federal do Piauí - DCAI/CMRV/
UFPI
Parnaíba - PI

Mara Águida Porfírio Moura

Universidade Federal do Piauí - GEPAD/DCAI/
CMRV/UFPI
Parnaíba - PI

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Universidade Federal do Piauí - GEPAD/DCAI/
CMRV/UFPI
Parnaíba - PI

RESUMO: Há uma grande discussão sobre o tema Gestão Social, referenciado por Júnior Silva et al (2008, p. 16) ao afirmar que “a orientação básica é que precisamos organizar com muito mais força a presença da sociedade civil no processo. É preciso também modernizar e democratizar a máquina de governo, na linha da ampliação da transparência e dos mecanismos participativos”. Por esse contexto,

a pesquisa questiona: Quais as práticas de gestão social implementadas na UFPI - Campus Ministro Reis Velloso? O objetivo consistiu em identificar as práticas de gestão social implementadas na UFPI. A metodologia qualitativa bibliográfica partiu da verificação na literatura de informações sobre o campus Ministro Reis Velloso. As considerações finais apontam que os processos gerenciais e operacionais são bem organizados e se voltam de tal modo que atenda, às exigências da comunidade acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Social. Universidade. Administração.

ABSTRACT: There is a great discussion about the theme of Social Management, referenced by Júnior Silva et al (2008, p.16), stating that “the basic orientation is that we need to organize with much more force the presence of civil society in the process. It is also necessary to modernize and democratize the machinery of government, in line with the expansion of transparency and participatory mechanisms. “ In this context, the research questions: What social management practices are implemented at UFPI - Ministro Reis Velloso Campus? The objective was to identify the social management practices implemented in the UFPI. The qualitative bibliographical methodology was based on the verification in the literature of information about

the campus Reis Velloso. The final considerations point out that the managerial and operational processes are well organized and turn in such a way that it meets the demands of the academic community.

KEYWORDS: Social Management. University. Administration.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo se restringe a Gestão Social na Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Velloso, situado na cidade de Parnaíba, Piauí. A UFPI foi instalada em 01 de março de 1971 a partir da fusão de algumas faculdades isoladas que existiam no Estado - Faculdade de Direito, Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Administração (Parnaíba) e Faculdade de Medicina.

No Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), a construção da infraestrutura própria do campus foi iniciada no dia 11 de outubro de 1971, porém somente no dia 6 de setembro de 1975, o Curso de Administração de Empresas começou a funcionar em suas novas instalações, no endereço atual.

Teixeira (2003) nos apresenta, o conceito de terceiro setor como um lugar de participação e experimento de novos jeitos de pensar e agir sobre a realidade social. Hoje se pode compreender o aparecimento de uma esfera pública não estatal e de ações privadas com sentido público.

Segundo Barbieri (2008) considera-se a existência de subtipos do terceiro setor, onde no primeiro pode se citar uma fundação privada, no segundo subtipo verifica-se a presença de organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público, no terceiro subtipo encontram-se as associações e fundações empresariais e no último subtipo existem as associações e fundações dependentes de todos os setores para sua sobrevivência.

Diante do exposto a questão que guiará esse estudo é: Quais as práticas de gestão social implementadas na UFPI - Campus Ministro Reis Velloso? E o objetivo se voltou a identificar as práticas de gestão social implementadas na UFPI.

Esta pesquisa qualitativa se caracteriza, de acordo com o seu objetivo, como descritiva uma vez que busca “descrever o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24). A coleta de dados se deu pelo método *survey* de pesquisa no site da UFPI-CMRV, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano Pedagógico de Cursos (PPC)

Este estudo se justifica pela necessidade de se conhecer as práticas de gestão social na Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Reis Velloso visto que não foi encontrado nenhum estudo relacionado a este tema mostrando assim toda a sua relevância para a academia e também para a sociedade parnaibana.

2 | O TERCEIRO SETOR E A GESTÃO SOCIAL

Terceiro Setor é o ambiente ocupado pelas organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse social, e que não possuem finalidade, natureza ou legislação exclusivas; assim como pelos projetos, ações e atividades de interesse social desenvolvidos por indivíduos, empresas e governo, normalmente por meio de grupos, movimentos ou alianças (parcerias) Inter setoriais, com o objetivo de fomentar, apoiar ou complementar a atuação das organizações formalmente constituídas e acima caracterizadas (PEREIRA, 2010).

Barbieri (2008, pág.35) afirma que “a origem do que se denomina por “terceiro setor” também se mostra um tema polêmico, que acarreta debilidade em seu conceito”. A grande dificuldade de conceituar o terceiro setor está baseada na origem, tendo assim uma grande variedade de conceito, que pode levar um conflito de opinião quando se define o que é o terceiro setor.

Teixeira (2003) apresenta o conceito de terceiro setor como um lugar de participação e experimento de novos jeitos de pensar e agir sobre a realidade social. Hoje já se pode compreender o aparecimento de uma esfera pública não estatal e de ações privadas com sentido público. Segundo Barbieri (2008), considera-se a existência de subtipos do terceiro setor, onde no primeiro pode se citar uma fundação privada, no segundo subtipo verifica-se a presença de organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público, no terceiro subtipo encontram-se as associações e fundações empresariais e no ultimo subtipo existem as associações e fundações dependentes de todos os setores para sua sobrevivência.

Mauro (1999, p. 40) apresenta as organizações que compõe o terceiro setor e que devem trabalhar em conjunto com os outros setores:

[...] um autêntico terceiro pilar compreendendo as atividades espontâneas, não-governamentais e não-lucrativas, de interesse público, realizadas em benefício geral da sociedade, não apenas dos indivíduos em particular, e que se desenvolvem independentemente dos demais setores, ainda que deles possa receber colaboração.

As entidades que compõem o Terceiro Setor são originadas do primeiro ou segundo setores da economia com foco naqueles que não são atendidos diretamente por estes. Decinino (2014) complementa que as entidades sem fins lucrativos buscam atender os próprios usuários ou sócios e que as organizações não governamentais (ONGs) prestam serviços direta e indiretamente a determinado grupo social. Outras instituições que compõem o Terceiro Setor são empresas doadoras, pessoas físicas, principalmente de classe média, imprensa e empresas júniores sociais.

A Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Reis Velloso é financiada por uma fundação pública, as quais segundo Ferreira (2009) devem ser voltadas às atividades de assistência social, assistência médica e hospitalar, educação e ensino, pesquisa e atividades culturais, todas de interesse coletivo o que justifica a utilização

de bens e recursos públicos para sua efetivação.

De acordo com Nascimento et al (2015) através de uma revisão bibliográfica, documental e da legislação, procurou-se entender como a responsabilidade social foi incluída nas Instituições Federais de Ensino Superior, mais precisamente nas universidades públicas. A partir dessa identificação, foi iniciada uma busca de como se processava a avaliação desta dimensão nas universidades.

Nesse pensar, Tenório (2010) afirma que o processo de construção conceitual de gestão social se daria por meio de um processo dialético negativo, sem pretensão de síntese conceitual, pois o termo ainda precisa transcender o espectro da gestão estratégica. Esse marco conceitual pretende somente enfatizar a “necessidade de que os gestores, independente da configuração jurídica da organização, atuem sob uma perspectiva na qual o determinante de suas ações seja a sociedade e não o mercado” (TENÓRIO, 2010).

Entendemos, nesse estudo, a gestão social como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social - público, privado ou de organizações não-governamentais) (TENÓRIO, 2005).

Sobre a Universidade Federal do Piauí (UFPI), essa é uma instituição federal de Ensino Superior sediada na cidade de Teresina, Estado do Piauí e com campi nas cidades de Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus. A Instituição é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI (criada pela Lei nº 5.528, de 12/11/1968) e é financiada com recursos do Governo Federal (UFPI, 2017).

A UFPI foi instalada em 01 de março de 1971 a partir da fusão de algumas faculdades isoladas que existiam no Estado - Faculdade de Direito, Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Administração (Parnaíba) e Faculdade de Medicina (UFPI, 2017). Apresenta como missão “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional” (PDI- 2010/2014). A universidade tem como objetivo cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado (UFPI, 2018).

3 | METODOLOGIA

Segundo Gil (1996), pode-se definir pesquisa como [...] procedimento racional e sistemático que proporciona respostas aos problemas propostos. Não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Essa é uma pesquisa qualitativa. Minayo (2000) enfatiza a pesquisa qualitativa

como sendo a que responde a questões muito particulares por si preocupar com as ciências sociais e a realidade improvável de ser quantificada ou reduzida a resultados.

Essa pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica. Este tipo de pesquisa tem como característica a busca privilegiada de informações encontradas em referências já publicadas. Segundo o que nos diz Gil (2002, p.44) “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência e podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência”.

Acresce a utilização de documentos da própria universidade (Projeto Pedagógico de Curso - PPC e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI) como instrumento de coleta dados para a inferência dos resultados.

4 | RESULTADOS

A Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Veloso, situado na cidade de Parnaíba, Piauí, foi instalada em 01 de março de 1971 a partir da fusão de algumas faculdades isoladas que existiam no Estado - em Parnaíba a Faculdade de Administração. A Fundação Educacional de Parnaíba, criada em 04/06/1966, foi a entidade mantenedora da Faculdade de Administração. Durante alguns anos ela funcionou no prédio do Ginásio São Luís Gonzaga.

O Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), iniciou a construção da infraestrutura própria do campus no dia 11 de outubro de 1971, porém somente no dia 6 de setembro de 1975, o Curso de Administração de Empresas começou a funcionar em suas novas instalações, no endereço atual. Com isso permitiu o acréscimo de outros cursos de nível superior (UFPI, 2017).

Segundo Moita e Andrade (2009) a universidade de acordo com a legislação deve ser alicerçada sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão. Quanto ao pilar ensino a UFPI-CMRV desenvolve atividades voltadas ao desenvolvimento do ensino, relacionando às questões pedagógicas, dentre outros e auxilia as coordenações e chefia de cursos no desenvolvimento dos aspectos pedagógicos e curriculares (PDI, 2015).

O CMRV possui uma comissão de Pesquisa criada pela Coordenadoria Especial de Pesquisa que tem como um de seus objetivos incentivar professores e alunos a publicarem seus estudos. Quanto à extensão, esta é responsável por ações que beneficiem à comunidade através de uma maior integração com a universidade por meio de projetos, ações, entre outros, valorizando a cultura local.

A coordenação de ações ainda é responsável por muitas outras competências, dispostas no Regimento Interno do CMRV (UFPI, 2017). A organização costuma executar serviços de assistência a comunidade da Cidade Parnaíba, a UFPI tem um papel importante na sociedade como produtora e difusora de conhecimento, colaborando na formação de profissionais capacitados para atender as necessidades

da população (UFPI, 2017).

O Serviço da Escola de Fisioterapia (SEF) é ligado ao curso de fisioterapia, com a finalidade de proporcionar infraestrutura, materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e atendimentos gratuitos no tratamento fisioterapêutico a comunidade. O foco principal do SEF é o desenvolvimento dos estágios curriculares, proporcionando aos alunos o exercício profissional e práticas de intervenção fisioterapêutica nas diversas modalidades. Os atendimentos são feitos pelos discentes do 8º ao 10º períodos de graduação totalizando um número de aproximadamente 30 alunos, sob supervisão de professores e fisioterapeutas do curso (UFPI, 2017).

Para iniciar o tratamento, devem ser seguidas as etapas: O paciente interessado deve dirigir-se à recepção do SEF para verificar a possibilidade de agendamento da avaliação inicial; O recepcionista fará o cadastro do paciente e o agendamento da avaliação no setor referente à condição clínica do paciente; O paciente deverá comparecer para avaliação, sendo encaminhado para o tratamento de acordo com calendário e horários disponíveis: Os tratamentos e os números de atendimentos serão estipulados pelo supervisor responsável pelo estágio (UFPI, 2017).

O laboratório de fisioterapia objetiva capacitar o aluno no processo de assimilação da tecnologia do cuidar do ser humano, contemplando os procedimentos que são realizados nas áreas do cuidado clínico, tanto ambulatorial como hospitalar. Possibilita a revisão das técnicas para o aprimoramento de suas habilidades em laboratório, antes de entrar em campo, ou seja, o aluno aprende como cuidar.

O laboratório se constitui de uma réplica da situação real que será vivenciada na prática pelos educandos, condições essas que permitem o treinamento, estimulando a participação do aluno em grupo, a troca de experiência e a livre expressão de sentimentos, além daquelas que garantem oportunidades de treino prático e aquisição de habilidades. O Labfisio também é espaço para treinamentos e atividades educativas destinadas a clientela diferenciadas. Através de projetos de extensão à comunidade (PPC - FISIOTERAPIA).

O Serviço da Escola de Psicologia (SEP) tem o objetivo de complementar a formação profissional dos alunos do Curso de Psicologia, lhes dando a oportunidade de colocar em prática os fundamentos teóricos adquiridos ao longo do processo ensino-aprendizagem, servindo à comunidade interna e externa. Procura responder à necessidade de integração entre a teoria e a prática na formulação do Psicólogo. Este oferece serviços gratuitos à comunidade (UFPI, 2017). Serviços ofertados: Avaliação psicológica, Atendimento individual para crianças, Adolescentes e Adultos, além de atendimento grupal e terapia de casal. O serviço também oferece um plantão psicológico (terça e quinta das 8h às 18h) dentro do seu horário de funcionamento para demandas extras e consideradas urgentes. Procedimentos para Atendimento: Basta apresentar-se para uma triagem e, em seguida, aguardar para que o atendimento seja agendado (UFPI, 2017).

O objetivo da Clínica Escola de Psicologia é complementar a formação profissional dos alunos do Curso de Psicologia, dando a oportunidade do exercício dos fundamentos teóricos alcançados ao longo do processo ensino-aprendizagem, com o desenvolvimento de atividades voltadas para a prevenção de problemas de natureza psicológica e a intervenção em problemas já instalados, servindo à comunidade interna e externa (PPC - Psicologia).

Os atendimentos a comunidade em 2017 foi de 4.500, atendimentos de demanda espontânea ou encaminhado pelo SUS. No primeiro momento é feito uma triagem e só posteriormente o paciente será encaminhado para o início do seu tratamento. São uma média de 24% crianças e adolescentes e os outros 76% adultos. São atendidos mais ou menos 40 casos de urgência (tentativa de suicídio, alto mutilação e abuso sexual). 500 desses atendimentos são realizados no plantão psicológico, que acontece as terças e quinta das 8:00 às 19:00 horas, cada pessoa tem direito a 4 plantões por semestre.

O Organograma é composto por 2 coordenações; uma coordenação pedagógica e a outra coordenação técnica; recepcionista; uma funcionária da limpeza; e os professores orientadores que trabalham com as seguintes abordagens: família, psicanálise, humanismo, terapia comportamental e saúde pública, contando com cerca de 96 estagiários distribuídos nessas abordagens. A clínica funciona de 8h às 20h. Um trabalho que tem como objetivo apresentar um retorno social a comunidade.

A Escola de Aplicação Ministro Reis Veloso funciona através de uma parceria entre a UFPI e a Prefeitura Municipal de Parnaíba. Recebe estudantes dos Anos Iniciais - Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e funciona nos turnos da manhã (1º ao 5º ano) e tarde (1º e 2º ano). Atualmente atende por volta de 185 alunos do município de Parnaíba, de diferentes bairros da cidade e oferece, além das aulas, atividades regulares na biblioteca e brinquedoteca e outras atividades desenvolvidas em parceria com os Cursos da UFPI/CMRV, a exemplo do Curso de Psicologia, que desenvolve ações regulares de estágio na Escola, Curso de Fisioterapia, Curso de Pedagogia, Curso de Medicina e Curso de Matemática (UFPI, 2017).

Além dos psicólogos e fisioterapeutas em formação que acompanham os estudantes da Escola de Aplicação Ministro Reis Veloso, a Escola é contemplada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e por ações de extensão como o Projeto de Musicoterapia desenvolvido por professores e alunos do Curso de Medicina da UFPI/CMRV junto às crianças com necessidades educativas especiais.

A Escola de Aplicação conta com uma equipe constituída pela Diretora, cinco professoras titulares, quatro professores de horário pedagógico, seis auxiliares para atender as crianças com necessidades educativas especiais, uma secretária, quatro vigilantes, dois funcionários de serviços gerais, uma merendeira e uma zeladora (UFPI, 2017), além de dois auxiliares administrativos, com um terceirizado conforme informações repassadas pela diretora da escola.

A Escola possui uma estrutura composta por cinco salas de aula de Ensino Fundamental I, uma biblioteca, uma brinquedoteca, dois banheiros para as crianças, dois banheiros para funcionários e um banheiro na brinquedoteca, sala da diretoria, secretaria, sala de professores, uma sala de apoio, pátio, cozinha, dispensa e almoxarifado. Estão em construção uma sala destinada ao Serviço de Psicologia e uma sala de Robótica, onde em breve serão desenvolvidas ações de suporte pedagógico e psicológico aos estudantes da Escola, bem como atividades de robótica voltadas às crianças regularmente matriculadas (UFPI, 2017).

A equipe de estágio em Psicologia e Saúde Coletiva promove também rodas de conversas com mães e familiares, a fim de promover a implicação da família com a educação escolar das crianças e a construção conjunta de estratégias de melhor inserção comunitária, bem como de oferta de espaço de escuta das demandas familiares, acolhimento e possíveis encaminhamentos das demandas (UFPI, 2017).

A Escola de Aplicação foi criada como uma forma de laboratório para o curso de Pedagogia, proporcionando a aplicação prática do curso na forma de estágio, a princípio a escola seria voltada aos filhos dos professores, técnicos e demais colaboradores da UFPI-CMRV, hoje em dia já atende alunos de toda a cidade de Parnaíba. Visto isso, pode-se afirmar que, mesmo não sendo o principal objetivo da Escola de Aplicação, a questão da ação social se faz presente pelo trabalho voluntário dos alunos dos cursos de Pedagogia, Psicologia, Fisioterapia e Medicina.

A Aquicultura CMRV trabalha em várias vertentes, dentre elas o programa de melhoramento genético iniciado pelos trabalhos de implantação de microchips. Ainda temos a larvicultura de camarões de água doce (nativos do Delta), está sendo produzida pela LABCAM.

O laboratório de larvicultura de peixes que irá trabalhar com peixes nativos em sistema de RAS, além do quintal agroecológico que está sendo modificado para a experimentação de modalidades de cultivos diferenciados e replantio das horas econômicas (UFPI, 2017). Aproximadamente 100 estagiários contribuem com o desenvolvimento do projeto, além de terem uma experiência profissional e prática do conteúdo adquirido em sala de aula.

Com a criação do curso de Engenharia de Pesca almejar, além de capacitar profissionais para atuar no setor pesqueiro e aquícola nacional e local, criar um ambiente de discussão deste relevante setor econômico, embasado em ações participativas, conhecimento científico e pesquisa-ação que possa levar a região do Delta do Parnaíba ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, pois essa é a meta da Universidade, trabalhando coerentemente sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão, de forma a gerar o desenvolvimento local e nacional. (PPC - ENGENHARIA DE PESCA).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como definido no início, o objetivo de identificar as práticas de gestão social implementadas na UFPI, foi alcançado. No entanto, tais práticas e programas, como a Escola de Aplicação, a Clínica de Fisioterapia, a Clínica de Psicologia entre outros, são fixadas com o objetivo inicial de beneficiar aos alunos em período de estágio na instituição, atingindo assim, por consequência, a comunidade da cidade de Parnaíba.

Assim, a gestão social ocorre mesmo que de forma indireta, no entanto, a instituição não está inserida diretamente no Terceiro Setor, porém pratica atividades e programas voltados ao mesmo.

Sendo a UFPI-CMRV uma instituição com diversos setores e níveis hierárquicos percebeu-se durante o processo de análise dos dados que a comunicação se dá de forma eficiente e com interferência mínima, além disso, todos os processos internos são bem organizados.

Os resultados obtidos limitam-se apenas ao Campus Ministro Reis Velloso da UFPI, ficando como sugestão para estudos posteriores a expansão aos outros campus da instituição para obter resultados mais amplos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, C. B. **Terceiro setor**: desafios e perspectivas constitucionais. Curitiba: Juruá, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M.C.S. et all. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TEIXEIRA, R. F. Discutindo o terceiro setor sob o enfoque de concepções tradicionais e inovadoras de administração. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 11, nº 1, p. 1-15, jan. /mar. 2003.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Histórico**. Disponível em: <<http://ufpi.br/o-campus?id=19575:o-campus-parnaiba>>. Acesso em: 1 Mai. 2018.

_____. **Institucional**. Disponível em: <<http://ufpi.br/institucional-ufpi>>. Acesso em: 19 de Abr. 2018.

_____. **Gestão Parnaíba**, 2017. Disponível em: <<http://ufpi.br/gestao-parnaiba>>. Acesso em: 1 Mai. 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Disponível em: <<http://leg.ufpi.br/proplan/materias/index/mostrar/id/15406>>. Acesso em: 16 Mai. 2018.

RESPONSABILIDADE SOCIAL VIA PROJETO REVIVER DO CARIRI

Amanda Rávilla Valério Xavier

Universidade Federal do Cariri
Juazeiro do Norte – Ceará

Marcus Vinicius de Oliveira Brasil

Universidade Federal do Cariri
Juazeiro do Norte – Ceará

Raiane de Alencar Alves

Universidade Federal do Cariri
Juazeiro do Norte – Ceará

Tiago Esmeraldo Pereira

Universidade Federal do Cariri
Juazeiro do Norte – Ceará

RESUMO: Como são realizadas as ações de responsabilidade social dentro do Projeto Reviver do Cariri? O objetivo do trabalho é estudar as formas de ajuda aos dependentes de drogas internados do Projeto Reviver do Cariri. A linha teórica de estudos do “bem comum” (common good) orienta que deve-se fazer o bem na sociedade, independentemente de retornos financeiros (MELÉ, 2002). É um estudo de caso único. O projeto é realizado dentro de uma casa de recuperação de pacientes viciados em álcool e drogas. Assim a pesquisa qualitativa foi realizada via entrevistas. As entrevistas abertas contaram com a participação do Fundador da Fundação Educadora do Cariri (FEC) e com a participação de uma dirigente do projeto Reviver do Cariri. As análises da pesquisa

foram feitas por meio da técnica da análise de conteúdo. A contribuição de projetos sociais no âmbito da Fundação Educadora do Cariri (FEC) atinge toda a sociedade juazeirense, diretamente beneficiada em questões de saúde, capacitação para o trabalho e recuperação de drogados, educação formal e informal, geração de emprego e renda, educação ambiental, e conhecimentos dos seus direitos e deveres na formação da cidadania. As formas de ajuda aos recuperados no projeto são: desintoxicação, medicação e acompanhamento médico e odontológico, assistências psicológica, psiquiátrica e espiritual, capacitação para pequenos trabalhos artesanais, atividades esportivas e de cunho religioso. Fica como sugestão de trabalhos futuros, uma aproximação com as famílias desses dependentes químicos para saber o impacto que o projeto efetivamente causou no âmbito familiar e conseqüentemente na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade social. Ação social. Qualidade de vida. Viciados em drogas. Recuperação.

ABSTRACT: How are social responsibility actions taken in the Cariri Reviver Project? The goal of this research is to study how to help drug dependents within the Cariri Reviver Project. The theory of the common good must be made to be successful in society, always with a

financial return (MELÉ, 2002). It is a unique case study. The project is carried out inside a recovery house for patients addicted to alcohol and drugs. Thus, qualitative research was realized by interviews. The open interviews were taken with the participation of the Founder of the Educating Foundation of Cariri (FEC) and with the participation of a leader of the project Reviver do Cariri. The methodology was done through the technique of content analysis. The contributions of the educational and social projects of the Cariri Educative Foundation (FEC) reach all Caririense society are: benefits to health education, training for the work and recovery of drug addicts, formal and informal education, generation of work and income, environmental education and their rights and duties in the formation of citizenship. The forms of help to drugs dependents are: detoxification, medication and medical and dental care, psychological, psychiatric and spiritual assistance, training for the work of artisanal women, sports and religious activities. For future works, it is recommended an approach with the family of that chemical dependents' to know the motives that caused problems inside the family and consequently in society.

KEYWORDS: Social responsibility. Social action. Quality of life. Drug addicts. Recovery.

1 | INTRODUÇÃO

Apesar de que as pesquisas sobre responsabilidade social são relativamente antigas nos Estados Unidos, nos últimos anos está se tornando cada vez mais presente nas organizações brasileiras. Isso é devido à uma parte significativa da sociedade não está incluída no processo melhorias da qualidade de vida. Por isso, é importante que as empresas busquem inovações e propostas para incluir essa parcela da população, tanto para bem estar coletivo quanto para fins lucrativos da organização gerando um maior desenvolvimento econômico. “Por isso, muitos projetos e programas vêm sendo desenvolvidos por empresas privadas, universidades, entidades, órgãos não governamentais e governos” (CASADO, SILUK, ZAMPIERI, 2012, p. 634). Segundo os estudos de Ashley (2002) não existe um conceito único para o termo responsabilidade social.

De acordo com Melo Neto & Froes (2001) Responsabilidade Social é vista de por dois aspectos. Primeiramente, existem os projetos sociais que têm a finalidade de resolver problemas sociais que afetam a sociedade. Outros aspectos são as ações comunitárias, que está relacionada a assistência e participação da instituição através de doações, por meio trabalho voluntário em ações sociais realizadas seja pelo governo ou por entidades filantrópicas. O conceito de responsabilidade social com relação à atividade empreendedora combina o social e a filosofia ética, permitindo uma coesão social, objetivando uma maior flexibilidade na direção das condições ambientais institucionais propiciando a inovação (MATHEW, 2009).

O ambiente da ação social em estudo é o projeto Reviver do Cariri. É instituição

privada, porém tendo em vista que existe uma grande necessidade por parte da população carente, os responsáveis da organização ofertam uma bolsa gratuita de internação para uma parcela de 15% do total dos internos. Sendo que o critério de escolha é feito de acordo com base em quem mais precisa do tratamento.

Existem três tipos de internação: voluntária, compulsória e involuntária. A primeira ocorre quando o paciente deseja o tratamento, sendo o mesmo vai a busca dele. Já a segunda, é quando a justiça determina a internação, pois o mesmo se torna um risco para a sociedade. A internação involuntária é quando a família decidir internar o paciente, independente da vontade do mesmo. Alimentação dos pacientes é feita de acordo com uma dieta determinada por uma nutricionista. Além disso, eles têm acesso à saúde. Eles possuem dentista, enfermeira e atendimento de psicólogo e psiquiatra em casos de internação compulsória.

Nas teorias éticas de responsabilidade social, existe uma corrente denominada dos “direitos universais” com base nos direitos humanos e trabalhistas e respeito pelo meio ambiente, reportada no *United Nations Global Compact* (1999). É a linha do “bem comum” (*common good*) orientada para fazer o bem na sociedade, independentemente das circunstâncias (MELÉ, 2002).

Diante deste contexto como são realizadas as ações de responsabilidade social dentro do Projeto Reviver do Cariri? O objetivo do trabalho é estudar as formas de ajuda aos internos dentro do Projeto Reviver do Cariri. Para tal foi realizado um estudo de caso único por via de entrevista com o fundador do projeto. A libertação das drogas consiste em garantir as mínimas condições de saúde para as pessoas, prevenindo, por exemplo, o uso de álcool por menores, e garantindo a segurança alimentar e os direitos civis, dentre outras ações (SEN, 1999). Para Sachs (2009), a liberdade se alcança pela valorização da vida, da segurança alimentar, do direito à educação e à saúde e na participação na vida produtiva.

2 | METODOLOGIA

O estudo de caso é um método bastante utilizado, não só nas Ciências Sociais Aplicadas, mas também na Ciência de maneira geral. É um estudo de caso único. Foi feita uma pesquisa no Projeto Reviver do Cariri, com a devida autorização e resposta do próprio fundador do Projeto. O projeto é realizado dentro de uma casa de recuperação de pacientes viciados em álcool e drogas. Assim a pesquisa qualitativa foi realizada via entrevistas. As entrevistas abertas contaram com a participação do Fundador da Fundação Educadora do Cariri (FEC) e com a participação de uma dirigente do projeto Reviver do Cariri.

As análises da pesquisa foram feitas por meio da técnica da análise de conteúdo. A análise dos resultados da pesquisa de campo utilizou a análise individual do projeto e os entrevistados quase sempre se referiam as outras unidades em conjunto, além

da casa de recuperação pesquisada que é a do Caldeirão da Criança, localizada na cidade de Juazeiro do Norte-CE. As entrevistas ocorreram em março e julho de 2016. No pensamento de Holanda (2003, p. 9) “Os estudos de casos podem ser descritivos, exploratórios [...] ou, ainda, avaliativos [...]”.

Em síntese, um descreve, outro teoriza e o terceiro testa a teoria”. E, ainda, o caso como inspiração deve começar por ele e focar na teoria, quando esta é insuficiente para explicar o fenômeno (SIGGELKOW, 2007). Trata-se de um estudo de caso inspirador e exploratório, visto que não se tem tanto conhecimento sobre o objeto de pesquisa, mas a relevância dele é inconteste. As questões abertas dos questionários foram abordadas seguindo a técnica de AC, com suporte em categorias ou gerando novas categorias.

Ela é uma técnica de análise de textos e documentos, associada a significados e significantes da mensagem, mediante procedimentos sistemáticos ou inferências na descrição de conteúdos, podendo-se quantificá-los em categorias numéricas ou criá-las com apoio em sua análise (VERGARA, 1998).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o Entrevistado1 (2016, p.2), quanto à forma de organização da Fundação Educadora do Cariri (FEC), “Nós somos privados, ou seja, somos uma fundação particular. Por ser uma fundação, ela possui 15% de pacientes bolsistas. Assim, temos saindo um e entrando outros de graça. Aqueles que são mais carentes e que não possuem condições de contribuir”. Uma organização necessita desenvolver conhecimento sobre as aspirações de sua comunidade, no sentido de ofertar soluções inovadoras para ela, por meio de seu capital social (BARTLETT, 2009).

A Fundação Educadora do Cariri (FEC) via projeto Reviver do Cariri ensina a criação de produtos artesanais feitos pelos próprios internos com apoio da FEC, que os capacita para o mundo do trabalho e da produção (ENTREVISTADO2, 2016). A criatividade é fomentada nos projetos sociais da Fundação Educadora do Cariri (FEC) desenvolvido em grupos específicos, criando uma espécie de comunidade terapêutica, que, na concepção de West (2009), deve incluir: diversidade, interdependência, participação dos membros dos grupos envolvidos, geração e seleção de ideias e suporte à inovação. O Projeto Reviver do Cariri é considerado um projeto inovador de responsabilidade social pelos seguintes motivos:

- a) oferta de cursos profissionalizantes sem ônus para o aluno, focando principalmente na capacitação profissional dos internos;
- b) é autossustentável, pois os recursos para o projeto são repassados pela Fundação Educadora do Cariri por meio das mensalidades dos recuperandos;
- c) estabelece cotas para alunos se internarem gratuitamente;

- d) atende as demandas de alunos hipossuficientes possibilitando o resgate social;
- e) permite a inclusão social ao ofertar cursos e oficinas de artesanato e produtos como meio de ajudar os recuperando sob o ponto de vista econômico;
- f) está procurando parcerias para aproveitamento da energia solar visando diminuir seus custos operacionais.
- g) incentiva o trabalho voluntário de monitores inclusive sendo alguns deles ex internos do projeto.
- h) Desenvolve um trabalho terapêutico tricotômico envolvendo corpo, alma e espírito, apesar de ser dirigida por um pastor evangélico não visa criar prosélitos, mas trabalha a parte espiritual com o auxílio da Bíblia Sagrada.

Concordando com Barbieri et al., (2010, p.150), a “Organização sustentável é a que simultaneamente procura ser eficiente em termos econômicos, respeitar a capacidade de suporte do meio ambiente e ser instrumento de justiça social, promovendo a inclusão social...” No caso o Projeto trabalha com pequenas hortaliças e hidroponia, além de desenvolver artefatos criativos. (ENTREVISTADO2, 2016).

A Fundação Educacional ainda estabeleceu uma parceria com a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE para internação compulsória, mas também na internação voluntária ou involuntária a Fundação tem “atendimento psicológico, dentista, enfermeira, assistente social e uma nutricionista para alimentação balanceada com cinco refeições diárias. Além disso, os pacientes têm terapias ao longo do dia. Eles são responsáveis pelos seus materiais de limpeza, sua própria roupa e os armários” (ENTREVISTADO1, 2016, p.1).

O que muda são as formas de pagamento, já que, quando a internação é compulsória a justiça determina que o Município repasse a Fundação o valor de R\$ 1.000, 00 mensais para custeio do paciente. Ultimamente a prefeitura local tem atrasado os repasse, deixando o projeto em uma situação difícil e dependente de doações da sociedade. “Nós atendíamos 150 nessa unidade e hoje estamos com 50. Por conta do não pagamento do município”. (ENTREVISTADO2, 2016, p.2).

A capacitação profissional é ligada diretamente às pessoas, e as organizações são formadas de pessoas e feitas para as pessoas; no entanto, quando se exprime o problema da capacitação para o trabalho, é preciso prever neste processo discussões sobre questões ambientais e sociais, pois, se estamos preparando seres humanos para o mundo do trabalho, a academia e as empresas devem conscientizá-los de pontos básicos sobre Responsabilidade Socioambiental para influenciar em seu comportamento prático. “A princípio abrimos quatro casas, três masculinas e uma feminina. Vimos que a necessidade era muito grande e toda grande cidade deve ter uma casa de recuperação. A dependência química é uma das poucas enfermidades que não é uma questão só física é uma questão de alma. Logo, ela deve ter tratada alma corpo e espírito” (ENTREVISTADO1, 2016, p.1).

A reconstrução das relações humanas deve ser trabalhada em todos os níveis sociais, pois existem viciados em drogas e álcool em todas as camadas da sociedade, de todas as idades e de todas as religiões (GUATARRI, 1990). “O tratamento sem a parte espiritual como a medicina diz não tem cura e a necessidade de jovens é muito grande tanto meninos quanto meninas. Adultos se perdendo nas drogas tanto lícitas quanto ilícitas” (ENTREVISTADO2, 2016, p.2).

4 | CONCLUSÃO

No terceiro setor a prática de ações de Responsabilidade Socioambiental vinculadas aos projetos sociais, já é uma realidade discutida na Academia já que muitos dos pensadores que explicam àquelas questões são cientistas, doutores e intelectuais que se envolveram nesses estudos com a preocupação de um futuro melhor para as próximas gerações e querem, por via de ações práticas, contribuir como parte da solução, mesmo que ao nível micro, mediado por suas instituições.

A contribuição de projetos sociais no âmbito da Fundação Educadora do Cariri (FEC) atinge toda a sociedade juazeirense, diretamente beneficiada em questões de saúde, capacitação para o trabalho e recuperação de drogados, educação formal e informal, geração de emprego e renda, educação ambiental, e conhecimentos dos seus direitos e deveres na formação da cidadania. A recuperação de um viciado pode evitar um crime hediondo, ou o suicídio do próprio paciente, visto que, as drogas potencializam distúrbios mentais e espirituais graves, além de afetar o corpo.

Com relação à pergunta inicial da pesquisa, as ações de responsabilidade social no projeto social Reviver do Cariri são: práticas de responsabilidade socioambiental que promovem a vida na comunidade e que preservam a sociedade. Quanto ao objetivo geral do artigo às formas de ajuda aos recuperados no projeto são: desintoxicação, medicação e acompanhamento médico e odontológico, assistências psicológica, psiquiátrica e espiritual, capacitação para pequenos trabalhos artesanais, atividades esportivas e de cunho religioso. Uma vez a inquietação científica respondida e o objetivo geral atingidos, segue como sugestão para trabalhos futuros, uma aproximação com as famílias desses internos para saber o impacto que o projeto efetivamente causou no âmbito familiar e conseqüentemente na sociedade.

O atual ambiente do sistema capitalista aponta para vários problemas que afetam a sociedade. Um deles é devido a uma parte generosa da população não está inserida em programas para melhorar a qualidade de vida da mesma. Portanto, algumas pessoas por meio da responsabilidade social, têm a iniciativa de criar projetos para tentar solucionar esse problema, um deles é o Projeto Reviver Cariri que atua como uma casa de recuperação para dependentes químicos, que busca tratar não somente o físico, mas também o psicológico e o espiritual por meio de diversos recursos descritos ao decorrer deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.
- BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições, **RAE**, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.
- CASADO, F.L.; SILUK, J.C.M; ZAMPIERI, N. L.V. Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: uma proposta de um modelo. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v.5, edição especial, p.633-650, dez. 2012.
- HOLANDA, A. N. C. Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos, o caso do ProInfo e a experiência brasileira. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. **Anais...** Panamá, 2003, Oct., p. 28-31. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047614.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- MATHEW, V. Sustainable entrepreneurship in small-scale business: application, concepts and cases. **The ICFAI University Journal of Entrepreneurship Development**, v. 6, n. 1, p. 41-61, 2009.
- MELÉ, D. **Not only stakeholders interests**. The firm oriented toward the common good. Notre Dame: Univesity of Notre Dame, 2002.
- MELO NETO, F. P. de; FROES, C.. **Gestão da Responsabilidade Social corporativa: o caso brasileiro** (da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social). Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SEN, A. K. **The perspective of freedom**. New York: First Anchor Books, 1999.
- SIGGELKOW, N. Persuasion with case studies. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 1, p. 20-24, 2007.
- UNITED NATIONS. **Global Compact Report 1999**. Brussels, 1999. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org>>. Acesso em: 23 ago. 2012.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.
- WEST, R. E. What is shared? A framework for understanding shared innovation within communities. **Education Tech Research Dev.**, v. 57, p. 315-332, 2009.

PERICIA CONTÁBIL: ESTUDO DA TABELA PRICE E A COBRANÇA DE JUROS SOBRE JUROS

Fernanda Regina Manoel

Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro
Universitário UniMetrocamp Wyden
Campinas - sp

João Vitor Dos Santos Ramos

Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro
Universitário UniMetrocamp Wyden
Campinas – SP

Thiago Gonçalves de Carvalho

Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro
Universitário UniMetrocamp Wyden
Sumaré – SP

RESUMO: O presente trabalho traz um estudo sobre o mercado financeiro, explorando como tema uma dos métodos mais utilizados em contratos de financiamentos e empréstimos, sendo este um dos métodos mais controversos quanto a sua eficiência, por lesar o seu tomador que em busca de adquirir um bem ou obter alguma melhora em sua vida acaba ficando exposto há cobrança exacerbada de juros, iludidos pelas “facilidades” apresentadas pelos bancos, porém tamanhas facilidades provem de práticas e métodos que ferem a princípios legais por conterem em sua composição cobranças indevidas que na maioria das vezes passa despercebido aos olhos do tomador, tornando – se assim, algo bem produtivo para as entidades bancárias. O estudo sobre o Método

de Amortização Price tem por finalidade clarear a forma como o mesmo é visto atualmente, utilizando como base os conceitos de seu próprio criador - Richard Price - e a investigação pericial em torno do tema. Em contrapartida abordará também a forma como a tabela Price é utilizada, defendida e disseminado pela corrente bancária, fazendo desta mais um dos meios de alavancar suas receitas.

PALAVRAS-CHAVE: SFN. Amortização. Price. Anatocismo. Usura

ABSTRACT: The present work presents a study on the financial market, exploring as theme one of the most used methods in financing contracts and loans, being this one of the most controversial methods as to its efficiency, for harming its borrower that in search of acquiring a good or getting some improvement in his life ends up being exposed to an exacerbated collection of interest, deceived by the “facilities” presented by the banks, but such facilities come from practices and methods that hurt legal principles because they contain in their composition undue charges that most of the time it goes unnoticed in the eyes of the borrower, becoming, thus, something very productive for the banking entities. The study on the Price Amortization Method aims to clarify the way it is currently seen, based on the concepts of its own creator - Richard Price - and the expert

investigation around the theme. On the other hand, it will also address how the Price table is used, defended and disseminated by the banking chain, making it one more means of leveraging its revenues.

KEYWORDS: SFN. Amortization. Price. Anotocism. Usury

1 | INTRODUÇÃO

Há no mercado financeiro vários métodos de amortização utilizados em contratos de empréstimos e financiamentos, sendo um deles conhecido como método Price, o qual vem causando grandes questionamentos em relação a sua eficiência e clareza, ocasionando o descontentamento e a procura por órgãos judiciais para elucidação de tais fatos.

Criada por Richard Price, o método francês de amortização tem como principal característica fazer com que as parcelas sejam iguais ao longo do parcelamento. O que gera discussões em cima desse método é a possibilidade do mesmo estar cobrando juros sobre juros, prática ilegal e vetada por lei no Brasil.

Como há grande incidência no número de reclamações em cima de tal método, se *faz* necessário um estudo mais detalhado, já que, esse se torna um assunto que requer atenção, uma vez que influencia financeiramente e de forma direta a vida dos envolvidos.

Diante de tantas divergências que envolvem o tema e em busca de maior esclarecimento sobre o mesmo, este trabalho apresentara a visão do mercado financeiro (correntes bancárias) em relação à cobrança de juros sobre a Tabela Price, no qual defende que não há irregularidade por não haver incidência de juros compostos, logo sua utilização seria inteiramente legal.

A proposta deste trabalho é demonstrar através do estudo de caso e de pesquisas na área que há incidência de juros compostos. Para o esclarecimento desse tema o artigo será trabalhado em cima do trabalho pericial, onde serão demonstrados evidencias que contrapõe essas ideias e a importância do trabalho do perito para a conclusão e realização dessas análise.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) tem por finalidade auxiliar e regulamentar o desenvolvimento econômico do país. Um de seus objetivos é fazer uma “ponte” entre credores e tomadores de crédito de forma que aja através da transferência de recursos a fomentação da economia. De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, 2008) o sistema financeiro Nacional é um “Conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários”. É composto por

várias instituições, sendo grandes representantes, os bancos. São eles os principais responsáveis pelo fornecimento de crédito à população, empresas e governo. Tendo grande importância, pois disponibilizam vários serviços e produtos que muitas vezes permitem que seus clientes amenizem ou solucionem seus problemas.

Porém, não se podem olhar os bancos somente como uma entidade que visa o desenvolvimento alheio, uma vez que essas transações também lhe são viáveis, pois ao liberar crédito os mesmos estarão captando recursos com a finalidade de aumentar suas próprias receitas. Ou seja, as operações realizadas pelos bancos vêm inclusas de tarifas, nenhum dinheiro é liberado de graça. Por isso, se faz necessário possuir conhecimento da forma como são realizadas essas cobranças para que o efeito de captar recursos não tenha efeito ao contrário ao que se espera.

Receber uma quantia hoje ou no futuro não são evidentemente a mesma coisa. Em princípio, uma unidade monetária hoje é preferível a mesma unidade monetária disponível amanhã. Postergar uma entrada de caixa (recebimento) por certo tempo envolve um sacrifício, o qual deve ser pago mediante uma recompensa, definida pelos juros. Desta forma, são os juros que efetivamente induzem o adiantamento do consumo, permitindo a formação de poupança e de novos investimentos na econômica. (ASSAF NETO, 2003, p. 15)

Uma vez ciente da funcionalidade bancária, e que nem sempre algo que parece simples e bom é realmente o que parece, principalmente quando envolve dinheiro, torna-se importante tomar ainda mais atenção e conhecer o real valor do dinheiro, conhecimento este adquirido com o auxílio da matemática financeira, já que a mesma permite obter respostas que possam sanar dúvidas sobre se de fato, as transações, produtos e serviços oferecidos pelos bancos são viáveis, logo a matemática financeira é uma importante ferramenta na tomada de decisões.

De acordo com Assaf Neto (2003, p.15).

A Matemática financeira trata, em essência do estudo do valor do dinheiro ao longo do tempo. O seu objetivo básico é o de efetuar análises e comparações dos vários fluxos de entrada e saída de dinheiro de caixa verificado em diferentes momentos.

Através desse conhecimento básico da matemática financeira juntamente com o entendimento das transformações sofridas pelo dinheiro no tempo se torna menor a possibilidade de cobranças exorbitantes pelos bancários, já que é mais fácil recorrer contra abusos quando há conhecimento que tais fatos ocorrem. Ainda assim, vale ressaltar que ao tomar um empréstimo ou financiamento o sujeito que o pegou sempre estará suscetível a essas cobranças, como o valor dos juros, por exemplo, que é o valor pago a mais pelo montante tomado. Para Assaf Neto (2003, p.16) “A taxa de Juro é o coeficiente que determina o valor do juro, isto é, a remuneração do fator capital utilizado durante certo período de tempo”.

Para maior entendimento sobre a cobrança de juros que incidem sobre as operações bancárias é preciso conhecer os regimes de capitalização apregoados no

Brasil. Para Segurato ET, al. (2008, p.30) “Regime de capitalização é o nome dado ao processo de formação de capital ao longo do tempo”. Em outras palavras, após disponibilizar seus recursos para terceiros, ao recuperar o valor de volta o mesmo estará capitalizando novamente esse recurso, ou seja, terá o retorno do capital emprestado incluso de juros pelo tempo no qual disponibilizou o valor.

Os critérios (regimes) de capitalização demonstram como os juros são formados e sucessivamente incorporados ao capital no decorrer do tempo. Nesta conceituação podem ser identificados dois regimes de capitalização dos juros: simples (ou linear) e composto (ou exponencial). (ASSAF NETO, 2003, p.18)

No regime simples o cálculo dos juros será feito em cima do valor inicial da dívida, fazendo com o valor do juro seja sempre o mesmo durante todo o período estipulado para pagamento. De acordo com Assaf Neto (2003, p.18),

O regime de capitalização simples comporta-se como se fosse uma progressão aritmética (PA), crescendo os juros de forma linear ao longo do tempo. Nesse critério, os juros somente incidem sobre o capital inicial ao longo da operação (aplicação ou empréstimo) não se registrando juros sobre o saldo dos juros acumulados.

Já o regime composto, o cálculo dos juros parte sempre do valor atualizado da dívida, ou seja, o valor da dívida vai se acumulando e em cima desse valor é cobrado juros, em outras palavras é cobrado juros sobre juros.

O regime de capitalização composta incorpora ao capital não somente os juros referentes a cada período, mas também os juros sobre juros acumulados até o momento anterior. É um comportamento equivalente a uma progressão geométrica (PG) no qual os juros incidem sempre o saldo apurado no início do período corresponde (e não unicamente sobre o capital inicial) (ASSAF NETO 2003, p.19)

Para Segurato, et al. (2008, p.31) “O regime de capitalização composta é a forma de capitalização mais utilizada nas práticas financeiras no Brasil”. Fato que se dá devido o mesmo ser mais rentável permitindo o aumento das receitas bancárias.

Mesmo os juros compostos sendo muito utilizado no Brasil, quando se fala sobre a prática de cobrança de juros sobre juros ocorrem muitos questionamentos sobre o assunto, já que tal cobrança é considerada anatocismo, ou seja, cobrança exagerada de juros. Hoog (2005, p.296) diz que: “Neste caso, a aplicação da taxa de juros sobre juros implica a capitalização de juros. E, matematicamente falando, a fórmula de aplicação do anatocismo esta demonstrada na capitalização composta”.

Tais questionamentos são levantados com afinco, pois de acordo com o decreto 22.626 (Brasil, 1993) em seu Art. 4º da lei ” É proibido contar juros dos juros: esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano”. Devendo os mesmo que o praticar ser punido de acordo com o código civil brasileiro, tal medida tem intuito evitar a cobrança exorbitante de juros de maneira que prejudique o desenvolvimento alheio.

Logo, se há regulamentações que inibem essas cobranças exacerbadas porque ainda há tantos questionamentos sobre a procedência de muitos contratos de empréstimos e financiamentos? Sendo assim, é importante analisar os principais sistemas de financiamentos utilizados no Brasil, em específico o sistema Frances de amortização ou Tabela Price, uma das maiores geradoras de embates judiciais.

O anatocismo implica a capitalização composta dos juros de um capital. Por capitalização composta entende-se a contagem de juros sobre juros, independentemente de sua incorporação ao capital, bastando para isso, contar juros sobre o outro como ocorre no sistema price ou na utilização de qualquer forma exponencial. (BARRETO et al., 2015 - APUD Hoog, 2009).

Quando é solicitado um empréstimo ou financiamento por ser um valor emprestado o tomador do crédito paga os juros para usufruí-lo, esse valor é estipulado pelo contratante. Durante o pagamento das parcelas negociadas é pago parte do valor tomado mais o valor dos juros, o valor que representa o principal contido na parcela é maior que os juros. O processo no qual é devolvido parte do valor principal da dívida é chamado de amortização. Segundo Assaf Neto (2003, p.349) “A amortização refere-se exclusivamente ao pagamento do principal (capital emprestado), o qual é efetuado, geralmente, mediante parcelas periódicas (mensais, trimestrais etc.).” Tal processo de amortizar o valor para diluir a dívida tem por finalidade facilitar a quitação da mesma, sendo muito utilizado em contratos de financiamentos e empréstimos, normalmente de longos prazos.

No mercado, existem diversos sistemas de financiamentos, o aplicado no acordo deve ser conhecido pelas partes (contratado e contratante) e ser expressos em contrato. Os mais usados são o SAC, PRICE e SAM.

O SAC (Sistema de Amortização Constante) é conhecido por manter o valor da amortização sempre constante durante todos os pagamentos, para isso o valor principal da dívida é dividido pela quantidade de parcelas a serem pagas e o resultado será o valor da amortização.

De acordo com Souza e Clemente (2004, p.65) “Em função de a amortização ser constante, o saldo devedor, a cada prestação paga, decresce sempre de um mesmo valor (amortização).

Para se chegar ao valor das parcelas é preciso fazer a junção da amortização mais o valor dos juros.

Segundo Assaf Neto (2003, p.350) “Os juros por incidirem sobre o saldo devedor, cujo montante decresce após o pagamento de cada amortização, assumem valores decrescentes nos períodos”. Assim os valores das parcelas automaticamente diminuem fato esse, acarretado pela diminuição dos juros, uma vez que a amortização é sempre a mesma.

No Sistema Americano (SAM ou Sinking Fund) não há amortização durante as parcelas, ou seja, durante todo o período do financiamento, se paga apenas os juros e

ao final do prazo, na última parcela a amortização é paga de uma só vez.

Para Motta e Calôba o cálculo das parcelas desse sistema é muito simples, pois os juros são pagos em parcelas iguais durante todo o período e como a parcela é composta apenas pelo próprio, o valor da parcela é igual ao valor do juro mensal. Lembrando que na última parcela o valor da amortização tem que ser somado aos juros a ser pago.

Já na PRICE OU SAF (Sistema de amortização Francês) o que a difere da SAC é o fato das parcelas serem iguais durante todo o parcelamento.

Neste caso o valor dos juros e da amortização são variáveis, pois conforme o tempo passa a amortização aumenta de acordo com a queda dos juros a serem pagos. De acordo com Souza e Clemente (2004, p.62) “as prestações iniciais contêm uma alta parcela de juros, a qual vai caindo geometricamente à medida que a dívida vai sendo saldada. A amortização apresenta crescimento geométrico ao longo do período de financiamento”.

Para Barreto, et al. 2015 (APUD Nogueira, 2008, p. 55),

Price foi muito além do simples fato de produzir equações matemáticas. Suas equações são “escandalosamente posicionadas no processo do dinheiro como reprodutor do próprio dinheiro” e isso em um patamar muito acima do ato da usura, no qual o processo ardiloso está embutido no método.

3 | PERÍCIA CONTÁBIL

A perícia contábil é exercida exclusivamente por contadores que são registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

A sua base legal, no Decreto-lei nº 9.295/46 (Brasil, 1946) em seu art. 25, alínea c, determina:

“[...] perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza conferias por lei aos profissionais de contabilidade”

Ficou determinado por lei que a perícia contábil é de competência exclusiva do contador, o que torna a sua prática ilegal e passível de anulação caso venha a ser executada por não - contador.

A palavra *perícia* advém do Latim “peritia” e significa conhecimento, saber, habilidade e experiência. De acordo com Santos, Schmidt e Gomes (2006, p.16):

Perícia é uma diligência realizada ou executada por peritos, a fim de esclarecer ou evidenciar certos fatos objeto do litígio judicial ou por interesse extrajudicial. Significa a investigação, o exame, a verificação da verdade ou realidade de certos fatos, por pessoas que tenham habilitação profissional, reconhecida experiência

quanto à matéria e ilibada idoneidade moral. (SANTOS; SCHMIDT; GOMES, 2006, p.16).

O Conselho Federal de Contabilidade, CFC.1999, define pela Resolução CFC nº. 858/99, da seguinte forma. (NBC TP 01):

“A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científico destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.”

A perícia contábil é um meio de apresentar a realidade de um fato ou situação, auxiliando o especialista na tomada de decisão.

No entanto, sabe-se que, para realizar a perícia é preciso se utilizar de técnicas condizentes que permitem chegar a uma opinião clara e concisa, em conformidade com a lei e as técnicas contábeis apropriadas e um profissional habilitado. (SÁ, 2011, p. 3).

Logo, perícia contábil tem o intuito de esclarecer, demonstrar ou provar as informações das partes interessadas ligadas ao patrimônio, através do Laudo Pericial que é realizada pelo perito contábil legalmente habilitado e capacitado. Partindo de outra visão em que a auditoria, que consagra a amostragem e é realizada regularmente, a perícia contábil é uma técnica contábil que possui caráter de especificidade e busca todo o universo. A perícia exige insistência na busca das informações necessárias para dar confiança e respaldo ao Laudo.

Esse conceito é uma forma genérica para toda e qualquer tipo de perícia. Mas dentre elas existem as mais variadas perícias, cada uma com suas particularidades. A perícia contábil avalia o patrimônio das entidades e quaisquer alterações nelas ocorridas. Sá (2010, p.3) diz que:

Perícia contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião.

Desta forma a perícia é entendida como a diligência praticada por peritos dentro da legalidade e da ética, e com o objetivo de esclarecimento de determinados fatos buscando sempre a imparcialidade. Ela tem a função de processar e interpretar os vestígios resultando em um laudo pericial que dará suporte ao processo de investigação. Assim a perícia contábil verifica fatos ligados ao patrimônio de pessoas físicas e jurídicas, em busca de uma opinião dos peritos que vão concluir se é há irregularidade ou regularidade da situação proposta. Perícia Contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer análises e conclusões,

mediante da causa periciada.

4 | MATÉRIA DE FATO E DE DIREITO

O trabalho pericial em busca de esclarecimentos sobre o tema abordado é de extrema importância, pois a junção de provas provenientes de suas diligências permitirem ao magistrado com base nos dados apresentados mais o seu conhecimento da lei chegar a uma conclusão. Esse conjunto de informações é realizado em cima de várias informações, sendo definidas como matéria de fato e de direito. Segundo a Enciclopédia Jurídica (2014):

Reunião das razões de fato ou de direito, que em juízo são produzidas pelos litigantes sobre fatos que provocaram a demanda, servindo estas de objeto probatório, para convicção do julgador das regras normativas do direito a serem aplicadas.

A matéria de fato é toda informação gerada com base em provas encontradas, segundo a Enciclopédia Jurídica (2014) de fato se refere a: "relativamente a circunstâncias ou provas materiais; que tem existência objetiva ou real. Opõe-se a "de direito".

Já a matéria de direito é toda decisão tomada utilizando além das provas encontradas as interpretações baseadas nas leis. Descrita pela Enciclopédia Jurídica (2014) como: "Tudo que for relativo à ciência do Direito, sua legislação, doutrina jurídica, jurisprudência e leis que normalizam ditas matérias".

É de extrema importância que toda matéria de fato apresentada seja bem exposta, uma vez que, quanto mais claro e objetivo a mesma for, mais relevância possuirá, auxiliando através de sua junção com a lei a conclusão do caso.

5 | METODOLOGIA

A Metodologia da pesquisa tem por objetivo demonstrar os passos que foram tomados para a obtenção do resultado apresentado, tornando – os mais claros e objetivos, permitindo assim que outros possam obter os mesmos resultados.

Para Pádua (2012, p.31),

(...) pesquisa é toda atividade voltada para solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquietação da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos orientes em nossas ações.

O artigo apresentado foi constituído através de pesquisa descritiva com embasando teórico, explorando o uso de materiais bibliográficos e estudo de caso

(laudo pericial) partindo das evidências encontradas para auxiliar na resolução do tema abordado. De acordo com Gil (2009, p.14),

Os estudos de caso servem a muitos propósitos de pesquisas. São úteis para proporcionar uma visão mais clara acerca de fenômenos pouco conhecidos. São adequados para a formação de hipóteses de pesquisa. Contribuem para a descrição de grupos, organizações e comunidades. Também podem ser utilizados para fornecer explicações acerca de fatos e fenômenos sob o enfoque sistemático. O que significa que os estudos de caso podem servir tanto a propósito exploratório quanto descritivos e explicativos. Abrangem, portanto, um espectro de possibilidades muito mais amplo que o da maioria dos delineamentos de pesquisa.

O desenvolvimento deste se deu através da confrontação das informações adquiridas com as pesquisas teóricas em oposição as das ideias apresentados pelos bancários em defesa da utilização do uso da Tabela Price para cálculos de financiamentos e empréstimos.

Após toda pesquisa e análise feita, foi elaborada uma definição concreta dos fatos discutidos sendo assim emitindo nesse artigo a elucidação sobre os conceitos utilizados para debates judiciais e reclamações, com isso espera-se que sirva como base para novas avaliações.

6 | VISÃO BANCÁRIA

Realizar transações bancaria se tornou algo fácil, ágil e seguro. A substituição da moeda física pela eletrônica, a realização de movimentações financeiras como contratações de empréstimos, contratos de financiamentos entre outros por intermédio dos bancos tornou-se algo muito presente na vida das pessoas, logo, de uma maneira ou outra as entidades bancarias se tornaram algo essencial e necessária, uma vez que a realização de tais movimentos está na alçada dessas entidades, em outras palavras sem elas tais procedimentos não seria possível. Por serem entidades que tem por finalidade lucrar para se manter os bancos se utilizam da cobrança de juros e tarifas sobre todos os seus produtos que vão desde os mais simples até os mais complexos. Tática essa totalmente normal já que, o mesmo disponibiliza seus recursos a terceiros, porem muitas vezes essas cobranças ocorrem de forma descontrolada e indevida, fato que se da devido saberem da dependência que existe entre a necessidade que há de se tomar de seus recursos e a falta de opção de seus tomadores.

Para manter a tese de que o Sistema de Amortização francês ou Price não viola as leis brasileiras, os mesmos usam como argumento que não há nenhuma relação entre capitalização composta e juros sobre juros, além disso, a cobrança dos juros na Price ocorre de forma aritmética, ou seja, a cobrança de juros deriva do saldo descontando os valores já amortizados, ou seja, em sua composição se faz da seguinte maneira: todas as parcelas são compostas por parte da amortização da dívida e parte dos juros e que em cada nova parcela a cobrança dos juros é refeita com base do valor que

falta a pagar não ocorrendo assim à cobrança composta dos juros, não exonerando os seus tomadores, nem ferindo os princípios legais, já que o que ocorre nesse sistema de amortização pode ser entendido como anatocismo que diferente da capitalização composta pode ser utilizada pelo sistema financeiro em algumas ocasiões sendo ela permitida pelo STF (Supremo Tribunal Federal) de acordo com a medida provisória nº 1.963-17/2000 reeditada como MP nº 2.170-36/2001 “É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000” Ou seja, é permitido quando for expresso em contrato de forma compactuada entre as partes.

RICHARD PRICE

O reverendo presbiteriano Richard Price criou a tabela de juros compostos conhecida como Tabela Price, também conhecido como Sistema Francês de Amortização, que no Brasil, quem utiliza destes métodos são os bancos e financiadoras, para empréstimo de dinheiro e conceder créditos pessoais, sendo assim quem pega o crédito emprestado ficam pagando prestações iguais e fixas sem saber da extorsiva taxa de juro real que está pagando, por não conhecerem o método utilizado para transferência de riqueza dada por este tipo de contratos.

Como se explica a própria formula de Richard Price que a define como juro composto, $(1 + i\%)^n - 1$:

Onde (1), representa o capital de empréstimo que é somado ao (i%), percentual da taxa que vai ser emprestado, que do mesmo modo é a causa da progressão geométrica e por imediato traz o tempo (n) que é o principal problema do juro composto, de fato é o fator tempo que determina a quantia de vezes que o capital vai se multiplicar ao longo do período e o (-1), será subtraído da resposta assim se chegará à quantia de vezes que será aplicado realmente á taxa de juro. De acordo com Price:

The present Value of an Annuity of One Pound, for any Number of Years not exceeding 100, at the several Rates of 3, 4, 5, and 6 per Cent.

TRADUÇÃO:

O valor presente de uma anuidade de uma libra, para qualquer número de anos não superior a 100, nas taxas de 3, 4, 5 e 6 por cento.

Em decorrência do sistema da Tabela Price, para que o saldo seja zerado na última prestação, cada parcela deve ser sempre maior que o valor do juro devido no mesmo período e incidente sobre o saldo devedor, pois, do contrário, qualquer dívida que ultrapassar o tempo de 100 anos se tornará perpétua ou vitalícia.

O método de Price adotado pelos bancos ou financiadoras se mostra onerosos, aos agentes econômicos, pois quanto maior o prazo para efetuar o pagamento, maior será a incidência dos juros aplicados em Progressão Geométrica no momento do cálculo da parcela inicial, considerando o tempo como o principal fator na dimensão do

valor a ser pago. Foi comprovado por muitos analistas matematicamente a existência do fenômeno da capitalização composta de juros no uso da Tabela Price como sistemática de amortização de financiamentos. Firmadas as devidas conclusões, no Brasil a Tabela Price se enquadra no Decreto 22.626/33, conhecida como Lei da Usura, e sua proibição à incidência de juros sobre juros (capitalização composta de juros). Além dos decretos na lei da Usura, é possível verificar a adequação da Tabela Price em face dos princípios de proteção ao consumidor. De fato, a utilização de crédito é um valioso instrumento e um atrativo para o cidadão que tem planejamentos para o futuro, após a aplicação do método da Tabela Price, é possível verificar os ganhos elevados e injustificados às instituições financeiras, e, em contrapartida, o devedor é altamente lesado.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito financeiro é uma oportunidade de almejar e conquistar algo que sempre sonhou, uma vez que garante ao assalariado alcançar objetivos e sonhos que de outra forma não seria possível. E uma das formas de se alcançar a tão sonhada casa própria, um automóvel, ou até a uma viagem de férias, é justamente valendo-se de financiamentos ou empréstimos. Entretanto, sabemos que a compra a prazo é a única opção para grande parte da população, tornando-se os juros inevitáveis. Não teríamos como concluir esse trabalho sem citar dois aspectos fundamentais, que prevalecem no Brasil e trazem impactos diretamente nas condições de oferta de crédito e no custo dos financiamentos para o consumidor: o primeiro, a alta taxa básica de juros divulgada mensalmente pelo Copom (Conselho de Política Monetária do Banco Central), conhecida como taxa Selic; e o segundo aspecto, o proeminente poder econômico dos bancos, os quais prevalecem como as instituições mais lucrativas do país, praticam spreads invejáveis, e nos fazem pensar: se os bancos informam que não praticam usura, e nem anatocismo, e estão tão bem assim, imagine então se eles praticassem.

Portanto, partindo da presunção de que a Tabela Price capitaliza juros de forma composta, não resta dúvida quanto à sua ilegalidade no sistema jurídico brasileiro, fica nítido a insistência das instituições financeiras em aplicá-la como sistemática de amortização de capital, sendo passível de ser invalidada por cláusulas abusivas nos termos do Código de Defesa do Consumidor. Portanto, é certo de que a Tabela Price é ilegal, e deve se extirpar da prática financeira. Esperamos, assim que de forma clara e objetiva a Tabela Price deve ser prescrita em contratos de financiamentos e empréstimos, seja consolidado de uma vez por todas, a ponto de não restar dúvida sobre sua ilegalidade e de como sua prática é abusiva

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 8ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

Banco Central do Brasil – **Programa de educação financeira. Como funciona o sistema financeiro nacional (2008)**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Sistema%20Financeiro%20Nacional.pdf> em acesso em: 25 de março de 2018.

BARRETO, M.D, et al. **A Capitalização dos Juros na Tabela Price no entendimento dos Peritos Judiciais que atuam na região Sudeste do Brasil**. Congresso de contabilidade 2015 – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/98_16.pdf Acesso em: 7 de março de 2018.

Decreto Nº 22.626 de 7 de Abril de 1933. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d22626.htm. Acesso em: 7 de março de 2018.

Decreto Nº 9.295 de 27 de Maio de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d22626.htm. Acesso em: 25 de março de 2018.

GIL, A.C. **Estudo de Caso**. 1ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

HOOG, W.A.Z. **Prova pericial contábil**: Aspectos práticos & fundamentais. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2006.

Matéria de Fato e de direito– Enciclopédia Jurídica (2014); Disponível em: <http://www.encyclopedia-juridica.biz14.com/pt/encyclopedia-juridica-dicionario-direito.html> . Acesso em 24 de Maio de 2018.

MOTTA, R.R. CALÔBA, G.M. **Análise de investimentos: tomada de decisão em projetos industriais**. São Paulo: Atlas, 2002.

Normas Brasileira de Contabilidade (Perícia Contábil) – NBC TP 01 – Resolução CFC nº 858/99. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Per%C3%ADcia_Cont%C3%A1bil.pdf Acesso em: 25 de março de 2018.

PÁDUA, E.M.M. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórica – prática**. 17ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2012.

SÁ, A.L. **Perícia Contábil**. 10º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, J. SCHMIDT, P. GOMES, J. **Fundamentos de Perícia Contábil**. Vol. 18 São Paulo: Atlas S.A. - 2006

SEGURATO, J.R, et al. **Cálculo financeiro das tesourarias bancos e empresas**. 4ª ed. São Paulo: Saint – Paul Editora, 2008.

SOUZA, A. CLEMENTE, A. **Decisões Financeiras e análises de investimentos – fundamentos, técnicas e aplicações**. 5ª ed. São Paulo. Atlas: 2004.

STF entende como constitucional a capitalização de juros. Disponível em: <http://www.cnf.org.br/noticia/-blogs/stf-entende-constitucional-a-capitalizacao-de-juros>

STJ autoriza capitalização de juros se expressamente prevista em contrato. Natividade Jurídica - notícias e artigos jurídicos. 17 jan, 2017. Disponível em: <http://natividadejuridica.com/stj-autoriza-capitalizacao-dos-juros-se-expressamente-prevista-no-contrato/> Acesso em 24 de Maio de 2018

GASTRONOMIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SENSORIAL DE PÃES PRODUZIDOS NO CURSO DE PANIFICAÇÃO

Barbara Cassetari Sugizaki

Bacharela em Gastronomia pela Universidade
Federal do Ceará
Fortaleza – CE

Ilana das Neves Barbosa

Discente em Gastronomia pela Universidade
Federal do Ceará
Fortaleza – CE

Eveline de Alencar Costa

Docente do Bacharelado em Gastronomia na
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – CE

Aline Kessia Ferreira Marques

Discente em Gastronomia pela Universidade
Federal do Ceará
Fortaleza – CE

Eduardo Torres Ferreira

Bacharel em Gastronomia pela Universidade
Federal do Ceará
Fortaleza – CE

Vanessa Noronha Freire

Bacharela em Gastronomia pela Universidade
Federal do Ceará
Fortaleza – CE

Rafael Queiroz Gurgel do Amaral

Docente do Bacharelado em Gastronomia na
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – CE

panificação, oferecido pelo Programa de Extensão Gastronomia Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com a Organização não Governamental Movimento Saúde Mental Comunitária (MSMC) localizada do bairro Bom Jardim. As aulas ocorreram durante o mês de julho de 2017 na Escola de Gastronomia Autossustentável (EGA), buscando atender prioritariamente a comunidade, e tiveram como objetivo a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, promovendo qualificação profissional e incentivando o empreendedorismo como forma direta e indireta a pobreza. Este curso contou com 26 alunos e 10 monitores que se revezaram entre os dias de curso para ensinar os princípios básicos sobre a panificação, incluindo também os aspectos sobre higiene e manipulação dos alimentos, noções de economia criativa, cálculo dos preços dos produtos, ergonomia e racionalização do trabalho. As preparações foram separadas em categorias, uma categoria para cada dia de aula contando com aproximadamente três preparações, que foram: massas macias, massas doces, massas ricas, massas úmidas, massas folhadas, pães integrais e pães coloridos. Ao final de cada aula, foi realizada com os alunos do curso uma análise sensorial de um dos pães produzidos no dia, que representasse aquela classificação de pães. A partir desta análise conclui-se que

RESUMO: Este trabalho buscou avaliar a aceitação dos pães produzidos no curso de

os pães produzidos foram bem aceitos por seus provadores.

PALAVRAS-CHAVE: Gastronomia; Panificação; Análise Sensorial.

ABSTRACT: This work sought to evaluate the acceptance of breads produced in the baking course, promoted by the Social Gastronomy Extension Program of the Federal University of Ceará (UFC) in partnership with the Non - Governmental Movement Community Mental Health Care (MSMC) located in the Bom Jardim neighborhood. The classes took place during the month of July of 2017 at the School of Gastronomy Autosustainable (EGA), seeking to insert, primarily, the community of young people and adults in a job market, promoting job qualification encouraging the entrepreneurship, acting against poverty directly and indirectly. This course counted on 26 students and 10 monitors who alternated themselves through the days of course teaching the basic principles on baking, as well as aspects on food hygiene and handling, notions of creative economy, product prices, ergonomics and rationalization of work. The preparations were separated into categories, a dough category for each day of class containing three types of preparations, which were: soft, sweet, rich, moist, laminated, whole-grain breads and colorful breads. At the end of each class, a sensorial analysis was made according to the bread type produced. From this analysis it is concluded that the breads were well accepted by their tasters.

KEYWORDS: Gastronomy, Breadmaking, Sensorial Analyses

1 | INTRODUÇÃO

Durante a realização do curso de panificação realizado pelo Programa Gastronomia Social em julho de 2017, foi realizada também a análise sensorial dos pães produzidos pelos alunos buscando analisar a aceitação destes. Porém, a área da panificação é recente no Ceará, possuindo um histórico tardio da panificação no estado, em que segundo Brandão (199-?, p. 70):

Este mapa é referente às importações de farinha de trigo a partir de 1845, leva-nos a concluir que são da última década da primeira metade do século XIX [...] que o consumo do pão fabricado de cereais panificáveis, não era conhecido no norte e nordeste do Brasil, até esta época.

O autor prossegue afirmando que anteriormente a alimentação pela manhã no Ceará tinha como base o beiju e a tapioca. O pão demorou, portanto, a fazer parte da alimentação de toda a região, sendo até hoje os derivados da mandioca a base da alimentação. Tanto por ser essencialmente parte da cultura, por possuírem grande produção no Ceará, quanto por seus valores comerciais mais acessíveis a grande parte da população do que os produtos da panificação. Além do fator cultural, a panificação no Ceará enfrenta dificuldades tais como qualificação profissional e equipamentos de boa qualidade, principalmente tratando-se da panificação artesanal, da qual se tratava este curso. A panificação artesanal, de acordo com Canella-Rawls (2010) é elaborada

artesanal ou manualmente, dessa forma é necessário um artesão de pães que possui técnicas e estilos em todos os detalhes da produção do pão.

Neste sentido, o curso de Panificação oferecido busca atender a uma qualificação de mão de obra que se faz necessária para aumentar a produção e o consumo de pães, que segundo Pessoa (2012, p.14) no Nordeste é de 10kg/pessoa/ano, enquanto o consumo recomendado pela Organização Mundial de Saúde é de 60kg/pessoa/ano. Pessoa explica ainda que este baixo índice “pode ser facilmente explicado pelas características da culinária regional, na qual o pão de trigo sofre a concorrência direta de substitutos como o beiju, o cuscuz e o polvilho doce”. Desta forma, percebe-se que até os dias de hoje, a cultura alimentar do Nordeste mantém como base seus produtos tradicionais, adaptando-se contudo a chegada de novos produtos.

Sendo assim, com uma turma inicial de 26 alunos inscritos e com carga horária de 40h/a, o objetivo geral do curso foi de apresentar e ensinar a panificação em suas diversas técnicas e especificações, ingredientes usados e suas funções de forma básica, aspectos artesanais da panificação e modelagem, a fim de cumprir com a função de capacitação pelo Programa Gastronomia Social da Universidade Federal do Ceará na comunidade. Além de oferecer no início do curso noções sobre higiene e segurança alimentar, economia criativa, cálculo do preço dos produtos, incentivando também os alunos a começarem seu próprio negócio, apresentando aos alunos outras variedades de pães que são menos conhecidos e consumidos, e os incentivando ao consumo e produção dos mesmos.

2 | METODOLOGIA

Esta análise sensorial se utilizou de métodos subjetivos ou afetivos, que segundo Dutcosky (2011) este método mede o quanto uma população gostou de um produto, avalia a preferência ou aceitabilidade. Os testes utilizados foram de natureza qualitativa, em que de acordo com Dutcosky (11, p. 235) “são aqueles que avaliam subjetivamente as respostas de uma amostra de consumidores em relação às propriedades sensoriais de um produto”.

A técnica utilizada para esta pesquisa foi o grupo focal, cuja estrutura para a condução segue as seguintes etapas, segundo Dutcosky (2011): planejamento da pesquisa; adequação do roteiro de perguntas; recrutamento dos participantes; condução da sessão; análise dos dados; e apresentação dos resultados.

Desta forma, utilizou-se, portanto, primeiramente uma pesquisa bibliográfica a respeito da panificação e posteriormente uma pesquisa experimental, da qual segundo Fachin (2006, p. 45) trata-se de um método “usado como base de progresso do conhecimento nas áreas científicas, pois ele é a coleta de dados, de forma a conduzir respostas claras e diferenciadas”

O grupo focal foi realizado com provadores não treinados e seguiu o seguinte

roteiro de perguntas: cor, aroma, sabor, textura do miolo, crocância da casca, aparência global, atitude de consumo e atitude de compra. Sendo realizado no laboratório de preparo dos alimentos da Escola de Gastronomia Autossustentável pelos próprios alunos do curso de panificação.

Para a análise foi selecionado apenas um pão por dia de produção, visto que um deles representa a classificação do dia. As classificações denominadas para os pães de cada dia foram: massas macias, massas doces, pães integrais, massas ricas, massas folheadas, pães coloridos e massas úmidas.

As classificações em magras, doces, ricas e úmidas foram assim denominadas de acordo com Kalantý (2015) em seu livro *Como assar pães: As cinco famílias de pães*, enquanto as classificações por integrais, folheadas e pães coloridos foram denominadas durante o planejamento do curso tendo em vista a comercialização de pães e também as qualidades nutricionais destes alimentos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por aula foram realizadas de duas a quatro variedades de pães, porém foi analisado apenas um deles que representasse a classificação daquele tipo de massa, visto que não havia tempo para a realização da análise sensorial de todos os pães produzidos. Deste modo, foram analisadas as seguintes classificações, enumeradas de modo a facilitar representadas por:

- Massas macias: Pão de hambúrguer (pão1);
- Massas doces: Rolinhos de canela (pão2);
- Pães integrais: Pão de forma integral de mel (pão3);
- Massas ricas: Pão de coco (pão4);
- Massas folheadas: Croissant (pão5);
- Pães coloridos: Pão de abóbora (pão6);
- Massas úmidas: Focaccia (pão7);

No critério cor, a grande parte dos pães as respostas foram definidas como “dourada”, apenas no pão 1 foi relatada coloração “escura”. Em relação ao aroma, no pão 1 foi relatado aroma acentuado de fermento, enquanto nos outros dias o aroma foi marcado pelos ingredientes específicos que caracterizasse a receita, tais como canela, farinha integral, coco e alecrim, nos pães 2, 3, 4 e 7 respectivamente. Enquanto nos pães 5 e 6 foram relatados apenas que apresentaram aromas diferenciados, não específicos de manteiga ou abóbora.

Em relação ao sabor, na maioria dos pães foi relatado um sabor suave e agradável, apenas o pão de 1 em que alguns provadores constataram que foi possível

sentir o sabor da farinha um pouco crua. Este pão também foi o único que apresentou características indesejáveis na textura, tanto do miolo quanto da casca, pois se apresentava “mais denso que o comercial” e com “fendas na casca”, enquanto os outros pães obtiveram as texturas desejáveis apresentando-se com miolo macio e casca entre macia e crocante. Sobre o pão 3, houve foi analisado positivamente em relação ao sabor, sendo apenas dois alunos relataram que não trocariam pelo pão tipo branco. Houve ainda um comentário por parte dos alunos sobre o pão 6, sobre ter uma importância nutricional mais voltada às crianças.

As duas últimas perguntas do roteiro destinavam-se a atitude de consumo e compra pelos provadores, que confirmou os resultados satisfatórios, visto que todos relataram que consumiriam com frequência os pães produzidos. O único dos pães analisados que algumas pessoas relataram que não comprariam foi o pão 1, o primeiro pão realizado no curso. Desta forma, é possível perceber que estas características se deram pelo início da aprendizagem de panificação, em que os alunos ainda não tinham domínio de todas as técnicas da área.

4 | CONCLUSÃO

A importância da realização deste trabalho se deve principalmente ao conhecimento a cerca da panificação no Ceará, que por seus diversos motivos continua até os dias de hoje com sua baixa produção e qualidade. Dessa forma, apesar de se tratar de um ambiente de aprendizagem todos os pães analisados em aula foram bem aceitos por seus provadores. Além de ser percebido pelos alunos que a qualidade de preparo dos pães cresce à medida que acontecem as práticas do que foi aprendido em aula, sendo assim importante a sua continuidade.

Isso pode indicar a necessidade de especialização da mão de obra nesta produção, visto que há aceitação de um público inicial para o consumo de produtos da panificação, aumentando assim o consumo de pão no Ceará. Vale ressaltar ainda que além da aceitação dos pães por meio dos provadores, foi atingido também o objetivo de qualificação por meio do Programa Gastronomia Social, visto que os alunos do curso do curso se mostraram satisfeitos com os resultados das preparações. Assim como os alunos do Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal do Ceará, que tiveram a oportunidade de obter uma experiência gratificante com a docência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em especial aos alunos do curso de panificação que participaram ativamente no curso, que tanto nos motivaram durante as aulas. Agradecemos também a Professora Dra. Eveline de Alencar Costa que nos proporcionou essa experiência em docência essencial para nossa formação profissional, bem como todos os colaboradores

do Movimento Saúde Mental Comunitária. Ressaltamos ainda nosso agradecimento aos outros monitores do Programa Gastronomia Social que participaram conosco da realização das aulas, nos dando o devido suporte e agregando conhecimento ao curso e à nossa formação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, João Neto. **O Alvorecer da indústria de panificação e das correlatas no mundo e no Ceará**. Fortaleza: Paz, [199-?]. 296p.

CANELLA-RAWLS, Sandra. **Pão: arte e ciência**. 4. ed. rev. São Paulo Senac São Paulo, 2010.

DUTCOSKY, Silvia Deboni. **Análise sensorial de alimentos**. 3. ed. rev. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011. 426 p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

KALANTY, Michael. **Como assar pães**: as cinco famílias de pães. 2. Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2015.

PESSOA, Marília (Ed.). **O pão na mesa brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012. 155 p.

CONCEPÇÃO CONCEITUAL DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E PREPARO DE REFEIÇÕES PARA CAVALOS MECÂNICOS

Eros S. R. Rocha

Graduando do Curso de Design de Produto
(UNIRUY)

erossrocha@gmail.com

Mikael Lopes

Graduando do Curso de Design de Produto
(UNIRUY)

kaeelsouza@hotmail.com

Marcelo G. Teixeira

Designer pela UNEB e com doutorado em Eng.
Industrial pela UFBA.

Professor dos cursos de Design da UNIRUY
mteixeira@frb.edu.b / marcelomgt@gmail.com

RESUMO: O público alvo deste projeto, os caminhoneiros, encaram variadas dificuldades em relação às necessidades triviais no que diz respeito a sua alimentação. Há inexistência de lugar nos cavalos mecânicos para armazenar e preparar refeições, induzindo esses profissionais a se submeterem a usar algumas soluções próprias. Este trabalho tem como finalidade estudar e conceber ideais que solucionem necessidades de armazenamento alimentos e preparo de refeições em caminhões de longas viagens. As propostas conceituais de solução foram baseadas nos princípios teóricos do Design Universal, em consulta a caminhoneiros enquanto viajavam e em estudo de produtos similares, usando a técnica do PNI

(positivo, negativo e interessante). As propostas foram concebidas com a técnica do esboço (Sketch) com a qual foram experimentadas e discutidas as características necessárias para as soluções.

1 | INTRODUÇÃO

Diariamente, um grande número de produtos são transportados através das rodovias brasileiras, movimentando, economicamente, todo o país. Os caminhoneiros, profissionais que atuam nesse ramo, enfrentam muitas adversidades em seus caminhos. Desde o estresse provocado pela longa jornada de trabalho, itens de segurança, e em especial durante a noite, até a tensão provocada pelos prazos de entrega dos carregamentos, além da falta de estrutura rodoviária que não assiste esses profissionais corretamente para proporcionar conforto na realização de necessidades básicas de descanso e alimentação.

Devido a essas contrariedades, em muitos casos os caminhoneiros remediaram seus problemas usando a criatividade para amenizá-los. Um exemplo de dificuldade enfrentada é a ausência de compartimentos originais nos caminhões para conservar e preparar alimentos, impulsionando esses profissionais a

se sujeitarem a fazer uso algumas alternativas por conta própria, tal como embutir pequenos fogões e caixas térmicas em seus veículos.

Tendo esse inconveniente como perspectiva, este projeto tem a finalidade de engendrar ideias que supram as necessidades de armazenamento e preparo de alimentação para caminhoneiros. A pesquisa será fundamentada nos princípios do Design Universal, para que as soluções sejam orientadas aos conceitos de inclusão e de acessibilidade. Esta pesquisa se justifica na busca pelo aprimoramento do conforto para este público, por meio do projeto que propõe recursos funcionais e práticos e evite o desgaste destes usuários ao improvisar recursos não padronizados e não adequados ergonomicamente. É válido elucidar que este projeto é restrito apenas ao desenvolvimento de alternativas conceituais aplicadas a boleias de caminhões do tipo cavalo mecânico usados para viagens longas.

2 | REVISÃO NA LITERATURA

2.1 Design Universal

No desenvolvimento desse projeto foi baseado em alguns dos princípios do Design Universal, termo cunhado por Ronald Mace para designar projetos que apresentem estética e usabilidade destinadas ao maior número de pessoas possível (GABRILLI, 2012, p. 12), e é baseado no conceito de que “todos os produtos, ambientes e meios de comunicação, etc., sejam concebidos pensando-se atender às necessidades da grande maioria dos usuários” (RIBEIRO, ROMEIRO FILHO e GOUVINHAS, 2001). Para isso é dividido em sete princípios, cada qual com recomendações para projetos de design, urbanismo e arquitetura:

Utilização equitativa: pode ser utilizado por qualquer usuário ou grupo de utilizadores;

- Flexibilidade de utilização: abrange uma extensa gama de preferências e capacidades individuais;
- Utilização simples e intuitiva: sugere soluções de fácil de compreensão, independentemente da experiência e conhecimentos do utilizador;
- Informação perceptível: Fornece ao utilizador a informação necessária, independente de qualquer condições ambientais/físicas existentes ou as capacidades sensoriais do utilizador;
- Tolerância ao erro: busca a minimização de riscos e consequências negativas decorrentes de ações acidentais ou involuntárias;
- Esforço físico mínimo: propõe soluções que podem ser utilizado de forma eficaz e confortável com um mínimo de fadiga e com o mínimo de esforço;
- Dimensão e espaço de abordagem e de utilização: Espaço e dimensão ade-

quada para a abordagem, manuseamento e utilização, independentemente da estatura, mobilidade ou postura do utilizador.

Alguns desses princípios serão usados nas etapas Informacional e Conceitual a seguir.

2.2 Projetos e pesquisas correlatas

Uma revisão na literatura, realizada com o auxílio da ferramenta de buscas do Google, indicou alguns projetos correlatos envolvendo análises e concepção de soluções para cabines de caminhões. Petito e Mello (2013), por exemplo, realizaram um levantamento e a análise comparativa de usabilidade do interior de cabines-leito de caminhões, abordando estudos de ‘adequação do design de interiores de cabines-leito de caminhões semipesados e pesados comercializados no Brasil às necessidades reais dos usuários”.

Ribeiro et al (2015) realizou a avaliação ergonômica do posto de trabalho de motoristas de caminhão, avaliando fatores ambientais do local de trabalho considerados foram o ruído, temperatura e vibração além de outros fatores biomecânicos. Já Killesse (2006) analisou as condições ergonômicas dos postos de trabalho de motoristas de caminhões, utilizados no meio agrícola.

A revisão da literatura indicou que, apesar de haver grandes problemas observados no cotidiano dos caminhoneiros, conforme a pesquisa de Irulegui (2015), não há sugestões de design que visam a armazenagem e preparo de alimentos nos tipos de caminhão pesquisado.

3 | ETAPA INFORMACIONAL.

Etapa na qual se realiza pesquisas e se faz o levantamento de informações necessárias à concepção da solução. Neste projeto esta etapa se limitou nas ferramentas de briefing com entrevistas, na análise de similares com PNI e nas sugestões provenientes do Design Universal.

3.1 Briefing

O briefing se caracteriza pela aproximação do designer com o público alvo. O objetivo é coletar informações básicas como as necessidades e desejos, opiniões e sugestões de solução a respeito do problema pesquisado. Dentre as várias técnicas se destaca as entrevistas, que pressupõe uma lista de perguntas objetivas e subjetivas a serem aplicadas (TEIXEIRA, 2014, p. 85)

As entrevistas foram realizadas entre fevereiro e março de 2018. Dentre os entrevistados, 4 eram caminhoneiros em atividade, um caminhoneiro aposentado que ainda tem o seu veículo, um diretor de oficina mecânica e o mecânico chefe, ambos da mesma concessionária. A princípio foram preparadas perguntas amplas e pouco

específicas, ainda que relacionadas ao uso dos caminhões, para a identificação da maior quantidade de problemas possíveis.

Nas respostas, foi possível notar uma deficiência com relação a alimentação dos caminhoneiros, que vai de encontro com uma nova tendência, descoberta durante o briefing: esses viajantes estão cada vez mais preocupados com a sua saúde e por falta de assistência, tanto dos pontos de parada quanto dos seus caminhões, sofrem com limitações para pôr em prática uma dieta regrada e saudável. Então, as perguntas foram direcionadas às questões relacionadas a alimentação dos caminhoneiros durante as suas viagens para que fosse possível desenvolver soluções mais específicas e mais bem elaboradas.

Os motoristas foram perguntados sobre quanto tempo passam ou passaram dentro dos seus veículos. A resposta foi que se acostumam a ficar dentro do caminhão por aproximadamente 12 horas por dia em suas viagens que duram em média 5 dias. Foram questionados, também, sobre a facilidade em ter acesso a pontos de parada nas estradas durante as viagens. A informação obtida foi de que as quantidades desses pontos de apoio variam de acordo com a região e que, para algumas circunstâncias, não é possível esperar até que se chegue a esses locais.

Quando indagados quanto a maneira como preparar e armazenar os alimentos, nos foi fornecida a informação de que fazem a utilização de armários, pequenas geladeiras e fogões que, na maioria das vezes, ficam localizados nas carretas e não nos cavalos mecânico.

Na concessionária fizemos perguntas direcionadas às exigências mais comuns dos usuários, e foi possível concluir que os caminhões mais vendidos têm apenas os equipamentos necessários aos motoristas e que não estão munidos de itens de considerados de luxo e que encarecem o produto, tais como equipamentos de armazenamento e preparo de alimentos.

3.2 Análise de similares com PNI

A análise de similares com PNI analisa aspectos conceituais positivo, negativo e interessantes ou inovadores de produtos ou soluções similares ou em soluções em circunstâncias similares “buscando características que pudessem tanto servir de inspiração para a concepção do produto, quanto ser evitadas, no caso de se apresentarem como desfavoráveis ao projeto” (COSTA e TEIXEIRA, 2014). Assim foram selecionados três similares usando a ferramenta de buscas do Google e nestes aplicados o PNI.

Caixa de Cozinha com Geladeira ClimaBox Ice.  https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-784301252-caixa-de-cozinha-com-geladeira-embutida-_JM Cozinha com geladeira acoplada para caminhões. Positivo: • Tem grande espaço interno. • É portátil. • Tem bom isolamento. • Tem estrutura rígida. Negativo: • Fica exposto. • Só pode ser acoplado nas carretas. • Não é um acessório padrão dos caminhões. Interessante: • A tampa pode ser usada como mesa.	Cozinha Externa no Trailer.  https://macamp.com.br/a-cozinha-externa-no-trailer/ Cozinha externa em gaveta da Apolo Trailer. Positivo: • É compacto. • Há presença de uma pia. • É retrátil. Negativo: • Tem altura limitada. • Apresenta pouco espaço. • Não é possível refrigerar alimentos. Interessante: • Funciona facilmente como uma gaveta.	John Strand Mini Kitchen.  https://johnstrand-mk.co.uk/space-saving-product/mini-kitchen/ Cozinha compacta pré-construída da John Strand Positivo: • Permite armazenar alimentos fritos ou não. • Dispõe de muito equipamentos. Negativo: • Não pode ser usado em qualquer veículo. • Não é versátil. • É pesada. Interessante: • É uma cozinha completa.
---	---	--

QUADRO 1 - Análise de similares com PNI

Como principais aspectos a serem considerados no PNI destacam-se:

- A Caixa de Cozinha com Geladeira da empresa ClimaBox Ice tem com características incorporáveis ao projeto, o seu grande espaço interno para armazenamento de condimentos e de outros instrumentos menores, viabilizando certa facilidade no manuseio dos materiais a serem utilizados e a eficácia em estar munida com uma tampa que serve como mesa. Contudo, este aparelho fica exposto, podendo sofrer danos e só podem acompanhar os Cavalos Mecânicos na presença das carretas, além não fornecer a possibilidade do usuário preparar o alimento de forma ergonômica, visto que, em grande parte das vezes, o fogão não é acoplado na altura ideal, visto que o fogão se encontra em um ponto muito baixo para seu uso adequado.
- A praticidade ao retraindo o conjunto da cozinha como uma gaveta, visto no similar Cozinha Externa em gaveta da Apolo Trailer, é interessante por ser prático e funcional e proporcionar uma maior segurança por não deixar a cozinha exposta quando não tiver em uso, além de deixar o veículo com

um estilo de design clean, sendo assim apto a ser utilizado no Projeto, visto que atende características que irá otimizar a utilização do espaço. Atribuído a este mesmo similar, é importante destacar a presença de uma torneira retrátil, que adicionam ainda mais possibilidades de preparo de alimento ao tempo que não impede a organização dos instrumentos. Entretanto, esse dispositivo não oferece grande espaço de trabalho para os usuários, atributo esse, que limita a realização de uma refeição confortável.

- A capacidade para conter todos os utensílios necessários para o preparo dos alimentos é uma propriedade da John Strand Mini Kitchen que serve de orientação para a elaboração de um novo aparato para assistir os “carreiros” durante o preparo das suas refeições. No entanto, a Mini Kitchen não pode ser acoplada a veículos, necessitando passar por um aperfeiçoamento para tal fim.

3.3 Sugestões do Design Universal

Foi selecionado para o projeto, os princípios de uso equitativo ou igualitário, conforme explica Gabrilli (2007, p 12), baseado nas informações a necessidade de alimentação está além da idade, cultura, habilidades ou do status social dos usuários dos caminhões, conforme os dados do briefing.

Flexibilidade no uso (GABRILLI 2007, p 13) também é um dos fatores a ser usado no projeto, pois a versatilidade é um dos pontos fundamentais para que se chegue a uma solução que atenda às necessidades individuais, momentâneas ou não, de cada indivíduo. Para tanto, se fez totalmente necessário oferecer a reorganização dos equipamentos de cozinha dos caminhões de forma que atenda aos serviços de alimentação de qualquer indivíduos ainda que quase a qualquer momento.

Usar informações quanto à existência, a posição e o estado dos equipamentos é outro fator considerável no desenvolvimento da cozinha para Cavalos Mecânicos, uma vez que os materiais que serão usados para o preparados alimentos e para a alimentação devem ser facilmente encontrados e em casos de risco, como por exemplo com o fogão quente, avisos e recomendações se fazem indispensáveis.

Também foi selecionado ao projeto o princípio do baixo ou sem esforço físico (GABRILLI 2007, p 16) ,observado no no ato de puxar gavetas para o ponto de uso, que por ser pesada teve seu deslizamento por meio de roldanas distribuídos em pontos estratégicos para poder assim racionalizar a força necessária para sua operação, já no ponto de uso seu dimensionamento correto e ergonômico proporciona ao usuário a possibilidade de manter a posição corporal neutra ao preparar os alimentos.

Visando facilitar o acesso aos ingredientes no momento do preparo das refeições o dimensionamento do projeto segue os princípios de Dimensão e espaço para aproximação e uso (GABRILLI 2007, p 16 a 17) foi aplicada então uma distância adequada entre a gaveta cozinha a geladeira e a parte destinada a armazenagem dos

alimentos, colocando-os próximos , evitando assim o desgaste de deslocamento do caminhoneiro ao preparar os alimentos.

4 I ETAPA CONCEITUAL

Trata-se da etapa criativa, na qual as soluções são concebidas de acordo com as informações disponibilizadas na Etapa Informacional. Neste projeto as soluções foram limitadas a sugestões projetuais conceituais, com o uso técnicas de *sketch* (desenhos tipo rascunhos) denominado Geração de Alternativas. Segundo Junior, Oliveira e Teixeira (2016):

O desenho se relaciona com o design de produto em particular, pelo menos de duas formas distintas. Primeiramente como representação gráfica de ideias e conceitos, no qual se busca mostrar e comunicar para o público alvo interessado, informações sobre formas, volumes, cores, dimensões técnicas, uso, etc, de algo que ainda não existe no mundo físico. Em segundo lugar, como ferramenta do processo criativo e projetivo de geração dessas mesmas ideias e conceitos.

Assim cada sugestão foi seguida de respectiva explicação, conforme mostrado a seguir.

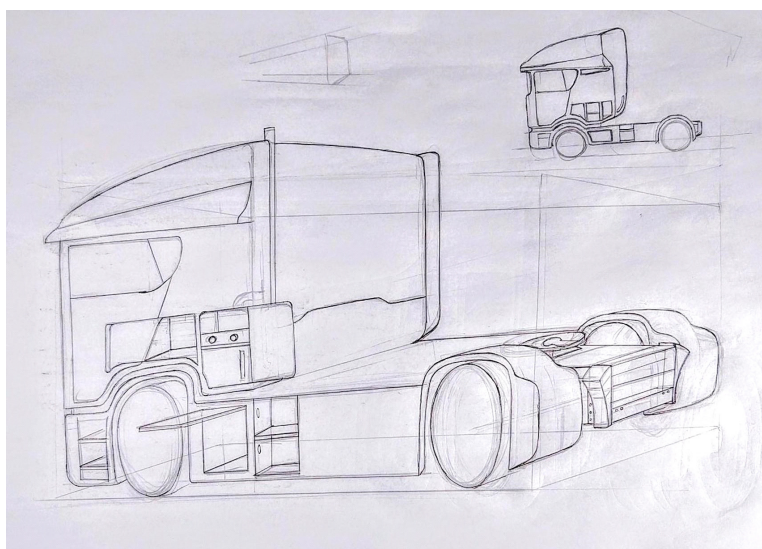


Figura 01 - Primeiro sketch da cozinha na lateral.

Este primeiro desenho, visto na figura 01, sugere que a área lateral traseira do Cavalo Mecânico poderá ser usada para suportar os equipamentos de cozinha. Então, foram concebidos três compartimentos externos no veículo: dois na região superior, onde poderia ser acoplado um refrigerador e um fogão, e um terceiro, na parte inferior, que poderia ser usado para guardar utensílios diversos e dando a possibilidade de transformar a tampa em uma mesa.

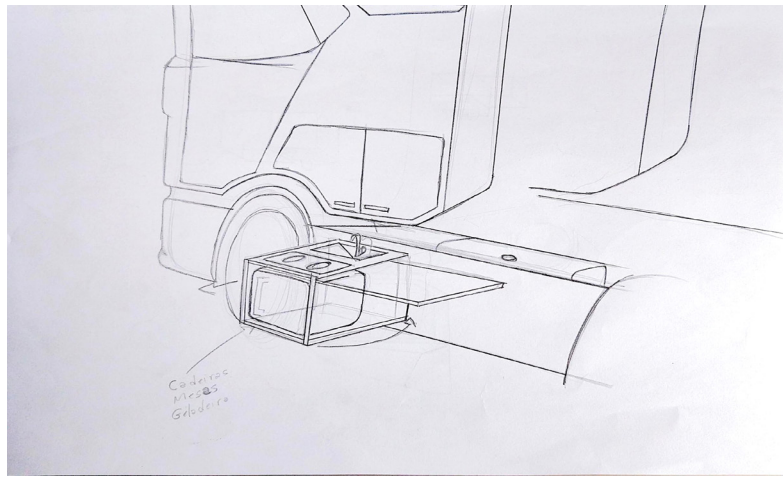


Figura 02 - Sketch da integração de uma cozinha em gaveta na lateral inferior do veículo.

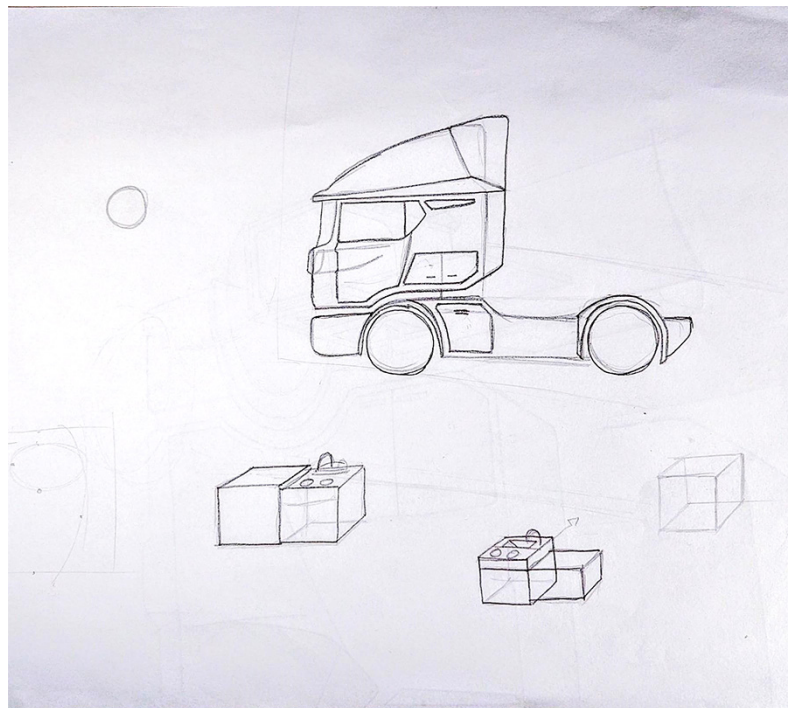


Figura 03 - Sketch da elaboração da gaveta.

Outra idéia inspirada em um dos similares estudados, vista nas figuras 02 e 03, sugere uma gaveta para o Cavalo Mecânico com o objetivo de aproveitar melhor os espaços. Esse novo compartimento criou a possibilidade de se introduzir na gaveta, equipamentos como fogão, pia, refrigerador e um mesa.



Figura 4 - Sketch do redesign da cozinha na lateral do veículo.

Logo em seguida, foi pensado uma alternativa com o desenho se atendo a questões estéticas do novo compartimento do veículo enquanto eram feitas indagações relacionadas à ergonomia dos objetos, vista na figura 04.

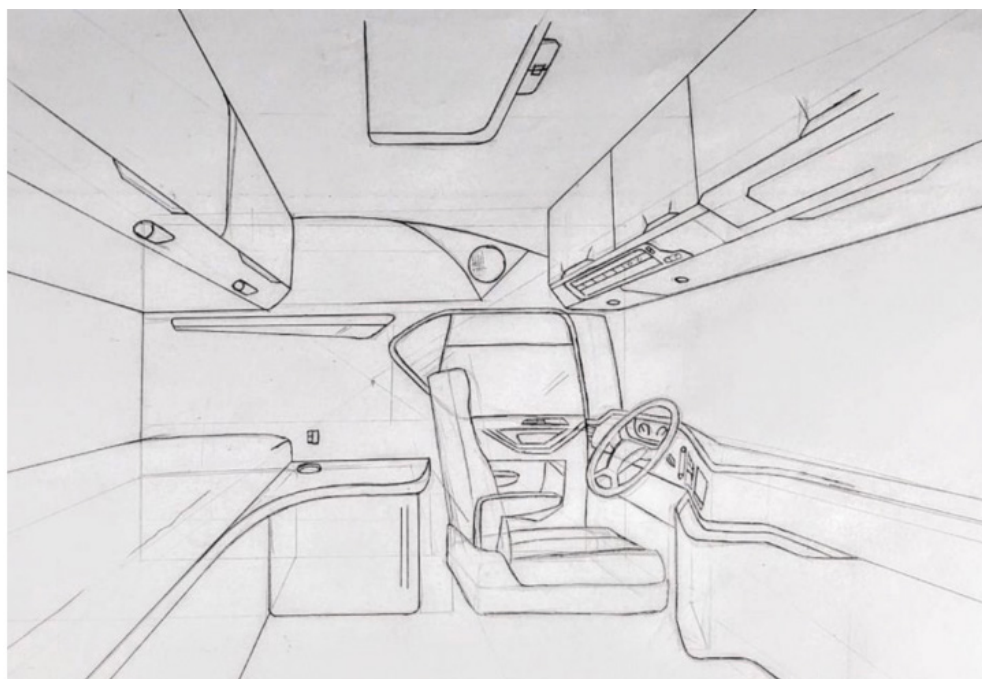


Figura 5 - Sketch da vista interna da boleia.

Visando a melhor usabilidade dos equipamentos, foi idealizado uma solução na disposição e funcionalidade de elementos internos da cabine, vista na figura 05, que busca dar aos caminhoneiros a possibilidade de acessar o refrigerador tanto pela

parte interna quanto externa do veículo foi feito um sketch em perspectiva do interior do veículo para que fosse possível visualizar a melhor posição do dispositivo. Então, o mesmo, foi adicionado atrás do banco do motorista próximo a cama. Dessa forma, os usuários do veículo, poderiam alcançar seus alimentos pelo interior do caminhão enquanto transitam no ambiente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto se realizou no campo conceitual, estudando as ideais de solução tanto quanto a viabilidade funcional do conceito, sugerindo soluções para o problema de armazenagem e preparo de alimentos em boleia de caminhões, para um público alvo, os caminhoneiros, que enfrenta muitos problemas durante suas atividades profissionais.

Logicamente este estudo ainda se encontra nos seus estágios iniciais, sendo necessária tanto sua ampliação quanto seu aprofundamento, para sugerir conceitos mais completos e detalhados. Para isso será acrescentado pesquisas abrangendo ergonomia, fatores antropométricos, novas pesquisas de campo e entrevistas, além de pesquisas sobre formas de representação projetual e produção de produtos.

REFERÊNCIAS

TEIXEIRA, Marcelo G. **O método da pesquisa-ação adaptada aplicada à articulação entre o artesanato tradicional e o mercado urbano: uma contribuição para o design**. Salvador. UFBA, 2014. Tese de Doutorado. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15103/1/TESE%20impress%C3%A3o.pdf> Acessado em abril de 2018

PETITO, Gustavo Martins. MELLO, Ana Paula Scabello. Design centrado no usuário e ergonomia em caminhões: levantamento e análise comparativa de usabilidade do interior de cabines-leito no mercado brasileiro atual. 13º Congresso Nacional de Iniciação Científica. **Anais do Conic-Semesp**. Volume 1, 2013. Disponível em <https://goo.gl/2nLSg8> Acessado em abril de 2018

RIBEIRO, Ronaldo Nunes. Avaliação ergonômica do posto de trabalho de motoristas de caminhão. I Seminário Científico da FACIG – 2015. **Anais**. Disponível em <https://goo.gl/Rj7Wu9> Acessado em abril de 2018

KILESSE, Renan. Avaliação de fatores ergonômicos em postos de trabalho de motoristas de caminhões utilizados no meio agrícola. **Revista Engenharia na Agricultura**, Viçosa, MG, v.14, n.3, 202-211, Jul./Set, 2006. Disponível em <https://goo.gl/CGYDPS> Acessado em abril de 2018

IRULEGUI, Glória Beatriz Koch. **Na boleia: O dia-a-dia dos caminhoneiros nas estradas brasileiras**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. TCC. Disponível em <https://goo.gl/9DjBMH> Acessado em abril de 2018

GABRILLI, Mara. **Desenho Universal: Um conceito para todos**. São Paulo, 2007. Disponível em <http://maragabrilli.com.br/publicacoes/> Acessado em abril de 2018

RIBEIRO, Maricel Andaluz. ROMEIRO FILHO, Eduardo. GOUVINHAS, Reidson Pereira. Design

universal como abordagem ergonômica na concepção de produtos. 3º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto. **Anais**. Florianópolis, 2001 Disponível em <http://www.ceap.br/material/MAT26082010205904.pdf> Acessado em abril de 2018

COSTA, Bianca Moura da. TEIXEIRA, Marcelo Geraldo. Projeto mobiliário para inclusão social de cadeirantes. 17º. Congresso Brasileiro de Ergonomia, III Jornada Internacional Abergó Ulaergo, 5º Congresso Brasileiro de Iniciação em Ergonomia, 10º Fórum Brasileiro de Ergonomia, 10º Fórum de Certificação do Ergonomista Brasileiro e 9º Fórum dos Grupos Técnicos da Abergó. **Anais**. São Carlos, 2014.

JUNIOR, Francisco Xavier de A. OLIVEIRA, Marcos Luiz da Cruz. TEIXEIRA, Marcelo Geraldo. Design de um sistema de suporte para utilitários de cozinha em espaços reduzidos com ênfase na aplicação de técnicas experimentais do desenho e da prototipagem manual. **Revercidade Revista Científica**. Ano V, Volume nº1- 2016

A IMPORTÂNCIA DA IMIGRAÇÃO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Eduardo da Costa Kerber

Universidade Federal do Rio Grande, Faculdade
de Direito
Rio Grande – RS

Renato Duro Dias

Universidade Federal do Rio Grande, Faculdade
de Direito
Rio Grande – RS

RESUMO: A migração não é um fenômeno recente. Ao longo da história, as pessoas buscaram novas oportunidades em locais diferentes do seu nascimento. No presente trabalho, analisa-se a importância da contribuição de diferentes culturas na formação do Estado brasileiro, e no desenvolvimento da sua própria cultura a partir de todas as outras, e o modo como foi encarada a imigração no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Brasil; Direitos Humanos; Direitos Fundamentais

ABSTRACT: The migration is not a recent phenomenon. Throughout history, people always sought new opportunities in locations away from their birthplace. In the present study, it is analysed the importance of the contribution from different cultures in the shaping of the Brazilian State, and in the development of its own culture, as well as the way that immigration

has been faced in Brazil.

KEYWORDS: Migration; Brazil; Human Rights; Fundamental Rights

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil, em sua constituição, é uma mistura de culturas, raças e idiomas. Devido a tal diversidade é impossível definir o “brasileiro típico”. Além disso, a formação do Brasil é relativamente recente, quando comparada à daquelas nações com uma história mais vasta e já enraizada nos pilares do tempo. Desde os índios já estabelecidos antes da colonização portuguesa, dos escravos trazidos de forma forçada da África, até os trabalhadores europeus utilizados como mão-de-obra nas plantações de café no fim do século XIX, todos contribuíram para a formação de nosso Estado. (IBGE)

Diversos motivos levaram e ainda levam as pessoas a migrarem. Seja por simples desejo de mudança de ambiente e novas experiências, ou por razões de força maior, seja essa força da natureza, ou do homem contra o próprio homem. Ao longo da história, as pessoas buscaram novas oportunidades em locais diferentes do seu nascimento. Fugiam da fome e da miséria, ou de alguma situação que colocasse suas vidas e de suas famílias em

risco. É da natureza humana garantir sua sobrevivência, seja onde for.

Hoje em dia, é difícil que se tenha Estados com uma população puramente natural do local, por assim dizer, aqueles que tenham descendência daquele lugar e mantenha sua residência. Vivemos na época da globalização. Brasileiros vivem nos Estados Unidos, alemães vivem no Brasil, turcos vivem na Alemanha, e assim por diante.

Como citam Bárbara Campos e João Guilherme da Silva:

Hoje, no Brasil e em qualquer outro lugar do mundo, a marca das migrações está registrada nos sobrenomes, na pluralidade, na mescla de cores, falas e culturas. E o futuro também aponta nessa direção, ainda em maior escala. Migrantes, refugiados, trabalhadores e trabalhadoras, vítimas de desastres naturais, crianças desacompanhadas, enfim, indivíduos e grupos, motivados pelos mais diversos fatores, continuarão a cruzar fronteiras nacionais, enquanto elas ainda existirem, pelo simples fato de que a humanidade já cruzava o planeta antes de essas fronteiras serem convencionadas e vigiadas. Assim o fizeram pessoas tão conhecidas como Albert Einstein, Picasso, Clarice Lispector, e centenas de milhões de pessoas anônimas. (CAMPOS; SILVA, 2015, p. 52)

Portanto, analisa-se a importância da contribuição de diferentes culturas na formação do Estado brasileiro, e no desenvolvimento da sua própria cultura a partir de todas as outras, e o modo como foi encarada a imigração no Brasil. Trazendo um apanhado histórico da migração em nosso país, é possível analisar o caráter utilitarista com que foram tratados os diferentes povos que aqui buscaram abrigo.

2 | HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

A história da imigração no Brasil possui diversas fases. A primeira, ainda encaixando-se no conceito de colonização, aconteceu com a chegada dos portugueses em nosso território, em 1500. Como cita Fausto (1995, p. 53), a Coroa Portuguesa viu a necessidade de colonizar a terra “descoberta”, e em 1532, começava de fato a colonização, com a criação da primeira vila, São Vicente, e a introdução do cultivo de cana-de-açúcar e a instalação de engenhos (IBGE):

Entre os primeiros portugueses a chegarem no Brasil, estavam os imigrantes mais abastados que aqui se fixaram principalmente em Pernambuco e na Bahia. Vieram para explorar a produção de açúcar, a atividade mais rentável da colônia nos séculos XVI e XVII. Estavam em busca de investimentos lucrativos.

Também, nesse mesmo período, Portugal incentivou a migração internacional forçada, o degredo, para suprir as deficiências do povoamento. Calcula-se que durante os dois primeiros séculos de povoamento, nas regiões centrais da colônia, como Bahia e Pernambuco, os degredados correspondiam a cerca de 10 ou 20% da população. Mas em áreas periféricas, como é o caso do Maranhão, essa cifra representava, aproximadamente, de 90 a 90% do total de portugueses da região. Nesse mesmo período, também vieram para o Brasil cristãos-novos e ciganos, ambos fugindo de perseguições religiosas. (IBGE)

Com a fixação do Brasil como colônia de Portugal, iniciou-se um período de

desenvolvimento que só seria possível com a contribuição de mão-de-obra em massa. E foi justamente sob o argumento da escassez de mão-de-obra que foram trazidos para o Brasil, sob forma de escravos, milhares de africanos. A verdade é que, como esclarece Fausto (1995, p. 48), “nem havia grande oferta de trabalhadores em condições de emigrar como semi-dependentes ou assalariados, nem o trabalho assalariado era conveniente para os fins da colonização.”

Antes, porém, não faltaram empreitadas objetivando escravizar os índios brasileiros, o que, posteriormente, demonstrou-se deveras laborioso:

Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intenso e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir a subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais.

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implantados à força, os índios se encontravam em sua casa.

Outro fator importante que colocou em segundo plano a escravização dos índios foi a catástrofe demográfica. Esse é um eufemismo erudito para dizer que as epidemias produzidas pelo contato com os brancos liquidaram milhares de índios. (FAUSTO, 1995, p. 49-50)

Após tentativas fracassadas de escravizarem os índios brasileiros, devido a não-sujeição dos mesmos perante tal situação, os portugueses viram nos negros africanos uma solução para os seus problemas, já que seria mais fácil inserir pessoas menos suscetíveis a rebeliões e revoltas, dado o fato de estarem em território estranho e desconhecido, diferentemente dos índios, acostumados com as terras brasileiras – ou pelo menos é o que pensavam os portugueses. Apesar disso, muitos foram os escravos que resistiram ou fugiram, ocasionando em concentrações de escravos que escapavam de seus cativeiros e compunham novos núcleos sociais (FAUSTO, 1995, p. 52). Mesmo sendo classificada como uma migração forçada, ainda há que se considerar no plano do presente trabalho, pois isto deu início à diversidade da população brasileira, já que surgiram novas raças decorrentes da mistura entre brancos e negros.

Com relação aos portugueses, diversos foram os fluxos de chegada, de acordo com o período e a situação de Portugal. Além disso, a exploração do ouro em Minas Gerais, em 1693, por exemplo, foi um marco para um grande fluxo migratório para essa região. (IBGE) Tal marco histórico obviamente também contribuiu para a conservação da escravidão, com a necessidade de cada vez mais trabalhadores operando nas minas de ouro.

Em 1808, iniciou-se um novo capítulo na história da imigração no Brasil. A chegada da Família Real Portuguesa – a Corte Portuguesa, que era formada por cerca de 15 mil pessoas, fugiu de Portugal diante da invasão francesa –, e a Abertura dos

Portos, acarretou num crescimento exponencial da população do Rio de Janeiro. Esta abertura fez com que imigrantes de diversos países viessem para nosso país. Inicia-se assim um período em que os imigrantes não eram mais somente portugueses e africanos. Em 1824, tem início a imigração de colonos alemães para o sul do Brasil, que estaria entre as mais influentes na formação da população brasileira, concentrando-se principalmente no sul do país. (IBGE)

Somado a isto, o debate pelo fim do tráfico internacional de escravos era grande na época. Após pressão da Grã-Bretanha sobre o governo brasileiro para tanto, foram assinados diversos tratados entre as duas nações com o objetivo de acabar gradualmente com a escravidão. Porém, segundo afirma Amaral (2009), utilizando-se das ideias de Riva Gorenstein:

Três séculos de escravidão contribuíram para cimentar a ideologia escravista na sociedade brasileira, de tal forma que nem o movimento que se desenvolveu na Europa a favor da extinção da escravidão, nem a pressão do governo inglês junto a D.João VI, encontraram apoio por parte dos brasileiros e portugueses aqui radicados.

Desta forma, o tráfico negreiro só teve seu fim realmente em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Finalmente, após a formulação de leis com idéias abolicionistas, como a Lei do Ventre-Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885, culminando na Lei Áurea, de 1888, foi abolida de vez a escravatura no Brasil.

O fim da escravidão fez com que, nas fazendas, houvesse uma grande falta de mão-de-obra mais uma vez, o que foi suprido com os imigrantes europeus, sobretudo aqueles provindos da Itália. Houve um grande fluxo de imigração italiana em 1870, e tais imigrantes concentraram-se em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, por volta de 1890, também podia-se observar um grande fluxo de imigração espanhola. (IBGE) Inclusive, o próprio governo brasileiro utilizava-se da migração subvencionada, realizando contratos com empresas privadas, para pagar passagens para os imigrantes que desejassem vir para nosso país. Desta forma, o país atraía milhares de imigrantes que sozinhos não poderiam arcar com o custo da viagem sem tal benefício do governo (TRENTO, 1989, p. 100). Como cita García:

Nos últimos anos do Império se expandiu a produção de café em São Paulo, com fortes dificuldades de mão-de-obra por conta da crise da escravidão. A imigração em massa resolveu o problema. Entre 1890 e 1899, não obstante a forte crise econômica do país ("O Encilhamento") entraram no Estado de São Paulo 735 mil imigrantes estrangeiros, 430 mil dos quais (58,5%) eram italianos. Muitos destes foram empregados como trabalhadores braçais pelas grandes fazendas cafeicultoras, em condições de trabalho assustadoras. (GARCÍA, 2003, p. 29)

Como todas as outras, a imigração italiana foi de grande importância na formação da identidade populacional de nosso país, pois, como ainda lembra García (2003), "o Brasil foi um dos países de maior destinação da emigração italiana no mundo, com números mais ou menos equivalentes àqueles da Argentina."

Em 1902, porém, o governo italiano, através do Decreto Prinetti – referência ao nome do Ministro do Exterior da Itália na época –, proibiu a emigração subvencionada para o Brasil. Foi enviado um encarregado do Comissariado Geral da Emigração, com o intuito de elaborar um relatório sobre as condições de vida, saúde e trabalho dos emigrantes aqui no Brasil (TRENTO, 1989, p. 52). Tal relatório permitiu a constatação das más condições em que se encontravam os migrantes, de forma que a partir de então, só vinham para o Brasil os italianos que pudessem arcar com os custos da própria viagem. Isto fez com que a vinda de imigrantes italianos diminuísse significativamente.

Ao passo que o governo brasileiro concedia o benefício da migração subvencionada aos imigrantes, este sancionava leis como o Decreto nº 1.641, de 7 de Janeiro de 1907, conhecido como Lei Adolfo Gordo (LANG, p. 1) – nome do deputado que a propôs –, que incluía em seu teor a possibilidade de expulsão de estrangeiros anarquistas, ou que estivessem envolvidos em greves e movimentos sindicais. Tal lei de expulsão de estrangeiros ainda teve alguns de seus artigos revogados em 1913, pelo Decreto nº 2.741, de forma a coibir ainda mais as manifestações que pudessem vir a ser feitas por imigrantes. Isso demonstra a intenção do governo em manter somente os imigrantes trabalhadores, e que trouxessem benefícios para a nação sem reivindicar direitos ou representar uma ameaça ao poder do Estado.

Outro fato a se destacar sobre os moldes nos quais se fez a migração no Brasil na época, é que existia uma corrente de pensamento a favor de uma eugenia racial, e um branqueamento da sociedade brasileira, baseados nas teorias européias de desigualdade das raças. Desta forma, pensavam que, trazendo imigrantes europeus, estes se miscigenariam com a população negra e mestiça, fazendo com que os últimos desaparecessem aos poucos (ENNES, 2005, p. 6). Havia uma preferência por imigrantes europeus, de modo que africanos, chineses, indianos e outros asiáticos eram classificados como “indesejáveis”. Aliás, como bem aponta Fausto (1995, p. 52), o preconceito pairava no ar, e no século XIX diversas teorias supostamente científicas sustentavam que “o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. ‘demonstravam’ que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição”.

O Decreto 528, de 1890, por exemplo, destacava algumas etnias que não estavam permitidas de ingressar no Brasil

CAPITULO I

DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. (grifei)

O impedimento aos asiáticos só seria revogado em 1907, de modo a permitir a entrada dos primeiros imigrantes japoneses (SEYFERTH, 2002, p. 126), que

começaram a chegar em 1908 no porto de Santos e se instalaram principalmente na região de São Paulo. (IBGE) Porém, os preconceitos de raça continuaram a fazer parte dos debates acerca das imigrações. Conforme dispõe Gomes (2003), em 1921, os deputados Cincinato Braga e Andrade Bezerra apresentaram um projeto em que consideravam inconvenientes e indesejáveis as imigrações russa, japonesa e turco-árabes, e defendendo, como de costume, a imigração européia, sempre baseados na idéia de branqueamento da população brasileira. Essa linha de pensamento teria ganho força diante da crescente evasão dos afro-americanos, ou seja, os negros habitantes dos Estados Unidos, que desejavam escapar da enorme segregação existente no país norte-americano.

Contudo, este não era um pensamento unânime na Câmara dos Deputados, sendo rechaçado pela grande maioria. De grande valia, citar o parecer do Deputado Joaquim Osório, quando o projeto encontrava-se em discussão na Câmara:

Sr. Presidente: a República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza. Perante a Constituição republicana não há senhores nem vassallos, patrícios nem plebeus, ricos nem pobres, privilégios de raça, casta ou classe. A República a todos os homens irmana e nivela perante a lei. A República não tem preconceitos de raças, sentimentos exclusivistas, não distingue entre brancos, negros e pardos. A Constituição republicana prescreve, em tempo de paz, que “qualquer” um pode entrar no território nacional ou dele sair com sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte. Ainda assegura a brasileiros e residentes no país todos os direitos e garantias constitucionais especificadas no art. 72.

É a consagração do direito do homem e do cidadão que a Revolução Francesa de 1789 proclamava como a “requisição dos títulos perdidos da humanidade”. [...] [O projeto] é um atentado aos direitos do homem e do cidadão, proclamados pela humanidade, é um atentado à Constituição da República, é um atentado à dignidade da raça negra. O Brasil, que a 13 de maio de 1888 aboliu a escravidão, que nessa data áurea comemora a fraternidade dos brasileiros e glorifica Toussant Louverture, que conhece o concurso da raça africana na fundação e organização da nossa nacionalidade, o Brasil, pelos seus representantes, só pode repelir esse infeliz projeto, que seria o indício de um Código Negro, de uma política de preconceitos de raça indigna de uma República.

Em nome dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que constituíram o lema da Revolução Francesa; em nome destes princípios imortais consagrados pelo Brasil e pela lei republicana em seu código político; em memória do concurso da raça negra à causa do Brasil, e aos seus heróis e mártires que bem sintetizam Marcílio Dias e Henrique Dias; em homenagem ainda, a essa augusta mulher, a Senhora Isabel, Princesa Imperial Regente, sancionadora da lei de 13 de maio de 1888, cujo aniversário hoje decorre; em nome dos sentimentos brasileiros, que não distinguem ou condenam os homens pela cor da pele, mas tão-somente pelos seus méritos e virtudes; nas proximidades do centenário da Independência do Brasil, pelo respeito devido à memória de José Bonifácio, que desde 1824 propugnava pela fraternidade dos homens, que tolerara a monarquia no Brasil por não compreender uma República com escravos – em nome desses princípios e sentimentos de glorificadores da alma humana, não julgo objeto de deliberação o projeto Cincinato Braga e Andrade Bezerra. (GOMES, 2003).

Ainda, é importante que se aponte que na época, sobretudo na imprensa brasileira, haviam opiniões que defendessem tal projeto, ou ainda que sugerissem sua

modificação, sob o argumento de que, apesar de o Brasil ser um país onde houvesse uma ausência de preconceitos, por razão da miscigenação ocorrida entre brancos e negros, não havendo uma segregação propriamente dita entre esses – como ocorria nos Estados Unidos –, era de se considerar que os afro-americanos carregassem consigo uma bagagem de ódio dos brancos, “impregnados da hostilidade racial que seria característica dos Estados Unidos”. (GOMES, 2003)

Desta forma, o discurso fugiria de uma questão racial, colocando o assunto em pauta como questão de nacionalismo. É o que traz o texto “Imigração de Negros”, do Jornal do Brasil, de 30 de julho de 1921, também exposto por Gomes (2003, s/p):

A imigração em massa, o êxodo, enfim, não será aconselhável, ainda mais em se tratando duma gente que está cheia de preconceitos e de rivalidades com a raça branca. Aqueles pretos são indesejáveis evidentemente.

Mas o modo por que o projeto procura alcançar os seus fins é excessivo. Em face de nossas leis políticas, não podemos fazer diferença nessa questão de cor. Desde a campanha da abolição fraternizamos, pretos e brancos, unidos numa aproximação exemplar. Ainda há pouco, na Conferência da Paz, batemo-nos pelo princípio da igualdade das raças.

Diante desses precedentes, não se explica que, de um momento para outro rompamos com essa igualdade, criando contra os pretos uma medida de exceção. Nem o próprio pacto de 24 de fevereiro permitirá essa injusta diferença entre brancos e pretos.

Cumpra corrigir o projeto que se apresenta desses excessos ilegais, restringindo-o a seu verdadeiro fim, que é não interdizer a imigração de qualquer indivíduo da raça preta, mas somente a dos que vierem dos Estados Unidos.

Ainda mais quando somente esses é que serão indesejáveis, não porque são pretos, mas porque trazem no espírito, contra o branco, um sentimento de hostilidade que será, na nossa ordem social, um perigo e um mal, valendo por uma verdadeira imigração dessa questão de raças que, mercê de Deus, não conhecemos ainda no nosso país (“Imigração de Negros”, Jornal do Brasil, 30.7.21).

Nos anos que se seguiriam, as restrições à imigrantes internacionais continuaram a fazer parte da política migratória brasileira, que segundo Wermuth (2015, p. 5) “representava um reflexo da crise econômica mundial vivenciada em 1929 que teve consequências para a cultura cafeeira do Brasil”. No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o nacionalismo encontrava-se em alta, e o controle da entrada dos imigrantes era uma das prioridades do governo. Conforme Haag (2012), Vargas, em 1930, em um de seus discursos em campanha para a Presidência da República, teria proferido a seguinte frase: “Durante anos pensamos a imigração apenas em seus aspectos econômicos. É oportuno obedecer agora ao critério étnico”.

Não é de se surpreender que em 1934 seriam aprovados artigos de cunho racista na Constituição, que ficaram conhecidos como “Lei de Cotas”. Como já diz o nome, era instituído um sistema de cotas, restringindo a entrada de imigrantes em um certo número para cada nacionalidade (HAAG, 2012). Observa-se o artigo 121, §6º, da Constituição de 1934, por exemplo, que possuía o seguinte teor:

§ 6.º A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições

necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

Além disso, um pouco mais adiante, ainda no governo Vargas, com a iminente eclosão da Segunda Guerra Mundial, se intensificaram as medidas de caráter repressivo e restritivo contra grupos de imigrantes que antes não eram alvos, como alemães e italianos, além dos japoneses, pois estes se reuniam em núcleos coloniais, o que, para o governo, representava certo perigo (GERALDO, 2009, p. 175). Reforçando tais ideais, surgiram as primeiras leis especificamente sobre estrangeiros no Brasil, o Decreto-Lei 406 de 1938, e o Decreto 3.010 – do mesmo ano e que regulamenta o primeiro –, dispondo sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. A reunião de imigrantes em núcleos coloniais, como cita Wermuth (2015, p. 5) “eventualmente significaria o surgimento de uma economia, uma cultura e uma política paralela e até mesmo oposta à do governo central”.

O que desejava o governo brasileiro era a miscigenação, e não a diversidade, pois a diversidade poderia trazer conflitos entre as diversas nacionalidades. Como explica Carneiro, na obra de Haag (2012), “o Estado Novo, por meio do Ministério da Justiça e de uma política nacionalista, não admitia fissuras, combatendo grupos migrantes, vistos como elementos de erosão. O ideal do regime era a homogeneidade em detrimento da diversidade.” Ademais, Alemanha, Itália e Japão faziam parte do “Eixo” na II Guerra Mundial, e como cita Suzuki Jr. (2008), os nacionais destes países passaram por duras restrições em nosso território, sofrendo diversas violações a seus direitos fundamentais.

Nesse cenário, os japoneses foram os mais prejudicados, uma vez que não pertenciam à classificação de “europeus brancos”. Diante das sempre presentes teorias de desigualdade racial, como era de se esperar, estes eram tratados como prisioneiros de guerra. Medidas como as seguintes passaram a ser adotadas contra os nipônicos:

Mais de 200 escolas de japonês foram fechadas. A língua japonesa foi proibida de ser falada em público; para a maioria dos nipônicos no país, essa era a única forma de se comunicar. A publicação dos jornais em japonês ficou muito cara (passou a ser obrigatória a edição bilíngüe, japonês-português), e eles deixaram de circular. Em 1939, uma pesquisa da Estrada de Ferro Noroeste, de São Paulo, mostrava que 87,7% dos japoneses assinavam jornais na sua língua materna, um índice altíssimo para os padrões do setor no Brasil. (SUZUKI JR., 2008, s/p)

Doze anos após a Lei de Cotas de 1934, medidas como a emenda 3.165 à Constituição de 1946 entravam em votação, propondo a proibição da imigração de japoneses em nosso país. O mais estarrecedor, é que a emenda só não foi aprovada por um voto. Foram 99 votos a favor, e 99 votos contra, de modo que o voto de minerva

impediu a aprovação da mesma. Tal emenda foi proposta pelo Deputado Miguel Couto Filho, retomando idéias de seu genitor, Miguel Couto, também Deputado, doze anos antes (SUZUKI JR., 2008). Esses fatos só demonstram os valores que ainda seguiam sendo passados por parte da sociedade brasileira às suas próximas gerações, a qual via nos imigrantes uma séria ameaça à segurança nacional. Observa-se na tabela elaborada por Ennes (2005, p. 7), as legislações referentes à imigração no Brasil entre os anos de 1891 e 1934:

Lei	Ano	Assunto
Art. 35 § 20 Constituição	1891	Entrada de imigrantes
Art. 72 § 10 Constituição	1891	Entrada de imigrantes
Art. 128 § 2º Constituição	1891	Entrada de imigrantes
Art. 33§ 10 Ante-projeto Constituição	1933	Entrada de imigrantes
Art. 121 § 6º Constituição	1934	Entrada de imigrantes
Art. 161 Ante-projeto Constituição	1934	Entrada de imigrantes
Decreto 4.247	1921	Entrada de imigrantes
Decreto 16.761	1924	Entrada de imigrantes
Decreto 20.917	1932	Entrada de imigrantes
Emenda Miguel Couto	1930	Proibia a imigração africana e limitava a asiática a 5%
Decreto 19.428	1930	Entrada de imigrantes
Decreto 22.430	1933	Estabelece competência privativa da Assembléia para legislar sobre questões de imigração
Emenda Xavier de Oliveira	1933	Proibia, para efeito de residência, africanos e asiáticos
Substitutivo	1934	Estabelece competência privativa do executivo para legislar sobre questões de imigração
Emenda Levy Carneiro	1934	Proibia a imigração africana e restringia a asiática a 2%
Decreto 24.258	1934	
Emenda Arthur Neiva	1934	Restringia a imigração aos brancos. Proibia a concentração de imigrantes no país.

Outro período de destaque na história da imigração no Brasil se situa entre os anos de 1964 e 1985, lapso temporal no qual perdurou a ditadura militar. A Constituição Brasileira de 1967, apenas dispõe em seu artigo 8º, inciso XVII, alínea “p”, que “competete à União legislar sobre emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros”. Destarte o avanço em descartar o conteúdo racista e xenófobo de suas precedentes, esta peca ao não fazer menção aos direitos dos imigrantes. Segundo Lopes (*apud Wermuth* 2015, p. 7), “esta desconstitucionalização da imigração revela uma opção pela soberania estatal em oposição à autodeterminação pessoal, bastante clara na época da ditadura militar.” Isto abriu espaço para a elaboração de uma série de leis e decretos que continuassem a permitir a restrição de direitos aos imigrantes, como o Decreto-lei nº 417, de 10 de janeiro de 1969, e o Decreto-lei nº 941:

O Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, promulgado em plena ditadura militar, sob o governo de Costa e Silva, passou a definir a “situação jurídica do

estrangeiro" (revogado pela Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980) e preocupou-se especificamente com o procedimento de expulsão do estrangeiro nocivo à segurança nacional. (FERNANDES, 2012, p. 2)

Como ainda cita Fernandes (2012, p. 2-3), o país praticava uma política isolacionista em relação aos direitos humanos durante a ditadura militar, e diversos tratados e pactos só foram sancionados pelo governo brasileiro em 1992, no segundo mandato presidencial após a instauração de uma constituição democrática, entre eles os Pactos Internacionais de 1966, sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969.

Também no dado período foi criada a Lei 6.815, de 1980, o Estatuto do Estrangeiro, vigente até hoje. A contrariedade de tal lei aos preceitos de Direitos Humanos e aos Direitos Fundamentais garantidos pela Constituição Brasileira de 1988 demonstra a falta de concordância entre seu conteúdo e a realidade brasileira. Este apresenta procedimentos que podem ser considerados ultrapassados na época em que vivemos. É o que trazem Campos e Silva acerca do Estatuto do Estrangeiro, e da supracitada Lei nº 417:

São frutos desses períodos autoritários os principais traços das legislações migratórias brasileiras, das quais a ainda vigente Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (o Estatuto do Estrangeiro), é a face mais visível. O exemplo mais tangível e eloquente é, seguramente, a disciplina sobre a medida de retirada compulsória do território nacional da expulsão do estrangeiro, cujos dispositivos foram inicialmente inseridos no ordenamento jurídico pelo Decreto-Lei nº 417, de 10 de janeiro de 1969, um dos decretos militares publicados subsequentemente ao Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, e que vieram a lhe dar executoriedade. (CAMPOS e SILVA, 2015, p. 56)

É surpreendente o fato de que o Estatuto do Estrangeiro vigore mesmo após a elaboração da Constituição de 1988, a qual é um marco histórico na garantia e positivação de direitos fundamentais, e acima de tudo, sociais, no ordenamento jurídico brasileiro.

Diante de todas estas informações, pode-se observar que a política migratória em nosso Estado se manifestou sempre no sentido de defender a soberania nacional, e proteger interesses do próprio Estado, utilizando de forma utilitarista os imigrantes, e acolhendo somente aqueles que fossem necessários e vistos com bons olhos pelo governo. Apesar da evolução da Constituição de 1988, observa-se que na prática os procedimentos são realizados, incrivelmente, de acordo com o ainda vigente Estatuto do Estrangeiro. Aliás, a título de exemplificação do atraso em que se encontra nosso país em termos de legislação, pode-se citar o resquício de estruturas também instituídas na época do regime militar e que continuam a reger no Brasil, como as estruturas tributária, administrativa e financeira.

Após 27 anos da instituição da Constituição Federal de 1988, mais do que nunca se faz indispensável que as práticas governamentais estejam em plena concordância

com seu conteúdo, de forma a corresponder com o título que carrega o Brasil de Estado Democrático de Direito. O princípio da dignidade da pessoa humana, norteador principal da Constituição, deveria por si só servir de sustentação e argumentação para a elaboração de nova legislação que substitua o vigente Estatuto do Estrangeiro, visando erradicar situações violadoras de Direitos Humanos em solo brasileiro com relação aos migrantes que aqui buscam abrigo. Elencado no rol de direitos fundamentais da Constituição de 1988, tal princípio assevera a necessidade de proteção do ser humano, como ser de direito e digno de proteção do Estado, e não deve admitir exceção de nacionalidade.

A importância de se garantir os direitos fundamentais de todo e qualquer ser humano, independe do lugar em que se encontre, deve ser vista como uma necessidade em todos os ordenamentos jurídicos. Nesse rol de garantias, deve estar inserido o direito a migrar.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Flávia Campany do. **Os negociantes de escravos e a pressão inglesa pela abolição do tráfico transatlântico (1830-1850)**, 2009. Disponível em: http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_19.pdf. Acesso em: 11/07/2015.

BRASIL. Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907, Lei Adolfo Gordo. **Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do territorio nacional**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-norma-pl.html>. Acesso em: 13/07/2015.

BRASIL. Decreto nº 2.741, de 8 de janeiro de 1913. **Revoga os arts. 3º e 4º, paragrapho unico, e 8 do decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2741-8-janeiro-1913-575766-publicacaooriginal-99068-pl.html>. Acesso em: 13/07/2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938. **Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15/07/2015

BRASIL. Decreto nº 3.010, de 30 de agosto de 1938. **Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15/07/2015

BRASIL, República Federativa. **Constituição Federal, Brasil**, 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15/07/2015

BRASIL, República Federativa. **Constituição Federal**, Brasil, 1988.

CAMPOS, Bárbara Pinowsca Cardoso; SILVA, João Guilherme Lima Granja Xavier da. Igualdade, não-discriminação e política para migrações no Brasil: antecedentes, desafios e potencialidades para o acesso da pessoa migrante a direitos e serviços. In: GALINDO, George Rodrigo Bandeira (Organizador). **Migrações, deslocamentos e direitos humanos**. 1. ed. – Brasília: IBDC; Grupo de Pesquisa C&DI, 2015. p. 50-64

ENNES, Marcelo Alario. **Imigração e Direitos na Região Noroeste Paulista** (PDF). Sociedade

Brasileira de Sociologia (Página de downloads), 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=80&Itemid=170. Acesso em: 13/07/2015.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995. Disponível: <https://drive.google.com/file/d/0BxjmmWMLqtM-MnMzTXhHTHVfLTA/view?pli=1>. Acesso em: 13/07/2015.

FERNANDES, Pádua. **Migração na ditadura militar brasileira: desejados e indesejados perante a doutrina de segurança nacional**. Disponível em: <http://lasi-sladi.org/files/live/sites/lasi-sladi/files/shared/Working%20Papers/Working%20Paper%2013%20P%C3%A1dua%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 22/07/2015.

GARCÍA, Miguel Angel. **Immigrazione Italiana nell’America Del Sud (Argentina, Uruguay e Brasile)**. Disponível em: <http://www.yumpu.com/it/document/view/14929177/italiani-sudamericapdf>. Acesso em: 12/06/2015.

GERALDO, Endrica. **A “Lei de Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil**. Cad. AEL, v.15, n.27, 2009. Disponível em: http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/157/164. Acesso em: 11/07/2015.

GOMES, Tiago de Melo. **Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921)**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000200005. Acesso em: 11/07/2015.

HAAG, Carlos. **Os indesejáveis**. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/12/os-indesejaveis/>. Acesso em: 13/07/2015

IBGE. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/>. <Acesso em: 10/07/2015

IBGE. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/portugueses/imigracao-restrita-1500-1700>. <Acesso em: 10/07/2015>.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Leis Adolfo Gordo**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>. Acesso em: 13/07/2015.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de imigração: O Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009.

SEYFERTH, Giralda. Universidade de São Paulo (USP): **Colonização, imigração e questão racial no Brasil**, 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>. Acesso em: 13/7/2015.

SUZUKI JR., Matinas. **Rompendo Silêncio**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2004200804.htm>. Acesso em: 13/07/2015.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. [S.l.]: Livraria Nobel, 1989. 574 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=ncc7WLAXImQC&q=P%C3%A1gina+0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10/07/2015.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **A (bio)política migratória brasileira entre utilitarismo e repressivismo: sobre a necessidade de suplantação da idéia de “segurança nacional” em busca da comunidade que vem**. Disponível em: http://www.derechoycambiosocial.com/revista039/A_%28BIO%29POLITICA_MIGRATORIA_BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 10/07/2015.

POR QUE NÃO FAZER DIFERENTE? A PERSISTÊNCIA DA MILITARIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO

Walter José Moreira Dias Junior

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

Niterói – Rio de Janeiro

RESUMO: O presente trabalho pretende abordar como uso do monopólio legítimo da força física pelo Estado tem sido empregado de maneira desproporcional e de forma usual em diversas ocorrências, sendo nestes casos, majoritariamente sobre os mais pobres. Sob uma ótica em que o Estado é ferramenta para manutenção dos interesses das classes dominantes, à revelia do bem-estar da classe trabalhadora, será analisado como a militarização da segurança pública e de outros aspectos da vida cotidiana, tem sido a regra no Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos. Para garantir controle social sobre áreas periféricas e mais vulneráveis das cidades a saída tem sido estimular antigas práticas das polícias que não escapam de uma seletividade punitiva, em que se pune prioritariamente os mais pobres, já estigmatizados pela mídia e pelo senso comum da sociedade. Para além disso se buscará problematizar exemplos de como este modelo arcaico, e ao mesmo tempo cada vez mais praticado, de gerir a segurança pública influenciou outras políticas públicas, como a Educação, com a designação de policiais

militares armados e fardados dentro de escolas públicas estaduais. Por fim, será apontado caminhos para uma desmilitarização das forças policiais no Brasil, como objetivo de construção de uma polícia efetivamente cidadã, em que seus operadores de segurança pública, tanto atuem no cotidiano, como sejam respeitados pela corporação com base nos direitos humanos, constituindo-se assim uma instituição que seja mediadora de conflitos, agente da democracia, e não mais seja reconhecida e nem tenha como símbolo a morte.

PALAVRAS-CHAVE: Desmilitarização; Segurança Pública; Violência

ABSTRACT: The present work intends to consider how the use of the legitimate monopoly of the physical force by the State has been used disproportionately and in a usual way in several occurrences, being in these cases, mainly on the poorest ones. From an angle where the State is a tool for maintaining the interests of the ruling classes, in the absence of the welfare of the working class, it will be analysed how the militarization of public security and other aspects of daily life has been the rule in the State of Rio de Janeiro in recent years. In order to guarantee social control over peripheral and more vulnerable areas of the cities, the outflow has been to stimulate old police practices that do not escape a punitive selectivity, in which the

poorest ones, already stigmatized by the media and by the common sense of society, are punished. In addition, we will try to problematize examples of how this archaic and at the same time increasingly practiced model of managing public safety influenced other public policies, such as Education, with the designation of armed military police and uniformed officers in state public schools. Finally, it will be pointed out ways for a demilitarization of the police forces in Brazil, as an objective to build an effectively citizen police, in which its public security operators, both in daily life and respected by the corporation based on human rights, constituting thus creating an institution that is a mediator of conflicts, an agent of democracy, and no longer recognized or symbolized by death.

KEYWORDS: Demilitarization; Public security; Violence

1 | INTRODUÇÃO

Comunidade que vive à vontade
Com mais liberdade tem mais pra colher
Pois alguns caminhos pra felicidade
São paz, cultura e lazer
Comunidade que vive acuada
Tomando porrada de todos os lados
Fica mais longe da tal esperança
Mc Júnior e Leonardo

O monopólio legítimo do uso da força é atrelado à existência de um aparato estatal. Como analisou Weber (2004) para salvaguardar a segurança nacional, garantir a soberania em determinado território e garantir o cumprimento das leis por toda a sociedade, somente o Estado pode exercer este monopólio.

Este aspecto é fundamental para a manutenção da democracia e das instituições que dela se fundamentam. Soares (2011) trata deste tipo de violência empregada pelo Estado como positiva, já que:

a problemática da segurança pública ao Estado, entendido como o aparato institucional que detém o monopólio da violência legítima. Eis aí mais uma acepção positiva da violência, nesse caso definida como o emprego potencial dos meios de coerção (armas, polícias, força organizada) a serviço de objetivos aprovados pela sociedade, porque conformes às determinações legais, sendo a legislação fruto da vontade popular, nos termos instituídos democraticamente pelo Estado democrático de direito. Em outras palavras: a violência seria legítima quando empregada pelo Estado para proteger direitos e liberdades, evitando, portanto, a violência ilegítima. (p.04)

Com esta elucidação, já conseguimos separar dois tipos violência: legítima e ilegítima. O Estado podendo agir com recurso da força, de maneira legítima, para impedir ou combater casos de violência ilegítima.

Para agir de maneira legítima o Estado brasileiro conta, principalmente, para esta

função com o Exército, Polícias Militares, Polícias Civis, Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Os municípios ainda dispõem das Guardas Municipais, que vem tendo sua atuação constantemente ressignificada por prefeitos, aquém do que dispõe o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, em seu inciso IV, artigo oitavo: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.” (Constituição Federal do Brasil/1988).

Porém, nas grandes cidades brasileiras ocorre um deslocamento de prioridades, onde as Guardas Municipais são incumbidas também de realizar um patrulhamento ostensivo. Não que isto seja ruim no âmbito de uma reorganização do modelo de segurança pública, mas para isso seria necessário delimitar fronteiras de atuação e buscar novas ações de cooperação.

No atual modelo não existe a polícia de ciclo completo, sendo seu trabalho particionado, de maneira mais visível nas grandes cidades. A investigação da Polícia Civil, o policiamento ostensivo e a efetuação de prisões em flagrante pela Polícia Militar, e a Guarda Municipal sendo reaproveitada, por fora da lei, para dar mais sensação de segurança aos cidadãos destas cidades.

Alguns municípios inclusive têm adotado o uso de armas letais para equipar suas Guardas Municipais de maneira a colocá-las em destaque no combate à criminalidade. Porém os custos com treinamento e aquisição das armas, interesse duvidoso dos servidores em alterar seu patamar de atuação, além da questão de que se com mais armas de fogo resolve-se o problema da segurança pública nas cidades brasileiras são os empecilhos para implantação deste modelo de segurança pública.

Com isso, não se faz raro no cotidiano das grandes cidades brasileiras uma grande quantidade de notícias envolvendo o emprego do uso da força do Estado de maneira desproporcional sobre determinadas parcelas da sociedade.

Quando analisamos a ação da polícia, sobre quem ela prioritariamente age e sobre mais evidentemente foca suas ações, vemos que o Estado Democrático de Direito simplesmente não possui uma igualdade jurídica tal como deveria ser pelos preceitos jurídicos. Isto acontece porque o Estado não se configura enquanto uma estrutura neutra, pois:

na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem. (ENGELS, 1975, p.184)

Assim, os embates a se tratar para alterar estruturas estatais que propiciem maior vivência de experiências democráticas são mais árduas para serem atingidas. Pois toda forma de se conquistar mais direitos para as classes mais vulneráveis será combatidas com os melhores argumentos, com apoio da mídia (que no Brasil tem estreitos laços monopolistas com empresários e políticos de carreira), mantendo o Estado como uma estrutura que não é neutra, e seus aparatos servindo para legitimar

as desigualdades sociais e manter o status quo.

2 | MILITARIZAÇÃO E OPERADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Analisando aspectos da militarização nas forças policiais, é possível apontar exemplos nítidos de como este cenário é prejudicial à sociedade e aos próprios operadores da segurança pública.

Refletindo a respeito da militarização, podemos caracterizá-la como possuidora de:

“alicerces ideológicos [com] três pilares rígidos, quais sejam: a hierarquia, a disciplina e a existência de um inimigo a ser combatido. Embora essa forma de organização faça algum sentido para a defesa da soberania de um país, por meio de suas forças armadas, é inconcebível para a segurança pública interna num Estado Democrático de Direito, uma vez que é totalmente incompatível com a defesa de direitos humanos.” (LIMA, OLIVEIRA, 2016, p.96)

Os pilares de respeito à hierarquia e disciplina trazem problemas à atuação de diversos policiais. Serão citados três casos com a seguinte problematização de cada fato, buscando favorecer esta reflexão sobre como a segurança pública no Brasil ainda tem muito a se aperfeiçoar para garantir direitos.

O primeiro caso é um concurso para sargento no Rio de Janeiro, em que ocorreu no Engenheiro, seguindo o relato a seguir:

A prova estava marcada para 13h. Os portões abriram às 10h e fecharam uma hora depois. Segundo relatos de PMs, a maioria não foi revistada na entrada e os celulares não foram recolhidos, como deveria ser. Os policiais tiveram que aguardar por cerca de duas horas, no sol, o início da prova. Alguns contaram que não puderam se deslocar para onde havia sombra enquanto aguardavam o início do teste. Com isso, muitos passaram mal e chegaram a desmaiar antes mesmo de a prova iniciar. Ambulâncias que estavam no estádio socorreram os PMs no local. De acordo com informações, o major responsável pelo Setor Sul prendeu mais de 40 candidatos que quiseram desistir do concurso por se sentirem mal com o forte sol, e impediu que deixassem o local. (REZENDE, 2015)

Ou seja, a obediência ao superior na hierarquia militar foi sobreposta à saúde dos policiais. A ordem deve ser acatada sem pestanejar em organismos militares pelo seu caráter de defesa nacional, sempre em escala de urgência. O que mostra como a polícia deve ser desmilitarizada para que tais absurdos não mais ocorram.

Um segundo exemplo é referente ao uso de redes sociais. Muitos casos têm sido noticiados ultimamente, utilizarei um apenas para ilustrar a que ponto chega o nível hierarquia e disciplina nos batalhões das Polícias Militares. Uma capitã do 31º BPM do Rio de Janeiro chegou a ser presa administrativamente por incitar uma greve da PM em um comentário no Facebook (TORRES e PROVENZANO, 2017).

Terceiro e último exemplo da militarização atuando contra os profissionais da

segurança pública se deu durante protestos de servidores públicos do Rio de Janeiro contra as propostas de reformas do Governo Estadual no final do ano de 2016. Dois policiais militares se recusaram em participar da repressão que ocorria sobre os trabalhadores e deixaram seu posto (ZUAZO e BRETAS, 2016).

Após esta deserção, já sem os escudos, caminharam pela área onde estavam os manifestantes. Porém, posteriormente ambos foram presos administrativamente por terem se recusado a obedecer a ordem do superior.

3 | PREJUÍZOS À SOCIEDADE

Nesta seção será abordado alguns casos para ilustrar como a militarização é danosa à sociedade como um todo. Os danos causados pelo terceiro pilar: o foco no combate a um determinado inimigo.

No caso das Forças Armadas, este foco se dá nas fronteiras, pois o inimigo hipotético é o estrangeiro, precisando defender a nação a fim de garantir sua soberania. Porém quando esta militarização alcança as polícias militares, o inimigo construído é outro. Já que modelo de segurança pública atual:

“demanda a permanência de dispositivos de segurança voltados à perseguição incansável e seletiva de parcelas significativas da sociedade, criminalizadas pela sua pobreza, pela sua periculosidade, vulnerabilidade ou qualquer outro novo conceito que venha a expressar o atávico medo das ‘classes perigosas’.” (SERRA, RODRIGUES, 2014, p.105)

Não é objetivo selecionar todos os casos possíveis, estabelecendo-se como uma enciclopédia de excessos do monopólio do uso legítimo da força, ou selecionar os mais importantes, pois caracterizaria juízo de valor.

Mas é importante relembrar as truculências de abuso de autoridade e força que causaram morte de Amarildo Dias de Souza, torturado e morto dentro da UPP da Rocinha em 2013; Claudia Silva Ferreira, baleada em tiroteio no Morro da Congonha em Madureira, foi arrastada no asfalto quando o porta-malas da viatura da PM que a levava ao hospital se abriu; Eduardo de Jesus, morto por um tiro de fuzil disparado por um policial enquanto estava na porta de casa; Maria Eduarda, morta a tiros dentro do Ciep que estudava em Acari enquanto ocorria uma operação policial; Roberto, Carlos Eduardo, Cleiton, Wilton e Wesley estavam em um carro e saíram para comemorar o primeiro salário de Roberto e receberam 111 tiros em uma blitz policial; Marcos Vinicius, morto na Maré com uniforme escolar em meio a uma operação policial.

Estes casos infelizmente se tornaram rotina e estatísticas na mídia, pois ainda parece que a vida parece ter valor diferente para o poder público, dependendo de onde o cidadão resida.

A lógica de confrontação ao inimigo, sendo o traficante o mal a ser extirpado de qualquer maneira coloca em segundo plano as vidas dos que nada tem a ver com o

crime. Desumanizando os traficantes, sendo passíveis de pena de morte imediata e acreditando que as drogas são um problema exclusivo das favelas e periferias, este modelo de segurança pública militarizado provoca mortes rotineiramente.

Outro cenário de militarização nas políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro também é passível de ser analisado: a presença de policiais militares fardados e armados dentro de escolas estaduais.

Muito em razão da “Tragédia de Realengo”, ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira, em 2011, que vitimou doze estudantes, o Governo do Estado utilizou o PROEIS - Programa Estadual de Integração de Segurança, que designou policiais militares armados e fardados dentro de determinadas instituições de ensino da rede estadual. Este programa durou até o ano de 2015, não sendo encerrado por conta de críticas, mas sim pela falta de recursos no pagamento aos operadores da segurança pública. Pois como foi noticiado, o repasse para a Polícia Militar era feito com objetivo do programa se manter e é meta da Secretaria de Estado de Educação o seu retorno para o ano de 2019.

Podemos analisar esta flagrante militarização do espaço escolar também como resultado da razão governamental do neoliberalismo. O objetivo da polícia dentro destas escolas, apesar dos discursos durante o anúncio do projeto, não era intervir em determinadas situações, mas sim estar presente para inibir determinados atos.

Desta maneira, não se pretende construir caminhos para se formar um cidadão, nem mesmo utilizando a educação como contrapartida à entrada no crime. Pretende-se na verdade desenvolver um programa de ação que aja sobre o ambiente, favorecendo a previsibilidade dos sujeitos naquele espaço e combatendo a possibilidade de desordem de maneira mais econômica.

Econômica para o Estado já que os policiais que atuam nos colégios trabalham em seu dia de folga em troca de um bônus salarial, e ainda se evita que os policiais realizem trabalhos extras (“bicos”) nestes períodos.

Desta maneira, o foco da ação se dá no meio e não na construção do indivíduo, para que assim a conduta seja conduzida de maneira satisfatória.

Porém, é importante destacar que esse distanciamento da ação sobre o meio, nem sempre se reproduzia nos colégios. Existem relatos de diretores convidarem os policiais em vigia para realizar revista em estudantes, e também quando policiais foram chamados a intervir em briga de estudantes.

No caso mais noticiado, no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, em Niterói, o policial do PROEIS lotado na escola, usou spray de pimenta para separar uma briga de estudantes durante o horário do recreio.

Em outro colégio de Niterói que recebia estes policiais militares no horário de folga, o Colégio Estadual Leopoldo Fróes, ocorreu um outro problema. Os professores ao chegarem para trabalhar no colégio, encontraram uma pistola dentro da sala dos professores. A arma havia sido esquecida pelo policial de plantão no colégio no dia anterior.

Desta maneira, podemos refletir se instituições de ensino são realmente espaços para atuação de policiais armados. Este monopólio da violência acaba borrando os limites entre o legal e não-legal no exercício da autoridade dos policiais quando chamados a intervir no cotidiano do colégio.

Apresença destes profissionais nos pátios internos, entrada do colégio, almoçando no refeitório dos estudantes já produzia influências sobre o meio, porém sua atuação não terminava por aí, por contar com a simpatia das direções e de muitos professores para intervir no cotidiano do colégio, porém:

“O que os PMs sabem não está ordenado em um formato científico, não aparece quantificável ou traduzido nas estatísticas, não pode ser provado com números, tabelas e gráficos. Este saber atrelado ao episódico, constrangido pelas contingências, parece resistir à padronização.” (MUNIZ, 1998, p.160)

Os operadores de segurança pública, sem nenhum treinamento específico para atuarem dentro de instituições de ensino, podem levar a descalabros quando chamados a intervir, pelo seu saber policial não ser condizente com um ambiente escolar, já que:

“As mais distintas realidades visitadas pelos policiais durante a sua jornada de trabalho conformam um saber que procura se equilibrar nos extremos, que se capacita a lidar com o desproporcional, com o disparate, enfim, com toda sorte de episódios despropositados. Um PM, com algum tempo de polícia ostensiva, logo aprende que as situações que parecem ser menos perigosas são precisamente aquelas que explodem com um alto grau de violência” (MUNIZ, 1998, p. 167)

Ou seja, desde situações no cotidiano de áreas periféricas da cidade, ou dentro de estabelecimento de ensino, a saída do Estado do Rio de Janeiro tem sido apostar na militarização. Estes casos mostram o quão urgente é a iniciativa de se pensar em ferramentas que possibilitem a desmilitarização, pois esta lógica de guerra só tem levado mais cidadãos à morte.

4 | DESMILITARIZAÇÃO

Quando se foca nesta seção sobre a desmilitarização, não se pretende estabelecer uma fórmula mágica para a solução dos problemas apresentados anteriormente, e sim uma busca por novos métodos e práticas que ajudem a construir condições para um real Estado Democrático de Direito.

A partir do momento em que se buscar mudar velhos paradigmas nas instituições policiais, haverá maiores oportunidades de constituir novas tradições, pouco a pouco, com base no respeito à democracia.

Neste sentido, o atual modelo da militarização das polícias segue causando vítimas dentro e fora da corporação, desde o treinamento do soldado, na sua prática cotidiano de falta de democracia interna no Batalhão, à execução cega de planos de ação dos superiores e da parcela da população que mais sofre com este processo, os

pobres moradores de periferia.

Assim, não se pode deixar que a sociedade confunda segurança pública com militarização já que:

segurança pública é a estabilização universalizada, no âmbito de uma sociedade em que vigora o Estado democrático de direito, de expectativas positivas a respeito das interações sociais -ou da sociabilidade, em todas as esferas da experiência individual. (p.07)

A desmilitarização auxiliará a coibir a seletividade punitiva que o Estado brasileiro incentiva. Pois o combate a um inimigo, “o traficante”, objetiva a sua procura e extermínio, sendo sujeitos destituídos de direitos. E nesta busca incessante, promovida e noticiada pelo Estado, os que mais sofrem são justamente as populações mais carentes, que mais sofrem com outros fatores, como o acesso à Justiça, sendo este:

O acesso à Justiça é componente fundamental do processo de construção interativa, intersubjetiva e multidimensional - isto é, envolvendo Estado e sociedade-- da segurança pública, porque esta apenas subsiste caso faça parte das expectativas de indivíduos e grupos a suposição de que eventuais ataques aos direitos – sobretudo os mais sensíveis e diretamente ligados à vida, à integridade física e moral, à liberdade e à propriedade dos bens mais próximos - serão reparados tempestivamente e com equidade. (SOARES, 2011, p.08)

A desmilitarização poderia iniciar-se com o fim das polícias militares, pois não seguiriam mais a lógica militar. As polícias passariam a seguir um modelo de ciclo completo e não mais fragmentado conforme abordado anteriormente.

Maior integração com a sociedade e maior valorização do operador de segurança pública também são passos fundamentais para reduzir as discrepâncias deste modelo arcaico que não foi democratizado após o fim do período da ditadura civil-militar.

5 | CONCLUSÃO

Em um cenário de crise política e econômica que o país vive, em que houve recentemente manifestações de milhões de pessoas nas ruas, sendo uma parcela destas tendo como reivindicação o retorno da ditadura militar; em que há políticos eleitos que menosprezam garantias mínimas constitucionais em razão de uma perseguição à ladrões e corruptos; em que há lideranças políticas que ridicularizam a pauta dos direitos humanos, associando os militantes desta causa à bandidagem; em que há diversos programas televisivos que promovem a barbárie policial e restrição de direitos se for para alcançar a “justiça”; se faz necessário um posicionamento e estudos de como se fortalecer o Estado Democrático de Direito apesar de todos estes retrocessos em disputa na sociedade.

Neste sentido, a pauta da desmilitarização auxilia a sociedade a pensar em outro

modo de se gerenciar a segurança pública, com mais democracia e transparência, melhorando as condições de trabalho policial tal como reduzindo as ocorrências de abuso de autoridade e reduzindo, mas não encerrando, o efeito nocivo às periferias causada pela “guerra às drogas”.

Portanto, como pretendeu-se demonstrar um passo inicial seria a sociedade se conscientizar do real papel dos operadores de segurança pública, como detentores de direitos básicos, e ao mesmo promotores e defensores dos direitos de toda a população, sem seletividade, sem embasamento em estereótipos de cunho racista ou social.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia (orgs.). **Violência e Dilemas Civilizatórios – as práticas de punição e extermínio**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

FREITAS, LUANA. “Concurso interno da PM é marcado por confusão e desmaios.” In: **REZENDE, Sidney (2015)** <http://www.sidneyrezende.com/noticia/250200+concurso+interno+da+pm+e+marcado+por+confusao+prisoas+e+desmaios> (Acesso: 05/06/2016)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

LIMA, I. e OLIVEIRA, I. “Segurança pública militarizada: a face antidemocrática do Estado de Direito”. In: **Interfaces Científicas - Direito**, Aracaju, v.4, n.2, p. 93-102, fev. 2016

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (orgs.). **Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser Policial É, sobretudo, uma Razão de Ser: Cultura e Cotidiano da PMERJ**. Tese de Doutorado em Ciência Política. IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro, 1998.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. In: **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 18, p. 119-130, 2010.

SERRA, C. e RODRIGUES, T. “Estado de Direito e Punição: a lógica da guerra no Rio de Janeiro”. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.35, n.26, 2014, p. 91-108.

SOARES, Luiz Eduardo. “Temas do Pensamento Social Brasileiro”. In: SCHWARCZ, Lília (org.) **Agenda Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade Libertária**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo (org.) **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

TORRES, A. PROVENZANO, F. “Capitã é presa por incitar greve da PM em rede social”. In: **Jornal Extra**, 10 de fevereiro de 2017.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix: 2004.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada: Quem são os traficantes de droga**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social**. São Paulo: Escuta, 1994.

ZUAZO, P. BRETAS, P. “PMs que abandonaram tropa durante protesto estão presos administrativamente”. In: **Jornal Extra**, 16 de novembro de 2016.

PROIBIÇÃO DAS DECISÕES SURPRESA À LUZ DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO INTERSUBJETIVA

Rafaela Soares Ramos Falcão

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Recife – Pernambuco

RESUMO: O princípio do contraditório sofreu alterações interpretativas nas últimas décadas e passou a ser analisado sob seu aspecto dinâmico, já que não é mais suficiente aplicá-lo apenas para garantir que as partes se manifestem diante dos atos processuais praticados ao longo do feito. O NCPC prevê expressamente o princípio da cooperação intersubjetiva, que visa propagar a cultura de que o juiz deve trabalhar conjuntamente com as partes dentro da relação processual, a fim de construir um procedimento adequado à prolação final de uma decisão justa e efetiva. Essa inovação do novo diploma normativo é resultado do contexto democrático vivenciado pelo Brasil, que torna necessário compatibilizar o ordenamento pátrio às realidades atuais vivenciadas pelo país. Isto posto, o dever de diálogo é extraído do princípio da cooperação, bem como do princípio do contraditório sob sua acepção dinâmica, na medida em que o magistrado tem o dever de dar oportunidade às partes para se manifestarem diante de todos os argumentos e teses apresentadas nos autos. Ademais, o magistrado deve permitir que os sujeitos processuais exerçam seu papel

de influência, pois as decisões não podem ser proferidas sem o prévio diálogo entre os sujeitos processuais, mesmo quando se tratar de matéria que anteriormente podia ser apreciada de ofício. Esse dever busca evitar a prolação de decisões surpresa, que são aquelas elaboradas a partir de fundamentos que não foram levados ao debate processual, e, portanto, foram construídas solitariamente pelo juiz. Tais decisões são expressamente vedadas pelo NCPC e são uma afronta ao Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: contraditório dinâmico; cooperação intersubjetiva; dever de diálogo; vedação das decisões surpresa.

ABSTRACT: The adversarial principle has been suffering interpretative alterations during the last decade and started being used under a dynamic application because it isn't enough anymore apply this principle only to assure the right to be heard during the procedure. The new brazilian civil procedure code includes the cooperation principle, whose goal is to spread a new behavior among the participants in trials, with the objective of making fair and effective decisions. This innovation is a result from the democracy that brings the necessity of a harmonious law system. Therefore the duty of dialogue comes from the cooperation principle as well as from the adversarial principle on

it's own dynamic version since the judge needs to give the opportunity so the parties can manifest their theses during trial. In addition to that the judge needs to allow the parties influence one another in order to make strong decisions based on the dialogues between all the participants, even when the subject was able to be considered on its own motion. This duty aims to avoid decisions affected by the surprise effect, which are the ones created by arguments that were not brought up during the procedure, consequently, were taken solely by the judge. Those decisions are forbidden by the Brazilian legal framework.

KEYWORDS: dynamic adversarial system; intersubjective cooperation; duty of dialogue; prohibition of the surprise decisions.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar a vedação de prolatação de decisões em cenário surpresa em relação aos sujeitos processuais, sob a ótica do atual código de processo civil e do novo diploma que entrou em vigor em março de 2016, haja vista o princípio da cooperação intersubjetiva estar expresso no novo CPC além de ser potencializador do próprio princípio do contraditório, constitucionalmente consagrado.

Nesse contexto, é necessário verificar a existência de dispositivos normativos tanto no novo código de processo civil bem como no atual que demonstrem a necessidade de um processo mais democrático, em que as partes cooperem com o magistrado de modo que a construção da decisão final seja mais justa e efetiva aos interesses dos sujeitos processuais.

Por conseguinte, trata-se de um estudo crítico e sistemático em que a forma como a doutrina defende ou afasta tal aplicação é imprescindível, realizando uma verificação profunda do tema.

Constrói-se, assim, um trabalho acerca de como o princípio da cooperação intersubjetiva fomentou a democracia no espaço processual, visando o aperfeiçoamento do processo civil.

O desenvolvimento desta pesquisa se deu através da percepção de doutrinadores que discutem o tema da cooperação processual, que apesar de ser a primeira vez de sua expressão explícita no código processual civil brasileiro já vem sendo debatido internacionalmente há décadas. Ademais, foi analisada a antiga legislação processual civil em confrontação com o novo diploma normativo em vigor.

2 | PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO

O princípio do contraditório, extraído do art. 5º, LIV, da CRFB/88, sob o aspecto mais tradicionalista e estático era subutilizado através de uma dimensão reduzida. O referido princípio tinha sua expressão através da intimação das partes dos atos ocorridos no processo, direito conhecido como bilateralidade de audiência, para que

pudessem defender-se. (BRASIL, 2017, p. 35)

Desse modo, a formação do convencimento jurisdicional se dava unilateralmente. Entendeu-se necessário, então, uma mudança de paradigma, na medida em que houvesse a real oportunidade das partes de serem ouvidas, bem como escutadas, a partir da liberdade de discussão efetiva. (DIDIER, 2003, p. 236-510)

Então, ao ser proferida uma decisão surpresa sob a vigência do CPC/73, a parte prejudicada já poderia invocar em seu benefício o princípio do contraditório diante da violação não apenas ao seu direito subjetivo, mas também ao interesse público, que, por conseguinte cerceou sua defesa. (CLARO, 2015, p. 271)

3 I MODELOS PROCESSUAIS

Os modelos processuais existentes são aplicados a depender do que o ordenamento jurídico de cada país estabelece como devido processo legal, visto que se trata de uma cláusula geral na qual o seu conteúdo dependerá do momento e do local em que será utilizado. Nesse contexto, os modelos mais tradicionais de processo são os fundamentados no princípio inquisitivo e no dispositivo, a depender da atribuição de poderes ao juiz. Os modelos processuais utilizados nos ordenamentos jurídicos variam de acordo com os valores sociais, políticos e econômicos diante do contexto que cada Estado vivencia. (NERY, 2004, p. 111)

No Brasil é possível visualizar a presença tanto do princípio dispositivo quando da instauração do feito, quanto do princípio inquisitivo durante a investigação probatória conduzida pelo magistrado, ao determinar a realização de provas de ofício, segundo o art. 130 do CPC/73 e art. 370 do NCPC. (BRASIL, 1972, p. 75)

É por isso que não há claramente um sistema processual civil brasileiro exclusivamente dispositivo tampouco inquisitorial, mas são notáveis as preferências do ordenamento jurídico pátrio pelo modelo inquisitorial. (WAMBIER, 2009, p. 53-65)

Contudo, o modelo contemporâneo de processo que deve prevalecer a partir do NCPC, devido às transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas, deve ser o cooperativo, formado através do encontro de um ponto de equilíbrio entre os princípios inquisitivo e dispositivo, pois a construção de um modelo cooperativo impõe uma mudança cultural na magistratura através da participação conjunta de todos os sujeitos processuais. (SANTOS, 2011, p. 47-80)

Desse modo, o modelo cooperativo busca não apenas solucionar a lide de acordo com a legislação processual aplicável ao caso concreto, mas também garantir a verdade real e não meramente formal. Nessa nova estrutura de processo há, pois, o intuito de que as partes colaborem com o juiz, pois a razoável duração do processo e a justiça dependem dessa participação conjunta entre todos os sujeitos. (DIDIER, 2010, p. 321)

4 I PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO INTERSUBJETIVA

A cooperação intersubjetiva consiste na colaboração do tribunal com as partes e destas para com o tribunal, mas é claro que não se pretende ignorar a existência de um litígio entre as partes, pois o interesse existente é de que ambas cooperem com o órgão jurisdicional para obterem, de modo célere, uma decisão justa. Não existe, portanto, a ilusão de que as partes irão amigavelmente cooperar uma com a outra, mas acredita-se que é possível o auxílio delas a fim de facilitar o trabalho jurisdicional. (GALINDO, 2015, p. 122)

Esse princípio se subdivide em quatro deveres. O dever de esclarecimento reflete o dever do juiz em procurar informações que lhe falte para alcançar a verdade real. O dever de prevenção leva o magistrado a alertar as partes sobre o uso inadequado da via, indicando o erro, a fim de permitir a retificação. O dever de diálogo faz com que o juiz oportunize momento para que as partes se manifestem mesmo se tratando de matéria que deva decidir de ofício, em especial, quando o magistrado entender de modo diverso das partes. Esse é um dever fechado, pois em caso de sua inobservância, haverá nulidade processual se restar comprovado o prejuízo para uma das partes. O dever de auxílio gera a necessidade de o juiz ajudar as partes naquilo que sozinhas elas não consigam, como documentos essenciais ao deslinde do feito. (DIDIER, 2005, p. 75-79)

A cooperação é potencializadora do contraditório no novo diploma, apesar de mais ampla que ele. Assim, ela corrobora a visão de um contraditório efetivo defendido sob a égide do código de processo civil de 1993. (PEIXOTO, 2013, p. 89-114)

Com a nova concepção de processo, o debate que resultará ao final em prolação de uma decisão precisa ser trilateral, visão retirada da análise conjunta entre os arts. 7º, 8º e 9º do NCPC, a partir da democracia participativa que deve existir entre os sujeitos processuais e refletir em todo o procedimento. (SOUZA, 2014, p. 79-86)

Até porque uma decisão construída conjuntamente, sanando os equívocos e tendo sua formação pautada no diálogo, permite a sua elaboração ser mais próxima da realidade material e menos sujeita a recursos. (OLIVEIRA, 2015, p. 25)

A partir de uma realidade que permite as partes efetivamente auxiliarem e influenciarem na decisão na qual passam a estar submetidas reduz as chances de elas resistirem e se recusarem a cumprir, dando celeridade ao feito por aumentar a probabilidade de inexistência de momento recursal. (SILVA NETO 2012, p. 424-437)

Contudo, o elemento surpresa causa morosidade processual retirando a transparência necessária à democracia participativa. (MARINONI, 2010, p. 123)

Então, a prolação de decisão surpresa fere o princípio da cooperação e o princípio do contraditório, já que são interpretações indissociáveis no ordenamento jurídico democrático. Por isso, é preciso a observância dos valores extraídos de ambos os princípios corolários do devido processo legal. (MITIDIEIRO, 2015, p.18)

5 | PROIBIÇÃO DAS DECISÕES SURPRESA

O enfrentamento às decisões surpresa, segundo o entendimento doutrinário majoritário, é no sentido de fazer uso dos embargos de declaração sob o argumento de omissão do dever de diálogo do magistrado e, consequentemente violação aos princípios da cooperação e do contraditório. (PARCHEN, 2015, p. 16)

Entretanto, nem o CPC/73, tampouco o NCPC trazem expressamente disposições nesse sentido, dificultando a rotina do advogado que se depare com situações desta natureza. Mas argumenta-se a possibilidade de interpretação extensiva dos arts. 535, II c.c 463, II, do CPC/73 e dos arts. 1022, II c.c 494, II, do NCPC, os quais prevêm a omissão de pronunciamento do magistrado como hipótese de cabimento dos embargos de declaração através do qual se permite a modificação de sentença pelo próprio juiz. Inclusive, mesmo tais artigos fazendo referência a sentenças, não há impedimentos quanto à interpretação de que também se aplicam às demais decisões judiciais. (BRASIL, 2016, p. 220)

Assim, restou demonstrado através da pesquisa, que apesar de o atual código de processo civil não vedar expressamente a prolação de decisões surpresa, infere-se de tal diploma normativo esta proibição, pois o princípio da cooperação intersubjetiva apenas potencializou o que o princípio do contraditório sob sua vertente dinâmica já estipulava. (GOUVEIA, 2009, p. 32-53)

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos processuais utilizados nos ordenamentos jurídicos variam de acordo com os valores sociais, políticos e econômicos diante do contexto que cada Estado vivencia. No Brasil é possível visualizar a presença tanto do princípio dispositivo quando da instauração do feito, quanto do princípio inquisitivo durante a investigação probatória conduzida pelo magistrado, ao determinar a realização de provas de ofício, segundo o art. 130 do atual CPC. É por isso que não há claramente um sistema processual civil brasileiro exclusivamente dispositivo tampouco inquisitorial, mas são notáveis as preferências do ordenamento jurídico pátrio pelo modelo inquisitorial. (PASSOS, 2002, p.103)

Contudo, o modelo contemporâneo de processo que deve prevalecer a partir do NCPC, devido às transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas, deve ser o cooperativo, formado através do encontro de um ponto de equilíbrio entre os princípios inquisitivo e dispositivo, pois a construção de um modelo cooperativo impõe uma mudança cultural na magistratura através da participação conjunta de todos os sujeitos processuais durante o procedimento. (GREGER, 2012, p. 123-133)

O princípio da cooperação intersubjetiva, consagrado no NCPC, engloba diversos deveres ao magistrado, o dever de diálogo é um deles, e extraído do novo código, sendo a peça chave a fim de evitar a prolação de decisões em situação que surpreenderá as

partes. Logo, o papel do magistrado passa ser a de gerir a comunidade de trabalho que deve permear todo o procedimento processual. (DIDIER, 2012, p. 223)

Nesse sentido, a proibição das decisões surpresa é resultante da interpretação jurisprudencial e doutrinária do atual CPC ainda em vigor diante do cenário democrático vivenciado, consagrado com a CRFB/88. Ademais, proferir ato decisório lastreado pelo fator surpresa ofende não apenas o princípio da cooperação intersubjetiva, mas o também o princípio do contraditório sob seu aspecto dinâmico especialmente visto serem interpretações indissociáveis já que ambos são princípios corolários do devido processo legal. (BRASIL, 2016, p. 15)

A natureza jurídica dessas decisões proferidas de modo a surpreender os sujeitos processuais, segundo a maioria da doutrina, é de ser em potência um ato inválido, visto que o art. 244 do CPC e o art. 277 do NCPC estabelecem que quando o ato decisório atingiu sua finalidade não há que se discutir seu defeito porque apesar de imperfeito ele produziu os efeitos os quais estava programado, logo foi eficaz. Isso decorre justamente da economia processual essencial ao processo democrático. (GOUVEIA, 2012, p. 471-488)

Desse modo, o instrumento adequado ao combate dessas decisões não foi solucionado com o advento do NCPC, mas o uso dos embargos de declaração é uma hipótese bastante recorrente na prática processual, tendo em vista suspender o prazo para interposição do recurso cabível a depender do tipo de decisão. (THEODORO JR, 2009, p. 107-141)

Logo, possibilita então a tentativa da revisão ser realizada inicialmente pelo próprio magistrado prolator da decisão surpresa, e caso este não reconsidere, ainda há a chance de interposição do recurso adequado a variar de acordo com a decisão proferida. (MACEDO, 2012, p.122-152)

O novo processo civil, nesse contexto, busca justamente garantir seu direcionamento constitucional a partir do princípio cooperativo a fim de reger todo o procedimento através de um ambiente participativo em que os sujeitos processuais colaborem com a construção de uma decisão justa e efetiva. (MITIDIEIRO, 2011, p.55-68).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de processo civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

_____. **Novo código de processo civil**. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. **Vade mecum compacto**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017

CLARO, Roberto Benghi Del. *Direção material do processo*. São Paulo, 2009. Tese Doutorado em Direito Processual, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-03062011-163744/pt-br.php>>. Acesso em: 18 out. 2015.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O princípio do contraditório e a cooperação no processo. Disponível em: <<http://www.leonardocarneirodacunha.com.br/artigos/o-principio-contraditorio-e-a-cooperacao-no-processo/>>. Acesso em 16 set. 2015.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do processo e processo do conhecimento . 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2012.

_____. **Fundamentos do princípio da cooperação no direito processual civil português**. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

_____. Princípio do contraditório: aspectos práticos. **Gênesis Revista de Direito Processual**, Curitiba, n. 29, p. 236-510, jul./set. 2003.

_____. O princípio da cooperação: uma apresentação. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 30, v. 127, p. 75-79, set. 2005.

_____. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. Disponível em:<http://www.academia.edu/1771108/os_três_modelos_de_direito_processual>. Acesso em: 18 out. 2015.

_____. Editorial134. Disponível em:< <http://www.frediedidier.com.br/en/editorial/editorial-134/>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

GALINDO, Maíra Coelho Torres. **Processo cooperativo**: o contraditório dinâmico e a questão das decisões-surpresa. Curitiba: Juruá, 2015.

GOUVEIA, Lúcio Grassi de. Cognição processual civil: atividade dialética e cooperação intersubjetiva na busca da verdade real. In: DIDIER JR., Fredie (Org.) **Leituras complementares de processo civil**. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2010

_____. O Projeto de Novo Código de Processo Civil Brasileiro (NCPC) e o Princípio da Cooperação Intersubjetiva. In: DIDIER JR., Fredie; BASTOS, Antonio Adonias Aguiar (Coords.). **O projeto do novo código de processo civil**: estudos em homenagem ao professor José Joaquim Calmon de Passos. 2ª série. Salvador: Juspodivm, 2012. p. 471-488.

_____. A função legitimadora do princípio da cooperação intersubjetiva no processo civil brasileiro. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 34, n. 172, p. 32-53, jun. 2009.

GREGGER, Reinhard. Cooperação como princípio processual. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 37, v. 206, p. 123-133, abr. 2012.

MACEDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi de Medeiros; PEREIRA, Mateus Costa. Precedentes, cooperação e fundamentação: construção imbricação e releitura. In: ADONIAS, Antonio; DIDIER JR, Fredie. (Coords.). **O projeto do novo código de processo civil**. Salvador: JusPodivm , 2012. p.122-152.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **O projeto do CPC**: críticas e propostas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Processo de conhecimento**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MITIDIERO, Daniel. **A colaboração como modelo e como princípio no processo civil**. Disponível em: <<http://www.academia.edu/10250562/Coopera>%

C3%A7%C3%A3o_comO_Modelo_e_como_Princ%C3%ADpio_no_Processo_Civil>. Acesso em 01 out. 2015. p. 18.

_____. Colaboração no processo civil como prêt-à-porter? Um convite ao diálogo para Lenio Streck. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 36, n. 194, p. 55-68, abril. 2011.

NERY JR, **Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal**. 8. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **Princípios do processo na constituição federal**. 10. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. **Do formalismo no processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo. Disponível em: <[http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20de%20Oliveira%20\(8\)%20-formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20de%20Oliveira%20(8)%20-formatado.pdf)>. Acesso em 01 out. 2015. p. 25.

PASSOS, J. J. Calmon de. **Esboço de uma teoria das nulidades aplicadas às nulidades processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2002. p. 103.

PARCHEN, Laura Fernandes. Impacto do princípio da cooperação no juiz. Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/LAURA%20PARCHEM%20%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>>. Acesso em 23 out. 2015. p.16.

PEIXOTO, Ravi; MACEDO, Lucas Buril de; PEREIRA, Mateus Costa. Precedentes, cooperação e fundamentação: construção, imbricação e releitura. O projeto do novo código de processo civil. In: ADONIAS, Antônio; DIDIER, Fredie (Coords.). Salvador: Jus Podivm, 2012.

_____. Ravi de Medeiros. A modulação da eficácia temporal na revogação de precedentes: uma análise a partir da segurança jurídica e da confiança legítima. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós graduação em direito da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

_____. Ravi. Rumo à construção de um processo cooperativo. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 38, v. 219, p. 89-114, mai. 2013.

PORTUGAL. **Código de processo civil**. Coimbra: Coimbra Editora: 1999.

REDONDO, Bruno Garcia. Os deveres-poderes do juiz no projeto de novo código de processo civil. **Revista de Informações Legislativas**, Brasília, a. 48, n. 190, abr./jun. 2011.

SANTOS, Igor Raatz dos. Processo, igualdade e colaboração: os deveres de esclarecimento, prevenção, consulta e auxílio como meio de redução das desigualdades no processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 36, v. 192, p. 47-80, fev. 2011.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 5. ed. rev. atual. amp. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.

SILVA NETO, Francisco de Barros e. Os princípios processuais no projeto do novo Código de Processo Civil. **Revista do Tribunal Regional Federal 5. Região**, Recife, n. 100, p. 424-437, out./dez. 2012.

SOUSA, Miguel Texeira de. **Estudos sobre o novo processo civil**, 2. ed. Lisboa: Lex, 1997.

SOUZA, André Pagani de. Vedação das decisões-surpresa no processo civil. In: SCARPINELLA BUENO, Cassio. (Coords.). **Direito e processo: técnicas de direito processual**. São Paulo: Saraiva,

p. 79-86, 2014.

SOUZA, Arthur César de. O princípio da cooperação no projeto do novo código de processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 38, v. 225, p. 66-75, nov. 2013.

THEODORO JR, Humberto; NUNES, Dierle José Coelho. Uma dimensão que urge reconhecer ao contraditório: sua aplicação como garantia de influência, de não surpresa e de aproveitamento da atividade processual. **Revista de Processo**, a. 34, v. 168, p. 107-141, fev. 2009.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Vinculação do juiz aos pedidos e o princípio do iura novit curia. In: AMARAL, Guilherme Rizzo; MITIDIERO, Daniel. (Coords.). **Processo civil**: estudos em homenagem ao professor doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Teresa Arruda Alvim. A influência do contraditório na convicção do juiz: fundamentação de sentença e de acórdão. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 34, v. 168, p. 53-65, fev. 2009.

PROJETO DITADURA NUNCA MAIS: 50 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Sarah Antunes Dorcino

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Direito
Goiânia - Goiás

RESUMO: O Projeto Ditadura Nunca Mais foi uma Ação de Extensão e Cultura advinda da iniciativa de um grupo de alunos do curso de Direito da regional Goiás da Universidade Federal de Goiás realizado no ano letivo de 2014, orientado pelo Professor Doutor Alexandre Aguiar dos Santos, que objetivou, a partir do então aniversário de 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, trazer para o campus um estudo e debate sobre esses anos antidemocráticos que permearam a história brasileira, rememorando heranças autoritárias que permanecem vivas e pulsantes até os dias atuais. Para isso, foram lidas e debatidas importantes obras da época, escutados testemunhos de sobreviventes que narraram em detalhes o que viveram durante a Ditadura Militar de 1964, além de serem objeto de estudo filmes, músicas e outras manifestações artísticas que retrataram a época, propiciando um diálogo frutífero, crítico e promissor com a comunidade acadêmica e a população local.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de Estado; Tortura; Direitos Humanos; Movimentos Sociais.

ABSTRACT: The Dictatorship Never Again

Project was an Outreach and Culture Action from the initiative of a group of students of the law course of the Goiás regional of the Federal University of Goiás, realized in 2014 academic year, guided by Professor Alexandre Aguiar dos Santos, from the then 50th anniversary of the Civil-Military Coup of 1964, to bring to the campus a study and debate on those antidemocratic years that permeated Brazilian history, recalling authoritarian legacies that remain alive and pulsating until the present day. For that, important books of the time were read and debated, testimonies of survivors were heard that narrated in detail what they lived during the Military Dictatorship of 1964, besides being object of study films, music and other artistic manifestations that portrayed the time, providing a fruitful, critical and promising dialogue with the academic community and local people.

KEYWORDS: Coup d'état; Torture; Human Rights; Social Movements.

1 | INTRODUÇÃO

Estamos diante dos 54 anos do Golpe Civil-Militar de 1964 e, por meio do projeto de extensão Ditadura Nunca Mais, propomos discutir a realidade de tal período e seu reflexo na sociedade nos dias atuais. Tal projeto

justificou-se pela importância de se compreender como se preservou e fortaleceu o regime autocrático burguês e sua estruturação para a manutenção dos militares à frente do Estado brasileiro a partir de 1964. Essa ação se programou por meio da política de Segurança Nacional, que tinha como um de seus princípios a eliminação física do inimigo subversivo e de qualquer alternativa a ordem social fundada no latifúndio, nos monopólios e na dependência econômica do imperialismo. Também se fez importante a compreensão do que foram as práticas do terrorismo de estado, que implementou um projeto de política do medo, sendo a tortura uma de suas principais ferramentas. Buscamos compreender as diversas funções desse *modus operandi* dentro de um governo autoritário e suas implicações sobre os movimentos de resistência urbano e camponês e, como o Direito foi utilizado como mecanismo de dominação e sustentação dos militares no poder.

A partir de tal prisma e tendo como sustentação a análise crítica teórica sobre esses “anos de chumbo”, objetivou-se ao longo desse ano de atividades debater, investigar e estimular a pesquisa sobre as transformações estruturais da sociedade brasileira que se consolidaram a partir do Golpe de Estado de 1964, tendo também como objetivo compreendermos como foram sendo estruturadas, pela sociedade civil, as bases para o golpe de estado de 1º de abril de 1964.

Além disso, outra meta era trazer tais discussões históricas e contrapô-las com a atualidade, em que as estruturas do regime autocrático permanecem ativas mesmo dentro de uma ordem considerada “democrática”, com uma contínua regressão quanto a liberdade de expressão, manifestações populares, criminalização dos movimentos sociais e de todos que lutam para que os direitos fundamentais sejam garantidos e efetivados.

2 | JUSTIFICATIVA

O projeto justificou-se por entendermos que a ditadura implementada no Brasil, por militares e sociedade civil, entre os anos de 1964-1985, permanece em vários aspectos no Estado brasileiro atual, como podemos observar na atuação da polícia (dados presentes no relatório de 2015 “Mataram meu Filho”) que no ano de 2014 matou, oficialmente, aproximadamente 6 pessoas por dia. Portanto, o projeto justifica-se pela relevância de compreendermos os mecanismos de atuação do Estado brasileiro atual pautados por vários elementos autoritários, ou seja, antidemocráticos.

3 | OBJETIVOS

O objetivo central de nosso projeto foi o debate crítico sobre o período ditatorial brasileiro, visando a reconfiguração da “memória dos vencidos” por meio das

manifestações artísticas de quem reivindicava, à custa de suas vidas, a liberdade de se expressar. Também, a exposição de obras artísticas, literárias e cinematográficas que retrataram esse período de supressão de direitos, com o objetivo não só informativo, mas também visando uma expansão para toda a comunidade local, acadêmica e não acadêmica, de uma visão crítica e questionadora quanto a esse intervalo de tempo da história nacional.

4 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada para se alcançar os objetivos listados acima e, demais encontrados ao longo da execução do projeto, foi a exibição de filmes abertos ao público em geral, seguidas de debates sobre o tema central da obra cinematográfica e sua correlação com a realidade histórica, tentando sempre interligar o tema debatido com algum livro que tenha sido publicado entre anos da ditadura; outro método utilizado foi a organização de grupos de estudos, encontros que ocorreram quinzenalmente, tendo como fulcro o debate teórico da sociológica crítica; o terceiro e, último método, foram os encontros realizados pela equipe executora do projeto (oficinas, sala temática e seminário) onde fizemos os debates pertinentes às músicas de protesto e literatura produzidas durante a ditadura.

5 | RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da metodologia supracitada foram a leitura e análise de importantes obras, como os livros *Circuito Fechado de Florestan Fernandes*, obra fundamental para a compreensão sociológica crítica de como se constituiu toda a base que sustentou o golpe de 1964; *Brasil Nunca Mais*, obra homônima organizada por Evaristo Arns onde encontramos a mais importante denúncia sobre as torturas praticadas no período ditatorial brasileiro e a atuação do judiciário nesse momento histórico; e *Zero*, obra censurada de Ignácio Brandão, que nos trouxe elementos de memórias, estruturais e literários da ditadura militar.

Além disso, trouxemos renomados estudiosos para somar ao grupo de extensão e assim podermos integrar a comunidade acadêmica e o público em geral, objetivando enriquecer os estudos e discussões acerca da temática. E partindo da perspectiva da memória e do testemunho de pessoas envolvidas pela experiência de terem vivido durante a ditadura militar brasileira de 1964, em parceria com a Universidade Estadual de Goiás (unidade Cora Coralina), tivemos a oportunidade de ouvir o testemunho de Frei Betto – Carlos Alberto Libânio Christo –, autor de mais de 50 livros editados no Brasil e no exterior, e que opôs resistência ao referido Golpe de Estado como jovem militante, sendo preso duas vezes e torturado pelo braço de ferro estatal autoritário da época.

Dentre o rol de ações desenvolvidas no projeto, pode-se destacar também a participação no Congresso de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Cidade de Goiás (CONEPEC) com a montagem de uma sala temática que simulou um ambiente de tortura, com mostras musicais e cinematográficas em seu interior. Outras exposições de filmes também foram realizadas ao longo do ano de trabalhos do projeto, como a do filme *Batismo de Sangue e Eles Não Usam Black Tie*.

6 | CONCLUSÕES

A partir de todas as atividades desenvolvidas pelo Projeto Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, foi possível desenvolver uma discussão crítica sobre o Golpe de Estado brasileiro. Possibilitou-nos perceber o quão presente estão as características do Estado autoritário na formação sócio histórica brasileira e das consequências devastadoras que perduram em nosso Estado atual, impossibilitando o exercício de uma democracia plena por parte de grupos que se encontram à margem do projeto burguês de sociedade, bastando observar o cenário atual para se perceber o quanto a intolerância e a violência sobre os “grupos minoritários” tem assumido uma importância cada vez mais relevante na sociedade brasileira. Sendo assim e por meio da análise teórica de músicas, filmes e literatura do período e do testemunho e memória dos sobreviventes, o Projeto nos possibilitou um conhecimento crítico acerca do tema, propiciando um diálogo fundamental em conjunto com a comunidade acadêmica e a população local.

REFERÊNCIAS

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. 1ª Edição. Editora Vozes, 1985.

A ciência jurídica e seus dois maridos por Luís Alberto Warat ou um jurisromance de um trovador da sociedade industrial. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/16627/15196>> Acesso em: 12 de abr. 2015.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Zero**. Rio de Janeiro, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado**. 1ª Edição: São Paulo. Editora Globo, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e formas jurídicas**. Tradução de La vérité et les forms juridiques. Rio de Janeiro, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar, como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro, 1997

Povos Indígenas e a Ditadura Militar: Do Relatório Figueiredo a FUNAI. Disponível em: <<https://vimeo.com/113371957>> Acesso em: 12 abr. 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme - Pós-Doutor em Educação, historiador e pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-267-8

